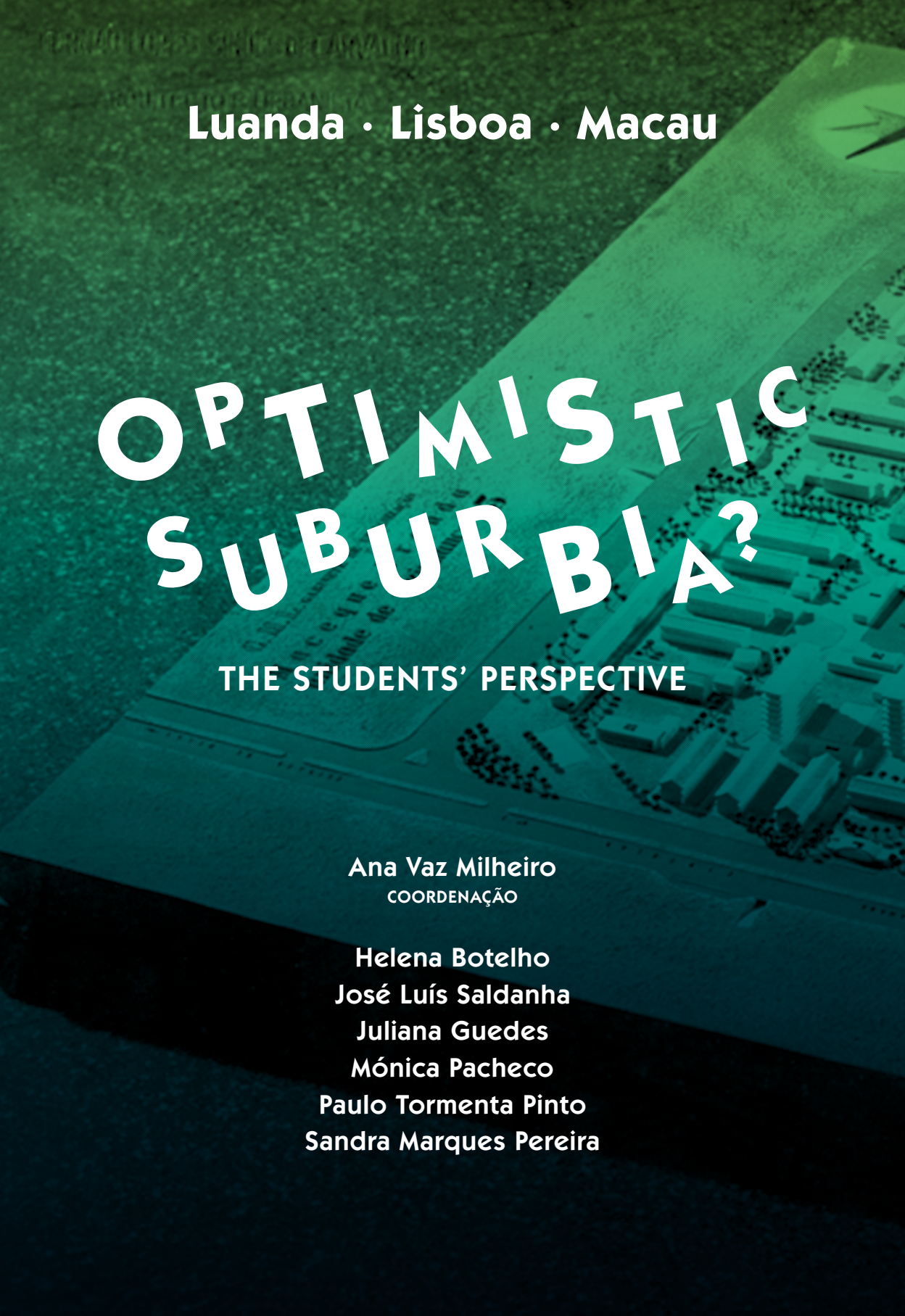


Luanda · Lisboa · Macau

OPTIMISTIC SUBURBIA?

THE STUDENTS' PERSPECTIVE

Ana Vaz Milheiro
COORDENAÇÃO

Helena Botelho
José Luís Saldanha
Juliana Guedes
Mónica Pacheco
Paulo Tormenta Pinto
Sandra Marques Pereira

Luanda, Lisbon, Macao

OPTIMISTIC SUBURBIA?

The students' perspective

Ana Vaz Milheiro
coordenação

Helena Botelho
José Luís Saldanha
Juliana Guedes
Mónica Pacheco
Paulo Tormenta Pinto
Sandra Marques Pereira

com
Filipa Fiúza e João Cardim

Aos futuros 87 arquitectos,
que escreveram este livro colectivo

Luanda, Unidade de Vizinhança do Bairro Prenda . © FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Lisboa, Urbanização da Portela de Sacavém. © João Cardim . FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Macau, Edifício STDM . © Ana Vaz Milheiro . FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Ana Vaz Milheiro, Investigadora Responsável do projecto "Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau"

Optimistic Suburbia?

The students' perspective

"Optimistic Suburbia? The students' perspective" é o resultado de uma experiência pedagógica colectiva, desenvolvida por um conjunto de docentes no âmbito das suas Unidades Curriculares (UC) ministradas no Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL, e da sua participação, enquanto investigadores, no projecto de investigação "Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau". O processo envolveu diferentes metodologias de abordagem às principais áreas disciplinares presentes no projecto de investigação, designadamente a Arquitectura e a Sociologia, tendo sido também estendido à participação de docentes e estudantes da Universidade Técnica de Angola, em Luanda.

"Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau", um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2013-2015), propõe levantar, catalogar e contextualizar conjuntos habitacionais construídos em Lisboa, Luanda e Macau, entre as décadas de 1960 e 1980, que se destacaram pela grande escala, extensa área de ocupação e elevado número de habitantes alojados, comparativamente ao território urbano em que se localizam. Identificam-se os modelos habitacionais e urbanos presentes, e mapeiam-se as alterações surgidas após 40 anos de uso, de modo a compreender como se têm adaptado às condições actuais (urbanas e sociais) e, tendo por finalidade, apoiar acções futuras de intervenção.

Realizados por arquitectos portugueses em contextos históricos e territoriais distintos, os conjuntos residenciais deste tipo reflectem preocupações comuns na tentativa de consolidação da "cidade periférica" face ao forte crescimento urbano. As investigações transcontinentais – que o projecto de investigação pressupõe – inserem-se nos estudos pós-coloniais, para os quais que se procurou, durante a evolução da investigação, sensibilizar os estudantes através da sua participação. Até agora, não existiam trabalhos similares que analisassem, sob uma perspectiva histórica, arquitectónica e sociológica, as heranças habitacionais como resultado directo da colonização portuguesa.

A análise das formas físicas e urbanas, que os estudantes foram realizando, tem permitido interrogar a lógica de produção e a sua "história de vida" no que

permanece de efémero e de estrutural no espaço construído da casa, do edifício ou da unidade habitacional.

Os bairros estudados, resultado da actuação da iniciativa privada, inscreveram-se no lema "habitações para o maior número", impondo às cidades – então sob administração portuguesa – soluções monumentais. São ainda hoje caracterizados pela elevada densidade populacional, privilegiando os edifícios em altura (banda e torre) e as expressões arquitectónicas preferencialmente anónimas, apesar da qualificação dos seus arquitectos. Ganharam autonomia da paisagem construída pelo seu carácter unitário e sugerindo dinâmicas de "guetização" da classe média. Encontram-se actualmente em pleno uso, estando alguns degradados ou em risco de demolição.

Inicialmente, destinavam-se às classes médias dos anos 1960/1980, cujo enquadramento social não está ainda plenamente estudado (os estudos sobre alojamento têm preferido as populações carenciadas e a promoção pública). A escala, o padrão funcional e social do fogo e a qualidade genérica da sua arquitectura, fazem destes bairros estruturas identitárias da actual cultura urbana.

Cada cidade está representada por um caso de estudo, existindo grupos de controle para análises comparativas. Os casos de estudo destacam-se por serem paradigmáticos no domínio da cultura urbanística portuguesa.

No caso de Luanda analisou-se a **Unidade de Vizinhança n.1 do bairro Prenda** (1961-63), promovida pela PRECOL – Predial Económica Ultramarina, de 30 hectares, 28 unidades, 1.150 apartamentos para uma população estimada em 3.300 habitantes. Trata-se de um conjunto desenhado por Fernão Lopes Simões de Carvalho no âmbito do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, tendo no plano urbano a colaboração de Luiz Taquelim da Cruz, e, na arquitectura, a co-autoria de José Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira.

Na Área Metropolitana de Lisboa estudou-se a **Urbanização da Portela de Sacavém** (1965-79), inicialmente lançada pelo promotor Manuel da Mota e depois repassada a mais de uma centena de promotores. Encontra-se implantada em 50 hectares, tendo sido projectada para 18.500 habitantes, distribuídos por 199 lotes e 4.503 fogos. Foi planeada pelo arquitecto Fernando Silva, que haveria de desenhar

outros conjuntos residenciais semelhantes, localizados maioritariamente na periferia norte da capital portuguesa.

Em Macau, partiu-se do conjunto promovido pela **STDM – Sociedade de Turismo e Diversão de Macau** (1978-84), três núcleos para 625 famílias concebidos por Manuel Vicente. Este caso é o único que é ocupado por um programa de realojamento.

Os diferentes temas foram abordados no decorrer das UC e interpelados sob as mais distintas visões, consolidando-se assim "**the students' perspective**". A integração do projecto na sala de aula, permitiu aos estudantes uma iniciação às práticas de investigação, beneficiando de acesso a material ainda não tratado e muitas vezes inédito. Os estudantes foram desafiados a construírem a matéria da própria UC, através de abordagens pedagógicas que têm vindo a ser testadas pelos docentes. Algumas destas experiências têm decorrido num tempo longo. As primeiras datam ainda do ano lectivo de 2009/2010, tendo sido introduzidas no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea, então da minha responsabilidade, e integrado na UC de Projecto Final de Arquitectura. Significativamente, foi em ambiente de debate colectivo, entre docente e estudantes, que o actual projecto de investigação começou a ser configurado. Nesse mesmo ano, a ideia em conceptualizar uma "Optimistic Suburbia" tomou a sua primeira forma.

O principal objectivo destas experiências tem sido sempre criar conhecimento. Mas um conhecimento participado e resultante das próprias reflexões dos estudantes. Tem ainda, como finalidade transversal, a aquisição de um conjunto de ferramentas que possibilitem uma iniciação a práticas elementares de investigação. Aproximações muito diversificadas, dependentes naturalmente das diferentes áreas de saber, têm assim sido incentivadas. O quadro de competências implica, em primeiro lugar, desenvolver aptidões de trabalho em equipa. Depois, desenvolver práticas primárias no domínio da pesquisa bibliográfica, consulta de arquivos históricos e manuseamento de documentação vária (cartografia, iconografia, projectos de obra, relatórios, planos urbanos, entre outros), análise de fontes primárias e secundárias, concepção de processos de representação, realização de entrevistas e levantamentos (arquitectónicos e sociológicos).

"**Optimistic Suburbia? The students' perspective**" envolveu cinco docentes/ investigadores do Mestrado Integrado em Arquitectura e do DINÂMIA'CET – IUL – Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, cinco docentes da Universidade Técnica de Angola, e quatro investigadores do projecto de investigação. Em Portugal, os estudantes desenvolveram investigações académicas no âmbito das UC de História da Cidade Portuguesa, Sociedade e Arquitectura, e Projecto Final de Arquitectura, nas vertentes teórica e projectual, tendo abrangido diferentes anos lectivos. Em Angola, esse mesmo trabalho foi replicado no Trabalho de Fim de Curso. Participaram cerca de 150 estudantes portugueses e angolanos, entre os quais, 87 são autores dos trabalhos aqui publicados. Este processo longo fica agora devidamente registado na exposição homónima e no catálogo que a acompanha.

Ana Vaz Milheiro, Principal Investigator of research "Homes for the Biggest Number: Lisbon, Luanda, Macao"

Optimistic Suburbia?

The students' perspective

"**Optimistic Suburbia? The students' perspective**" is the result of a collective learning experience developed by a group of teachers within their curricular units taught in the Master in Architecture of ISCTE – University Institute of Lisbon, and its participation as researchers, in the research project "Homes for the biggest number: Lisbon, Luanda, Macau". The process involved different approaches to the main disciplines present in the research, mainly architecture and sociology. The project extended to the participation of teachers and students of the Technical University of Angola, in Luanda.

"**Homes for the Biggest Number: Lisbon, Luanda, Macao**", is a research project funded by Fundação para a Ciência e Tecnologia (2013-2015), aiming to survey, catalogue and contextualize housing projects in Lisbon, Luanda and Macao, built between the 1960s and the 1980s, which stood out for large-scale, large area occupation and high number of people housed. The existing housing and urban models are identified and the changes after 40 years of use are mapped in order to understand how they adapted to the urban and social current conditions and to support future interventions.

Designed by Portuguese architects in different historical and territorial contexts, these residential complexes had common concerns regarding the consolidation of the peripheral city, facing a strong urban growth. This kind of transcontinental research – a premise of the research project – is part of the actual postcolonial studies, to which the students were sensitised and called to participate during the research. Until now there were no similar studies approaching the private initiative housing as a direct result of Portuguese colonization, with historical, architectural and sociological tools.

The analyses of urban and physical forms, realised by the students, allowed defining the "life story" of the buildings, and the features that remain ephemeral and/ or structural within the house or housing unit.

The concerned neighbourhoods, resulting from private initiative, correspond to the motto "homes for the biggest number", forming a type of monumental solution

in these cities, then under Portuguese administration. Densification, building height (slab block/tower) and (potentially) anonymous architectural expression were, despite the skill of its architects, their main characterization. Unrelated to the built landscape by its unitary character, some complexes suggest the idea of middle class 'ghettoisation'. Some are in full use; others are in degrading conditions, even at risk of collapse.

Initially, they were intended to the middle classes from the 1960/1980s, a social context not yet studied (the studies mainly have preferred public housing projects for underserved populations). The scale, functional and social standard of the dwelling and the generic quality of its architecture make these neighbourhoods, identity structures of urban culture today.

Each city was represented by a case study, while other examples will act as control groups for comparative analyses. These case studies stand out for having made themselves paradigmatic in the urban Portuguese culture.

In Luanda was analysed the **Prenda Neighborhood Unit n.1** (1961-63), promoted by PRECOL - Overseas Economic Real Estate, comprehending 28 buildings and 1150 apartments in 30 acres, to an estimated population of 3.300 inhabitants. Its an ensemble designed by Fernão Lopes Simões de Carvalho within the Urbanization Office of Luanda Town Hall, with the collaboration in the urban plan of Luiz Taquelim da Cruz, and, in the architectural design, the co-authorship of José Pinto da Cunha and Fernando Alfredo Pereira.

In Lisbon Metropolitan Area was studied the **Portela Neighbourhood** (1965-79), initially launched by Manuel da Mota promoter and then developed by over a hundred promoters. It has an area of 50 hectares and was designed for 18,500 inhabitants spread over 199 residential plots and 4.503 dwellings. Architect Fernando Silva, who would draw similar housing projects, mostly located on the northern outskirts of the Portuguese capital, designed the general plan.

In Macao, the starting project was the buildings of **STDM - Society of Macao Tourism and Recreation** (1978-84), comprising three blocks to 625 families, designed by Manuel Vicente. This case is the only one that is occupied by a rehousing program.

During the classes, different topics arouse discussing and questioning the most different views, thus consolidating "**the students' perspective**". The integration of the project in the classroom, allowed students to instate the research practices, benefiting from access to materials still untreated and often unpublished. The students were challenged to build the subject's of the Curricular Unit through pedagogical approaches that have been tested by teachers. Some of these experiences have taken place over several years. The first one dates back to the academic year of 2009/2010, having been introduced in Contemporary Architectural Culture Lab, then under my responsibility, and integrated into the Curricular Unit of Final Project of Architecture. Significantly, it was in a collective environment of discussion between the teacher and students, that the current research project start to come out, and the idea to conceptualize an "Optimistic Suburbia" took its first shape.

The main objective of these experiences has always been to create knowledge. And particularly, a knowledge that arouse from the students' participation and from their own interpolations. It also has the crossed purpose of acquiring the tools that enable an introduction to basic research practices. Very diverse approaches, of course dependent on the various areas of knowledge, have thus been encouraged. The competency framework implies first to develop teamwork skills. Then to develop basic practices in the domain of bibliographic research, consulting historical archives and various documentation handling (cartography, iconography, work projects, reports, urban plans, etc.), analysis of primary and secondary sources, conceive representation and analytical graphic processes, conducting interviews and surveys.

"**Optimistic Suburbia? The students' perspective**" involved five teachers / researchers from Master in Architecture and DINÂMIA'CET - IUL – Study Center on Socioeconomic Change and the Territory, five teachers of the Technical University of Angola and four researchers of the research project. In Portugal, students have developed academic research within the Curricular Units of History of the Portuguese City, Society and Architecture, and Final Project of Architecture, both in the theoretical and project-oriented aspects, and covered different academic years. In Angola, the same work was replicated at Final Course Work. In whole some 150 Portuguese and Angolan students participated, of whom 87 are authors of the works published here. This lengthy process is now properly registered in the homonymous exhibition and the catalog book accompanies it.

José Luís Saldanha, Presidente do Conselho Pedagógico (2013–2015)

A propósito de "Optimistic Suburbia"

Construindo o Conhecimento

No presente ano lectivo, e enquanto investigador do projecto "Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda Macau", mantive uma troca de impressões pontual com os alunos da unidade curricular "História da Cidade Portuguesa", designadamente com aqueles que investigaram os territórios de suporte que vieram a receber intervenções de Fernão Lopes Simões de Carvalho (Luanda), Fernando Silva (Portela de Sacavém) e Manuel Vicente (Macau). No contexto mais alargado de todo o ano curricular, os estudantes que frequentaram as aulas leccionadas pela respectiva professora, Ana Vaz Milheiro, convergiram num objecto de estudo comum que, à imagem de anos anteriores, se conclui com "outputs" expositivos e com a produção da presente edição.

Olhando às experiências anteriores, pode verificar-se que os alunos do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL acompanhados por esta professora organizaram conteúdos de divulgação, sob temática distinta conforme o ano lectivo em questão, que foram já expostos ou circulados em publicações em locais tão prestigiados de Lisboa como a Fundação Oriente ou o Centro Cultural de Belém – mas até mesmo no estrangeiro, de Milão e Bruxelas até Macau.

Pessoalmente, sempre encarei o recurso a trabalhos de investigação de estudantes do ensino superior – em particular daqueles de Arquitectura, que são os que melhor conheço – com algumas reservas, por recear que não agregassem qualidade e valor suficientes para sua divulgação. O labor da colega Ana Vaz Milheiro demonstra que dentro do enquadramento adequado, isso é afinal possível, e até ajustado, interligando-se mesmo com projectos de investigação que a docente tem coordenado.

Anos sucessivos de estudantes, deste modo acompanhados, têm ainda recorrido a investigação feita por colegas de anos anteriores, numa cadeia ininterrupta que faz lembrar um escrito de Jorge Luís Borges sobre a "imortalidade": o mestre argentino comentava que o leão que num jardim zoológico terá sido visto pelos nossos avós é essencialmente o mesmo que será visto pelos nossos netos. Borges propõe então que a humanidade pode ser encarada de modo semelhante, irmanada numa imortalidade colectiva. Diria que os estudantes da Professora Ana Vaz Milheiro cumprirão também esse destino comum.

Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar com Agregação

HISTÓRIA DA CIDADE PORTUGUESA

2014/15

A História da Cidade Portuguesa dirige-se essencialmente à compreensão da contemporaneidade urbana portuguesa, a partir dos diferentes registos históricos que a construíram. A UC divide-se em dois módulos: "História da Cidade de matriz Portuguesa" e "Leituras sobre a contemporaneidade urbana portuguesa". O trabalho de iniciação a práticas elementares de investigação insere-se precisamente neste último. Este ano, o trabalho teve como ponto de partida Luanda, Lisboa e Macau, as cidades onde se localizam os três casos de estudo do projecto de investigação (Unidade de Vizinhança nº 1 Bairro Prenda, Urbanização da Portela de Sacavém, e edifício STDM). Desafiaram-se os estudantes a elaborarem um conjunto de onze trabalhos com diferentes enfoques, com o objectivo de serem publicados sob a forma de catálogo, e mostrados em exposição, com o título provisório "Optimistic Suburbia: a Cidade da Classe Média". O trabalho ocupou parte fundamental das 113 horas de trabalho autónomo atribuídas a cada estudante nesta UC.

Metodologias

As metodologias seguidas são as aplicadas todos os anos nesta UC de perfil teórico/prático: visita (quando possível) e levantamento, pesquisa bibliográfica (fontes primárias e secundárias), incluindo-se aqui a consulta de cartografia, iconografia, documentos de obra, relatórios, artigos publicados em revistas da época em estudo, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, entrevistas, etc. Parte deste material foi fornecido pelos investigadores do projecto. Pretendia-se, contudo, que os estudantes ganhassem autonomia na pesquisa, revelando material documental ainda não localizado pelos investigadores. O passo seguinte envolveu a análise das fontes e o seu tratamento (escrito e gráfico) com o objectivo de produzir novas sínteses e novo material gráfico. Recorreu-se a estudos comparativos, pela eficácia e objectividade que representam para os estudantes no âmbito de uma investigação que é realizada num tempo muitíssimo curto (cerca de dois meses).

Afonso Carvalho, Luís Santos, Micaela Raposo, Rafael Ferreira, Vitor Castro
com José Luís Saldanha, Professor Auxiliar

Paisagens Rurais

O território antes da Urbanização da Portela de Sacavém (Lisboa), da Unidade de Vizinhança do Prenda (Luanda), e do Edifício STDM (Macau)

Temas

(a) Analisaram-se os territórios anteriores aos processos de urbanização e de construção dos novos lugares urbanos que os três casos de estudo representam.
(b) Investigou-se o ensino do urbanismo.
(c) Interpelou-se a capacidade de reprodução dos modelos urbanos utilizados.
(d) Propuseram-se chaves de leitura comparativas dos diferentes modelos.
(e) Sistematizaram-se informações contidas em instrumentos de planeamento como os planos directores regionais.
(f) Identificaram-se diferentes tipologias de espaços públicos.
(g) Examinaram-se influências e tendências (portuguesas e fora de Portugal) através da leitura sistemática de revistas de Arquitectura.
(h) Estabeleceram-se padrões para a evolução territorial e urbana, também através da informação recolhida em periódicos.
(i) Rastreou-se o pensamento dos autores.
(j) Identificaram-se tipologias habitacionais através da análise da banda e da torre.

O trabalho envolveu a participação de alguns dos investigadores do projecto, destacando-se o acompanhamento facultado por José Luís Saldanha, Bruno Macedo Ferreira e Filipa Fiúza. Recorreu-se à base de dados de um outro projecto de investigação, intitulado "O Lugar do Discurso" (PTDC/CPC-HAT/4894/2012) para compilar a informação referente aos periódicos consultados e analisados.

Resultados

As solicitações remetidas a cada grupo foram assim procurando colmatar diferentes lacunas sentidas pelos investigadores. Pretendia-se assim que os estudantes fossem capazes de, a partir dos dados reunidos e do contacto com o conhecimento já consolidado, desenvolver trabalhos com novas pistas e com perspectivas ainda não ensaiadas. Nem sempre este objectivo foi cumprido e alguns trabalhos não conseguiram superar a informação inicialmente facultada. No entanto, a maioria dos grupos avançaram no Estado da Arte, produzindo informação inédita, acrescentando e contribuindo com novas leituras e dados para os estudos em elaboração. A leitura geral é portanto bastante positiva, como se percebe pelas sínteses agora publicadas.

Pretende-se, neste trabalho, efectuar uma análise cartográfica das paisagens onde se edificaram os três conjuntos urbanos em análise – as quintas onde se veio a implantar a Urbanização da Portela de Sacavém; a zona do musseque Prenda, onde Simões de Carvalho localizou a primeira das suas unidades de vizinhança; e a área onde se construiu o complexo de habitação STDM, em Macau. É fundamental para o objectivo do presente trabalho perceber as mutações que estes sítios foram sofrendo, através da análise da cartografia anterior, procurando perceber a transformação urbana que estes locais foram sofrendo ao longo dos séculos.

Sacavém

Em meados do século XIX (1859-1868), os aglomerados representados junto às vias principais no acesso norte a Lisboa, entrada de Sacavém, remetem-nos para duas razões de ocupação distintas. Por um lado, o desenvolvimento da cultura de ostras no Estuário do Tejo, albergando toda a faixa litoral que ia desde Vila Franca de Xira até aos Olivais, incluindo a foz do Rio de Sacavém, parece influenciar, pela forma como se distribuem os edifícios junto ao Rio Trancão, a distribuição de habitação junto a esse mesmo rio. O fim da exploração deste recurso natural acontece pouco tempo depois, no fim do século, devido aos assoreamentos (criação de compósitos de areia), pelo que outro motivo impulsionador deste conjunto de habitações particulares deve-se à criação da Fábrica de Loiça de Sacavém, fundada em 1856.

É portanto esta a realidade em Sacavém à data dos mapas ilustrados, pelo que a formação destes aglomerados é, de acordo com a análise realizada, indissociável destas duas realidades. Em paralelo, a 28 de Outubro de 1856, inaugurou-se o troço inicial da linha de caminhos-de-ferro do Norte, entre Lisboa (Estação de Santa Apolónia) e o Carregado, passando por Sacavém. Em 1903, assiste-se ao início da expansão provocada pelo desenvolvimento industrial em Sacavém que conduziu a um grande crescimento demográfico, provocado essencialmente pela mão-de-obra que trabalhava na Fábrica de Loiça, mas também pelo surgimento de varias indústrias ligadas à moagem, descasque de arroz, curtumes, estamparia, transformação de cortiça, saboaria, produção de adubos químicos, entre outros.

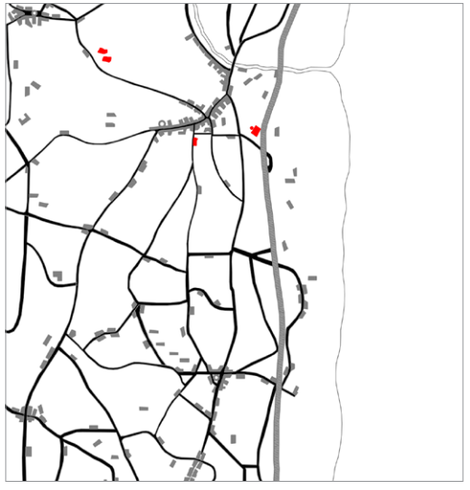
Através da cartografia de 1940 é possível verificar o surgimento anterior das fábricas e a formação da primeira vila operária. Estas vilas vêm ocupar quintas pertencentes à nobreza, que tinha como Sacavém um dos seus locais de preferência. Já em 1960, podemos verificar o aparecimento da Autoestrada do Norte (A1) e da Estrada Nacional 10, contribuindo

para a fixação de mais indústrias e para um novo aumento demográfico na zona. Até ao surgimento do primeiro plano de urbanização, assistiu-se ao progressivo desaparecimento das quintas que predominaram, durante anos, toda a área da Portela de Sacavém, dando lugar à criação de uma zona quase exclusivamente industrial, com aglomerados urbanos que se foram formando com as migrações populacionais, essencialmente das Beiras e do Alentejo.

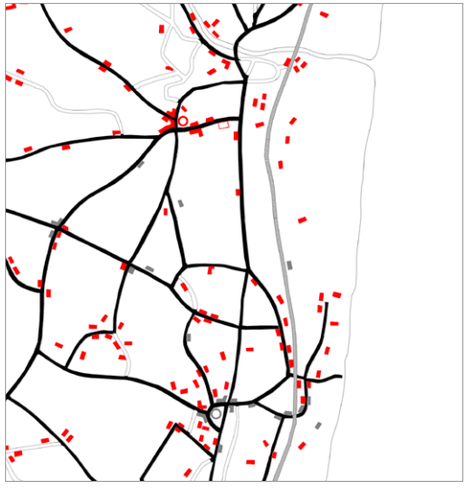
Luanda

No caso de Luanda, podia-se verificar, num mapa de 1862, quase três séculos após a sua fundação, um crescimento urbano bastante lento, ao ponto de esta não ter saído dos limites inicialmente delineados por Paulo Dias, o fundador da cidade. Estes limites estavam definidos por vários edifícios de referência, como eram os casos da Fortaleza de S. Miguel, a Ermida de S. José (actual Hospital Militar Central), o Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Ermida da Nazaré, e por fim a praia da Baía de Luanda. Uma das principais características da cidade é esta estar disposta em dois planos – a Cidade Alta e a Cidade Baixa –, devido à enorme diferença de cota, que chega a ser de 40 a 80 metros.

Já neste primeiro mapa são representados alguns musseques, dos quais se destacam o Musseque de Magalhães Silva e o Musseque

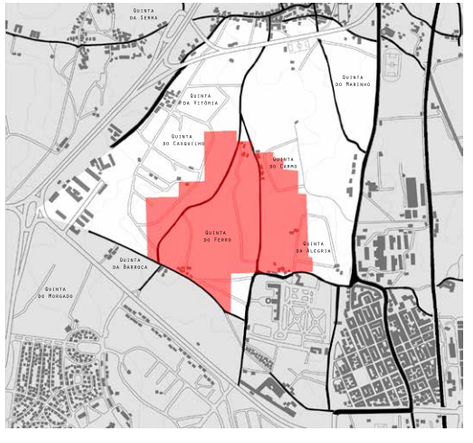


Portela de Sacavém – 1868

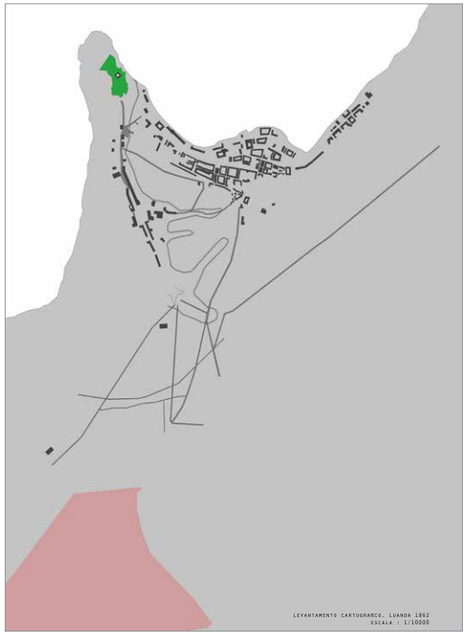


Portela de Sacavém – 1903

Portela de Sacavém – 1940

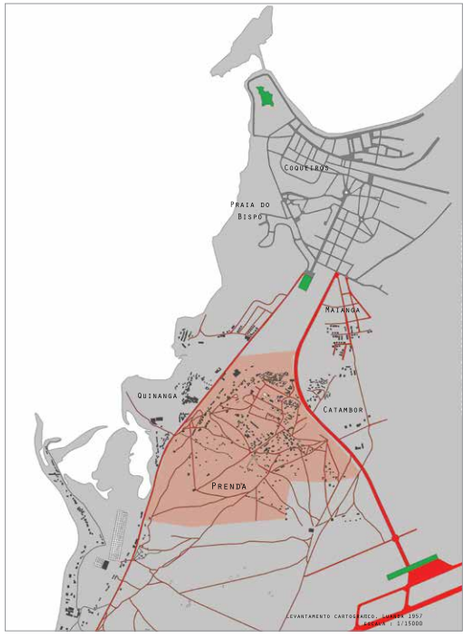


Portela de Sacavém – Anos 60

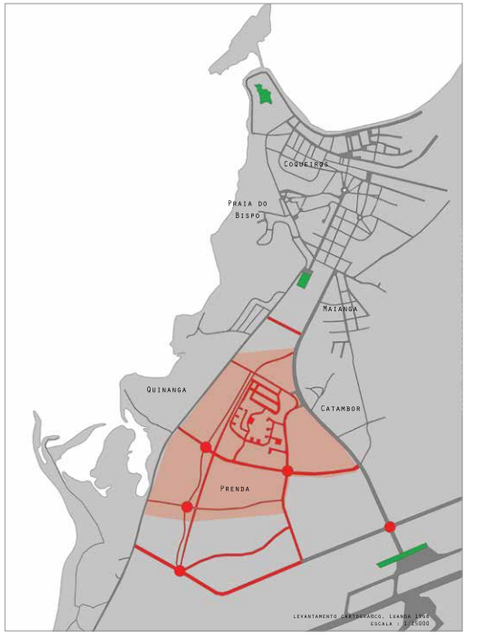


Luanda – 1862

Luanda – 1926



Luanda – 1957



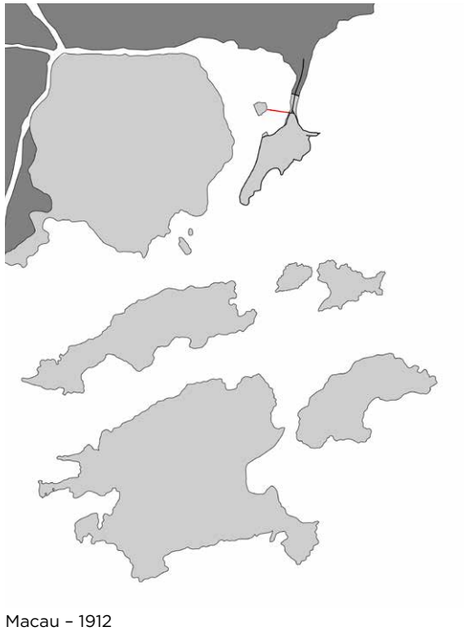
Luanda – 1968

de Maianga do Rei, aglomerados de casas de construção informal situadas na periferia. É então dentro do perímetro que delimita estes dois musseques que posteriormente se situará o Musseque Prenda. Segundo a planta de F. Dutra, não se consegue perceber exactamente o que existia então nesta área, mas é provável que fossem terrenos rurais sem nenhuma construção. Consegue-se também observar dois caminhos que serão próximos aos que no futuro farão a ligação entre o centro histórico de Luanda e o actual Bairro Prenda. Estas vias têm como nome a Estrada de Maianga para a Cidade Alta, que faz a ligação entre o Musseque e Maianga do Rei com um forte na Cidade Alta, e o Caminho de Maianga, ligando o Musseque de Magalhães da Silva com o mesmo forte, do qual não se conseguiu identificar o nome.

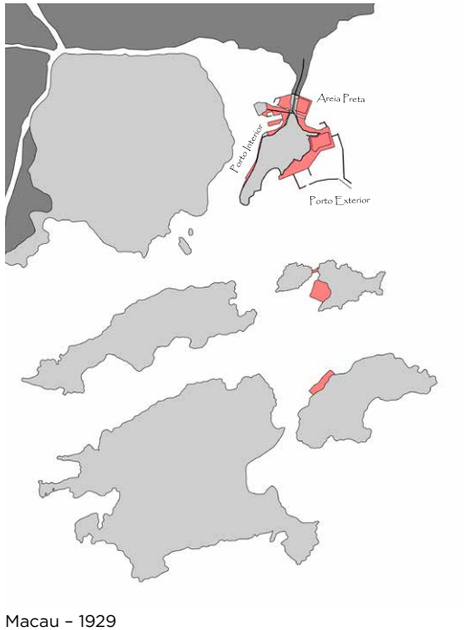
Num mapa de 1926, cerca de 60 anos mais tarde, verifica-se já claramente um crescimento da cidade, que se expande cada vez mais para o interior. Não tinham ainda sido propostos planos urbanísticos para Luanda, mas nota-va-se uma certa preocupação de construir o edificado afastado entre si, privilegiando uma expansão organizada. Em relação aos musseques, estes não aparecem na cartografia existente da primeira metade do século XX, mas apesar disso verifica-se pelo menos nesta planta as vias que irão no futuro unir o Bairro Prenda a esta zona da cidade, que serão exactamente as mesmas que existem actualmente. Estas vias situam-se lateralmente ao Hospital Central (antiga Ermida de S. José) que é um dos pontos de referência comuns entre os quatro mapas estudados, e que posteriormente serão ligadas com a Estrada de Samba e a Av. Revolução de Outubro, as duas principais vias que delimitam o Bairro Prenda. Embora a cartografia consultada não comprove a existência destes musseques, nomeadamente o do Prenda, este chega a ser referido pelo menos em 1948 por Júlio Castro Lobo no livro *Alguns aspectos dos Musseques de Luanda*.

Será na carta militar de 1957 que aparecem pela primeira vez desenhadas as casas pertencentes aos musseques, verificando-se que não existia uma organização urbanística clara no aglomerado. Esta ocupação desordenada de territórios cada vez mais longe do centro dá-se devido ao aumento drástico da população na cidade, forçando-a a expandir cada vez mais para o interior. O local onde o musseque Prenda está situado é considerado um local estratégico aquando da primeira ocupação, visto situar-se perto de um curso de água, algo essencial para a sobrevivência das povoações.

Juntamente com o Aeroporto de Luanda, inaugurado em 1961, surgiram novas avenidas que iam atravessando estes terrenos ainda



Macau – 1912



Macau – 1929

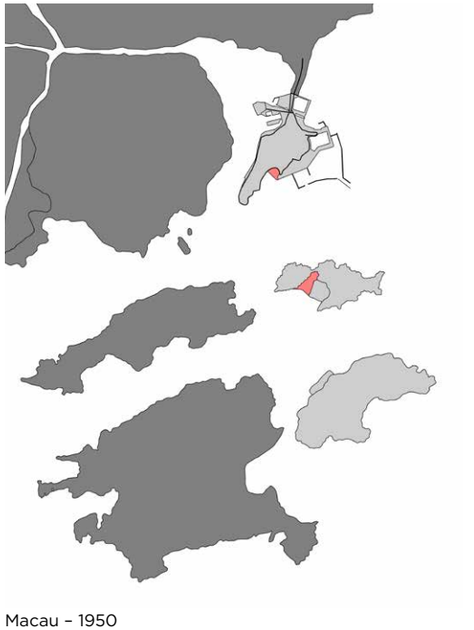
não habitados organizadamente de forma a ligá-lo ao centro da cidade. Uma das avenidas é que delimita o Musseque da Prenda, a Av. do Aeroporto, actual Av. Revolução de Outubro. No lado oposto a esta avenida surge também a Estrada de Samba, que percorre a costa que banha o Oceano Atlântico. É de salientar também que esta planta é provavelmente das últimas, senão a última, realizada antes da Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda.

Desde 1957 até 1968, tanto as principais vias como o centro de Luanda mantiveram-se praticamente iguais, mas nota-se um claro investimento na periferia da cidade, o referido 3.º círculo estudado por Simões de Carvalho quando foi feito o projecto do Prenda. Por fim, é também de referir que antes deste ter sido construído, chegou a existir um projecto para a construção de uma Cidade Universitária situada no Prenda, que nunca chegou a avançar por falta de verbas. Hoje em dia, o Bairro Prenda já não pertence à periferia de Luanda, situando-se praticamente no centro da cidade, visto o crescimento da população ter continuado a aumentar drasticamente e de ter havido necessidade de continuar a construir para fora dos limites da cidade.

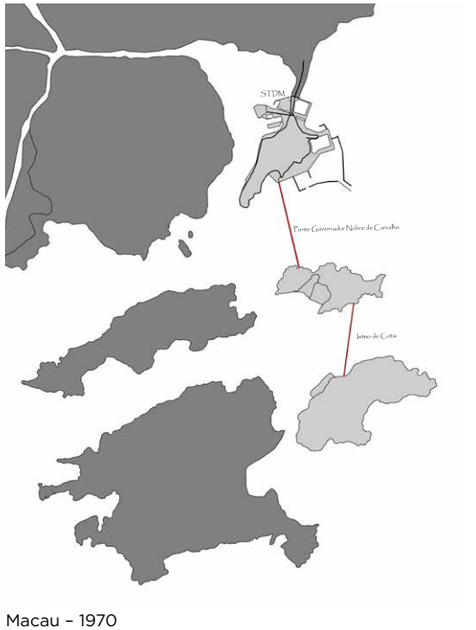
Macau

A colonização de Macau teve início em meados do século XVI, com uma ocupação gradual de navegadores portugueses que rapidamente trouxeram prosperidade a este pequeno território, tornando-o num importante entreposto comercial entre a China, a Europa e o Japão. A Igreja de Madre Deus, o adjacente Colégio de São Paulo e a Fortaleza do Monte são considerados a acrópole de Macau, e constituem a principal estrutura defensiva construída pelos jesuítas, tendo sido destruída por um incêndio e dando lugar às ruínas da sua fachada que são hoje um ponto de referência na cidade. As Portas do Cerco foram construídas em 1573 para separar Macau da China Continental, por incentivo das autoridades chinesas. Esta fronteira era a única ligação terrestre entre Macau e o resto da China.

Ao longo dos últimos 100 anos, realizaram-se aterros de grandes dimensões junto à Ilha Verde, na Areia Preta, no Porto Interior, no Porto Exterior, na antiga Baía da Praia Grande, na Ilha da Taipa, na zona do aeroporto e na área entre as ilhas da Taipa e Coloane. Também no último século, o território de Macau, constituído pela península e as ilhas da Taipa e de Coloane, quase triplicou a sua área. Os primeiros aterros foram realizados devido à necessidade de expansão da cidade e toda a zona do Porto Interior, a zona de maior movimento da cidade, foi reordenada. A Taipa ainda estava dividida em duas ilhas: Taipa Grande e Taipa Pequena.



Macau – 1950



Macau – 1970

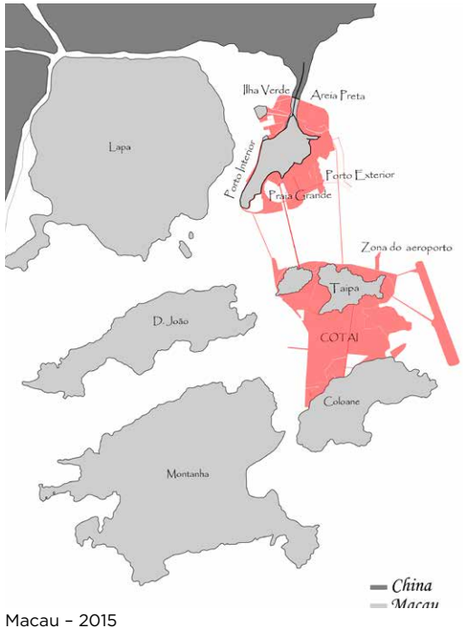
Depois de 1920 houve alterações na política de terras em Macau e deram-se os primeiros passos na construção dos aterros do novo grande porto de Macau. Em 1923, a Ilha Verde foi totalmente absorvida pela Península de Macau, tendo existido até a intenção – negada por parte da China – de prolongar o território, através de aterros, para Norte da Ilha Verde.

O primeiro grande aterro em Macau foi a zona entre o Jardim de São Francisco, e onde seria construído o Hotel Lisboa, até ao Reservatório e à Areia Preta. Já a Taipa viu as suas ilhas unidas por um istmo, que só seria concluído em 1957. Em 1941, as ilhas da Lapa, D. João e Montanha foram ocupadas pelos japoneses. No final da II Guerra Mundial, em 1945, os portugueses não conseguiram reocupá-las, tendo sido restituídas à China.

Em 1962, o sector do jogo foi concedido exclusivamente à companhia de Stanley Ho, a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), e em 2001 viria a ser liberalizado parcialmente permitindo a entrada de novos competidores. Em 1968 inaugurou-se o istmo de Cotai (Taipa-Coloane), a primeira ligação terrestre entre as ilhas, e dois anos depois foi inaugurado o Hotel e Casino Lisboa, propriedade da STDM, considerado o primeiro casino de grande escala em Macau. Iniciou-se a construção da Ponte Governador Nobre de Carvalho, a primeira ponte que liga a Península de Macau à Taipa, cuja inauguração decorreu em 1974.

Em 1993, surge o aterro de Tai Van e o aterro de Seak Pai Van, junto ao reservatório da Ilha de Coloane, enquanto na Ilha da Taipa se constrói o aterro para a zona do Aeroporto Internacional de Macau que vem a ser inaugurado dois anos depois. Entretanto, em 1994, é inaugurada a Ponte da Amizade. Na Ilha da Taipa criou-se, em 1996, o aterro de Pac On – onde se iria situar a futura Central de Incineração de Resíduos Sólidos – e na Península de Macau, surgiu a zona do aterro da Areia Preta e o novo terminal marítimo junto ao reservatório. A velha baía da Praia Grande foi fechada para criar os lagos Nam Van e Sai Van e construir os aterros onde estão hoje edificados a Torre de Macau, o edifício da Assembleia Legislativa e o dos tribunais superiores. Estes aterros estão ligados por estrada à zona dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE).

Em 1999, deu-se a transferência de soberania de Macau para a República Popular da China e a cidade passou a ter o nome oficial de Região Administrativa Especial de Macau. A grande expansão do território aconteceu a partir deste ano com o início de uma série de obras de aterro no estreito e pequeno istmo Taipa-Coloane, originando a Zona do Aterro de COTAI, e ainda na ilha de Coloane, onde foi criado o aterro onde se situa a Central Térmica da CEM (Companhia de Eletricidade de Macau)



Macau – 2015

Em 2004, inaugurou-se a Ponte de Sai Van, e podem também verificar-se as ampliações feitas à zona dos lagos Nam Van e NAPE, e o alargamento da Zona do Aterro de Cotai. Todos estes aterros se deveram à necessidade de expansão territorial, sendo a aposta na primeira metade do século XX nos portos, uma vez que Macau era um importante entreposto comercial entre a Europa, a China e o japão e ponto de entrada e saída de mercadorias marítimas. Na segunda metade do século XX apostou-se no desenvolvimento de Macau com a criação de ligações terrestres entre as ilhas e a península, e verifica-se actualmente um grande e acelerado crescimento económico, baseado no acentuado desenvolvimento do sector do jogo e do turismo, as duas atividades económicas vitais desta região, que irão contribuir para a continuação das mudanças no território macaense.

Davide Trevisan, Joaquim Satori, Tarsis Soma, Tiago Andrade, Vanessa Fortunato

Robert Auzelle

O ensino do urbanismo na Sorbonne no tempo de Fernão Lopes Simões de Carvalho

Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris

A origem do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris inscreve-se no contexto institucional e intelectual do século XX que conhece, na Europa, o desenvolvimento de um conjunto de novas ideias e práticas de planeamento urbano. O surgimento da questão da habitação durante o século XIX, e especialmente as primeiros grandes iniciativas de habitação social, as reflexões em Paris sobre a extensão da urbana e serviços e equipamentos urbanos, nos subúrbios (o sistema público de transporte, com a construção do metro), ou o debate sobre a destruição das muralhas defensivas de Paris que levam à questão da renovação do "espaço aberto" são temas que renovam significativamente as reflexões sobre a cidade na Europa no alvorecer do século XX. (Coudroy de Lille, 1997)

Em 1911 foi criada em Paris a Sociedade Francesa dos Urbanistas, da qual faziam parte, entre outros, os arquitectos Alfred Agache, Marcel Auburtin, André Berard, León Jaussely, Henri Prost e os paisagistas Jean Nicolas Forestier e Edouard Redont. O papel destes técnicos foi decisivo na preparação da primeira lei urbanística francesa, "*L'Aménagement, l'embellissement et l'extension des villes*", sancionada em 1919 e parcialmente reformada em 1924 – Lei *Cornudet.* Esta lei exigia que os municípios com mais de 10 mil habitantes possuíssem um plano regulador (Gutiérrez, 2007).

A Escola de Altos Estudos Urbanos foi criada, também, em 1919. O seu primeiro director foi o historiador Marcel Poëte, e o corpo docente constituído por professores de várias áreas, sendo a pluridisciplinaridade uma das características inovadoras desta escola. A sua função seria ensinar, aprofundar e divulgar as novas ideias do "urbanismo", considerado, à época, uma verdadeira causa social. Em 1924, A Escola de Altos Estudos Urbanos integra a Sorbonne, tornando-se no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. (Coudroy de Lille, 1997)

Em 1926, Pierre Lavedan, historiador de grande influência na época, publica "Histoire de l'urbanisme", mencionando Marcel Poête e o seu conceito de cidade como "organismo vivo", evocando também o sociólogo Marcel Mauss, que defende a existência de uma "morfologia social" que envolve «*tudo o que serve o funcionamento da vida colectiva*» (Juncal, 2012: 65), ou seja, uma ideia-base para a concepção de um planeamento urbanístico nos moldes como este seria entendido ao longo do século XX. Já Lavedan defendia que a geografia determinava o espaço urbano, tendo como pontos de referência a topografia espacial e os elementos naturais do sítio. Acreditava, também, na

igualdade entre a população e na inexistência de distinções entre raças ou géneros – «*O habitante de Mont-martre é diferente do cidadão do 18º 'arrondissement' e embora o homem de Batignolles, de Belleville e de Auteil não tenha qualquer título nobre ou artístico, é igualmente afeiçoado ao seu quarteirão*» (Juncal, 2012: 66).

Por seu lado, Gaston Bardet, arquitecto e urbanista diplomado pelo Instituto de Urbanismo de Paris em 1936, introduziu métodos analíticos para a compreensão do fenómeno urbano, defendendo que a sua investigação não se deveria limitar apenas à cidade em si, devendo-se analisar toda a região envolvente, segundo diversos pontos de vista, como espirituais, geográficos, históricos e económicos, elaborando diagnósticos tendo em conta os factores históricos e humanos.

Robert Auzelle

Em 1945, Robert Auzelle foi nomeado professor no Institut d'Urbanisme por Paul Lavedan, leccionando *Teoria Geral do Urbanismo*, cujas aulas foram frequentadas por Fernão Lopes Simões de Carvalho durante a sua estadia em Paris. Vivia-se então a fase de reconstrução após a II Guerra Mundial, dando a Auzelle e a outros arquitectos e urbanistas uma oportunidade de testar na prática as suas teorias em relação ao urbanismo e à concepção urbana.

Robert Auzelle defendia um conceito de cidade funcional, baseando-se em parte na Carta de Atenas, mas com especial ênfase no conceito de unidades de vizinhança como elementos de desenho da cidade, evitando um *zoning* excessivo. Simões de Carvalho, fortemente influenciado por Auzelle, define o urbanismo como uma «*ciência política, social e económica*» (Simões de Carvalho, in Milheiro/ Fiúza, 2013: 15-18), pois mais do que a elaboração do desenho urbano, o papel do urbanista é «*a capacidade de adopção de um método mais chegado às ciências sociais, económicas e demográficas numa visão integrada e técnica*» (*idem*).

Robert Auzelle tinha em consideração alguns pontos-chave para o desenvolvimento dos planos urbanos, organizados segundo alguns tópicos, tais como: Conceito do Sítio, Interdisciplinaridade e método analítico; Urbanismo; Cidades Jardim; Cidade Funcional. O primeiro ponto a ser estudado é o território, através de estudos cartográficos, geográficos e topográficos. Auzelle traz também para a disciplina do urbanismo a análise da cidade pela via da sociologia, da história e da demografia, incluindo inquéritos e outros estudos, essenciais para a compreensão das necessidades das populações, do local e da cidade. O urbanista é portanto visto por Auzelle como um coordenador das várias disciplinas que concorrem para a compreensão do fenómeno urbano. A referência quer à cidade-jardim, quer à cidade funcional, indicam a confluência no pensamento de Robert Auzelle dos desenvolvimentos na teoria do urbanismo desde o final do século XIX, como a importância dada pelo conceito de cidade-jardim à separação entre os núcleos residenciais e industriais. Apesar de dar bastante importância à cidade funcional, Robert Auzelle «*recusava a tábua rasa da Carta de Atenas (1933), mas aplicava os seus conceitos de cidade funcional*», separando a cidade por funções, habitação, trabalho, lazer e circulação, «*com implicações ao nível da rede viária*» (*idem*).

Simões de Carvalho iniciou os seus estudos no Instituto de Urbanismo de Paris em 1955. No primeiro ano frequentou, como referido, as aulas de Robert Auzelle – *Theorie Generale de l'urbanisme*. O plano de estudos desta disciplina – de acordo com a transcrição das notas do livro *Theorie Generale de L'urbanisme* do Institut D'Urbanisme de l'Université de Paris, compiladas por Simões de Carvalho – era composto pelas seguintes sessões: Planeamento urbano: sua razão de ser e os pressupostos – território – a Carta de Atenas; Planeamento e Biologia, Planeamento e Sociologia, Planeamento e Economia, Planeamento e Demografia e História Geográfica. O restante plano da disciplina era composto por: A) Estudos Preliminares: 1) História; 2) Métodos de Trabalho; 3) Meios de Expressão; 4) Exemplos de investigações. B) Desenvolvimento – desenvolver plano director; C) Conhecimento do *dossier* de regulamentação; D) Aplicação do projecto de desenvolvimento.

No segundo ano, a mesma disciplina organizava-se segundo o estudo de: Urbanismo Técnico – Introdução; Zoneamento e consolidação do terreno; Áreas residenciais; Escalões territoriais, as casas – tipos de *habitats*; Construindo o estabelecimento; *Habitats* defeituosos; *Networks*; Áreas industriais; Espaços urbanos não desenvolvidos; Circulações. Estudava-se, ainda nesta disciplina: O desenvolvimento de novas áreas urbanas: Bairros, cidades; e Planeamento Regional: Métodos de trabalho, O desenvolvimento das regiões mais pobres.

Durante os vários anos do curso, Simões de Carvalho teve outras disciplinas, também com outros professores de referência. Estudou

História do Urbanismo e Evolução económica das cidades com os professores M. Lavedan e M. Hugueney, *Arte do engenheiro Municipal* com os professores M. F. Sentenac e M. CH. Boulesfeix, *Teoria da Geometria, Arte dos Jardins, Geografia e Urbanismo, Geografia Urbana* com os professores M. Dubuisson, M. Joffet e M. Clozier, *Higiene Pública e Social das Cidades* com o Professor M. R. Hazemann, *Geografia das Cidades e Sociologia Urbana* com o Professor M. Sorre e, por último, *Legislação do Urbanismo* com os professores M. Burdeau e M. Thiébaut.

Plano Director de Luanda

Entre 1961 e 1966, Simões de Carvalho foi chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda. Ao longo desses cinco anos elabora o plano director municipal de Luanda e vários planos de pormenor em conjunto com outros colaboradores do seu *atelier*. Uma vez que Luanda tinha uma forte necessidade de construir infraestruturas de habitação, rapidamente o arquitecto deu início aos planos de pormenor das Unidades de Vizinhança, nomeadamente as do Bairro Prenda (n.º 1 e n.º 3). Totalmente consciente dos problemas de Luanda, Carvalho defende que o plano urbano está ligado ao desenvolvimento político, social e económico. Todo o seu pensamento para Luanda tem uma forte vertente ideológica, baseada na análise sociológica em conjunto com a sua interpretação científica do urbanismo, como forma de evitar a separação de classes e de resolver a questão do musseque luandense.

A elaboração do plano director obedecia, por um lado, à questão de Carvalho recusar a edificação em altura na baixa da cidade, numa zona demasiado próxima do mar, o que iria aumentar significativamente o custo das fundações. Por outro lado, o plano director serviria para promover a miscigenação racial e social. Para perceber as condicionantes da cidade, foram realizados inquéritos às populações. A visão de Simões de Carvalho para Luanda foi apresentada pelo próprio na comunicação "Luanda do Futuro", no 1º Colóquio Nacional de Municípios, em 1963.

«*Em 1980, os* (...) *500.000 habitantes* [de Luanda] *viverão distribuídos em unidades de Vizinhança, bairros de 3 mil habitantes a 10.000 almas, com equipamento próprio -escolas primárias, jardins escolas, creches, centro elementar de saúde, cinema, capela, comércio e artezanato* [sic] *para as necessidades quotidianas, espaços livres e arborizados, campos de jogos, etc. Isto é, junto dos locais em que se vive a distâncias calculadas, haverá tudo o indispensável ao perfeito e harmónico desenvolvimento da vida* (...). *Cada uma destas unidades, bairros, células ou sectores, serão lugares em que o "Espaço, o Sol e a Verdura" dominarão, provocando a calma, e ajudando ao equilíbrio psíquico do indivíduo*» (Carvalho *in* Milheiro, 2012: 221).

O plano director tinha como um dos objectivos essenciais levar à construção nos musseques das Unidades de Vizinhança a Sul, uma vez que a expansão consolidada para Sul era fundamental para acompanhar a relação habitação-trabalho. O plano propunha várias zonas industriais a Sul do aeroporto, assim como dois eixos viários, um que ligava à Ilha de Luanda, libertando a baixa a nível de congestionamento automóvel, e outro que fazia a ligação da zona de Nordeste com a zona de expansão a Sul.

Os inquéritos efectuados como preparação para a elaboração do plano director revelaram também a existência de terrenos bastante argilosos. O arquitecto aproveitou esses terrenos para a construção da Gare Ferroviária, cuja localização era bastante importante, uma vez que era aqui que se fazia a distribuição dos caminhos-de-ferro para a zona industrial portuária a Norte, e para a zona de expansão a Sul, acompanhando sempre as novas zonas habitacionais e industriais: o centro industrial principal do Grupo da Mulemca (refinarias de petróleo e de óleos vegetais, fábricas de cimento, azotados, etc.); a Nova Zona Industrial; o Grupo da Estrada de Catete (fábrica de tabacos e outras indústrias condicionadas); Indústrias condicionadas (moagem, cerveja e outras); Indústrias diversas e armazéns (sacaria, etc.); e Indústria condicionada tipo "*trading – estate*".

Uma vez que o arquitecto não concordava com a construção em altura na Baixa, propôs aos proprietários dos terrenos vazios no musseque Prenda uma troca: iria ser permitida a construção em altura nesses terrenos e essa troca era incentivada pela rápida execução do plano. A localização mais periférica da construção em altura tinha como objectivo a libertação da baixa da cidade para a implantação de maiores áreas livres, para o alargamento das faixas viárias e para a construção de dois grandes parques de estacionamento.

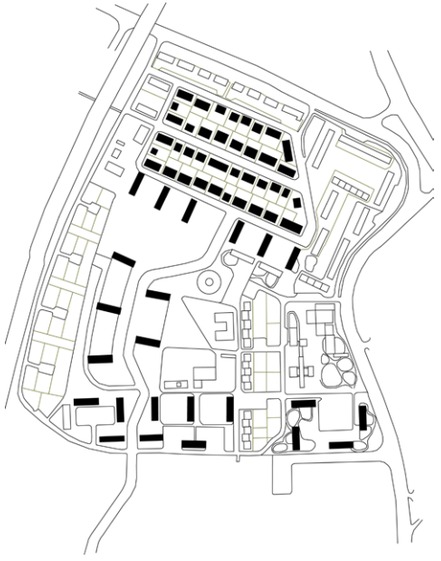
Simões de Carvalho defendia o zonamento (não de funções mas de unidades de vizinhança) para evitar o congestionamento de trânsito da casa para o trabalho e vice-versa. A implantação dos novos sectores habitacionais

da cidade em pleno musseque tinha em vista a integração de algumas das construções existentes, revelando a sensibilidade de Simões de Carvalho perante a realidade de Luanda, e levando-o a defender que «*o urbanista pretende sempre conseguir proporcionar a harmonia entre a população e esta harmonia não se consegue fazendo segregação rácica e económica entre as pessoas» (Simões de Carvalho, in Gama, 2012).* Carvalho procurou atingir esta harmonia através da criação de condições habitacionais nas áreas então mais periféricas da cidade, localizando infraestruturas e serviços básicos como hospitais e escolas.

Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda - Plano

Na concretização do plano para a Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda, Simões de Carvalho aplica a sua concepção de urbanismo, procurando articular o bairro com a cidade através do sistema viário, recorrendo assim a «*Le Corbusier para a organização da circulação viária e articulação entre os vários sectores, aplicando o conceito de classificação viária das sete vias*» (Milheiro/Fiúza, 2013: 15-18). Carvalho defende que as unidades de vizinhança eram fundamentais para a composição da cidade, sendo formadas por zonas residenciais, de trabalho, de lazer e comerciais, facilmente acessíveis a pé pelos moradores.

A Unidade de Vizinhança n.º 1 foi a mais concretizada, seguindo desenho arquitectónico



Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda - Plano

do próprio Simões de Carvalho, e pretendendo ser um modelo para as restantes unidades. Tinha o objectivo de abranger, em novos edifícios, residentes de todas as etnias e estratos socio-económicos, mas com a interrupção da sua construção tal não se chegou a verificar. A zona dedicada à população indígena nunca chegou a ser concluída, tal como a zona escolar. Os principais equipamentos estavam pensados para a zona comercial que permitia fácil circulação, tanto pedonal como automóvel. O plano desenhado por Carvalho era delimitado pelas V3, «*vias rápidas reservadas exclusivamente à circulação mecânica e que carecem de passeios e sobre as quais não dá nenhuma porta de casa ou edifício*» (Lima *in* Prado, 2011: 150).

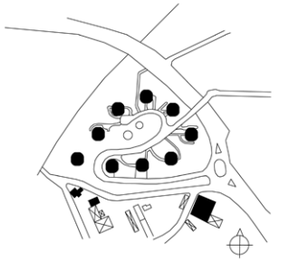
A unidade de vizinhança deveria funcionar como um bairro autónomo, com acesso a todas as funções necessárias para o a vida quotidiana. A construção dos edifícios de habitação colectiva era sobre *pilotis*, o que permitia libertar o terreno que poderia ser ocupado por parques de estacionamento, praças, áreas verdes e equipamentos públicos.

Dos 28 edifícios de habitação colectiva projectados, só foram construídos 20, destinados a população de classe-média, seguindo o Plano de Pormenor e fazendo, em parte, uso do esquema em semidúplex – «*O duplex é uma grande solução para o clima tropical, porque tem duas fachadas e consegue-se ventilar, fazer ventilação transversal. Evita o ar condicionado (...). Mas em vez do duplex, utilizei uma solução intermédia, o semidúplex, que apliquei nos prédios todos*» (Carvalho in Prado, 2011: 242). As habitações destinadas para autoconstrução pela população indígena não chegaram a ser construídas, tal como a maioria dos edifícios da zona comercial.

Comparação entre a Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda e alguns planos compilados por Robert Auzelle para a colecção Documents d'Urbanisme

Habitations à Stockholm, Danvikslippan (Suécia)

Este conjunto habitacional em Estocolmo ilustra a necessidade de uma adaptação perfeita ao terreno e da concepção da arquitectura tendo em conta as particularidades do lugar. Auzelle defende que a obra deve nascer da liberdade criativa do arquitecto, o que não é compatível com regulamentos rígidos. Neste projecto, devido à exiguidade do terreno, optou-se pela construção de nove torres



Habitations à Stockholm, Danvikslippan (Suécia)
Sven Backström, Leif Reinius, 1945

ocupando o mínimo de superfície e respeitando o plano director. O projecto resulta num conjunto de edifícios cuja silhueta se apresenta massiva, mas que não constitui uma muralha, proporcionando uma largueza de vistas aos seus habitantes. Também no bairro Prenda se nota a importância dada ao lugar através da adaptação da arquitectura ao clima tropical, com sistemas de ventilação cruzada. A aposta na construção em altura permitiu libertar o terreno para espaços públicos. O Prenda impôs-se na paisagem da cidade com uma imagem forte de conjunto.

Habitations à Lidingo, Torsvikshojden (Suécia)

O conjunto habitacional em Lidingo, da autoria dos arquitetos Stig Ancker, Bengt Gate, Sten Lindegren, encontra-se a 15 minutos de Estocolmo, e situa-se ao longo da principal artéria de ligação entre Lidingo e a capital, sendo servido de transporte público (eléctrico).

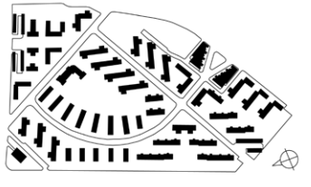
O bairro foi construído em três etapas e é administrado pela empresa proprietária e construtora, a Societé B.E.F.A.. Um dos

Habitations à Lidingo, Torsvikshojden (Suécia)
Stig Ancker, Bengt Gate, Sten Lindegren, 1946-48

objectivos do plano foi libertar a zona central do terreno devido a questões de ocupação do solo reguladas pelo plano director da vila, reservando essa área para um parque. O conjunto edificado caracteriza-se pela variação das alturas dos edifícios, cuja implantação foi realizada tendo em consideração uma grande economia de meios, alguns edifícios existentes e o sistema de vistas. Assim, quatro edifícios situados a oeste têm apenas três pisos de modo a fazerem uma transição suave entre os volumes de moradias já existentes e os edifícios projectados. Os equipamentos necessários à vivência do bairro foram construídos, ocupando a zona este (clube, cinema, lojas, etc) e nordeste (zona escolar) do plano. O bairro Prenda foi implantado junto a vias importantes de acesso à cidade. O plano térreo foi libertado, devido à construção em altura e sobre pilotis, e deveria ser ocupado por equipamentos e serviços, mais concentrados na zona central do plano, e espaços públicos. A diferença de alturas entre os edifícios dá uma maior diversidade ao conjunto e também reflecte relações com construções pré-existentes.

Lakeview Terrace, Cleveland, USA

O projecto Lakeview Terrace está localizado numa colina com vista para o lago Erie. Projectado pelo arquitecto Wallace Teare e financiado pelo governo após a crise de económica de 1933, o plano compreende 44 edifícios residenciais, entre edifícios de apartamentos e casas geminadas, e vários equipamentos, como um centro comunitário com várias valências, garagens, campo de jogos, pequenos espaços ao ar livre destinados às crianças, entre outros. Devido ao declive do terreno é possível a todos os moradores usufruir da vista para o lago, sendo que os edifícios de habitação aumentam de altura conforme são implantados mais longe do lago. Para o bairro Prenda, Simões de Carvalho, também projectou diferentes tipologias de edifícios, desde moradias para classes mais altas, passando por edifícios de habitação colectiva para a classe média, até casas em regime de autoconstrução para a classe mais baixa.



Lakeview Terrace, Cleveland, USA
Wallace Teare, 1933-37

Carolina Botelho, Catarina Mestre, Frederico Pacheco, Fernanda Di Paula, Vítor Jardim

Fernão Lopes Simões de Carvalho e Luanda

Estudo comparativo entre a Unidade de Vizinhança do Prenda e o Bairro dos CTT

Luanda é hoje uma cidade em constante transformação. É uma cidade dual, composta por uma área urbanizada, fruto de planeamento, e por áreas de génese informal, organizadas e construídas pelas mãos dos seus habitantes, perante um sistema formal incapaz de suprir as suas necessidades.

Estas zonas contrastam com o centro urbanizado, área multifuncional, onde se localiza a maioria dos equipamentos e serviços, e edifícios com acesso às redes municipais de saneamento, abastecimento de água e eletricidade. Porém, a distinção entre cidade formal e informal não é tão simples como pode parecer à primeira vista, pois uma e outra vêm crescendo numa contínua relação de interdependência.

Este trabalho foi elaborado a partir de três fontes principais: Maria Manuela da Fonte (2007); Joana Venâncio (2013) e Inês Lima Rodrigues (2014). As três investigações, correspondendo a teses de doutoramento e a dissertações de mestrado, forneceram os dados principais sobre a biografia do arquitecto e sobre a história do Prenda, assim como alguns dos conceitos usados na descrição e estratégias utilizadas.

Arquitecto Simões de Carvalho

Fernão Lopes Simões de Carvalho nasce a 27 de Outubro de 1929 no Bairro dos Remédios em Luanda, frequenta o Liceu Salvador Correia. Aos 14 anos muda-se para Lisboa e conclui a licenciatura em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes em 1955, mas cedo percebe que os seus maiores interesses são a disciplina de urbanismo e o acompanhamento de obra.

Ainda em Lisboa, estagia no atelier dos arquitectos Lima Franco e Manolo Pottier, onde permanece por um curto período de tempo. Procura então o Gabinete de Urbanização do Ministério do Ultramar, onde estagia com os arquitectos João Aguiar e Lucínio Cruz, até 1956.

Nesse mesmo ano, e numa estratégia de autoformação, segue para Paris onde acaba por estagiar no escritório de André Wogenscky, arquitecto responsável pelos projectos de execução de Le Corbusier, sendo destacado para trabalhar no projecto da Unidade de Habitação de Berlim. Nesta experiência profissional única destaca-se também a sua colaboração em projectos como o Convento de La Tourette ou o Pavilhão do Brasil, no Campus Universitário de Paris, do qual Lúcio Costa é co-autor e Simões de Carvalho *architecte de chantier*. Aí acompanha o modo como Le Corbusier age em estaleiro e aprende o sistema Modulor que irá utilizar na sua prática profissional.

Ainda neste mesmo período, e como bolseiro do governo francês, frequenta o Curso

de Urbanismo da Sorbonne que lhe garante o diploma em urbanismo no Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris, em 1959.

Com este espírito visionário, regressa à sua terra natal e logo vai trabalhar, como Arquitecto Urbanista na Comissão de Urbanização e Turismo de Corimba, no Plano de Urbanização do Futungo de Belas (1960-1962) e na Junta de Povoamento Agrário do Vale de Bengo (1960-1963), onde desenvolve o projecto para o aldeamento da Quilunda.

Entretanto, a partir de Abril de 1961 cria e chefia o Gabinete de Urbanização de Luanda, formando uma equipa constituída por oito arquitetos, três engenheiros, um topógrafo, um artista plástico, dez desenhadores e um maquetista, orientando-a intencionalmente segundo os princípios modernos em que se formou, dando extrema importância à topografia do território e à teia de complexas relações económicas e sociais presente na sociedade colonial luandense.

Nesse mesmo ano, elabora, com uma equipa de arquitectos (António Campino, Domingos Silva, Luis Traquelim da Cruz, Fernando Alfredo Pereira, Rosas da Silva, Vasco Morais Soares), o Plano Director de Luanda (1961-1962), sendo desenhados perto de uma centena de Planos Parciais de diversas categorias: um Centro Governativo, um Centro Desportivo, zonas industriais, toda a zona turística da Ilha de Luanda, Unidades de Vizinhança no Bairro Prenda, eixos viários principais, vias de cintura, entre outros.

Colabora com a Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola (1962-1965) no projecto do bairro Cazenga - para o qual projecta a Capela (1962-1964) e o Conjunto Assistencial da Cazenga (centro social, centro elementar de saúde, creche e jardim escola, 1963-1965) -, e no Mercado do Caputo (1962-1965).

Projecta também bairros residenciais, como o Bairro de Pescadores com 500 fogos da Ilha de Luanda (1963-1966) em colaboração com José Pinto da Cunha.

Também desenha edifícios públicos de grande porte urbano, como o Centro de Radiodifusão (1963-1967), *"obra pioneira, sustentada na grande pesquisa feita em vários países e em edifícios de programa similar, foi construído com grande rigor técnico, especialmente a nível acústico"* (Fonte, 2007).

Em 1966 constrói a sua própria casa no Bairro Prenda. No ano seguinte, regressa a Lisboa para integrar a Câmara Municipal como chefe de divisão de planeamento do Gabinete Técnico de Habitação, onde permaneceu até à revolução de Abril.

Por ausência de encomendas, face à instabilidade política que se gerou, parte para o Rio de Janeiro. Na Tijuca, Simões de Carvalho trabalha no escritório do arquitecto Horácio Camargo, participando no concurso para a Escola Naval dos Fuzileiros da Armada.

É a partir do Brasil que projecta os Blocos de Habitação Colectiva para os funcionários dos CTT de Luanda (1968-1969), que constituem uma obra expressiva em betão aparente.

No ano de 1979, antes de regressar definitivamente para Lisboa, realiza o plano da cidade Vilas do Atlântico para a empresa Odebrecht.

Em Portugal, dedica-se à conclusão da sua residência em Queijas, que esteve interrompida desde que partiu para o Brasil. Nesta moradia atribui uma importância plástica ao betão armado, característica da sua arquitectura africana.

Em Lisboa, reingressa na Escola Superior de Belas Artes na qualidade de docente de projecto até 1995. Na Câmara Municipal de Lisboa torna-se assessor de Urbanismo e Planeamento. Actualmente, continua a trabalhar nos seus projectos e desenvolve múltiplas actividades para o sector privado.

O Bairro Prenda

Enquanto chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, Simões de Carvalho é autor dos planos Parciais das Unidades de Vizinhança e do próprio Plano Director da Cidade de Luanda (1961-1962).

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Gabinete foi a recolha de dados sobre a cidade, através de vários inquéritos e estudos no musseque Prenda e noutros bairros.

O Plano Director da cidade é elaborado a pensar na dimensão populacional futura, como justifica Simões de Carvalho no seu artigo "Luanda do Futuro". É proposto um sistema viário influenciado na regra do 7Vs de Le Corbusier, e pretende-se unir a cidade ao interior da província através de dois grandes eixos.

O centro Ferroviário será transferido da Baixa para o planalto do Cazenga, destinando esta estação Metropolitana tanto a passageiros

como a mercadorias, incluindo a ligação aos transportes rodoviários e a ligação directa ao porto e à zona industrial.

O plano divide todo o tecido urbano em Unidades de Vizinhança, usando como referência as vias principais e os equipamentos já existentes. Daí resultam as Unidades de dimensões variadas que agrupadas formam um Bairro.

Quanto às funções, estas devem distribuir-se por todos os bairros, inclusive as zonas industriais condicionadas. Assim, outra das primeiras medidas do Gabinete foi encomendar um estudo dos solos, com a intenção de perceber onde seria possível construir em altura.

Com o início da Guerra Colonial em Angola, o Plano Director não chega a ser elaborado, passando-se directamente para os Planos Parciais de algumas Unidades de Vizinhança.

Para desenhar as ditas Unidades de Vizinhança, a equipa do Gabinete, baseou-se em três princípios: hierarquização, nuclearização e miscigenação (Rodrigues, 2014). Estas Unidades seriam constituídas por diferentes tipologias de habitação destinadas a famílias de diferentes classes sociais. O objectivo seria acabar com os musseques e com a segregação existente, procurando melhorar as condições de vida da população mais desfavorecida, através da sua adaptação a um estilo de vida urbano.

A Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda pertence ao distrito de Maianga, um dos seis que constituem o Município de Luanda.

No séc. XIX toda a zona de Luanda era considerada uma área rural pela existência de muitos musseques. A história do musseque Prenda é semelhante à de muitos outros. O nome deve-o a um europeu cujo *arimo* se localizava à volta de um primeiro núcleo de cubatas.

Embora, em 1973, o bairro pertencesse à periferia Sudoeste da cidade de Luanda, actualmente encontra-se numa localização privilegiada, muito perto do centro da cidade.

Os terrenos nos quais se situa o musseque terão sido comprados pela Câmara Municipal aquando da presidência do Eng. Câncio Martins. Para além da construção da Unidade de Vizinhança nº1, estava também previsto o projecto para uma Cidade Universitária, tendo sido oferecida uma parte do terreno à Universidade de Luanda, mas a sua construção nunca se efectivou devido à falta de capital. Como consequência, e com o início da guerra colonial em 1961, os terrenos começaram a ser ocupados de forma informal.

O plano parcial da Unidade de Vizinhança nº1 foi elaborado por Simões de Carvalho em parceria com o arquitecto Luiz Taquelim da Cruz, entre 1961 e 1963, já o projecto de arquitectura foi realizado em conjunto com os arquitectos José Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira entre 1963 e 1965.

Esta Unidade de Vizinhança previa a acomodação de uma população de 5.000 a 10.000 habitantes numa área de aproximadamente 27 hectares.

A unidade compreendia quatro diferentes tipologias de habitação, consoante a classe económica dos futuros residentes: moradias unifamiliares para a classe alta, habitação colectiva para a classe média e habitações em regime de autoconstrução, para as classes mais baixas.

Os equipamentos são associados à rua comercial e aos edifícios de habitação colectiva, aproveitando os espaços livres criados pela construção sobre pilotis e pela organização da Unidade de Vizinhança. Foram planeados um mercado, um cinema, uma galeria comercial, creches, escolas e um centro elementar de saúde e a área sul foi reservada para estabelecimentos de ensino secundário.

A construção dos blocos de habitação colectiva foi alocada em concurso público à companhia de construção PRECOL (Predial Económica Ultramarina), a qual encarregou Simões de Carvalho de elaborar os projectos de arquitectura. O projeto arquitectónico segue, assim, os mesmos princípios orientadores do plano urbano.

As diferenças entre as tipologias de edifícios assentam sobretudo na sua implantação e altura condicionadas pela localização no plano e na dimensão dos apartamentos. Independentemente da diversificação dos blocos de habitação, têm os mesmos princípios de composição e construção.

Em 1975, com a independência de Angola, e o início da guerra civil, a construção do projecto nunca chegou a ser concluída.

Dos 28 blocos de habitação planeados, apenas 20 foram terminados e 3 ficaram

incompletos. Muitas das vivendas terão sido construídas, tal como a casa do arquitecto Simões de Carvalho (1966). Os equipamentos colectivos não chegaram a ser construídos.

Actualmente, o Bairro Prenda apresenta-se como uma área atractiva, com infraestructuras, bons acessos, próxima do centro da cidade e com terrenos livres. Daí a densificação que se pode observar, onde o musseque ocupa os amplos espaços públicos entre os blocos de habitação, bem como os lotes dos edifícios que nunca foram construídos.

A ocupação e construção informal são as soluções encontradas na tentativa de superar as dificuldades da guerra e continua até à actualidade.

"Hoje tenho uma pena imensa ver o Prenda que nunca foi completado, porque o Prenda não era para ter 1/3 de população economicamente débil, mas sim 2/3, mas o governo disse, se vamos fazer unidades de vizinhança com 2/3 de população indígena e 1/3 europeia, os europeus não vão querer ir para lá." (Fernão Lopes Simões de Carvalho)

Estudo comparativo entre o Bairro Prenda e o Bairro dos CTT

Em 1968, dá-se o início da construção dos blocos de habitação colectiva para os funcionários dos CTT de Luanda, em parceria com Joaquim António Lopo de Carvalho. Situado num vazio urbano localizado na área de Rangel, em Luanda Norte. De todo o plano habitacional, apenas um bloco foi construído, composto por quatro corpos unidos através de caixas de escadas em betão à vista.

Simões de Carvalho, como arquitecto e urbanista, sempre foi atento à realidade local, moldando a sua arquitectura consoante as exigências territoriais, sociais, culturais e climatéricas.

Numa análise comparativa das duas unidades de vizinhança é possível identificar algumas diferenças, nomeadamente: no bairro Prenda destacam-se edifícios isolados distribuídos de forma ortogonal; enquanto que no bairro para os funcionários dos CTT encontramos lotes unidos por caixas de escadas, que compõem um bloco com uma implantação mais orgânica.

Observamos que ambas as composições dos planos urbanos pretendem criar espaços de convívio e de comunicação visual entre blocos, o que reflecte uma preocupação e um objectivo de estabelecer uma interacção entre os vários estratos sociais que habitam esses locais.

No bairro Prenda, verificamos que a ideia de espaços de convívio é reforçada através de pilotis, que se situam no piso térreo dos blocos de habitação, criando assim uma fluidez da circulação em todo o conjunto.

Outra das diferenças que conseguimos observar é a disposição dos blocos, enquanto que no Prenda "assistimos" a uma construção mais vertical, no bairro dos CTT os blocos estendem-se na horizontal.

Atendendo à especificidade do clima, e sendo Luanda uma zona de clima tropical, o arquitecto dá extrema importância à questão da ventilação. No caso do Prenda, ao libertar o piso térreo através de pilotis, não só cria mais ventilação entres os edifícios, como espaços de sombra onde os habitantes podem conviver, no interior dos edifícios, a circulação do ar é feita através de corredores longitudinais, enquanto que no bairro dos CTT é aproveitado o espaçamento entre os corpos ao longo dos acessos verticais.

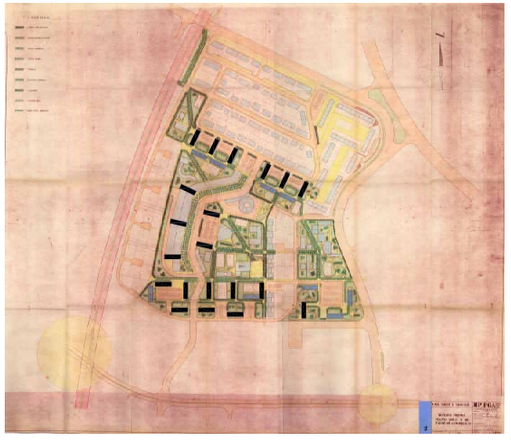
Relativamente aos materiais utilizados, constatamos que a unidade de vizinhança nº 1 do bairro Prenda é marcada pela importância plástica do betão armado que, posteriormente, é também utilizado nos CTT, desta vez de forma assumida, mantendo o betão e os tijolos à vista.

Em corte podemos analisar que as tipologias da unidade de vizinhança nº 1 dispõem-se em semi-duplex dividindo a zona pública da zona mais privada do apartamento através de meios pisos. No bairro dos CTT as tipologias são mais contidas e desenvolvem-se num só piso. Os meios pisos existem entre os lotes que partilham o mesmo acesso vertical.

É notável o processo evolutivo do desenho do arquitecto desde a Unidade de Vizinhança nº 1 até ao bairro dos CTT, acertando com as tendências internacionais da época. A utilização do betão à vista na arquitectura de Simões de Carvalho e o processo de aprendizagem sobre a sua utilização é extraordinária.

Tanto o bairro dos CTT, como a unidade de vizinhança nº 1 do bairro Prenda, foram projectados como estruturas urbanas regularizadoras da expansão de Luanda. Actualmente, ambos os bairros estão próximos do centro urbano de Luanda devido ao crescimento desmesurado da população nas últimas décadas.

Por diversas razões, nomeadamente politicas, económicas e sociais, os planos concebidos nunca foram finalizados como seria desejável.



Unidade de Vizinhança do Prenda . Plano inicial com indicação dos edifícios construídos

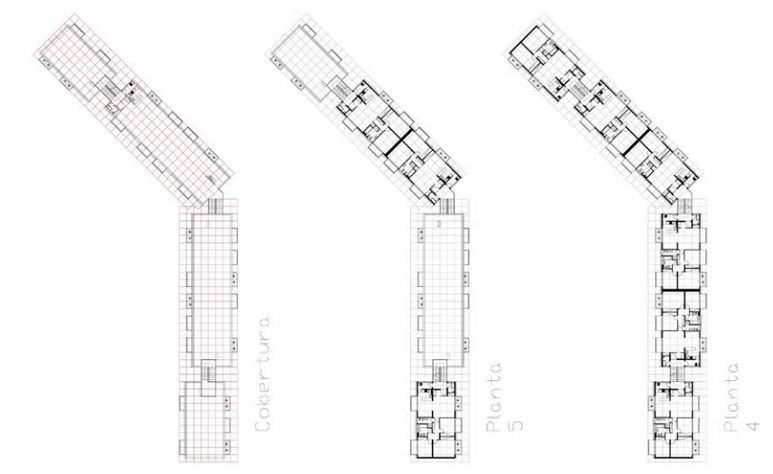
Unidade de Vizinhança do Prenda
PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Bairro dos CTT . Plano inicial com indicação do único bloco construído

Bairro dos CTT . PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Unidade de Vizinhança
do Prenda. Tipologias
(segundo Venâncio, 2013)

Unidade de Vizinhança
do Prenda. Sistema Viário
(segundo Venâncio, 2013)



Bairro dos CTT . Único Bloco de Habitação construído (levantamento das tipologias habitacionais)

João Costa, Rúben Almeida, Ana Graça, João Pereira
com Filipa Fiúza, Investigadora

Luanda e as Unidades de Vizinhança

Estudo comparativo com Lisboa

Introdução

As linhas orientadoras para este trabalho de iniciação à investigação, intitulado "Luanda e as Unidades de Vizinhança - Estudo comparativo com Lisboa", basearam-se na Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, elaborada, em 2013, pelo arquitecto Henrique Gama. Para além da bibliografia base fornecida pela docente, que deu a orientação geral do trabalho, foi elaborada uma pesquisa nos Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, e de mais bibliografia relativa ao tema.

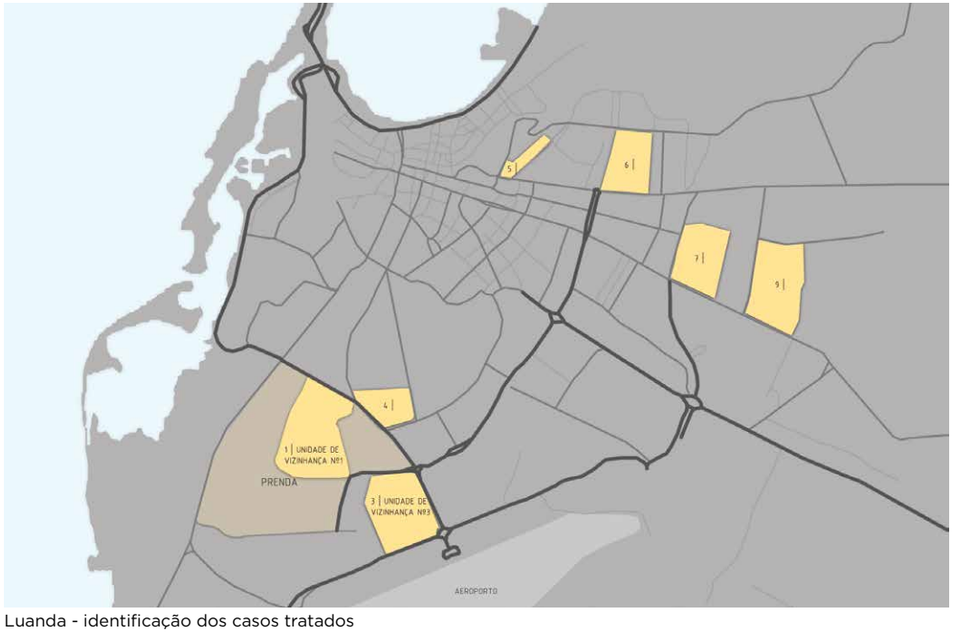
A metodologia aplicada teve em conta a análise e comparação dos Planos Urbanos / Planos de Pormenor e da concepção arquitectónica, aplicados nas Unidades de Vizinhança e nos Conjuntos Habitacionais relativos, respectivamente, às cidades de Luanda e Lisboa. Deste modo, procurou-se fazer uma breve análise histórica e de comparação entre planos urbanos mais gerais que influenciaram o crescimento das duas cidades, elaborados até à data dos casos de estudo. O entendimento do crescimento urbano de Lisboa e Luanda, através dos planos levantados, foi o ponto de partida para, posteriormente, serem comparados os vários Planos de Pormenor realizados para Luanda, pelo arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho, com os Conjuntos Habitacionais de Lisboa, mais propriamente, os conjuntos da Avenida Estados Unidos da América, Avenida Infante Santo e Avenida do Brasil. Só desta forma se poderia perceber a evolução e expansão de ambas as cidades e entender como estes planos se poderiam relacionar com base nas mesmas premissas.

Note-se que, os Planos de Pormenor de Luanda, estudados neste trabalho, correspondem ao levantamento fotográfico realizado na missão a Luanda, pela Professora Ana Vaz Milheiro e pela arquitecta Filipa Fiúza, em Novembro de 2014.

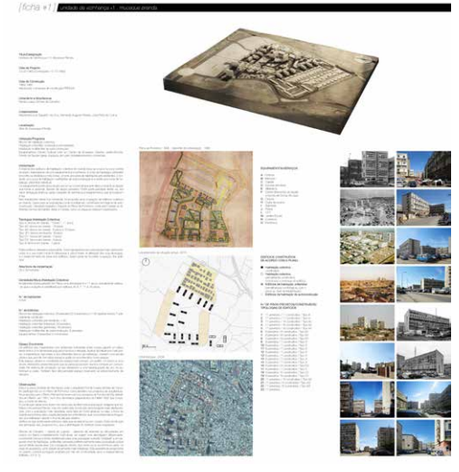
Deste modo, os Planos de Pormenor trabalhados foram os seguintes:

Unidade de Vizinhança n.º 1 – *Musseque Prenda;* Unidade de Vizinhança n.º 3 – *Musseque Prenda;* Unidade de Vizinhança n.º 4 – *Arranjo urbanístico da zona compreendida entre a Avenida de Lisboa, Rua Norton de Matos e Rua António Barroso;* Unidade de Vizinhança n.º 5 – *Arranjo urbanístico do Troço das Ruas Mousinho de Albuquerque e Conselheiro Aires de Ornelas*; Unidade de Vizinhança n.º 6 – *Musseque Burity;* Unidade de Vizinhança n.º 7 – *Unidade de Vizinhança situada entre a Zona Industrial Condicionada, Hospital de S. Paulo, Avenida Brasil e Rua Senado da Câmara.*

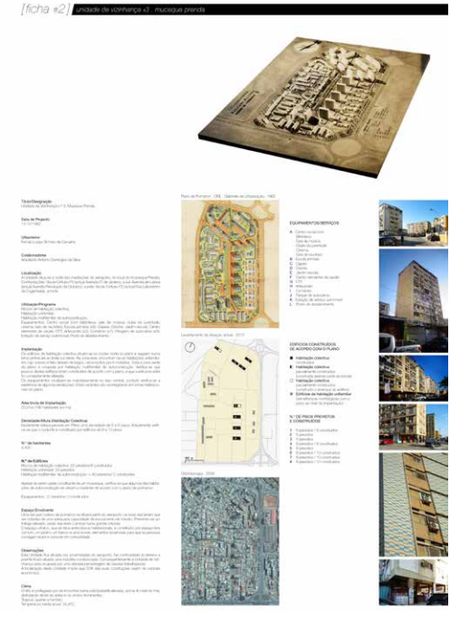
Para elaborar um estudo claro e objectivo destes planos, optou-se pela criação de fichas-tipo que permitissem uma comparação mais directa entre as várias Unidades de Vizinhança e Conjuntos Habitacionais.



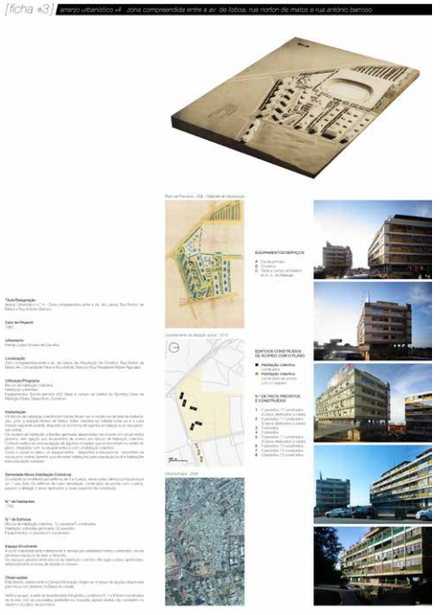
Luanda - identificação dos casos tratados



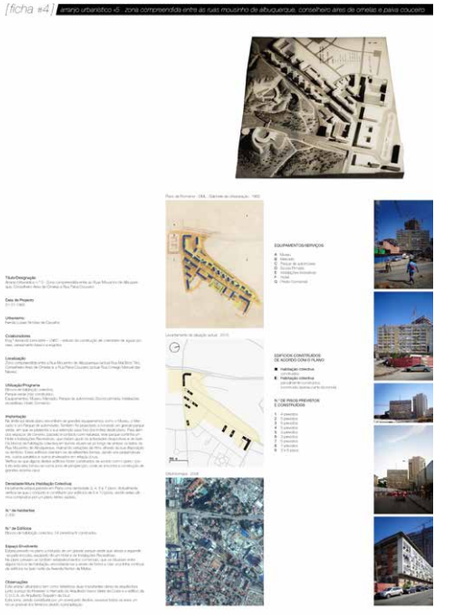
Unidade de Vizinhança n.º1: Bairro Prenda



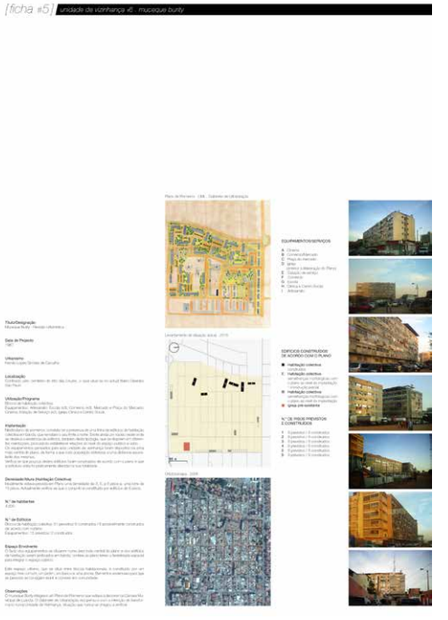
Unidade de Vizinhança n.º3 - Musseque Prenda



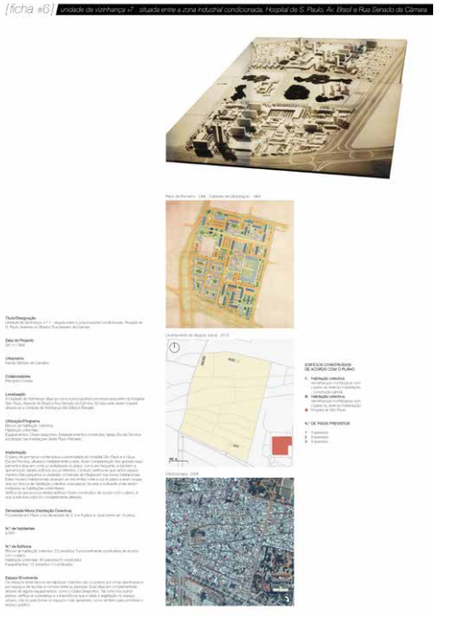
Arranjo Urbanístico n.º 4 - Zona compreendida entre a Av. de Lisboa, Rua Norton de Matos e Rua António Barroso



Arranjo Urbanístico n.º5 - Troço das Ruas Mousinho de Albuquerque, Conselheiro Aires de Ornelas e Rua Paiva Couceiro



Unidade de Vizinhança n.º6: Musseque Burity



Unidade de Vizinhança: São Paulo

Título/Designação
Unidade de Vizinhança n.º1: Bairro Prenda

Data de Projecto
12-02-1962 (Correcções: 12-10-1962)

Data de Construção: 1963-1965
Adjudicado à empresa de construção PRECOL

Urbanista
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores
Luís Taquelim da Cruz (urbanismo); Fernando Augusto Pereira e José Pinto da Cunha (arquitectura)

Localização
Situa-se na área do musseque Prenda.

Utilização/Programa
Blocos de habitação colectiva.

Habitação unifamiliar: individual e pré-existente

Habitação de autoconstrução.

Equipamentos: Centro Cultural com um centro de emprego; Creche; Jardim-escola; Centro de Saúde; Igreja; Espaços de lazer; Estabelecimentos comerciais.

Implantação
A maioria dos edifícios de habitação colectiva em banda situa-se a sul e no centro do plano, onde se vai intervalando com equipamentos e comércio. A zona de habitação unifamiliar encontra-se dividida por três zonas: a norte uma área de habitações pré-existentes, a nordeste uma zona de habitação de auto-construção e a oeste uma zona de habitação unifamiliar individual.

Os equipamentos principais situam-se na rua comercial que permitiria uma fácil circulação automóvel e pedonal, através de largos passeios. Outra particularidade desta via, era servir de ligação entre as várias unidades de vizinhança e equipamentos que iriam para Sul.

Nas imediações desta rua comercial, foi proposta uma ocupação com edifícios colectivos em banda, casas para as populações locais e para os indígenas, estas últimas construídas em regime de autoconstrução. A localização das várias formas de habitar devia respeitar o traçado do Plano de Pormenor, sendo visível a sua diferenciação.

Tipologias (Habitação Colectiva)
Tipo A: blocos em banda - “Torres” – 11 pisos

Tipo A2: blocos em banda - 16 pisos

Tipo A3: blocos em banda - 6 pisos e 16 pisos

Tipo B1: blocos em banda - 6 pisos

Tipo D1: blocos em banda - 7 pisos

Tipo D2: blocos em banda - 6 pisos

Tipo X: blocos em banda - 7 pisos

(segundo Venâncio, 2013)

Estes edifícios, elevados sobre pilotis, foram apropriados por populações mais desfavorecidas, e a sua matriz inicial foi deturpada a vários níveis. A alteração das suas tipologias, e o preenchimento da base dos edifícios, fazem parte da incorrecta ocupação dos edifícios.

Área bruta de implantação
25 a 30 hectares

Densidade/Altura (Habitação Colectiva)
Inicialmente estava prevista em Plano uma densidade 6 e 11 pisos. Actualmente verifica-se que o conjunto é constituído por edifícios de 6, 7, 11 e 16 pisos.

N.º de habitantes
5.500

Público alvo
População classificada em 3 grupos: “débil, média e burguesa”. (segundo memória descritiva)

N.º de Edifícios
Blocos de habitação colectiva: 28 previstos/22 construídos (ffi1150 apartamentos) /1 parcialmente construído

Habitação unifamiliar pré-existente: ffi 50

Habitação unifamiliar independente: 24 previstos

Habitação unifamiliar geminada: 18 previstos

Habitação de autoconstrução: 9 previstos

Equipamentos: 8 previstos/ 0 construídos

Espaço Envolvente
Os edifícios são implantados com distâncias suficientes entre si para garantir um plano térreo livre e uma densidade populacional pouco elevada. Apesar da influência Corbusiana, a implantação das torres e dos diferentes blocos de habitação mantém uma escala urbana que permite formalizar espaços públicos reconhecidos como “pracetas”. (Milheiro, 2012: 228)

Este espaço urbano é constituído por espaço livre comum essencial para que as pessoas possam reunir e conviver em comunidade. No sistema de circulação, as vias obedecem a uma hierarquização de uso, do automóvel ao peão. Também terá sido pensado espaço reservado ao estacionamento de veículos.

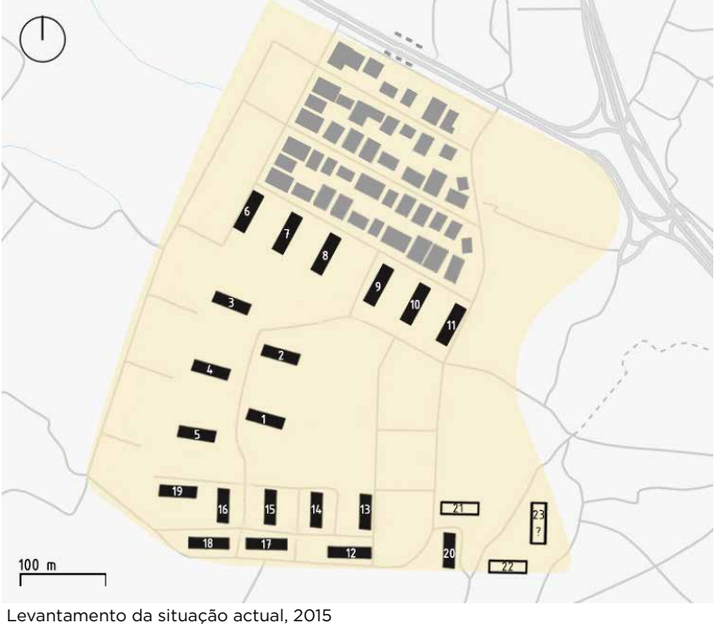
Observações
Esta é a única Unidade de Vizinhança onde o arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho participa não só no Plano de Pormenor como também nos projectos de arquitectura.

As propostas para o Bairro Prenda inscrevem-se nos princípios da *Functional City* debatidos em Berlim, em 1931, num dos seminários preparatórios do CIAM 1933 que consagrou a Carta de Atenas. (Milheiro, 2012: 228)

A construção deste novo bairro não seria para acolher toda a população indígena que habitava o musseque Prenda, mas sim parte dela. A inclusão da população mais desfavorecida, com a população mais abastada, seria feita de modo gradual, ou seja, a troca da cidade espontânea pela cidade planeada era a tendência, que os profissionais portugueses aconselhavam desde o final da década anterior. (Milheiro, 2012: 216)

Verifica-se que ainda existe estrutura viária que se relaciona com o plano. A construção das principais vias proporcionou que a delimitação do território fosse respeitada.

Simões de Carvalho – natural de Luanda – sabendo de antemão as dificuldades em propor um bairro completamente multi-racial, vai sugerir uma abordagem diferenciada, construindo blocos e torres residenciais para uma população colonial “civilizada” e um segundo nível de habitação, unifamiliar, pensada preferencialmente para a população pobre que já habita aquela área. Da conjugação destes dois níveis socio-económicos sairia, na visão do arquitecto, uma cidade racialmente mais integrada. Esta experiência excepcional no quadro colonial português acabaria por não ter continuidade após a independência (Milheiro; Fiúza, 2013: 2).



Levantamento da situação actual, 2015

Título/Designação
Unidade de Vizinhança n.º3 - Musseque Prenda

Data de Projecto
13-12-1962

Data de Construção
n/a

Urbanismo
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores
António Domingos da Silva

Localização
Situa-se a norte das imediações do aeroporto, no local do musseque Prenda.

Confrontações
Via de Cintura nº3 (actual Avenida 21 de Janeiro), a sul; Avenida de Lisboa (actual Avenida Revolução de Outubro), a este; Via de Cintura nº2 (actual Rua Laboratório de Engenharia), a norte.

Utilização/Programa
Blocos de habitação colectiva;

Habitação unifamiliar;

Habitação unifamiliar independente;

Equipamentos
Centro social (com biblioteca; sala de música; clube da juventude; cinema; sala de reuniões); Escola primária (x3); Capela; Creche; Jardim-escola; Centro elementar de saúde; CTT; Artesanato (x2); Comércio (x7); Paragem de autocarros (x3); Estação de serviço automóvel; Posto de Abastecimento.

Implantação
Os edifícios de habitação colectiva situam-se no núcleo norte do plano e seguem numa linha central até ao limite sul. Na zona este, encontram-se as habitações unifamiliares cujo acesso é feito através de largos, circunscritos por 6 moradias. Toda a zona oeste do plano é ocupada por habitação de autoconstrução. Verifica-se que poucos destes edifícios foram construídos de acordo com o plano, e que a estrutura viária foi completamente alterada.

Os equipamentos localizam-se maioritariamente no eixo central, contudo verifica-se a existência de algumas excepções. Estas variantes vão-se integrando em zonas habitacionais do plano.

Tipologias
n/a

Área bruta de implantação
23,6 ha (190 habitantes por ha)

Densidade/Altura (Habitação Colectiva)
Inicialmente estava prevista em Plano uma densidade de 5 e 8 pisos. Actualmente verifica-se que o conjunto é constituído por edifícios de 6 e 10 pisos.

N.º de habitantes
4.400

Público alvo
População classificada em 3 grupos: débil, média e burguesa. (segundo memória descritiva)

N.º de Edifícios
Blocos de habitação colectiva: 22 previstos/8 construídos

Habitação unifamiliar: 24 previstos

Habitação de autoconstrução: ffi 40 previstos/ 0 construídos

Apesar de serem parte constituinte de um musseque, verifica-se que algumas das habitações de autoconstrução se vieram a implantar de acordo com o plano de pormenor.

Equipamentos: 12 previstos/ 0 construídos

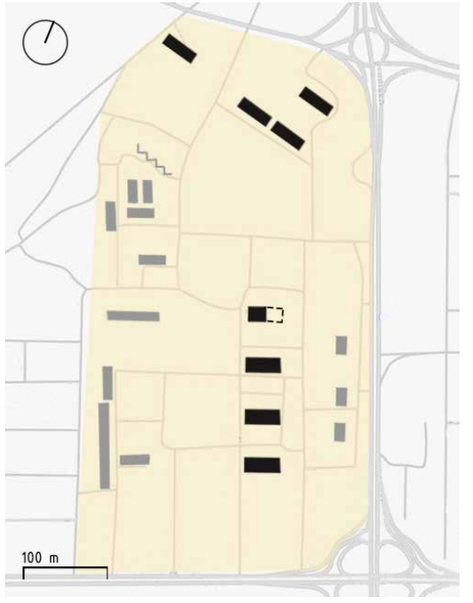
Espaço Envolvente
Uma vez que o plano de pormenor se situava perto do aeroporto, as suas vias teriam que ser dotadas de uma adequada capacidade de escoamento de trânsito. Prevendo-se um tráfego elevado, estas vias iriam culminar numa grande rotunda.

O espaço urbano, que se situa entre blocos habitacionais, é constituído por espaço livre comum, essencial para que as pessoas possam reunir e conviver em comunidade.

Observações
Esta Unidade fica situada nas proximidades do aeroporto. Na continuidade do terreno a poente ficará situada uma indústria condicionada. Consequentemente a Unidade de Vizinhança seria ocupada por uma elevada percentagem de classes trabalhadoras.

A localização desta Unidade impunha que 50% das suas construções fossem de carácter económico.

O sítio é privilegiado por se encontrar numa cota bastante elevada, acima do nível do mar, desfrutando das vistas e dos ventos dominantes.



Levantamento da situação actual, 2015

Título/Designação
Arranjo Urbanístico n.º 4 - Zona compreendida entre a Av. de Lisboa, Rua Norton de Matos e Rua António Barroso

Data de Projecto
??-??-1962

Data de Construção
n/a

Arquitecto
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores
n/a

Localização
Zona compreendida entre a Av. de Lisboa (Av. Revolução de Outubro), Rua Norton de Matos (Av. Comandante Gika) e Rua António Barroso (Rua Presidente Marien Ngouabi)

Utilização/Programa
Blocos de habitação colectiva.

Habitação unifamiliar.

Equipamentos: Escola primária (x2); Sede e campo de futebol do Sporting Clube da Maianga (Clube Desportivo); Comércio.

Implantação
Os blocos de habitação colectiva em banda situam-se no núcleo sul da área de implantação, junto à Avenida Norton de Matos. Estes orientam-se: metade norte-sul e a outra metade nascente-poente, dispondo-se em forma de espinha em relação a um eixo pedonal central.

Os núcleos de habitação unifamiliar geminada desenvolvem-se a norte com arruamentos próprios, sem ligação aos arruamentos de acesso aos blocos de habitação colectiva. Contudo, verifica-se uma excepção, existem algumas moradias que se encontram no centro do plano, integradas com os equipamentos e com a habitação colectiva.

Como é visível no plano, os equipamentos, tanto desportivos como educativos, encontram-se numa zona central, fazendo a ponte entre habitações para população local e habitações para população europeia.

Tipologia
n/a

Área bruta de implantação
n/a

Densidade/Altura
Blocos de habitação colectiva com 3 ou 5 pisos (sendo um livre).

N.º de habitantes
1.700

N.º de Edifícios
Blocos de habitação colectiva: 12 previstos/5 construídos

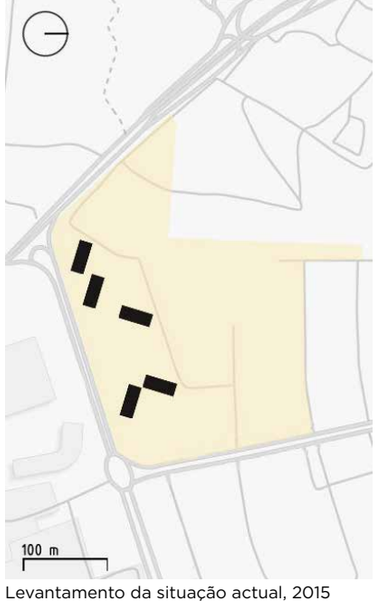
Habitação unifamiliar geminada: 22 previstos/10 construidos

Equipamentos: 4 previstos/
0 construídos

Espaço Envolvente
A zona, maioritariamente habitacional, é servida por escola primária, espaços de lazer e desporto, e por estabelecimentos comerciais.

Os espaços entre blocos de habitação colectiva são ocupados por zonas ajardinadas, estacionamento e por zonas de reunião e convívio da população.

Observações
Terrenos da Câmara Municipal pertenciam ao leque de opções disponíveis para troca com terrenos na Baixa da cidade.



Levantamento da situação actual, 2015

Título/Designação:
Arranjo Urbanístico n.º5 - Troço das Ruas Mousinho de Albuquerque, Conselheiro Aires de Ornelas e Rua Paiva Couceiro

Data de Projecto:
31-01-1962

Data de Construção:
n/a

Arquitecto:
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores:
Eng.º Armando Lencastre – LNEC – estudo da construção de colectores de águas pluviais, saneamento básico e esgotos.

Localização:
Troço das Ruas Mousinho de Albuquerque (Rua Mal Brós Tito), Conselheiro Aires de Ornelas e Rua Paiva Couceiro (Rua Cónego Manuel das Neves)

Utilização/Programa:
Blocos de habitação colectiva.
Parque verde (não construído).
Equipamentos: Museu; Mercado; Parque de automóveis; Escola primária; Instalações recreativas; Hotel; Comércio.

Implantação:
No limite sul deste plano encontram-se grandes equipamentos como o Museu, o Mercado e um Parque de automóveis. Também a noroeste foi projectado um grande parque verde, que se deveria expandir para fora dos limites deste plano. Para além dos espaços de convívio, passeio e contacto com a Natureza, este parque continha um Hotel e Instalações Recreativas que dariam apoio às actividades desportivas e de lazer.

Os blocos de habitação colectiva em banda situam-se ao longo de ambos os lados da Rua Mousinho de Albuquerque, marcando variações de ritmo através da sua disposição no terreno. Estes edifícios orientam-se de diferentes formas, sendo uns perpendiculares, outros paralelos e outros enviesados em relação à rua.

Verifica-se que alguns destes edifícios foram construídos de acordo com o plano, contudo esta área tornou-se numa zona de especulação imobiliária, onde actualmente se encontram em construção grandes arranha-céus.

Tipologia:
n/a

Área bruta de implantação:
n/a

Densidade/Altura:
Blocos de habitação colectiva com 3, 4, 5 e 7 pisos.

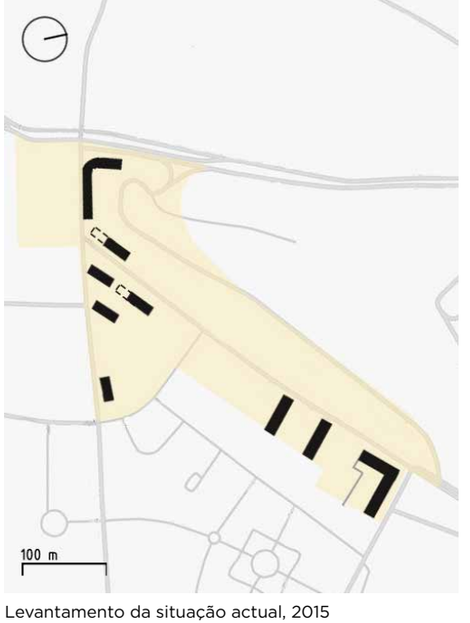
N.º de habitantes:
2.300

N.º de Edifícios:
Blocos de habitação colectiva: 24 previstos/9 construídos

Espaço Envolvente
Estaria prevista no plano a inclusão de um grande parque verde que viesse a expandir-se pela encosta, equipado de um Hotel e de Instalações Recreativas.

No plano previam-se também estabelecimentos comerciais, que se situariam entre alguns blocos de habitação, encostando-se a esses de forma a criar uma linha continua de edifícios no lado norte da Avenida Norton de Matos.

Observações
Este arranjo urbanístico tem como referência duas importantes obras de arquitectura junto à praça do Kinaxixe: o mercado do Arquitecto Vasco Vieira da Costa e o edifício da C.U.C.A. do Arquitecto Taquelim da Cruz, já demolidos.



Levantamento da situação actual, 2015

Título/Designação
Musseque Burity

Data de Projecto
n/a

Data de Construção
n/a

Arquitecto:
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores
n/a

Localização:
Localizado perto do cemitério do Alto das Cruzes, no actua Bairro Operário São Paulo.

Utilização/Programa:
Blocos de habitação colectiva.

Equipamentos: Artesanato; Escola (x3); Comércio (x3); Mercado e Praça do Mercado; Cinema; Estação de Serviço (x2); Igreja; Clínica e Centro Social.

Implantação
Neste plano de pormenor, constata-se uma linha de edifícios de habitação colectiva em banda, que rematam o seu limite a norte. Existe ainda um núcleo oeste onde se observa a existência de edifícios, também desta tipologia, que se dispõem de diferentes orientações, procurando estabelecer relações ao nível do espaço público e viário.

Os equipamentos pensados para esta unidade de vizinhança, foram situados na zona mais central do plano, de forma a que toda população estivesse a uma distância equivalente dos mesmos.

Verifica-se que poucos destes edifícios foram construídos de acordo com o plano, e a estrutura viária foi alterada, praticamente na sua totalidade.

Tipologia
n/a

Área bruta de implantação:
n/a

Densidade/Altura
Blocos de habitação colectiva com 3, 5, 6 e uma torre com 15 pisos.

N.º de habitantes
4.500

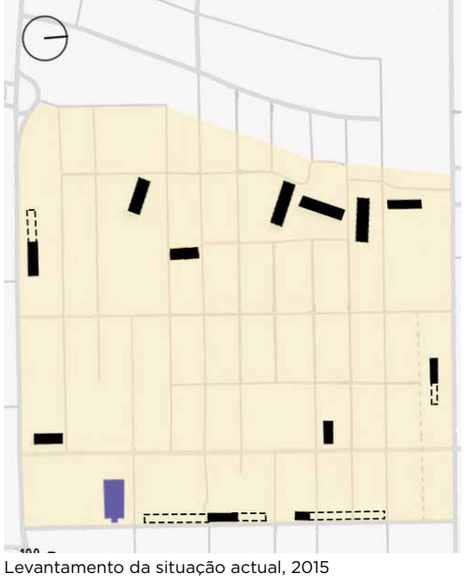
N.º de Edifícios
Blocos de habitação colectiva: 51 previstos/13 construídos

Equipamentos: 13 previstos/ 0 construídos

Espaço Envolvente
O facto dos equipamentos se situarem numa zona mais central do plano e dos edifícios de habitação serem feitos em banda, torna o espaço térreo livre e capaz de ser aproveitado para espaço público.

Este espaço urbano, que se situa entre blocos habitacionais, é constituído por um espaço livre essencial para que as pessoas se possam reunir e conviver em comunidade.

Observações
O Plano de Pormenor para o musseque Burity estava já a decorrer na Câmara Municipal de Luanda e o Gabinete de Urbanização recuperou-o com a intenção de o transformar numa unidade de vizinhança, situação que nunca se chegou a verificar.



Levantamento da situação actual, 2015

Título/Designação
Unidade de Vizinhança: São Paulo

Data de Projecto
26-11-1964

Data de Construção
n/a

Arquitecto
Fernão Lopes Simões de Carvalho

Colaboradores
Fernando Correia?

Localização
Situa-se numa zona industrial concessionada perto do Hospital São Paulo, Avenida do Brasil e Rua Senado da Câmara. Do lado este deste hospital situava-se a Unidade de Vizinhança de São Marçal (Rangel).

Utilização/Programa
Blocos de habitação colectiva.
Habitação unifamiliar.
Equipamentos: Clube desportivo; Estabelecimentos comerciais; Igreja; Escola Técnica (imediações)

Implantação
O plano de pormenor contemplava a proximidade do Hospital São Paulo e da futura Escola Técnica, situados a este. Assim a implantação dos grandes equipamentos teve em conta a centralidade no plano, como era frequente, e também a aproximação destes edifícios aos já referidos. Contudo, verifica-se que certos equipamentos mais pequenos e unidades comerciais se integravam nas zonas habitacionais.

Estes núcleos habitacionais situavam-se nos limites norte e sul do plano e eram ocupados por blocos de habitação colectiva, à excepção da área a sudoeste onde seriam instaladas as habitações unifamiliares.

Verifica-se que poucos destes edifícios foram construídos de acordo com o plano, e que a estrutura viária foi completamente alterada.

Tipologia
n/a

Área bruta de implantação
n/a

Densidade/Altura
Blocos de habitação colectiva com 3, 5 e 8 pisos e duas torres com 15 pisos

N.º de habitantes
5.600

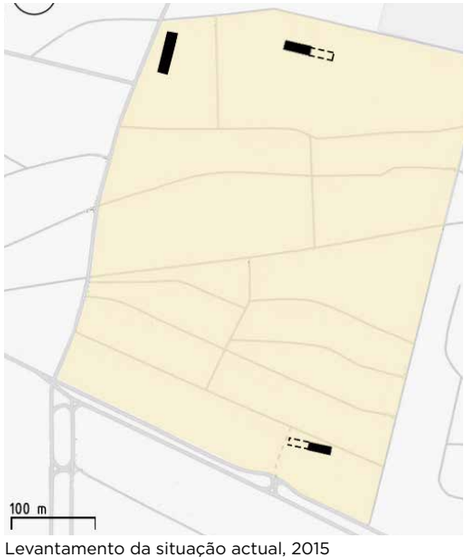
N.º de Edifícios
Blocos de habitação colectiva: 23 previstos/4 construídos

Habitação unifamiliar: 80 previstos/0 construídos

Equipamentos: 12 previstos/ 0 construídos

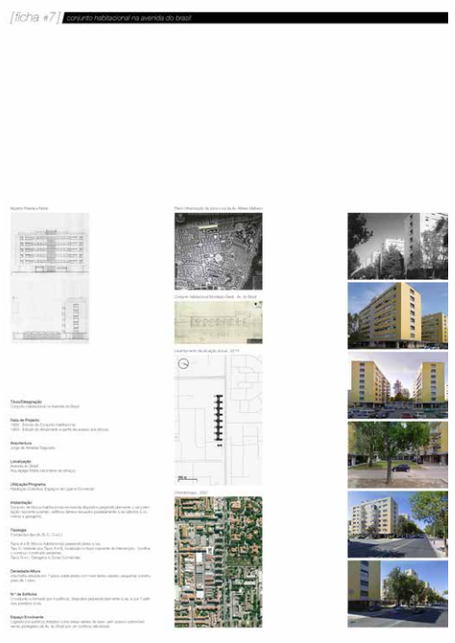
Espaço Envolvente
Os espaços entre blocos de habitação colectiva são ocupados por zonas ajardinadas, por zonas de reunião e convívio entre as pessoas. Esta ideia era sublinhada através da implantação de alguns dos equipamentos, como o Clube Desportivo. Assim como nos outros planos, verifica-se a presença e a importância que é dada à vegetação no espaço urbano, não só para tornar os espaços mais aprazíveis como também para sombrear o espaço público.

Observações
O plano desta unidade era complementado por uma outra Unidade de Vizinança: São Marçal (Rangel). O antigo Hospital São Paulo localizava-se entre estas duas unidades de vizinhança, assim como uma escola técnica projetada pelo Arq.º Manolo Pottier, cuja implantação foi prevista e construída a norte do Hospital.

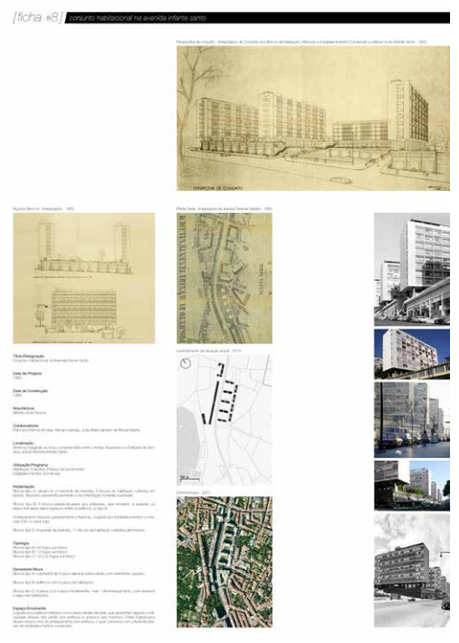


Levantamento da situação actual, 2015

Lisboa - identificação dos conjuntos habitacionais da Avenida do Brasil e da Avenida Estados Unidos da América



Conjunto Habitacional da Avenida do Brasil



Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo

Catarina Álvares, Joana Roxo, Rita Ferreira, Sofia Simões
com Bruno Macedo Ferreira, Investigador

Antes da Urbanização Portela de Sacavém

Plano Director da Região de Lisboa (1964)

Com a Lei nº 2099 de 14 de Agosto de 1959 foram criadas as bases para o lançamento do Plano Director da Região de Lisboa (PDRL). Tratava-se de uma lei governamental que surgia num contexto de rápido crescimento urbano, muitas vezes desordenado, e que correspondia a uma grande multiplicidade de formas de ocupação do território. Tinha como objectivo, entre outros, promover «*uma melhor distribuição e estruturação da população na região de Lisboa, em rápido crescimento*» (Ministério das Obras Públicas, 1964).

Pretendia-se, portanto, tomar a região de Lisboa como um todo, ultrapassando os limites administrativos e interrelacionado as características físicas do território com a economia e a sociedade. A necessidade de regulamentar o crescimento urbano da região prendia-se com um forte aumento demográfico, especialmente notório a partir dos anos 1960, e particularmente associado aos fluxos migratórios do interior do país para os centros urbanos.

Com vista à elaboração do plano foi criado um gabinete autónomo – Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa (GPDRL) – na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, constituído por uma vasta equipa técnica dirigida pelo Engenheiro Miguel Rezende (1910-1976). Embora o plano nunca tenha sido aprovado formalmente, cabia a esta equipa aprovar todas as operações urbanísticas na região de Lisboa. A delimitação estipulada para a área abrangente do plano incluía os concelhos de Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Loures, Amadora, Odivelas, Mafra, Setúbal, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Sesimbra.

Na fase inicial do estudo – o anteplano – foi definida uma lista de recomendações que determinavam as principais intenções para a região, lançando linhas orientadoras, de carácter bastante flexível, para a nova estrutura urbanística. Esta pretendia evitar a segregação das classes sociais e fundamentava os seus princípios no incentivo à autonomia da vida local. Existia também a vontade de alcançar uma certa heterogeneidade populacional na região, através da implantação de actividades industriais perto dos sectores residenciais, e de actividades terciárias nas zonas industriais.

O plano estruturava a região em seis tipologias de desenvolvimento de aglomerações: 1) a cidade de Lisboa; 2) o desenvolvimento de cinco aglomerados autónomos em relação à capital (Algés, Amadora, Loures, Sacavém e Almada) que, conjuntamente com esta, formariam a aglomeração de Lisboa; 3) a expansão dos aglomerados existentes ao longo das vias de comunicação convergentes em Lisboa (Linha de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira); 4) o

desenvolvimento de seis aglomerados em volta do estuário do Tejo, na margem Sul (Trafaria, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete); 5) o desenvolvimento e a criação de aglomerados de maior independência, ligados às vias de comunicação regionais (Malveira, Pinhal Novo e Vendas Novas); 6) o desenvolvimento de cidades independentes a mais de 40km de Lisboa (Torres Vedras, Setúbal).

Os cinco aglomerados da periferia de Lisboa, referidos no ponto 2, apresentavam-se como centros embrionários sem organização social própria. A solução encontrada para estes núcleos individualizados passaria pela implantação de equipamento de interesse colectivo, capaz de satisfazer as necessidades básicas da população e de descongestionar a cidade central. O plano estipulava também para estes cinco núcleos periféricos, em conjunto com Lisboa, um aumento de população, que passaria de pouco mais de um milhão de habitantes para 1.370.000.

Segundo o plano, a expansão das Linhas de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira devia-se às vias de comunicação propostas, que tinham como objectivo desenvolver actividades totalmente autónomas da cidade de Lisboa e fomentar o dinamismo da vida local, permitindo que os aglomerados se tornassem centro urbanos atractivos. Contudo, é também referida a necessidade de preservar zonas rurais entre estes núcleos urbanos de forma a evitar a criação de contínuos urbanos.

Nesta nova reorganização da região de Lisboa propunha-se, então, a criação de vários núcleos autónomos através do desenvolvimento de aglomerados nas ramificações que convergiam para a cidade. Indicava-se também a utilização das margens dos estuários do Tejo e do Sado para a implantação de núcleos residenciais, usufruindo da forte presença industrial, e incentivava-se um maior desenvolvimento de cidades autónomas, como Setúbal.

Os esquemas de transportes rodoviários e ferroviários presentes no plano justificavam-se pela capacidade de facilitar as deslocações dos residentes, assim como o transporte de mercadorias a partir do porto de Lisboa e das áreas industriais. A nova malha rodoviária pretendia transformar algumas estradas nacionais em estradas de circulação rápida. O sistema rodoviário primário proposto assentava na formação de um grande anel regional de vias rápidas e de autoestradas que abrangia as duas margens do Tejo; no prolongamento da autoestrada do sul; na duplicação de vias nas artérias que serviam as linhas de Cascais e Sintra (Av. Marginal e Estrada de Sintra); na rectificação e alargamento da via que servia a região Noroeste (EN8); e em duas circulares regionais na margem Norte (CRIL e CREL).

Em relação aos transportes ferroviários, previa-se a ligação de Campolide à ponte sobre o Tejo, a implantação de uma nova linha circular unindo as três linhas férreas radiais existentes que confluíam em Lisboa (Linha do Norte, de Sintra [Oeste] e de Cascais), visando a separação do tráfego ferroviário suburbano do tráfego de longo-curso e do de mercadorias, e a construção de uma nova estação de longo curso na zona da Luz.

No zoneamento regional foram distinguidas, para além das zonas urbanas – já anteriormente referidas –, zonas industriais, portuárias, turísticas, florestais e rurais. O programa habitacional da região respondia à carência de 352 mil novas habitações, com a previsão de alojar 2.300.000 habitantes até 1985. Coube aos promotores privados a construção de 91% destas habitações, entre os anos 1971 e 1980. Foram estas novas construções que transformaram a Área Metropolitana de Lisboa num território predominantemente urbano. Grande parte destes conjuntos residenciais instalaram-se na proximidade de povoamentos anteriores, tirando partido das infraestruturas existentes, ou assumiram-se como novas cidades, erguidas em zonas rurais.

Antes da ruptura no seguimento dos trabalhos, em 1974, o plano sofreu uma reformulação, iniciada por Juan António Solans em 1972 e seguindo uma «*nova orientação, baseada numa visão mais sistemática do planeamento*» (Lobo, 1995: 13-20). Concluiu-se, então, que a transformação provocada pelo plano ultrapassava as necessidades reais do crescimento demográfico.

Contudo, a realidade acabou por desmentir esta hipótese, sublinhando-se a falta de instrumentos de planeamento adequados nas últimas décadas do século XX. O período pós-plano caracterizou-se pelo aumento dos núcleos "dormitórios" dependentes da cidade, por um maior crescimento da margem Norte em contraposto com a margem Sul, pela localização não regulamentada das indústrias e pelo alastramento de bairros ilegais em áreas que o plano mantinha como rurais.

A localização da Urbanização da Portela integrava-se na Aglomeração de Sacavém, conforme tinha sido definido no PDRL. Nesse núcleo residiam, em 1960, pouco mais de 40 mil habitantes, prevendo-se um aumento até 80 mil

em 1985. Era proposta a criação de um centro principal a localizar entre Moscavide e Sacavém, prevendo-se que a zona se transformasse num «*organismo urbano completo e mais concentrado, tanto quanto possível autónomo, do ponto de vista social, económico e urbanístico*» (Ministério das Obras Públicas, 1964: 34).

O processo de conversão, em solo urbano, dos terrenos rurais onde hoje se ergue a Urbanização da Portela não foi, no entanto, linear. Numa fase inicial, em 1958, os proprietários da Quinta do Ferro e de parte da Quinta do Casquilho submeteram à apreciação da autarquia de Loures um estudo de urbanização, da autoria do arquitecto Fernando Silva (1914-1983), seguindo-se, em 1960, semelhante estudo, da responsabilidade do arquitecto João Andrade e Sousa (1923-2012), apresentado pelos proprietários das quintas da Vitória, do Carmo e da Alegria. Em Fevereiro de 1961 é promovida uma reunião, pelo então presidente da Câmara Municipal de Loures, onde se decide unir estas duas propostas e executar um único projecto de urbanização abrangendo as cinco quintas. Tal tarefa coube a Fernando Silva, que a iniciou em Setembro desse mesmo ano, em conjunto com alguns colaboradores e técnicos especializados, devido à complexidade do plano.

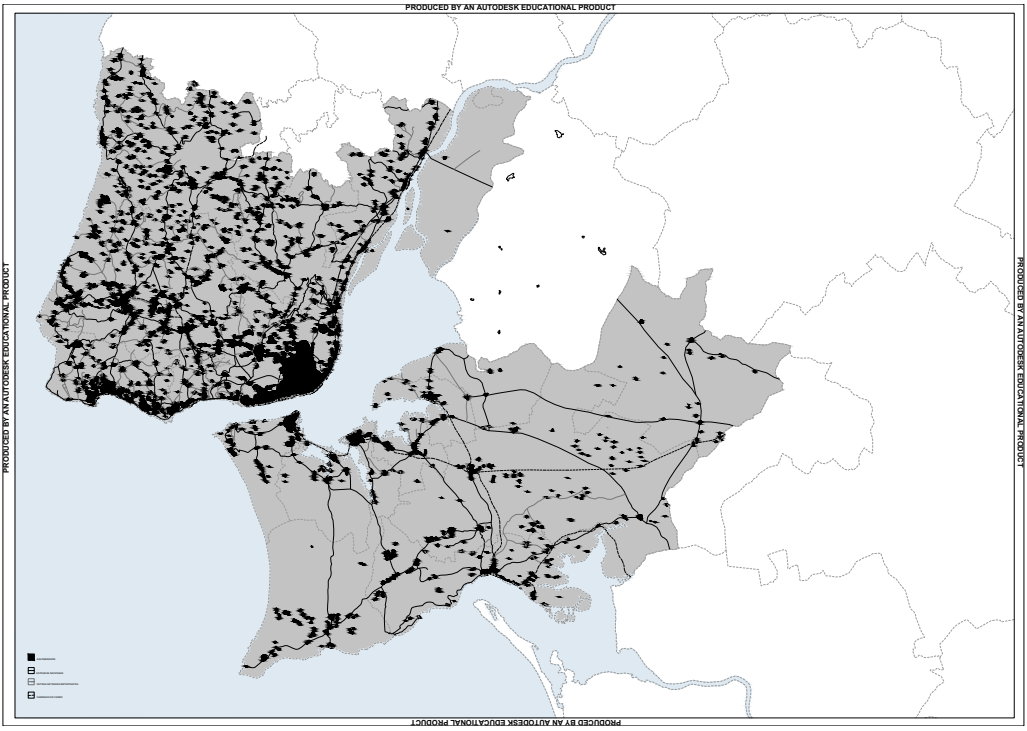
Assim, em Maio de 1964 é submetido à apreciação da autarquia o Anteplano de Urbanização da Portela, da autoria dos arquitectos Fernando Silva e João Andrade e Sousa, que seria aprovado por despacho do Ministério das Obras Públicas em Janeiro de 1965 – implicando «*a expropriação dos terrenos referentes às quintas (...) num total de 50ha para a construção de 4.500 fogos e o respectivo equipamento urbano*» (Ferreira, 2013: 743-757) – e, no mês seguinte, por parecer de aprovação de Miguel Rezende, director do GPDRL.

Em 1969, sob promoção de Manuel da Mota, que entretanto tinha adquirido os terrenos das referidas quintas, foi submetido à apreciação da Câmara Municipal de Loures o Plano de Urbanização da Portela, da autoria do arquiteto Fernando Silva. Neste plano introduziam-se algumas alterações em relação aos estudos anteriores, tornando-o mais racional e uniforme. Idealizado segundo os princípios da Carta de Atenas (1933) – onde se defende a cidade como um organismo independente e funcional, organizado segundo uma estratégia de *zoning* que divide a cidade conforme as necessidades de habitação, trabalho, lazer e circulação – o plano de Fernando Silva estabelece-se como um exemplo, paradigmático entre nós, de urbanismo moderno. Pensado para uma população estimada de 18.500 habitantes, caracteriza-se pela malha reticular, e pela zona central aberta onde se situam as actividades sociais, culturais e de lazer. É em torno deste centro cívico e comercial que se organizam as unidades de habitação, compostas – no projecto inicial – por sete tipologias habitacionais (T2 a T4). Ao espaço verde era atribuída a função de conexão e unificação de todo o empreendimento.

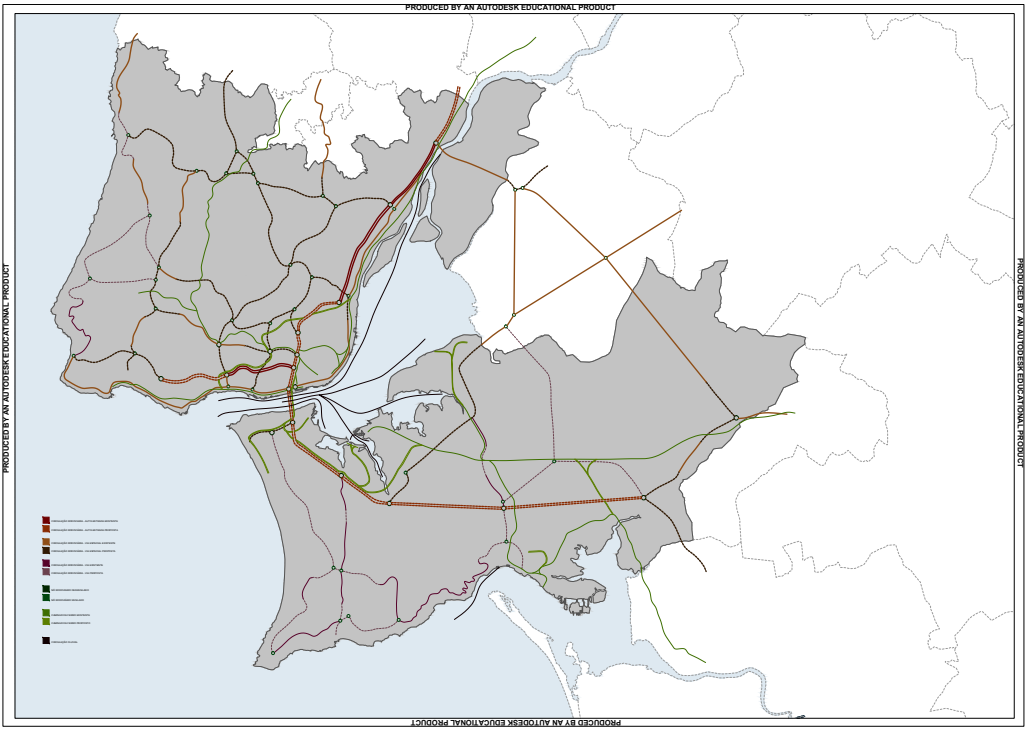
O Plano de Urbanização previa três tipologias construtivas: o edifício torre, o edifício em banda e o edifício comercial. A geometrização e repetição presente no plano é um conceito também presente tanto nas fachadas dos edifícios como na tipologia habitacional. É também clara a hierarquização da circulação viária (pedestre e motora), que se divide em vias principais – de uso exclusivo da circulação motora –, que asseguram a conexão com o resto da cidade, rodeadas de vegetação e isolando as habitações da via; em vias secundárias, que servem de ligação entre as vias principais e as vias de acesso às habitações; e em ruas residenciais de acesso exclusivo a cada edifício, formando *cul-de-sacs*; e em caminhos de passeio pensados para uso exclusivo dos peões.

Após a aprovação da versão final do Plano de Urbanização da Portela em 1969, este foi submetido a diversas alterações que modificaram o projecto idealizado pelo arquitecto. Diversos factores contribuíram para esta situação, incluindo o facto de cada lote ter sido edificado por um construtor diferente, e do processo construtivo original exigir mão-de-obra extremamente qualificada, fora do alcance da maioria dos construtores. Apesar de Fernando Silva ter estabelecido um Regulamento de Urbanização, para que subsistissem normas de construção idênticas em cada lote, o resultado não foi o esperado, levando o arquitecto a ficar «encarregue de colaborar com a Câmara exercendo acções de controlo e fiscalização» (Ferreira, *op. cit.*: 756).

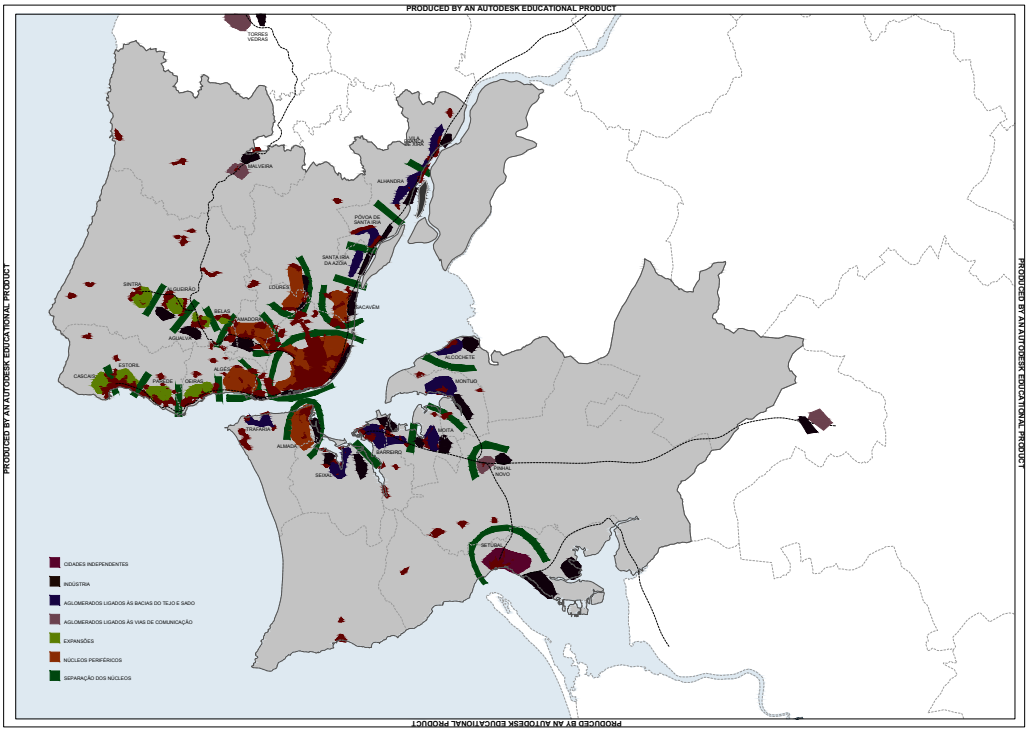
O Plano de Urbanização Portela propôs um núcleo arquitectónico autónomo unificado, quer na sua imagem quer na sua funcionalidade, que permitisse responder à necessidade de habitação colectiva no Concelho de Loures, como proposto no PDRL. Devido às lacunas na construção dos volumes habitacionais e aos interesses especulativos, o conjunto não foi totalmente ao encontro das ambições de Fernando Silva. No entanto, permanece na Urbanização da Portela uma imagem unificada e uma clara intenção urbana, de raiz moderna, que subsiste até hoje apesar dos inúmeros sobressaltos que ocorreram ao longo da sua edificação.



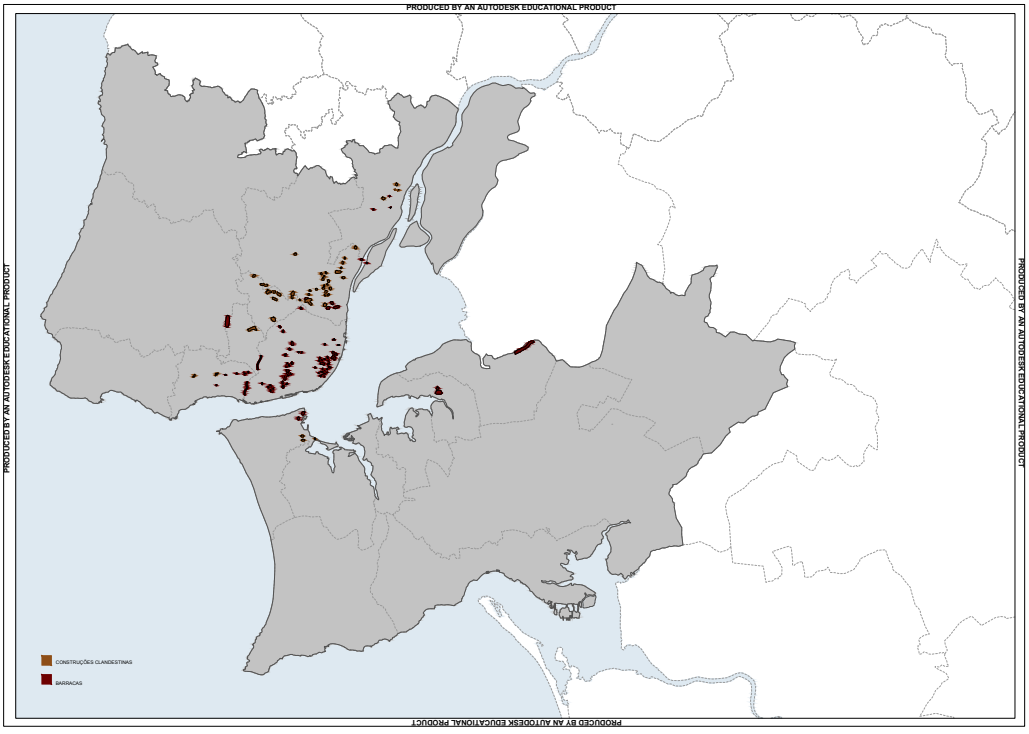
Aglomerados



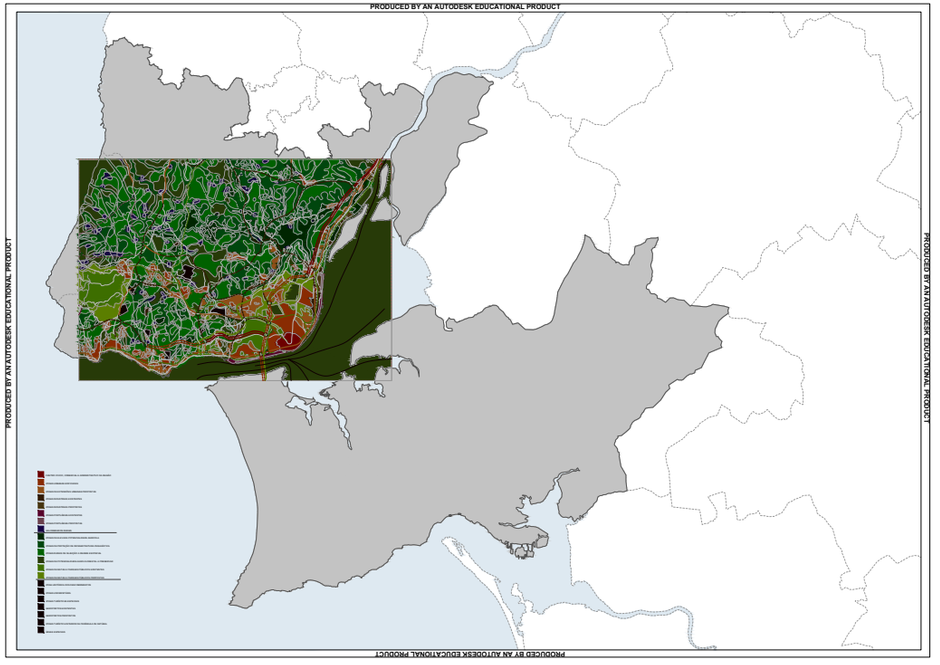
Esquema de circulação



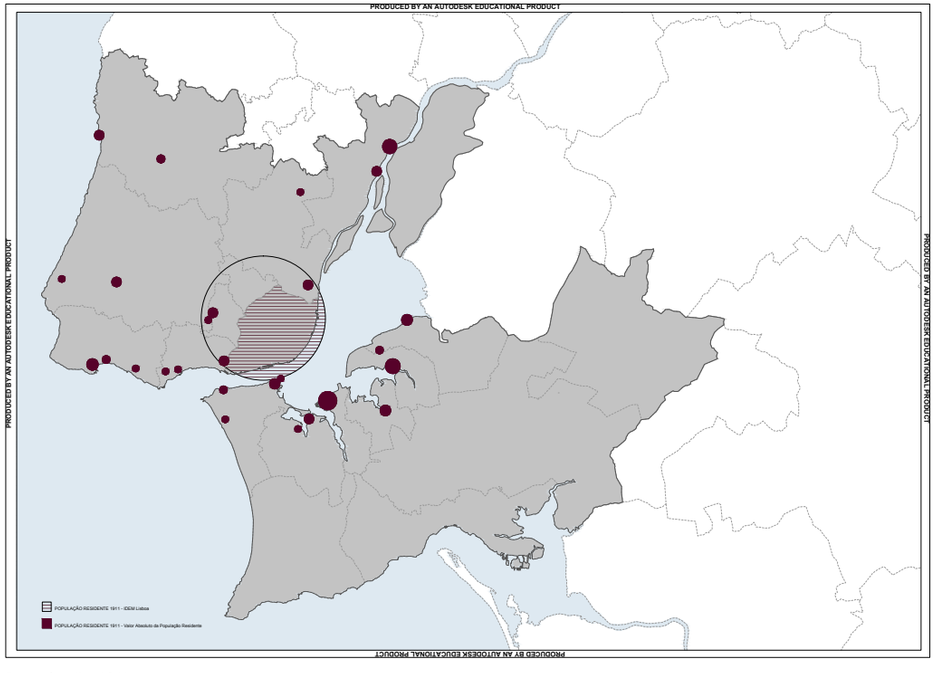
Esquema de síntese



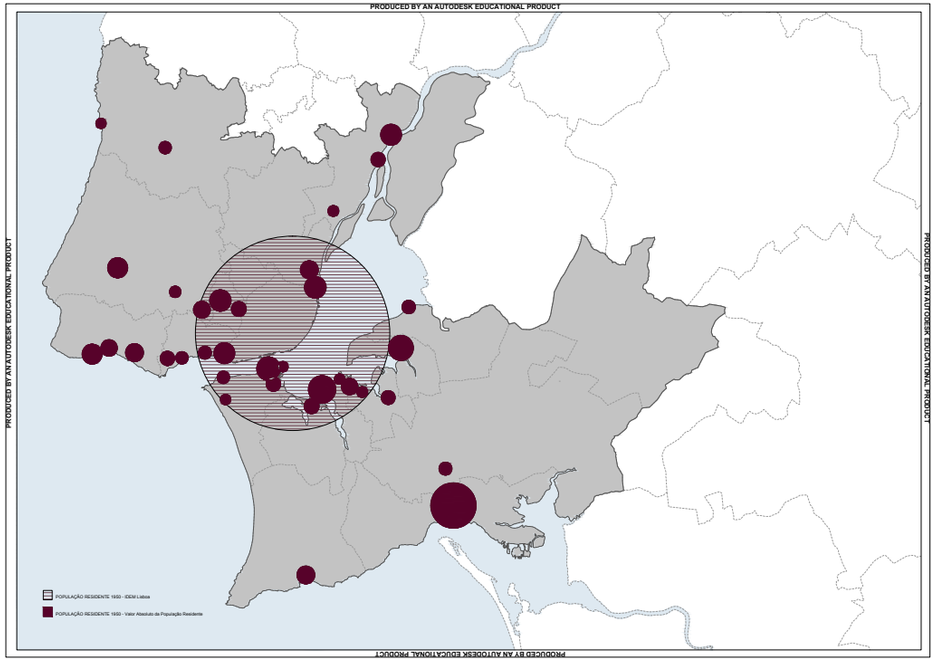
Habitação defeituosa



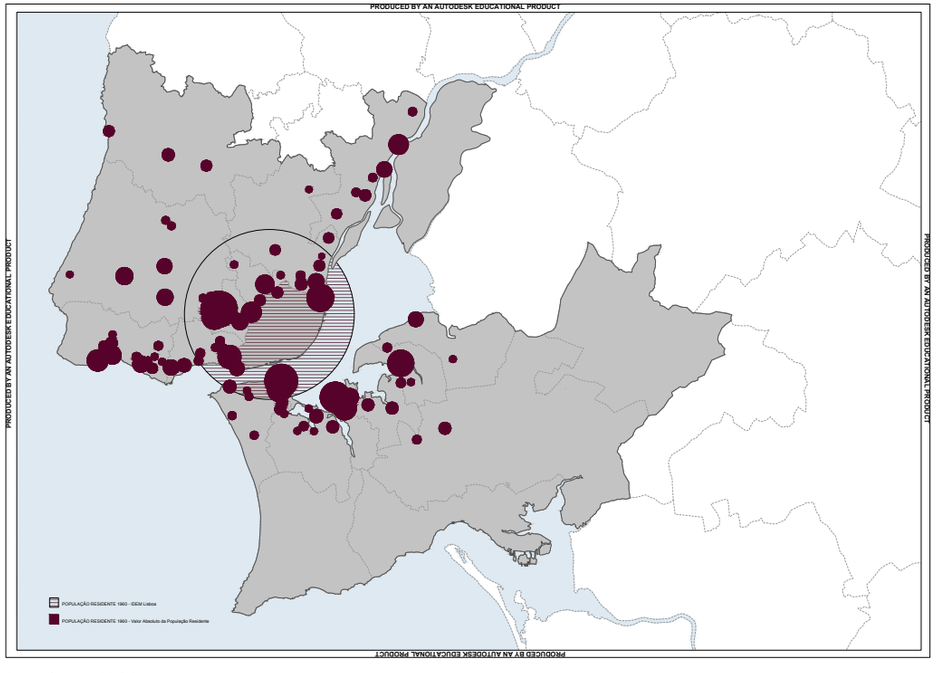
PDRL- Plano Director Regional de Lisboa



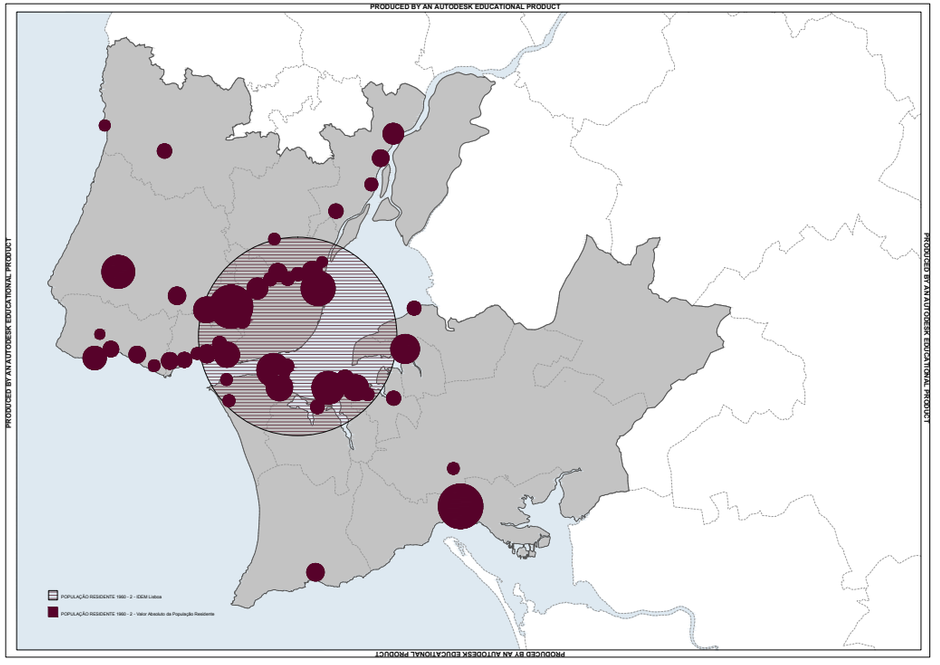
População 1911



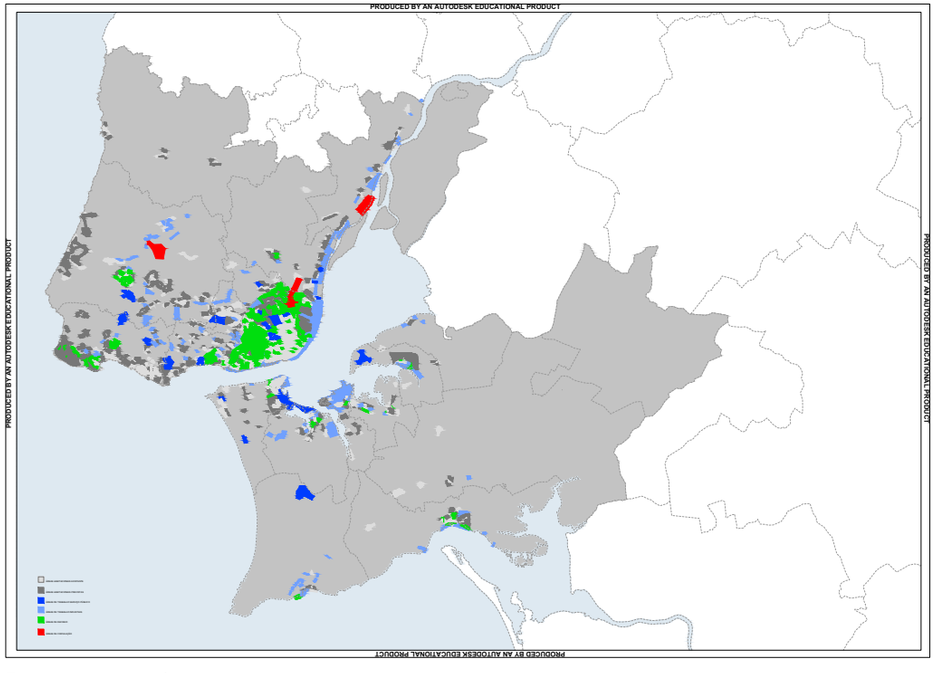
População 1950



População 1960



População 1960-2



Zoneamento actual

Francisco Alves, Beatriz de Matos, Jéssica Almeida, Júlia Shtefura, Nuno Matos

Portela de Sacavém

Elementos Urbanísticos no desenho de Fernando Silva

O Plano de Urbanização da Portela de Sacavém, promovido pelo empresário Manuel da Mota, e da autoria do Arquitecto Fernando Silva, foi fortemente inspirado pelas premissas da Carta de Atenas, de 1933. De uma forma simplificada, podemos afirmar que este documento preconizava uma arquitectura constituída por edifícios em altura com uma exposição máxima aos elementos da natureza – Sol, Ar e Vegetação –, em conjunto com a separação das funções urbanas – habitação, trabalho, diversão e circulação. A Carta de Atenas propunha, em termos sociais, que cada indivíduo tivesse acesso ao bem-estar de uma habitação moderna e usufruísse dos benefícios da cidade e da vida em comunidade.

A urbanização encontra-se implantada no terreno sob a forma de malha ortogonal, com a maioria dos edifícios implantados perpendicularmente às vias de maior fluxo de circulação automóvel, que delimitam o núcleo central da Portela. Cada edifício desenvolve-se verticalmente, tendo sempre uma plataforma que indica o limite do lote. Esta plataforma contém sempre zona de estacionamento e espaço para circulação em cima. É esta plataforma que modela a altura fixa de todos os conjuntos, aumentando ou diminuindo consoante a necessidade topográfica.

Relativamente aos equipamentos, que se encontram no núcleo central da urbanização, foram preconizados para uso exclusivo dos moradores. É nesta zona central que encontramos também a Igreja do Cristo Rei projectada por Luís Cunha, existindo também espaços de convívio. Previa-se que os equipamentos comerciais e de serviços fossem constituídos por um corpo principal – o actual Centro Comercial da Portela –, criando o núcleo central da urbanização, e por outros quatro conjuntos mais pequenos, que nunca chegaram a ser construídos. O equipamento escolar foi projectado tendo por base a população estimada e as distâncias passíveis de serem percorridas a pé pelos moradores. Apenas uma escola acabou por ser construída, com jardim-escola e 1º Ciclo. Todos os outros equipamentos escolares que agora podemos encontrar no local foram promovidos pela Junta de Freguesia. Também o complexo de piscinas, os cortes de ténis, o campo de futebol e o ginásio foram construídos posteriormente à construção inicial da urbanização.

Plano e equipamentos

A estrutura central do conjunto tem um impacto extremamente forte na urbanização, que possui um sistema de circulação interna bastante eficaz. As zonas centrais dos núcleos habitacionais – Norte, Este e Oeste – são de

uso praticamente exclusivo das pessoas que neles habitam. Na zona central podemos encontrar um grande jardim com uma estrutura desportiva e parque infantil.

Considerámos como novos equipamentos aqueles que só foram edificados após a fase de conclusão das empreitadas gerais, em finais dos anos 1970. Estes correspondem à Igreja do Cristo-rei (1992), aos jardins e arranjos exteriores (1998), ao complexo de piscinas (2008), ao parque desportivo (2008) e aos campos de ténis e futebol (2008). Estes últimos equipamentos, inaugurados recentemente, são hoje elementos estruturantes da urbanização e são eles que, para além do centro comercial, potenciam o sentido de colectividade pretendido pelo arquitecto.

Jardins e áreas arborizadas

Relativamente às tipologias de espaço urbano verde podemos concluir que há uma diferenciação clara de espaços, uma vez que esta urbanização foi construída por um grande número de empresas construtoras que, de algum modo, alteraram consoante a sua vontade a organização do espaço público adjacente a cada edifício. Este processo de edificação ditou inclusive onde seriam as zonas mais públicas, que deveriam ser mantidas pela Junta de Freguesia, as mais privadas, que seriam da responsabilidade dos condomínios, e até as zonas semi-públicas. Podemos assim identificar cinco diferentes tipologias de espaço urbano verde, com usos, funções e manutenção diferentes.

Utilização do espaço público

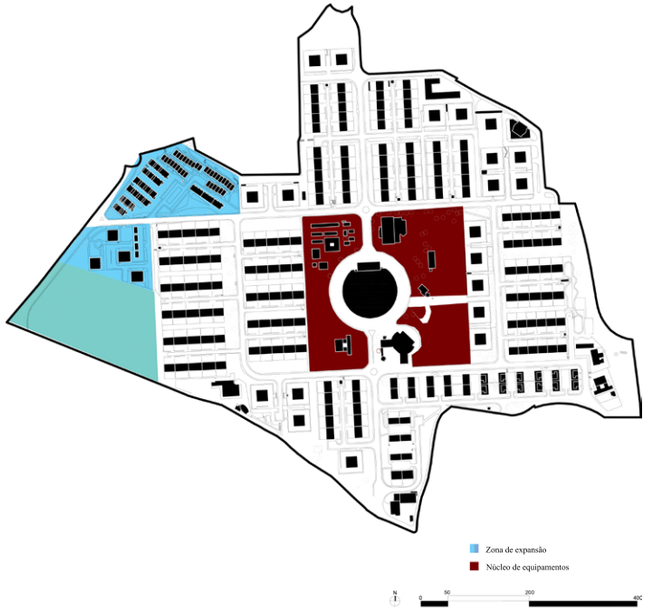
A configuração da Urbanização da Portela potencia uma gradação de espaços públicos, que permitiam um acesso resguardado aos blocos habitacionais, através de impasse (público) e terraço térreo (privado). É notória a tentativa de criar uma nova relação entre o logradouro e a rua, podendo ser observado esta tentativa nos vestíbulos das entradas que são amplos e iluminados (Ferreira, 2010: 32). Os 3000 fogos estão agrupados em edifícios até cinco pisos (em maior número) e em torres de onze pisos, sendo subdivididos em várias categorias de acordo com a organização do espaço, áreas e acabamentos, apresentando uma grande variadade que pretendia corresponder ao perfil sócio-económico dos futuros moradores.

Circulação

Seguindo os pressupostos urbanísticos do Movimento Moderno, o plano propõe uma hierarquização das vias de circulação, em que as vias principais, ruas residenciais, acesso às habitações e passeios foram tratados de forma diferente, tendo as vias de trânsito sido isoladas com zonas verdes e separadas das de acesso às habitações. As vias de trânsito foram os elementos fundamentais para a organizaçao da rede de distribuição geral do bairro e a forma como as pessoas acedem às habitaçoes foi controlada através de percursos pedonais separados da circulação de automóveis.

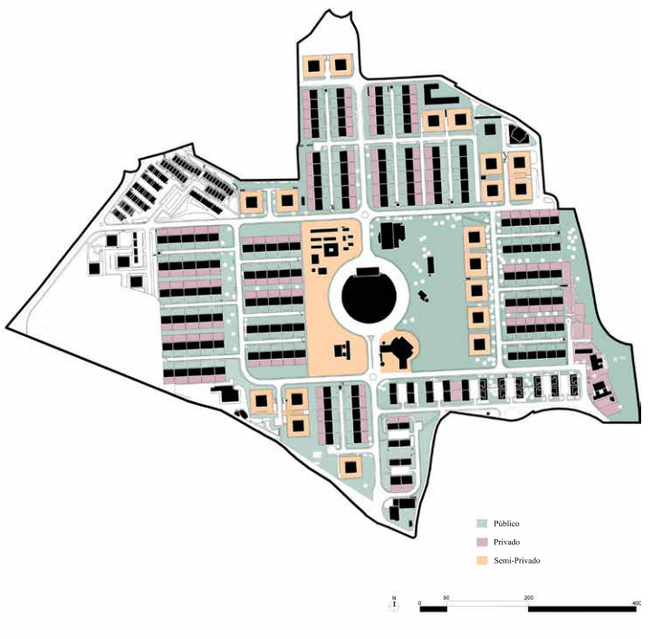
A forma como os edificios foram implantados – perpendicularmente à rua de trânsito, protegendo as fachadas principais do edificio – foi tambem um aspecto importante para a circulação, pois desta forma evita-se os ruídos e as poeiras, e os edifícios encontram-se afastados dos cruzamentos. Ao posicionar-se os edifícios desta forma consegue-se uma hierarquização da rede de circulação, dividindo-a assim em quatro vias: via de grande circulação (via principal), de circulação secundária, de acesso às habitaçoes e circulação pedonal. Assim, a circulação de automoveis nas zonas residenciais é fortemente controlada, fazendo com que espaços públicos existentes à volta dos edifícios se convertessem em vias de circulação pedonal. Actualmente, alguns destes espaços encontram-se encerrados ao público, tendo se tornado numa zona privada do edificio e subvertendo as intenções iniciais.

Para a circulação pedonal foi proposta a criação de pontes aéreas, tanto para a mobilidade dentro do bairro como provenientes da Auto-Estrada n.º 1 e dos actuais acessos à Ponte Vasco da Gama. Estas ligações aéreas não foram concretizadas, apesar de terem sido consideradas fundamentais para a mobilidade dos habitantes. A concepção deste sistema encontra as suas referências internacionais em propostas de arquitectos como Ludwig Hilberseimer, Richard Neutra, Le Corbusier, ou Alison Smithson e Peter Smithson (Coelho, 2010: 33).

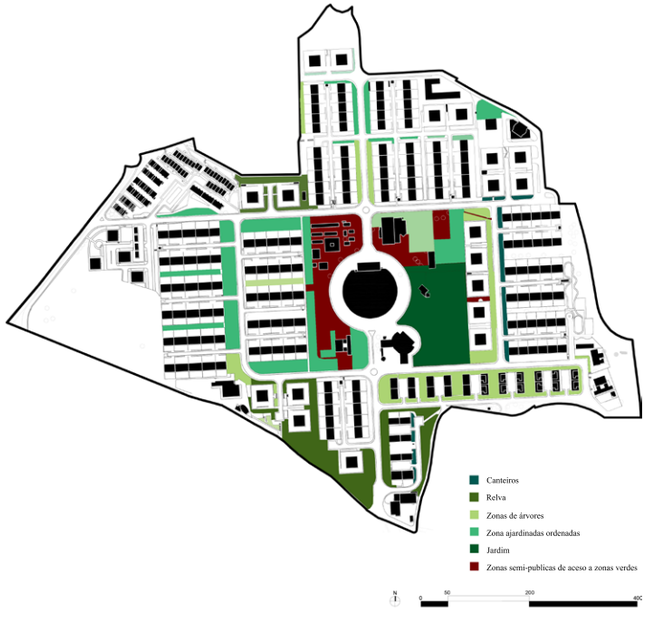


Urbanização da Portela de Sacavém, identificação das zonas habitacional, de serviços e de expansão

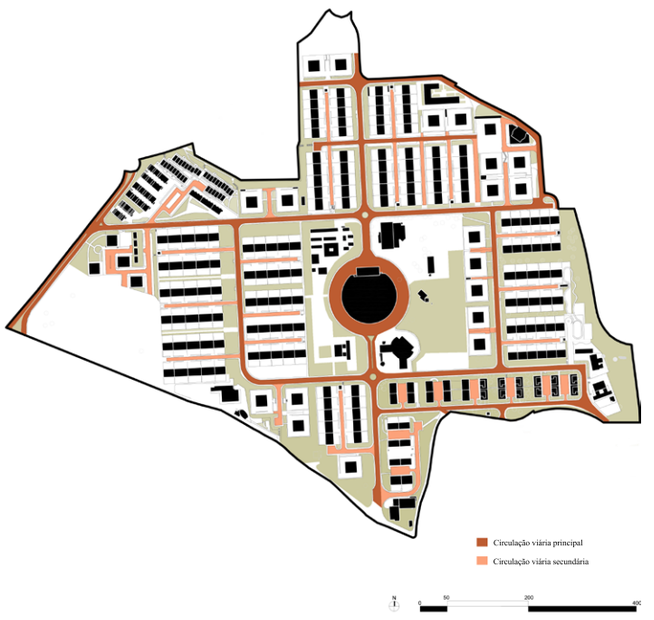
Espaços públicos. ©João Cardim . PTDC/ATP-AQI/3707/2012



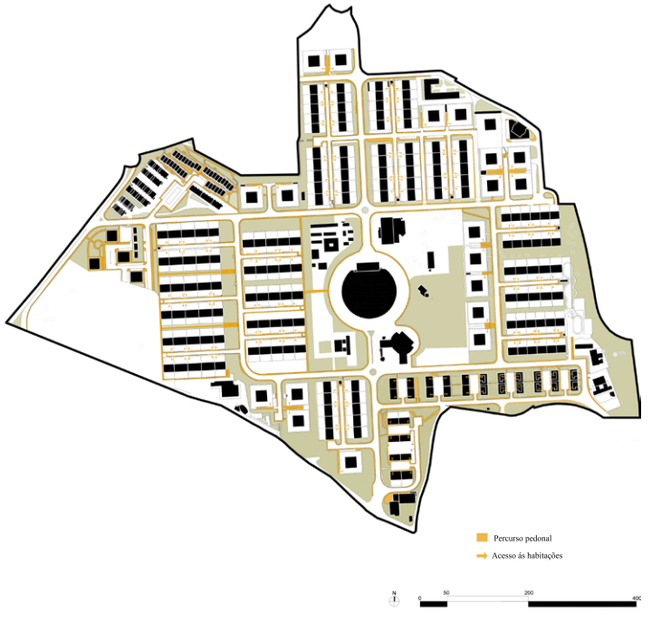
Identificação do espaço público, privado e semi-privado (planta síntese)



Jardins e áreas arborizadas



Circulação viária



Percurso pedonal

André Coelho, Andreia Tavares, Isabel Ávila, Nuno Simas

Revistas Arquitectura e Binário

Os projectos urbanos em Portugal publicados entre 1955 e 1977

Metodologia

O processo metodológico para a realização do presente trabalho teve início na consulta bibliográfica referente à lista fornecida pela docente, a qual inclui artigos das revistas *Arquitectura* e *Binário*. Esta consulta foi complementada por uma pesquisa bibliográfica relacionada com os temas tratados nos artigos levantados.

Posteriormente, filtrou-se toda a informação por assuntos distintos e complementares, através da realização de fichas síntese e culminando na selecção de alguns casos de estudo para efeitos comparativos com a Portela de Sacavém.

Estudo comparativo de planos urbanos com a Portela de Sacavém

Em 1960, é traçado o anteplano da Urbanização da Zona da Portela, da autoria do arquitecto Fernando Silva, definindo os limites de uma nova cidade *satélite*. Esta nova urbanização segue de "forma rígida" os novos conceitos daquilo que era a nova cidade, a cidade modernista "onde se dá a abolição da rua corredor "e em que a proposta valorizava o "movimento topográfico" do terreno, com a intenção de criar espaços verdes agradáveis, pontuados por volumes de diferentes dimensões e recortados por vias de circulação. O plano geral compreende um conjunto de edifícios, em banda e em torre, juntamente com edifícios desportivos, religiosos, escolares comerciais e culturais, complementados com áreas de estacionamento.

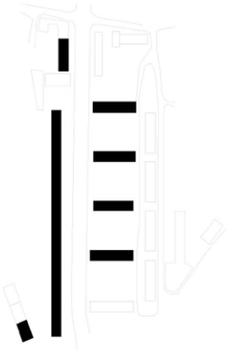
Tal como a urbanização da Portela, existem outros conjuntos habitacionais e planos urbanísticos que possuem os princípios considerados na Carta de Atenas, em que a cidade passa a estar planeada segundo a separação funcional entre a Habitação, Trabalho, Lazer e Circulação. No conjunto habitacional da Avenida Infante Santo, da autoria dos arquitectos Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, ou no projecto de Óscar Niemeyer para Pena Furada, podemos observar estes princípios .

No plano de urbanização de Chelas encontramos zonas edificadas organizadas em células, sendo a Zona I um dos casos de estudo que vai ao encontro dos princípios encontrados no plano de urbanização da Portela. Esta célula é atravessada por um eixo viário (Olivais - Areeiro), dividindo-a, assim, em duas - zona I1 e zona I2, estando ambas interligadas por um largo. Os fogos presentes neste plano (zona I) estão divididos em categorias, I, II e III que abrangem diferentes tipologias. Pretende-se a criação de uma vida comunitária, envolvendo zonas de comércio, equipamentos escolares, culturais, religiosos e recreativos. A integração

das habitações com os vários equipamentos origina faixas de vida urbana, onde as circulações de peões e de veículos surgem de forma coerente e separada. Em oposição à Portela, cada uma das zonas apresenta um enquadramento diferenciado, em que os edifícios se implantam de acordo com a morfologia do terreno, presenciando-se diferenças relativas à orientação dos mesmos - isto é, na zona I1, os edifícios acompanham um percurso Norte-Sul e, na zona I2, os edifícios acompanham um movimento de convergência em direcção ao largo que une as duas zonas. Em qualquer uma das zonas estão presentes várias intenções: o edificado acompanhar a circulação pedonal, tirar partido das vistas, permitir a correcta insolação dos edifícios e, por fim, a criação de espaços verdes com diferentes fins: espaços de recreio e repouso inseridos segundo um esquema ordenado, espaços verdes livres em zonas hortícolas de carácter comunitário.

O plano integrado do Zambujal, da autoria dos arquitetos Francisco Silva Dias, Raul Martins, António Pereira Gomes, Ana Lazary, Maria da Graça Saraiva e Manuela Guimarães, integra 2000 casas e equipamentos públicos de apoio às mesmas, como uma escola, parque, jardim, cooperativas e lojas. Este plano apresenta quatro soluções consoante a condição económica das populações a que se destinam. A primeira zona é composta por prédios de quatro andares que albergam apartamentos de tipologias T2, T3 e T4. A segunda oferece moradias evolutivas, onde se fornecerá, como subsídio, um núcleo constituído por sala, cozinha e casa de banho. Posteriormente, a população, segundo um sistema de financiamento, construirá as fases seguintes da habitação. A zona 3 contém habitação unifamiliar de tipologias T3 e T4, em função do rendimento do agregado familiar. Na quarta e última hipótese de residência seriam executadas as infraestruturas gerais, cabendo à população, no âmbito da operação SAAL, finalizar a própria obra. A variedade tanto volumétrica como tipológica dos edifícios projetados, de acordo com as soluções apresentadas pelos projectistas, é um conceito diferenciador do plano estudado – plano da Portela. Destas tipologias, o primeiro aglomerado a ser descrito será o que mais se adequa aos princípios espelhados no plano urbanístico da Portela, defendidos na Carta de Atenas, como a oferta de locais verdes de recreio, a conciliação do espaço de estar público e da circulação pedonal, nunca renegando a circulação automóvel, indispensável na deslocação da população. A disposição dos edifícios, apesar de serem de baixa densidade e de seguirem os arruamentos rodoviários, organiza-se em aglomerados estudados individualmente de forma a garantir o melhor funcionamento urbano de cada núcleo e a conjugação das diferentes classes sociais.

Conjunto habitacional na Avenida Infante Santo
Troço entre a Rua de Santana à Lapa e o antigo aqueduto
(Construído em Contexto Urbano)



Conjunto Habitacional Avenida Infante Santo

Localização: Lisboa, Portugal

Arquitectura: Alberto Pessoa (1919 - 1985), Hernâni Gandra (1914-1988), João Abel Manta (n.1928)

Ano: 1947 – 1955

Público alvo: classe média

Programa: habitação, comércio

Tipologias de edifícios: A; C; D; E; F; G; H; I; K; L

Publicação: Binário n.º2 (Maio 1958)

Descrição: O conjunto habitacional é resultado de um estudo municipal, realizado pelo arquitecto Alberto Pessoa, para a abertura de uma avenida na zona oriental de Lisboa. Nesse estudo, compreendeu-se a importância dos terrenos a nascente da avenida.

Em 1947, é definido um plano para a ocupação destes terrenos através de um conjunto habitacional de 5 blocos (4 perpendiculares à avenida) que segue a "nova concepção de fazer cidade, desenvolvida ao longo dos anos 50 (...) com a aplicação dos novos princípios da Carta de Atenas" anulando aquilo que é a tradicional e típica *rua corredor.* Esta anulação é perceptível através da relação que existe com a via principal, que é repartida ortogonalmente para permitir o acesso a cada bloco.

Em 1954, deu-se o início da construção do conjunto, projectado pela equipa de arquitectos Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Manta, que reformularam o plano definido em 1947, retomando as suas características essenciais. Foram convidados também artistas plásticos como Maria Keil e Júlio Pomar para a criação de obras que estão expostas nos interiores e no exterior de cada bloco.

A diferença de cotas entre o terreno de implantação e a avenida, permite criar um embasamento que torna num plano de nível todo o assentamento dos blocos, simultaneamente são criadas de *caixas* de acesso a cada um.

A norte do conjunto, o Largo do Mercado, foi programado para receber um conjunto de áreas destinadas ao comércio. Todo o exterior deste conjunto revela uma proximidade aos princípios dos *Cinco Pontos para uma Arquitectura* de Le Corbusier.

Conjunto Habitacional da Pasteleira, zona nascente do Bairro da Rainha D. Leonor
(Parcialmente Construído em Contexto Urbano)
Localização: Porto, Portugal

Arquitectura: Alberto Rosmaninho, Rogério Barroco

Ano: 1963

Público alvo: classe desfavorecida; classe média (20 000 hab.)

Programa: habitação, serviços, comércio, parque infantil, escola, espaço verde, estacionamento

Tipologias de edifícios: habitação unifamiliar, blocos e torres de habitação colectiva

Publicação: Binário n.º 26 (Outubro 1960)

Descrição: A zona da Pasteleira situa-se na cidade do Porto. Está assinalada no Plano Director Municipal como um espaço de ocupação agrícola. A área de intervenção ocupa 108 hectares, 8 deles pertencentes à Câmara Municipal do Porto, com edifícios habitacionais de três tipologias (unifamiliar, banda e torre).

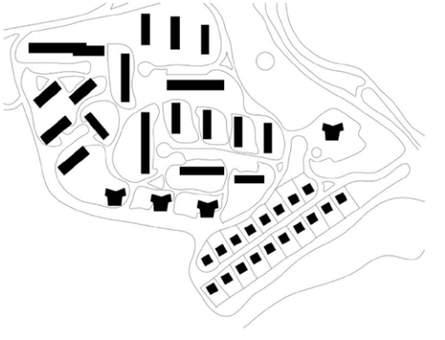
O sistema de circulação respeita a topografia, e é aplicado pela primeira vez o princípio da circulação contínua: um anel viário que se distribui por todo o complexo habitacional permitindo o acesso a cada edifício. As habitações unifamiliares, promovidas pela Câmara Municipal, albergam famílias de baixa classe e foram projectadas com a intenção de adquirir um "carácter próprio, uma personalidade".

Esta zona compreende, também, uma área destinada à construção particular de instalações comerciais, para apoio a um centro comercial, situado nos terrenos confinantes.

Os espaços verdes exteriores são cuidados, os lugares de estacionamento são em número reduzido. Existe uma preocupação em definir bons percursos pedonais de forma a existir uma separação/coexistência entre a circulação automóvel e pedonal.

Só parte do conjunto foi construída conforme o plano.

Um dos sectores definidos e integralmente construído, situa-se numa pequena encosta junto do rio Douro. Estes cinco edifícios reflectem dimensões temporais diferentes. O primeiro conjunto está ligado a uma concepção formal ligada à Carta de Atenas onde "a cidade é o somatório de blocos implantados de acordo com a orientação solar sobre uma área verde de livre limitada e rasgada por vias



Conjunto Habitacional Pasteleira, Porto

de circulação automóvel". O segundo conjunto encontra-se "preso a uma disciplina geométrica ortodoxa que irá tentar interrogar a estética moderna". Estes últimos edifícios resultam, no final, como um reflexo de uma crítica face aos valores modernistas.

Conjunto Turístico de Pena Furada (Projecto em Contexto Natural)
Localização: Algarve, Portugal

Arquitectura: Óscar Niemeyer (1907 - 2012)

Ano: 1965

Público alvo: classe média alta

Conjunto Turístico de Pena Furada, Algarve

Programa: habitação, administração, serviços, espaços de recreio, comércio, capela, campos de desporto, hotel

Publicação: Binário n.º 208 (Maio 1976)

Descrição: A intenção de implantar um conjunto de núcleos compactos, dispersos entre si e dispostos ao longo da uma via principal, advém das características do terreno, que se afirma pelo relevo ondulado. Uma intenção que visa preservar "*as características de amplitude e beleza que tanto valorizam*" o local.

A via principal, que interliga todos os sectores fragmentados, é uma linha sinuosa que se adapta ao relevo do terreno e que se dirige até ao mar.

O desenho urbano reflecte a orgânica de todo o conjunto. Os edifícios de carácter público e administrativos estão localizados o início da via. Ao segui-la, temos um percurso que é pautado, ora por áreas arborizadas, ora por núcleos de construções.

O primeiro núcleo habitacional é composto por um conjunto de edifícios com 4 a 15 pisos. Adiante surgem os espaços públicos: uma praça e uma igreja. Um outro conjunto de habitações, que possui uma linguagem arquitectónica que se aproxima do tipo mediterrânico, fecha a zona habitacional ao público. A via continua em direcção ao mar, dando acesso a um hotel, a outro loteamento de 3 blocos habitacionais e a uma praia.

Este desenho urbano reflecte, sem dúvida, os ideais que são estabelecidos na carta de Atenas.

Plano de Urbanização de Chelas, Zona I
(Projecto em Contexto Urbano)
Localização: Lisboa, Portugal

Arquitectura: Francisco da Silva Dias (n.1930), Luiz Vassalo Rosa

Ano: 1968

Público alvo: classe média-baixa, média-alta

Programa: habitação, comércio, equipamentos culturais e sociais, cafés, associações recreativas, bancos, serviços públicos, escolas, jardins públicos

Tipologias de habitação: T2, T3, T4, T5

Publicação: Arquitectura n.º 127-128 (Abril 1973)

Descrição: A localização da zona I, que pertence ao plano de urbanização de Lisboa,

é limitada a norte por vias que servem a zona industrial, a nascente pelo Parque do Vale Fundão, a poente pelo Vale Central de Chelas e a sul pela zona O, considerada o núcleo central. A zona I recebe um plano geral, inserido no plano de urbanização de Chelas. Para essa zona, o plano prevê a construção de 1800 fogos. Estes serão distribuídos por categorias - categoria I: T2 e T3; categoria II: T4; categoria III: T3 e T5. Compreenderá, também, elementos geradores de vida comunitária - comércio, equipamento escolar, cultural, assistencial, religioso e recreativo – que se distribuem linearmente.

Plano de Urbanização de Chelas, Zona I, Lisboa

Pretende-se que haja um paralelismo entre os equipamentos e as habitações através de faixas de equipamentos que se integram com a malha urbana. São essas faixas que vão representar as principais vias urbanas, pois apresentam maior vida urbana. Em termos de enquadramento viário, a zona I é atravessada por um eixo (Olivais-Areeiro) dividindo assim a zona 11 (esquerda) e zona 12 (direita). A composição do edificado surge a acompanhar os percursos pedonais, de modo a criar um ambiente urbano que tenha em atenção tanto fatores climáticos como a vivência da comunidade. Tirar partido das vistas e assegurar a boa insolação nos edifícios habitacionais são também questões pertinentes pensadas no plano.

Cada uma das zonas apresenta enquadramentos adequados à morfologia do terreno, isto é, os edifícios da zona 11 acompanham o seu percurso, desenvolvendo uma sequência de largos com a direcção Norte-Sul. Um dos elementos centrais é o largo que liga ambas as zonas. É através deste largo que se resolve o problema do atravessamento de outras vias. Na zona 12, os edifícios presentes no seu enquadramento, acompanham o movimento de convergência em direcção ao largo que liga ambas as zonas. A distribuição dos fogos, que surgem em categorias, pela zona I, é diferenciada em cada uma das zonas 11 e 12, sendo que em ambas se deve evitar a concentração de uma categoria no mesmo ponto, de forma evitar a separação de classes populacionais. As categorias estão associadas às tipologias e consequentemente aos orçamentos. Assim a categoria III, surge-nos como a mais ampla em termos de dimensões concentrando-se nas zonas onde a vida urbana é mais intensa, apresentando um tipo de edifício de maior altura. A categoria I, com um orçamento mais reduzido, tende a surgir com uma paisagem urbana mais pobre, localizando-se assim na periferia, havendo sempre a ligação com o ambiente anterior, permitindo a continuidade do percurso dos peões.

Em termos de espaços verdes, estes apresentam também a preocupação de se enquadrarem da melhor forma na malha urbana. Na zona 11, estes espaços dependem da função que apresentam no espaço urbano, ou seja: espaços enquadrados em zonas intensamente edificadas, onde o verde surge segundo um esquema ordenado pelos edifícios; espaços de recreio e de repouso sujeitos a um plano específico; e espaços verdes livres (mata), que surgem nas zonas baixas de relvado ou nas áreas hortícolas.

Plano Integrado do Zambujal (Construído em Contexto Urbano)
Localização: Lisboa, Portugal

Arquitectura: Francisco Silva Dias, Raul Martins, António Pereira Gomes, Ana Lazary, Maria da Graça Saraiva, Manuela Guimarães

Anos: 1972 (aprovação anteplano do Zambujal) e 1973 (Plano Integrado do Zambujal)

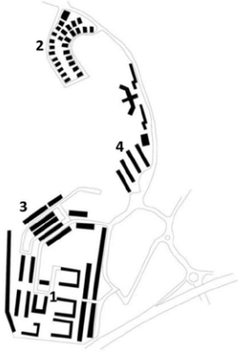
Público alvo: classe média-baixa

Programa: habitação, escola, parque, jardim, cooperativas, lojas

Tipologias de habitação: T2, T3, T4, habitação evolutiva, habitação unifamiliar T3 e T4

Publicação: Binário n.º 205-206 (Jan.-Fev. 1976)

Descrição: O plano integra 2000 casas e equipamentos públicos de apoio às mesmas – escola, parque, jardim, cooperativas e lojas e está dividido em quatro zonas. Este plano apresenta quatro soluções consoante a condição económica das populações a que se destinam. A primeira zona é composta por prédios de quatro andares que albergam apartamentos de tipologias T2,T3 e T4. A segunda oferece moradias evolutivas, onde se fornecerá, como subsídio, um núcleo constituído por sala, cozinha e casa de banho. Posteriormente, a população, segundo um sistema de financiamento, construirá as fases seguintes da habitação. A zona 3 contém habitação unifamiliar de tipologias T3 e T4, em função do rendimento do agregado familiar. Na quarta e última hipótese de residência seriam executadas as infraestruturas gerais, cabendo à população, no âmbito da operação SAAL, finalizar a própria obra.



Plano integrado do Zambujal, Lisboa
1. Alto do Zambujal, edifícios dos 5 pisos;
2. Alto do Moinho, habitações evolutivas;
3. Alto do Zambujal, moradias unifamiliares de dois pisos;
4. Praça e ligação a Alfragide, equipamento sócio-comercial.

Bárbara Prudêncio, Joana Sequeira, Maria Carreira, Mariana Neto, Susana Gonçalves

Revistas Arquitectura e Binário

Os projectos urbanos fora de Portugal publicados entre 1955 e 1977

A revista *Arquitectura* foi publicada ao longo de 42 anos e dividiu-se em quatro séries. A primeira série, ainda com o nome original e dirigida pelo arquitecto Francisco Costa, teve início em 1927 e fim em 1946. A segunda série, com o nome *Arquitectura – Revista de Arte e Construção* e dirigida pelos arquitectos Francisco Pereira da Costa e Alberto Pessoa (1919-1985), teve início em 1948 e fim em 1957. A terceira série, com o nome *Arquitectura. Arquitectura – Planeamento – Design – Artes Plásticas*, e dirigida pelos arquitectos Frederico Sant'Ana, Rui Mendes Paula (1924-1959) e Carlos Santos Duarte, teve início em 1957 e fim em 1974. Por último, a quarta série, com o nome *Arquitectura. Arquitectura – Planeamento – Design – Construção – Equipamento*, e dirigida pelo arquitecto José Ressano Garcia Lamas, teve início em 1979 e fim em 1984.

Numa primeira fase foi feita uma análise sintética de alguns casos publicados nesta revista, no período de aproximadamente dez anos – entre finais da década de 1950 e finais da década de 1960. Os casos estavam divididos em dois tipos: planos de cidade e habitação. Na segunda fase, foi feita uma análise mais aprofundada de alguns casos em função de uma futura comparação com os bairros em análise, a Urbanização da Portela (Sacavém, Lisboa), a Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda (Luanda); e o Complexo Habitacional STDM (Macau). Numa terceira e última fase, comparámos então o caso de Toulouse Le Mirail ao Bairro Prenda e o caso da Cidade de Habana em Cuba ao Bairro da Portela de Sacavém.

Já a *Binário – Revista de Arquitectura, Construção e Equipamento, Lda.*, que esteve activa entre 1958 e 1988, foi dirigida primeiramente pelo arquitecto Manuel Tainha, em parceria com o engenheiro Jovito Tainha, durante dois anos (de 1958 a 1960), entre os números 1 e 19. O engenheiro Aníbal S.A. Vieira assumiu a direcção entre 1960 e 1974, do número 20 ao 192. Por fim, o último director da revista foi J. Luís Quintino, que a dirigiu durante dois anos, entre 1974 e 1976, desde o número 193 ao 207.

Em relação aos exemplos apresentados por esta revista, foi feita numa primeira fase uma análise sintética de alguns casos publicados no período de aproximadamente vinte anos – entre finais da década de 1950 e finais da década de 1970. Os casos foram de igual modo divididos nos dois tipos já referidos: planos de cidade e habitação. Na segunda fase, foi feita uma análise mais aprofundada de alguns casos, novamente para auxiliarem numa comparação com os bairros em análise. Numa terceira e última fase, comparámos então o caso da Unidade de Habitação de Berlim ao Bairro Prenda, o caso de Thames Mead – nova cidade junto ao Tamisa e um Plano para uma

comunidade em Malboro, New Jersey ao Bairro da Portela de Sacavém, e analisamos um artigo – "Conjuntos residenciais, novos subúrbios das cidades francesas", também para efeitos compratívos.

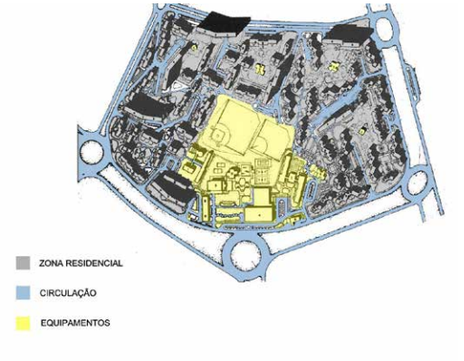
Comparações com a Urbanização da Portela

***Arquitectura*, n.º 77 (Janeiro de 1963)**

"Cuba – Habana del Este", Instituto Nacional de Ahorro y Viviendas – Cuba

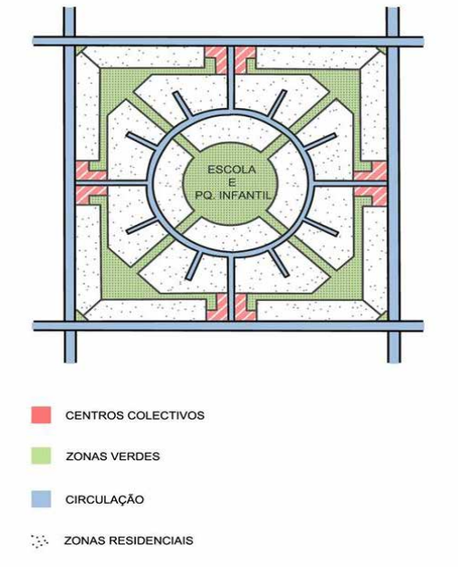
Embora construído na mesma época da Urbanização da Portela, o conjunto habitacional cubano revela as circunstâncias bastante distintas em que se encontravam os dois países em questão. Cuba enfrentava problemas sociais gravíssimos, com mais de 200 mil famílias vivendo em locais insalubres, desprovidos de quaisquer equipamentos de apoio. Em Portugal, o sector agrícola era cada vez mais abandonado em detrimento do sector terciário, concentrado nas cidades do litoral e dando origem à crescente migração da população do interior do país para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. Porém, para combater o *deficit* habitacional, ambos os países recorreram a estratégias semelhantes. Quando o governo revolucionário cubano tomou poder e encontrou o sector da habitação gravemente deteriorado, decidiu melhorar as condições de vida no campo e erradicar os assentamentos informais nas cidades. Desta forma, é criada uma nova Reforma Urbana levada a cabo pelo Instituto Nacional de Ahorro y Viviendas (INAV) que, através da política de expropriação, ganha espaços necessários junto aos centros urbanos, realojando e tornando os locatários em proprietários. Em Portugal, com a forte pressão demográfica sobre os territórios periféricos da capital, a responsabilidade pelos trabalhos urbanos é deixada à iniciativa dos particulares, remetendo-se as autarquias quase sempre a uma atitude passiva.

Ambos os planos de urbanização são organizados da mesma forma, seguindo o modelo da Carta de Atenas, obedecendo às quatro principais funções da cidade: habitar, trabalhar, circular e recrear. Tal como as cidades modernas, os dois planos basearam no manifesto do VIII CIAM, dedicado ao "Coração da Cidade". Existe um centro onde se encontram os serviços comunitários/públicos: escola primária, jardim-infantil, igreja, comércio, centro de saúde, campos de desporto, piscina, parque infantil, entre outros. Relativamente à circulação, tanto no plano de Fernando Silva como



Conjunto habitacional na Avenida Infante Santo

no da INAV, é proposta uma hierarquização das vias de circulação em função dos meios de deslocação e das velocidades, respectivamente quatro tipos: vias principais; ruas secundárias; ruas residências de acesso às habitações; caminhos de passeio para peões. Conforme os princípios racionalistas, a zona residencial é organizada em grandes células residenciais em que a distribuição das habitações se faz sempre dentro de um raio acessível desde o centro à ponta da zona residencial, possibilitando a circulação a pé. No caso da Portela existem dois tipos de blocos de habitação: em banda e em torre, enquanto em Habana del Este foram construídos edifícios de onze e de quatro pisos.



Esquema conceptual de uma Unidade de Vizinhança

***Binário*, N.º 156 (Setembro de 1971)**

"Thames Mead – nova cidade junto ao Tamisa", Greater London Council – Reino Unido

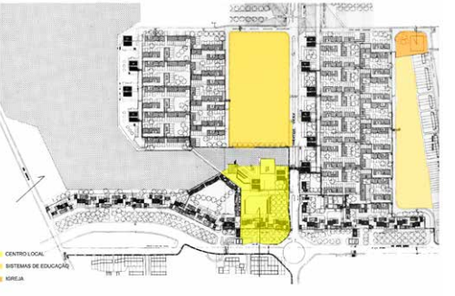
Uma das grandes semelhanças nestes dois casos é a de que ambos resultam da necessidade de expansão de duas capitais, sem condições para alojar mais população nas zonas mais centrais. Em Londres, devido a essa carência de habitação, foi idealizado um plano para uma nova cidade nas proximidades da capital britânica. O projecto incluía a criação de 17 mil habitações – embora apenas algumas tenham sido –, mas a ideia principal era planear uma unidade completa de vida urbana. À semelhança deste plano, o bairro da Portela de Sacavém responde às necessidades da expansão de Lisboa, que não conseguia responder à urgente necessidade de providenciar habitações para nova população, quer vinda do interior rural, quer, mais tarde, vinda das ex-colónias. A urbanização projectada por Fernando Silva é favorecida pela proximidade de vias rápidas de acesso à capital, à semelhança do que acontece em Thames Mead em que uma auto-estrada atravessa a zona passando pelo rio.

Esquema de circulação na Urbanização de Portela de Sacavém

É importante de salientar que ambos os projectos, apesar de terem uma escala diferente, partilham alguns aspectos, como a referida questão da circulação, baseada numa hierarquia de ruas que distribuem várias funções conforme a sua importância. No caso da Urbanização da Portela, existem vias de trânsito principal (determinam a circulação e fazem a união com a circulação envolvente), vias secundárias (derivam das vias principais e acedem às zonas habitacionais) e as ruas residenciais (apenas para os habitantes de cada bloco habitacional). Em Thames Mead, a estrada principal da nova cidade liga-se à auto-estrada, e a partir desta surgem outras estradas importantes que servem as zonas com maior densidade e de serviços. Para se aceder aos edifícios de habitação surgem ruas secundárias, e os caminhos para peões são feitos através de mudanças de nível – tal como estava inicialmente planeado para a Urbanização da Portela, um sistema que foi abandonado ainda em fase de projecto.

Esquema da circulação principal em Thames Mead

A urbanização da Portela é caracterizada pela sua zona central, em volta da qual se situam as habitações, na sua maioria perpendiculares às vias de circulação principais. Todas as funções públicas se desenvolvem na zona central: centro comercial e de entretenimento, serviços médicos, creches, escolas, equipamentos desportivos, etc.. O mesmo acontece na nova cidade britânica, onde a zona central contém centro médico, centro religioso, centro comercial e edifícios de carácter recreativo e educacional. Este centro é localizado perpendicularmente ao rio.



Esquema a diferenciar o centro local, sistemas de educação e igreja.

Em Thames Mead foram construídos blocos em torre (com cerca de 13 andares), casas em terraço e casas em banda contínua. Também no projecto de Fernando Silva se propõem três tipologias diferentes de edifícios: edifício em banda, edifício em torre e centro comercial. Estamos portanto perante duas manifestações construídas de um certo paradigma da habitação colectiva moderna, cujo momento de maior impacto sucedeu precisamente no terceiro quartel do século XX.

Binário, N.º 52 (Janeiro de 1963)

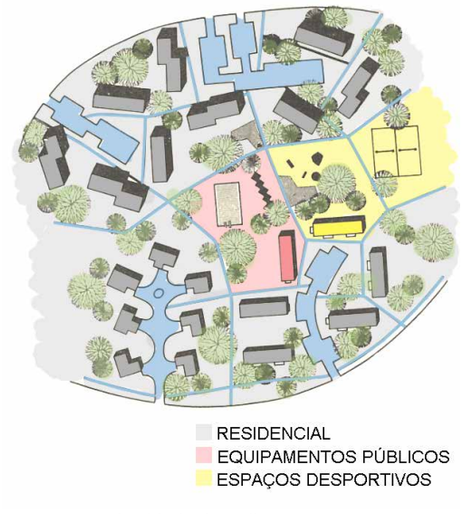
"Plano para uma comunidade em Malboro, New Jersey", E. Eugene Oross Associates – Estados Unidos da América

A Portela insere-se na imagem de cidade nova correspondente a um território e a um tempo modernos. Esta parcela de cidade, construída numa paisagem aberta, não é mais do que uma experiência de novas concepções constituídas por fragmentos de modernidade aliada a novas formas arquitectónicas que não podiam ser construídas na cidade histórica. Era necessário surgir na cidade uma arquitectura que fosse correspondesse ao desígnio de uma cidade funcional, uma arquitectura racionalista. O urbanismo baseava-se na Carta de Atenas, que se propunha "responder às novas exigências de um novo homem". Associado à imagem de um homem-tipo moderno, junta-se o ideal de alcançar um espaço perfeito, a cidade ideal, que pudesse satisfazer na totalidade as necessidades de quem nela vive.

O arquitecto Fernando Silva estava consciente das exigências do tempo moderno, tendo concebido um modelo reticular em torno de um centro dedicado às funções sociais, de comércio, cultura e lazer, com variações ao nível da implantação do edifício. Julgava assim resolver o problema da produção de habitação em larga escala.

O "Plano para uma comunidade em Malboro, New Jersey" equipara-se à Portela na medida em que ambos os projectos apresentam «*clareza e repetição tipológica e a crença na construção de uma imagem urbana unitária*» (Ferreira, 2012). O objectivo deste plano consistia em criar uma comunidade com vários tipos de habitação, comércio local, igrejas, escolas e espaços abertos. Existe uma hierarquia de circulação tal como na Portela, e as unidades habitacionais também se dispõem em torno de um núcleo, neste caso com escola primária, zona de recreio e espaço comercial, tendo-se calculado o tempo de circulação do peão desde casa até ao centro. O novo centro da cidade iria incluir também um hospital, um centro de convalescença e edifícios públicos.

Equipamentos da zona central da Portela



Novo centro da cidade de Malboro

É em relação às unidades residenciais que existem mais diferenças, embora apenas a nível formal, uma vez que cumprem objectivos semelhantes. Em Malboro há dois tipos de unidades: apartamentos com jardins e habitações multifamiliares. Os primeiros não têm mais de dois andares. As habitações multifamiliares não são mais do que grupos de habitações unifamiliares juntas, não tendo, por norma, mais de cinco unidades, com uma área mínima de cerca de 279m2. Os objectivos deste plano incluíam o enquadramento dos edifícios de forma atraente

de acordo com os espaços abertos para a comunidade, pretendendo também chegar a diferentes tipos de famílias, desde jovens casais com ou sem filhos, até casais com mais idade. Estes objectivos vão de certa forma ao encontro do panorama que se vive na Portela. As diferentes tipologias tornam possível a convivência de vários tipos de pessoas, consoante o seu tipo e a sua capacidade económica.

Comparações com a Unidade de Vizinhança n.º 1 do Bairro Prenda

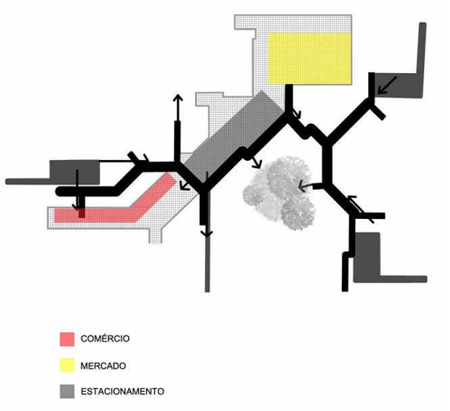
Arquitectura, n.º 76 (Outubro de 1962)

"Conjunto para uma Cidade de 100 000 Habitantes em Tolouse le Mirail", G. Candilis, A. Josic, S. Woods, P. Donny, H. Piot e J. François – França

Em Luanda, no final dos anos 1960, surge um crescimento demográfico exponencial, potenciado quer pelas migrações do interior de Angola, devido em grande parte à Guerra Colonial, quer por uma onda de imigrantes provenientes da metrópole. Dá-se início, então, à criação de planos urbanos, não só para solucionar os problemas dos recém-chegados mas principalmente para dar melhores condições de vida aos habitantes locais que viviam nos musseques. A primeira unidade de habitação, planeada pelo arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho, segue um novo tipo de implantação, não completamente desligado da rede viária existente como no caso da Urbanização da Portela. A disposição e o formato dos edifícios criam uma composição urbana mais próxima de esquemas propostos por membros do Team X, à semelhança do que acontece no projecto de Toulouse Le Mirail.

No final da década de 1950 iniciou-se uma progressiva experimentação em resposta ao *deficit* habitacional em França. Toulouse Le Mirail, plano desenhado pela equipa de Georges Candilis, cria uma nova tipologia de habitação em massa, reagindo contra a metodologia dos planos funcionais de cidade executados pelo CIAM. Embora trabalhando a escala e densidade semelhantes a muitas cidades realizadas segundo os princípios defendidos pelos CIAM, a articulação das estruturas e as suas relações entre si e com o terreno, destinam-se a criar uma experiência completamente diferente de cidade. Ao contrário do que acontece no Bairro Prenda, que tem o objectivo juntar várias classes sociais em tipologias distintas, em Toulouse Le Mirail há uma diversidade quase imperceptível de grupos económicos.

Ambos os planos continham habitação, escola primária, jardim-escola, creche, centro de saúde, capela/igreja e comércio para as necessidades quotidianas, espaços verdes, campos de jogos, entre outros. Todos estes equipamentos são acessíveis a pé em ambos os casos, demonstrando uma enorme preocupação com as questões da circulação. Considera-se necessário restabelecer o conceito de rua (embora de uma nova forma), e tornar este elemento no centro activo pela diversidade de componentes que compõem o carácter espontâneo da vida quotidiana. Um dos principais objectivos do plano em Toulouse Le Mirail era exactamente separar os pedestres das viaturas em movimento, mantendo uma zona pedestre mais segura e aprazível. Quanto à morfologia dos edifícios, em ambos os planos se utilizam diversos tipos de bandas. Porém, o Bairro Prenda adiciona torres e moradias unifamiliares, o que, tendo em conta a diversidade económica e a densidade habitacional, é visto como necessário.



Esquema de circulação e distribuição de equipamentos em Toulouse Le Mirail

Binário, N.º 37 (Oututubro de 1961)

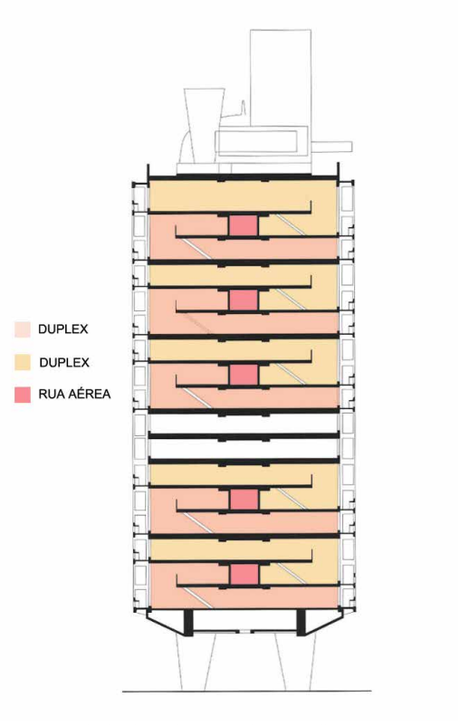
"Unidade de habitação. Casa de habitação de 17 andares tipo 'Berlim'", Le Corbusier – Alemanha

No pós-II Guerra Mundial, na necessidade de reconstrução da França destruída e de ajudar milhares de franceses desalojados, o Ministério da Reconstrução de França encomenda em Agosto de 1945 a Le Corbusier o projecto da Unidade de Habitação de Marselha. Este deu a oportunidade a Le Corbusier de concretizar as suas pesquisas sobre a arquitectura residencial colectiva em massa e a

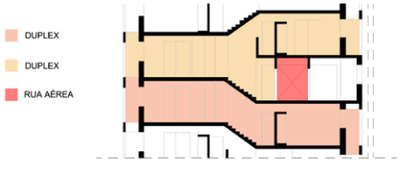
Unidade torna-se objeto de experimentação de uma nova forma de habitar. Obedecendo a um programa que incluía habitação, comércio e equipamentos, nela foi aplicado o conceito de cidade-jardim vertical. Para além da de Marselha, em França foram construídas mais três unidades entre 1955 e 1965. Em 1957, no âmbito da exposição Interbau, Le Corbusier constrói em Berlim uma Unidade de Habitação com mais de 500 habitações. Neste projecto colabora Fernão Lopes Simões de Carvalho, que chega a Paris em 1956 e tenta a sua sorte na obtenção de um estágio junto do arquitecto. À altura Le Corbusier encontrava-se na Índia a conduzir o projecto de Chandigarh, mas Simões de Carvalho não desanima e dirige-se ao sócio do *atelier* André Wogenscky que o informa da necessidade de um colaborador para trabalhar no projecto da Unidade de Habitação de Berlim. Esta oportunidade de aprendizagem foi de tal modo importante que acaba por ditar, em grande medida, o seu percurso.

Na década de 1960, sob a alçada do Gabinete de Urbanização Municipal, Simões de Carvalho elabora o plano para a Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda. Aos blocos de habitação projectados segundo princípios arquitectónicos modernos, que no projecto de Luanda se adaptam ao clima tropical, não poderia faltar a composição modular – transmitida nas fachadas – as coberturas em terraço, a aplicação do *béton brut*, ou ainda a utilização dos *pilotis* que vão permitir que espaço público se dilua pelo piso térreo dos blocos. A organização interior de ambas as unidades habitacionais estrutura-se recorrendo a uma galeria interior de acesso, a rua interior. No desenho dos apartamentos na Unidade de Habitação de Berlim, Le Corbusier recorre ao sistema de duplex de modo a possibilitar que uma só habitação tenha vãos em duas fachadas do edifício, um deles de pé-direito duplo. Esta opção oferece ao imóvel um maior conforto ambiental através de uma eficaz ventilação natural.

No caso de Luanda, o arquitecto vai desnivelando os pisos entre uma e outra fachada, obtendo uma metamorfose do duplex do mestre francês, que vem a ser chamado de triplex ou semi-duplex. Esta tipologia permite também duas frentes para cada apartamento, aproveitando assim a brisa de Luanda. Também ao nível da fachada, o conjunto de Luanda reflecte igualmente a preocupação com o clima da capital e com a procura de um maior conforto ambiental nas habitações, fazendo uso dos *brise soleils*, sistemas de persianas, varandas e pisos projectados na procura da proteção solar. No desenho da organização da circulação viária e articulação entre os vários sectores, Simões de Carvalho recorre ao conceito de classificação viária das sete vias já introduzido por Le Corbusier no plano para Chandigargh (1951-1953).



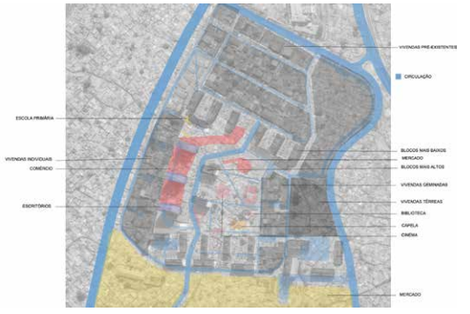
Corte Unidade de Habitação de Marselha



Corte em edifício do Bairro Prenda em Luanda

Conclusão

A representação do conhecimento da arquitectura, dos seus períodos, a forma como se investiga as mudanças na argumentação no quotidiano da prática arquitectónica, encontrou um espaço onde se pode expressar – as revistas. É nelas que se reflecte e direcciona a cultura arquitectónica coeva, ao longo dos anos.



Esquema de vias e distribuição de equipamento no Bairro Prenda

É notória a importância das revistas especializadas como veículo de divulgação da arquitectura. O grande número de revistas que se dedicam a promover arquitectura contribuem para a consolidação do discurso homogéneo. Segundo a investigadora Rute Figueiredo, «*a análise das revistas de arquitectura ao longo de um século permite configurar as contínuas formas de a arquitectura se definir, questionar ou criticar*» (Rute Figueiredo in OA, 2015). As publicações proporcionam visibilidade da arquitectura entre arquitectos, a outros profissionais ligados à área e ao público em geral.

Segundo o debate que decorreu no ciclo *O Lugar do Discurso*, realizado pela Ordem dos Arquitectos, «*a cultura arquitectónica foi sendo moldada pelo discurso crítico e os cânones foram sendo construídos a partir de discursos que podiam ou não ser fundados em conhecimento prático. Neste sentido, os periódicos são instituições a partir das quais irradiou o poder de fazer aparecer projectos, ideias, arquitectos e outros protagonistas*» (Figueiredo in OA, 2015).

O estudo dos comportamentos sociais como auxílio à arquitectura começou no Reino Unido, com a noção de *neighbourhood*, passando depois pelos Estados Unidos, Países Escandinavos, França e Itália. O neo-realismo italiano sugeria o regresso do vernacular através do programa da INA-Casa, que estabelecia uma ponte de ligação entre a modernidade e a contextualização local. Bruno Zevi (1918-2000) – director da revista *L'Architettura* – defendia uma visão mais organicista, tal como Nuno Portas na portuguesa *Arquitectura*. E é assim que a imprensa portuguesa começa a ser influenciada. Para além da revista *L'Architettura*, os redactores das revistas portuguesas debruçam-se ainda sobre casos tratados nas revistas *Zodiac*, *Architecture d'Aujourd'hui* e *Casabella*, entre outras.

Arquitectura – ao nível da cidade

Nº	Data de publicação	Fonte	Nome do Projecto	Autor	Data	Estado	Localização	Zona	H	Equipamentos							Circ.	Problemas, Ant.	Tipologia
										S.E.	C.M.	D	Cult.	A.C.	Z.V.	E.T.			
64	1959	Architettura Cantiere	A Unidade Horizontal de Tuscolano	Adalberto Libera	1950	Construída	Roma, Itália	Urbano consolidado	X	X	X	X			X		X		
69	1960	"Space, Time and Architecture"	Sunila	Alvar Aalto	1936?	Construída	Finlândia	Junto do Rio	X							X		Criar residencias para funcionarios da industria	
69	1960		Plano de Urbanismo da cidade de Imatra	Alvar Aalto		Projecto	Imatra, Finlândia		X	X	X			X		X	X		
72	1961		Roehmpton	London County Council	1961	Construída	Reino Unido	junto de Londres	X	X				X	X			Densidade Populasional em Londres	
76	1961	Architecture de Aujourd'hui	Concurso para uma cidade de 100 mil habitantes	Gandilis, A. Josic, S. Woods, P. Donny, H. Piot e J. François	1961	Projecto	Toulouse le Mirail, França	Descocupado	X	X	X	X	X	X	X		X	Sistema de circulação desadequado para viaturas	
76	1962	Casabella Nº 263, The Architect's Journal	Conjunto de Park Hill	J. L. WOMERSLEY	1961	Construída	Reino Unido		X	X				X	X				
77	1963		Cuba - Habana del Este	INAV	1962	Projecto	Cuba	Urbano consolidado	X	X		X		X	X			Deficit habitacional	
77	1963	Casabella	Bairro da INA - CASA na Via Cavedone	Savio, Chellimi e Galli	1962	Construída	Barcelona, Espanha	Urbano consolidado	X										
79	1963		Grupo de habitações económicas em Creitel - Paris	Paul Bossard		Construída	Paris, França	arredores de Paria	X			X		X				Alojar pessoas que viviam em poucas condiçoes	
84	1964		Projecto de Reconstrução de Ruberoid	Jan Lubicz-Nycz	1962	Projecto			X	X	X			X		X	X		
84	1964		Projecto "DIAMOND HEIGHTS"	Jan Lubicz-Nycz, Jonh Karfo, Mario Ciampi	1961	Projecto	S. Francisco, Califórnia, EUA		X					X	X		X		
84	1964		Projecto "GOLDEN GATWAY"	Jan Lubicz-Nycz, Jonh Collier, Philip Langley	1960	Projecto	S. Francisco, Califórnia, EUA		X	X				X	X		X		
84	1964	L'architettura - Bruno Zevi	Plano da Zona Central de Tel - Aviv - Haifa	1º Prémio: A. F. Branca e F. Angerer | 2º Prémio: Jan Lubicz - Nycz e Donald P. Rey	1963	Construída	Israel	Urbano consolidado	X	X	X			X			X	Falta de expressão e organização do centro cívico.	
88	1965	N º 78, L'architettura	Concurso Praça Principal de S.Francisco	Carlos S. Duarte		Projecto	Califórnia, EUA	Em frente a Câmara Municipal					X		X			Objectivo:melhorar a utilizaçao e o aspecto da Praça	
94	1966	"Revue Africane d'Architecture et d'Urbanisme"	Reconstrução de Agadir	V.A		Em Construção	Marrocos		X			X			X			Catastrofe Natural (destruiu a cidade)	
97	1967	Architectural Record	Projecto para Stafford Harbour	Paul Rudolph		Projecto	EUA	Junto ao Rio Potmac	X						X	X	X		
103	1968		Downtown em Toronto	David Dennis	1968	Construída	Toronto, Canadá	Urbano consolidado					X	X	X		X	Desocupação da zona fronteira à Câmara Municipal.	
103	1968		A Remodelação de Piccadilly Circus	Frank West		Projecto	Reino Unido		X	X	X		X	X	X				

S.E.	Sistema de educação
C.M.	Centro Médico
D	Desporto
Cult.	áreas culturais
A.C.	Áreas comerciais
Z.V.	Zonas verdes
E.T.	Equipamentos terciários

Arquitectura – habitações

Nº	Data de publicação	Fonte	Nome do projecto	Autor	Data	Estado	Sítio	Localização	Tipo de população	Habitação				Tipologia Urbana	Morfologia Edifício
										Social	C. Média	Econ.	C. Alta		
57 - 58	1957		Casas da INA nos arredores de Terni	Mário Ridolfi	1951	Construída	Veraneio	Terni, Itália	Familiar		X		X		
73	1961	Revista Zodiac	Casas na Calle de la Barceloneta	J. A. Coderch de Sentmenat e M. Valls Vergés	1952	Construída	Urbano consolidado	Espanha	Familiar	X		X			6 pisos
73	1961		Habitações em Calle de la Maquinista	José A. Coderech e M. Valls Vergés	1957-1959	Construída	Urbano consolidado	Barcelona, Espanha	Multifamiliar						6 Pisos
73	1961	Revista Zodiac	Casas na Calle Compositor Bach	J. A. Coderch de Sentmenat e M. Valls Vergés	1959 - 61	Construída	Veraneio	Barcelona, Espanha	Familiar				X		7 pisos
76	1962	Casabella Nº 260	Urbanidade em Preston	James Stirling e James Gowan		Construída	Urbano consolidado	Reino Unido	Multifamiliar						3 pisos
77	1963	Revista Zodiac	Edifícios Romeu e Julieta	Hans Sharaun	1959	Construída	Urbano consolidado	s. i.	Familiar		X	X			Torres
78	1963		Bloco Habitacional em Budapeste	Z. Guilyás	1959 - 60	Construída	Urbano consolidado	Budapeste, Hungria	Familiar	X					Torre - 8 pisos
79	1963		Unidade Habitacional H.L.M	Paul Bossard		Construída	Comunidade isolada	Creteil, Paris	Familias Numerosas	X					5 pisos
97	1967		Conjunto Habitacional Juan XXIII	José Luís Romany, Eduardo Mangada e Carlos Ferran		Construída	Urbano consolidado	Madrid, Espanha	Familiar		X		X		2 a 6 pisos
98	1967	Revista Zodiac	Casa de Renda Limitada em La Ronda del Guinardo	O. Bohigas, J. Martorell e D. Mackay	1962	Construída	Urbano consolidado	Barcelona, Espanha	Familiar			X			Torre - 9 pisos
100	1967	Japan Architect	O Bairro de Tsukiji	Kenzo Tange	1966	Construída	Urbano consolidado	Tóquio, Japão	Multifamiliar						torres
101	1968	Architecture de Aujourd'hui	Conjunto Habitacional em Norilsk	A. Shipkov e E. Shipkova		Construída	Comunidade isolada	Sibéria, Rússia	Comunidade		X				Pirâmide
102	1968		Unidade Habitacional da cooperativa Pio XII	Joaquim Arancil Bellod, Luiz Miguel Suarez-Inclan, António Viloria Garcia	1964-1966	Construída	Urbano consolidado	Sergóvia, Espanha	Multifamiliar						3-6 pisos
107	1969		Apartamentos em Punta Brava	Sam Felix de Guixols	1965	Construída	Veraneio	Gerona, Itália	Familiar		X		X		2 pisos
107	1969		Apartamentos em Castelldefelds	Domenech, Puig e Sabater	1966	Construída	Veraneio	Barcelonesa, Espanha	Familiar				X		3 pisos
107	1969	Revista Zodiac	Conjunto de Apartamentos "Santa Agueda"	O. Bohigas, J. Martorell e D. Mackay	1966 - 67	Construída	Veraneio	Benicassim, Espanha	Familiar		X		X		Torre - 12 a 15 pisos
111	1969	Livro Original em Espanhol	Conjuntos Habitacionais de Baixa Densidade	Hubert Hoffmann	1967										

Binário – ao nível da cidade

Nº	Data de publicação	Fonte	Nome do Projecto	Autor	Data	Estado	Localização	Zona	H	Equipamentos							Circ.	Problemas, Ant.	Tipologia	Observações
										S.E.	C.M.	D	Cult.	A.C.	Z.V.	E.T.				
11	Agosto de 1959		Unidade experimental de habitação popular	Mário Pani		em construção	Cidade do México, México	Zona Sul-Nascente da Cidade do México	X	X		X		X		X			Casas do tipo geminado	Unidade experimental
25	Outubro de 1960		Grupo "Les Buffets"	Jean Dimitrijevic, Guy Lagneau, Michel Weill, Jean Penolet	1958-1959	Construído	Fontenay-aux-Roses, França		X						X				Torres de apartamentos	
47	Agosto de 1962		Lower Hill	I. M. Pei e Associados, Arquitectos e Urbanistas		em construção	Pittsburg, EUA		X				X	X				"(...) renovação da vida urbana em Pittsburg"	2 Torres de luxuosos apartamentos/ 14-20 andares	
50	Novembro de 1962		Zona a nascente de Washington Square («Society Hill») Philadelphia, Pennsilvanya	Wright + Andrade + Amenia + Gane		Projecto	EUA		X									renovação da vida urbana		
50	Novembro de 1962		Projecto das torres do capitólio em Sacramento (Califórnia)	Wurster + Bernardi + Emmons + Edward + Larrabee + Barnes / De Mars & Reay		Construída	EUA	Zona ocidental da cidade	X										três torres de apartamentos e estruturas altas e baixas	
52	Janeiro de 1964		Islamabad	Doxiadis Associates		Em Construção	Paquistão		x									necessidade de uma nova capital		
52	Janeiro de 1965		Plano para uma comunidade em Malboro, New Jersey	E. Eugene Oross Associates		Projecto	EUA		X	X				X	X			criar uma comunidade distinta em que os residentes vivam de acordo com os seus desejos	apartamentos com jardim e estruturas multifamiliares	
52	Janeiro de 1963		Projecto gigante de redesenvolvimento em Berlim Ocidental	The Architects Collaborative Inc.		Projecto	Alemanha		x	x				x	x				blocos de três andares	
58	Julho de 1953		Problemas Urb.	Victor Gruen & Associates		Projecto	Fort Worth, E.U.A.									X	X	Sem plano de Proveniência-destinos		
62	Novembro de 1963		El Dorado Hills - novo modelo para comunidades do futuro	Victor Gruen + Associates		Projecto	EUA		x	x	x	x	x	x	x	x		Oferecer aos compradores algo melhor do que a monótona dispersão que caracteriza a expansão de muitas cidades	conjunto de doze aldeias	
73	Outubro de 1973		Planeamento no Sul de Espanha	Doxiadis Iberica SA		Projecto	Espanha		x											
85	Outubro de 1965		Renovação da área central de Fresno (Califórnia)	Victor Gruen Associates	1958	Construído	EUA		x									renovação da zona cenral		
85	Outubro de 1965		Renovação Zona Costeira	Victor Gruen Associates		Projecto	Costa oeste dos E.U.A.	Redondo Beach, California							X			Necessidade de Crescimento		
92	Maio de 1966		Desenvolvimento de Copacabana	Cedus e Doxiadis Associates		Projecto	Copacabana, Rio de Janeiro	Centro de Copacabana	X								Plataforma	Pouco espaço, estacionamento		
103-104	Abril/Maio de 1967		Alsterzentrum	Neue Heimat e Hans Konwiarz		Projecto	St. George, Hamburgo	Zona antiga St. George	X							X	Plataforma	Ligação com o trânsito exterior	Pós 2ª Guerra	
106	Julho de 1967		Marquel East Study	Skidmore, Owings & Merril		Projecto	Filadélfia	Zona Leste de Market Street							X	X	X	Defeciências de transportes		
132	Setembro de 1969		Renovação Urbana	Webb, Zefara, Menkes		Projecto	Toronto	Perto da Câmara Municipal										Realçar a Camâra Municipal		
135	Dezembro de 1969		Um Plano para o Rio de Janeiro	Lúcio Costa		Projecto	Rio de Janeiro, Brasil		X						X		X			
140	Maio de 1970		Desenvolvimento da faixa costeira	Flávio Pastore, Luigi Villavechia		Projecto	Santos, Brasil	Costa				X	X	X	X	igreja	X	Sem utilidade; esgotos		
156	Setembro de 1971		Thamesmead	Greater London Council	1ª fase 1967	Em Construção	Londres, Inglaterra	Estende-se para o rio	X	X	X					Indus.	X	Fraca capacidade de carga (solo)	Moderno	
156	Setembro de 1972		Nova Cidade	SICIR		Projecto	Nordeste, Nápoles	entre Z. costeira Z. interiores	X	X	X				X	Indus.		Muita densidade Populacional		

Binário – habitações

Nº	Data de publicação	Fonte	Nome do projecto	Autor	Data	Estado	Localização	Tipo de população	Habitação				Tipologia Urbana	Morfologia Edifício	Observações
									Social	C. Média	Econ.	C. Alta			
7	Outubro de 1958		A construção dos conjuntos habitacionais em Orleães (França)	M. Bazin		Em construção	França	Multifamiliar	X					14 blocos de 5 andares	
8 e 9	Novembro/ Dezembro 1958		Os blocos de Habitação de Langham House	James Stirling + James Gowan		Construída	Reino Unido	Multifamiliar						5 blocos até 3 andares	
20	Maio de 1960	Textos abertura concurso e resultados	Unidades de 800 fogos em Strasbourg	n.a			França								
37	Outubro de 1961		Unidade de Habitação	Le Corbusier	1958	Construído	Berlim, Alemanha		X				Arquitectura Moderna	Banda de 17 andares	Participação de Simões de Carvalho
38	Novembro de 1961	Artigo descritivo do planeamento realizado em Birmingham	Surge um Conjunto Novo no Meio da Segunda Cidade da Grã-Bretanha	J. M. Robson			Reino Unido								
39	Dezembro de 1961		Unidade Residencial	L. Billard, A. Mahe, R. Lesage		Construído	L'Hay-les-Roses, França							Em banda, Torre e pavilhões geminados	
68	Maio de 1964		Edificios de Apartamentos	Alvar Aalto	1958-1962	Construído	Bremen, Alemanha	Pessoas sós/ Casais sem filhos					Arquitectura Moderna	Torres de 22 andares	
68	Maio de 1965		Apartamentos Bremen	Alvar Aalto		Construída	Bremen	Sozinhas, casais s/ filhos		X				T1/T2 em Torre	
68	Maio de 1966		Torre Park Westwood	Victor Gruen Associates		Construída	Los Angeles			X				Torre	
68	Maio de 1967		Apartamentos em Harumi, Toquio	Kunio Maekawa		Construída	Harumi, Tóquio	Familias R. Médio		X			Moderno Japonês	Cerca de 10 pisos	
68	Maio de 1965	Fonte: "Ekistics", Janeiro de 1964	Projecto de unidades residenciais: localização	Eric Lyons		Tradução/ Discurso	s.n.								
68	Maio de 1966	Fonte: "Ekistics", Janeiro de 1965	Intensidade de desenvolvimento e condições de vida de projectos de unidades residenciais multifamiliares	Robert D. Katz		Tradução/ Discurso	s.n.								
68	Maio de 1967		Conjuntos residenciais - novos subúrbios das cidades francesas	n.a.		Comentário/ Divulgação	França								
76	Janeiro de 1965		Blocos residenciais em Furstenried, Munique	Fred Angerer		Construída	Alemanha	Multifamiliar							
106	Julho de 1967		Residências em Kansas City	Victor Gruen Associates		Projecto	Crown Center								
115	Abril de 1968		Habitat 67	Moshe Safdie e David, Barrot, Boulva	1967?	Construída	Exposição - Montreal	Empregados, grupos		CARO				Habitações empilhadas	
122	Novembro de 1968	Conferencia de ASAV no dia 8 novembro no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro	Conjuntos residenciais do nosso tempo	n.a			Brasil								
124	Janeiro de 1969		Conjunto de barras paralelas	R. Creveaux / J. Tessier		Prjecto	Point À Pintre, Guadalupe	Nível de vida baixo	X					6 Andares com torre(adm)	
154-155	Julho/ Agosto de 1971		Residência Universidade East Anglia	Denys Lasdun & Partners	1967	Construída	Reino Unido	Estudantes			X			4-6 Pisos	
154-155	Julho/ Agosto de 1972		Residência Universidade Stirling	Robert Mattheus, Johnson-Marshall and Partners	1967	Construída	Stirling, Escócia	Estudantes			X			4-6 Pisos	
179	Agosto de 1973		Apartamentos Boa viagem	Borsoi Arquitectos Associados, Lda		Construída	Recife			X				Torre	
183	Dezembro de 1973		Centro residencial universitário	Werner Ingendaay	1973	Construída	Colónia	Estudantes			X			3 Torres	
203	Outubro de 1975		Conjunto Hamburgo-Steilshoop	H. P. Burmester, G. Candilis, G. Garten, A. Josic, W. Hahl, G. Ostermann, J. Suhr, S. Woods	1966-1974	Construída	Norte hamburgo							4 pisos	
203	Outubro de 1976		Conjunto esslingen-kornhalde	G. Raichle, D. Raichle, R. Gotz	1968-1971	Construída	Perto de Esslingen							1-2/3-4/ 8 pisos	
203	Outubro de 1977		Casas em terraço	Klipper + Partner	1968-1972	Construída	Perto de Stuttgart	Faixas etárias dif.						3 a 5 Pisos	
203	Outubro de 1978		Tranformação de pátios antigos	G. A. Roemmich + Partner		Construída	Munique								

Binário – casos de estudo

Nome do Projecto	Autor	Data	Estado	Localização	Zona	H	Equipamentos							Circ.	Habitação				Tipo de população	Tipologia	Morfologia dos Edifícios	Problemas, Ant.	Observações
							S.E.	C.M.	D	Cult.	A.C.	Z.V.	E.T.		Social		C. Média	Econ.					
Portela de Sacavém	Fernando Silva	1965 -1979	Construído	Loures, Lisboa	Perifieria da AML	X	X	X	X		X	X		X			X			Moderno	em Banda, Torre, Centro Comercial	necessidade de alojar população na AML	
Bairro nº1 Prenda	Fernão Lopes Simões de Carvalho	1963-1965	Construído	Luanda, Angola		X									X		X		Torres - casais sem filhos ou solteiros; em Banda - famílias	Moderno/ Brutalista	em Banda e Torre	procura solucionar duas questões: a cidade "branca" de classe média e a cidade "negra" de uma classe mais desfavorecida.	Junção de emigrantes europeus com população desfavorecida que vivia no Musseque
STDM	Manuel Vicente	1982	Construído	Macau, China		X																	

Legenda equipamentos

S.E.	Sistema de educação
C.M.	Centro Médico
D	Desporto
Cult.	áreas culturais
A.C.	Áreas comerciais
Z.V.	Zonas verdes
E.T.	Equipamentos terciários

Joana Rodrigues, João Pedro Francisco, João Teixeira, Sara Baião, Susana André

Macau

Estudo sobre a evolução urbana (1955-1999)

Em 1513, os portugueses já navegavam em mares do sul asiático, estabelecendo um acordo de interesses comerciais com a China em 1535 e fixando-se em Macau entre 1553 e 1557 (Du-Cros, 2009: 73-99). Nesse período, Macau apresentava-se como uma pequena vila piscatória, sofrendo um grande desenvolvimento na segunda metade do século XVI devido às trocas comerciais entre Oriente e Ocidente. O comércio de sedas, cerâmicas e chá levou ao desenvolvimento do porto, onde se construíram novas áreas de armazenamento, consolidando o núcleo comercial existente. Paralelamente a este, os edifícios das ordens religiosas eram preponderantes na organização do território. Apesar da soberania portuguesa, existia uma co-habitação entre portugueses e chineses, existindo, no entanto, algumas diferenças no que respeita à apropriação do território: os principais edifícios religiosos, atendendo à tradição portuguesa, eram colocados no ponto mais alto em contacto com as ruas e adaptados à topografia; os edifícios religiosos chineses situavam-se nas zonas baixas, próximos à água (Mendes, 1987/88: 32-41).

Nos séculos seguintes a cidade cresceu gradual e desordenadamente. Quanto à cidade portuguesa, esta desenvolveu-se segundo dois núcleos, o primeiro a Noroeste, essencialmente dedicado ao comércio, estruturado segundo a Rua Direita, a Rua S. Lourenço e a Rua Padre António; e um segundo, relacionado com o Porto Interior, de habitação e comércio. Tendo como elementos estruturantes do espaço urbano a Rua Direita e o Largo do Senado, Macau desenvolveu um novo núcleo residencial na zona da Barra e consolidou a Praia Grande como uma grande Avenida Marginal, que se conectava com a Rua Direita através de pequenas travessas. Por sua vez, os bairros chineses eram definidos por quarteirões alongados, cortados por becos e travessas, ocupados por edifícios de dois andares. Apesar dos edifícios religiosos continuarem a marcar o território de Macau, era possível identificar um novo equipamento público fulcral para a vida urbana, o Grande Bazar (Mendes, *op. cit.*).

Uma das grandes mudanças a nível morfológico e urbano foi o plano dos aterros de Macau, executado ao longo de diferentes mandatos, que pretendia dar resposta a uma necessidade de crescimento do território devido ao aumento de população. Durante o mandato do governador João Ferreira do Amaral imperou uma consolidação do domínio português no território, com a abertura de um novo sistema viário e com uma legislação que isentava de impostos os bens comprados aos chineses. No mandato do governador Coelho do Amaral (1863-1866), iniciaram-se as obras do aterro da Praia Grande, e ligou-se a cidade às Portas do Cerco, implementando também

novas regras de gestão municipal. Aquando do mandato do governador Visconde de S. Januário (1872-1874), são feitas as principais obras dos aterros: o aterro marginal do Porto Interior e o aterro entre o Bom Porto e a Barra. São também realizados estudos para as obras do Porto Interior, que permitiriam regularizar as correntes marítimas e conquistar o espaço entre a península de Macau e a Ilha Verde. Já o governador Horta e Costa (1884-1887; 1900-1904) dá continuidade às obras dos aterros do mandato anterior, com a construção do Porto da Areia Preta e com as obras no Porto Exterior, dotando a cidade de um plano de saneamento e de novos traçados. Com o abandono do Porto da Praia Grande e o aumento de construção entre esta e Macau Seac, a cidade duplicou a sua área, consolidando-se e definindo os seus quatro núcleos principais: o Bazar Chinês, principal ponto de comércio; o Largo do Senado e a Avenida da Praia Grande, centro do poder económico; a Rua da Praia do Manduco e a Rua Almirante Sérgio, unidade industrial artesanal e de comércio; a Avenida da Praia Grande e a Barra, zona essencialmente residencial. Nestes núcleos identificamos diversos equipamentos públicos importantes, tais como o Liceu Nacional (1893), o edifício da Macau Aerial Transport Company (1948), a Central Radio Macau (1933), o Hipódromo (1927) e o Hotel Presidente (1926), que promoveram a vida social da cidade (Mendes, *op. cit.*).

Até ao 25 de Abril de 1974, a província de Macau era governada com grande distanciamento por parte do Governo português, tendo uma administração reduzida, o que dificultava o planeamento da cidade. Contudo, durante o período do Estado Novo foram construídos alguns equipamentos, nomeadamente hospitais, museus e colégios, e a economia de Macau dinamizou-se, apoiada pelo turismo, pela exportação de alguns produtos, pela indústria têxtil, e sobretudo pela indústria do jogo, que se tornou no principal pilar da economia local. Assim, a economia macaense passa a estar estruturada mediante três centros de comércio, serviços e indústria: o Bazar Chinês e a Avenida da Praia Grande, que se mantiveram; e a área compreendida entre a Avenida Horta e Costa, o Porto Interior e a Praia Preta, um novo centro industrial (Mendes, *op. cit.*).

A partir de 1977, a administração de Macau recorre a equipas exteriores para a realização de planos de pormenor: o plano da Avenida Almeida Ribeiro (arquitectos Fernando Távora, António Madureira e Álvaro Siza, 1982-1983); o plano da Colina da Guia (arquitecto Manuel Vicente e SOMEC); os planos NAPE e de Areia Preta (Álvaro Siza, 1983), dois planos para a Praia Grande (1983-84), um da autoria de Manuel Vicente e outro da autoria dos arquitectos Paulo Sanmarful e Vicente Bravo, tendo sido apenas o primeiro executado. O Plano Director realiza-se somente em 1984, elaborado pela Asia Consult em associação com a Consulplano, e tinha como objectivo defender o património arquitectónico e urbanístico de Macau, tentando exercer algum controlo num território em constante mutação e onde os interesses especulativos se sobrepunham – «*Quando os serviços de urbanismo chegam a pronunciar-se sobre o plano ou projecto, já o mesmo se encontra comprometido pelos interesses económicos dos outros departamentos da administração, sobrepondo-se o objectivo económico, embora também público, à orientação urbanística*» (Lamas, 1987/88: 44-61). O plano previa a protecção de zonas históricas, incluindo limitações de alturas de edifícios na Avenida Almeida Ribeiro. O modelo escolhido aproximava-se mais a um modelo europeu baseado na reconstrução encabeçada pelo Marquês de Pombal após o terramoto de 1755 ou dos planos contemporâneos para o "International Building Exhibition", em Berlim, no qual participou Álvaro Siza. Por sua vez, o plano para a NAPE foi baseado em quarteirões com restrições de alturas e linhas diretrizes (Tieben, 2009b: 49-72).

A actividade organizada de arquitetos de Macau data do início dos anos 1970, década em que o ciclo económico favorável atrai o primeiro conjunto de arquitectos de Lisboa que vão periodicamente a Macau. Raúl Chorão Ramalho é o arquitecto que assume maior reputação neste período, sendo autor de obras de referência em Macau, como o Infantário Avé-Maria (1963-70) e o Liceu Pedro Nolasco (1963-69), entre outros. Manuel Vicente, José Maneiras, Henrique Medina, Jorge Silva, Natália Gomes e João Ramires são outros nomes de destaque. Com o 25 de Abril de 1974 e com a crise de trabalho em Portugal, chega a Macau um novo conjunto de arquitetos para fixarem residência e exercerem a sua actividade profissional, caso de Pereira Chan ou Nuno Jorge, Vicente Bravo e Adalberto Tenreiro no *atelier* de Manuel Vicente. No seu conjunto, trabalham em Macau nos anos 1980 cinco dezenas de arquitetos portugueses distribuídos entre administração e trabalho liberal. A estes unem-se arquitectos de Lisboa e Porto, tais como Tomás Taveira, Fernando Távora ou Álvaro Siza (Lamas, *op. cit.*).

Nos anos 1990 procurava-se estabelecer Macau como a capital da cultura através da edificação de museus, monumentos públicos

e da revitalização dos espaços públicos. Estes investimentos permitiram que a cidade tivesse o seu centro histórico protegido pela UNESCO em 2005. Se, por um lado, existia um desejo de edificar projectos culturais, dava-se simultaneamente um *boom* imobiliário que atingiu o seu pico em 1996, antes da crise asiática.

O ponto de viragem na situação macaense surgiu aquando a liberalização do jogo, que despontou o desejo de transformar a cidade numa versão asiática de Las Vegas. Deste modo, os investimentos culturais anteriormente realizados passavam a ser remetidos para segundo plano em relação à nova realidade dos casinos e *resorts*. Estas políticas influenciaram o desenho urbano e isso é bastante notável ao observar-se o caso das torres do Banco da China, edificadas em 1991, uma em cada Região Administrativa Especial (Macau e Hong Kong), e dominando o *skyline* das duas cidades. Contudo, rapidamente deixaram de ser os pontos de referência ao serem ultrapassadas em altura pelas construções dos novos casinos.

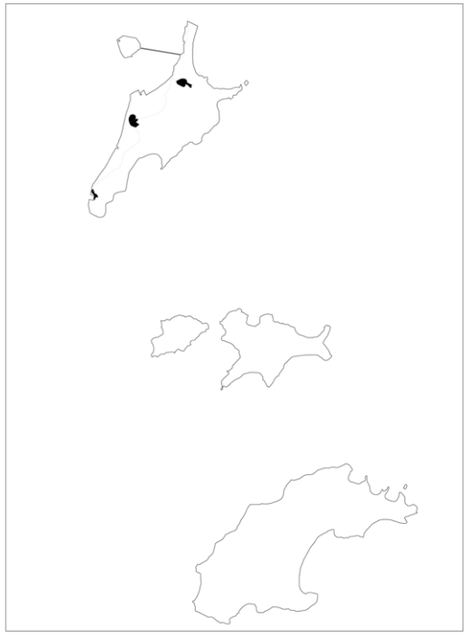
A não execução do Plano Director de Urbanização da cidade de Cotai, elaborado por Lima Soares em 1996, fez com que o governo decidisse tornar este espaço um local de entretenimento e lazer, através de um ambiente ao estilo de Las Vegas, onde houvesse locais para actividades como convenções e concertos, espaços de recreação e centros comerciais.

Entre 1998 e 2009, a população de Macau aumentou de 425 mil para pouco mais de 544 mil habitantes, devido à chegada de muita mão-de-obra barata proveniente de outras regiões da China. Seria, portanto, de esperar que o número de unidades habitacionais construídas tivesse aumentado, mas tal não se verificou. À medida que a área de solo ocupado por construção foi aumentando, o número de imóveis efectivamente contruídos manteve-se baixo. O *boom* na construção trouxe grandes *resorts* e casinos mas somente alguns edifícios residenciais, sendo que estes se destinavam às classes mais abastadas (Tieben, 2009: 165).

A crise financeira mundial fez-se sentir de modo mais sério em Macau em Novembro de 2008. Este problema levou a que muitas das pessoas que haviam migrado para a cidade voltassem às suas regiões de origem, desvirtuando "o sonho de Macau". Ao mesmo tempo, o Governo começou a prestar mais atenção às classes sociais menos abastadas, atribuindo subsídios e melhorando as condições de empréstimos para pequenas e médias empresas. Por outro lado, o Governo prometeu a extensão de algumas infraestruturas, sendo que em Macau (ao invés de Hong Kong) se apostou na construção de pontes e estradas, beneficiando-se a deslocação através do automóvel (Tieben, *op. cit.*: 168).

A receita gerada pelos casinos foi a salvação da cidade no período mais negro da crise. Contudo este crescimento económico tem desvantagens que merecem ser enunciadas, tais como a dependência na indústria do jogo por parte do Governo; a existência de problemas sociais; a perda de recursos valiosos; o impacto nos residentes locais; e a questão dos trabalhadores migrantes (Tieben, *op. cit.*).

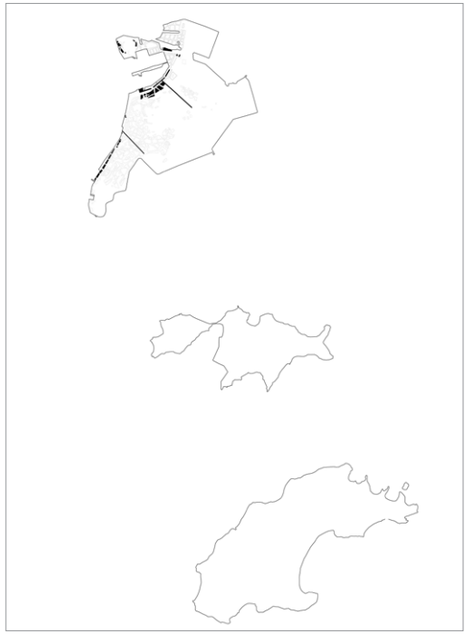
Antes da liberalização do jogo em Macau, o casino Lisboa (1963) era o único casino conhecido, embora fosse extremamente pequeno e funcionasse numa cave, situando-se no oposto da realidade de Las Vegas. Operando também como hotel, a sua implantação ocupava a totalidade do quarteirão junto ao mar, e a sua imponência e dimensão arquitectónica e icónica tornavam-no visto de qualquer ponto do território. Com a liberalização do jogo, em 1999, as suas imediações densificaram-se e alteraram a sua morfologia. Actualmente, como consequência, o casino desaparece na sua envolvente mais brilhante e cheia de espelhos. Surgiu então, nesta nova realidade, o Grand Lisboa, o edifício mais alto da cidade (258 metros), projectado pelo arquitecto Dennis Lau, e localizado num terreno anexo ao casino Lisboa, sendo actualmente uma das mais relevantes referências visuais da cidade.



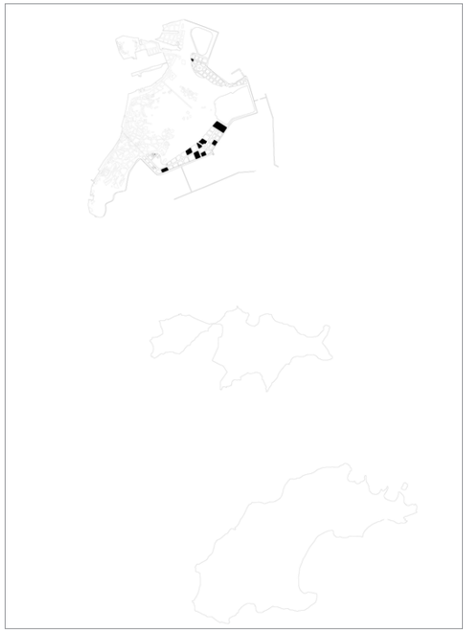
Primeiros assentamentos

Obras do aterro da Praia Grande, governador Coelho do Amaral (1863–66)

Aterro marginal no Porto Interior e aterro entre o Bom Porto e a Barra, governador S. Januário (1872–74)



Anteplano para o Porto de Macau, Engenheiro Adolfo Loureiro (1884)



Plano Geral do arquitecto Garizo do Carmo (1962) / Primeiro plano para o ZAPE e a Praia Grande, arquitecto Leopoldo de Almeida (1964)

Plano para o aterro do Porto Exterior, arquitecto Garizo do Carmo e arquitecta Luíza D'Orey (1971)

Plano Territorial de Macau (1978), revisto em 1979

Plano da Avenida Almeida Ribeiro, arquitectos Fernando Távora, António Madureira e Álvaro Siza (1982-83)

Planos NAPE e da Areia Preta, arquitecto Álvaro Siza (1983)

Plano da Praia Grande, arquitecto Manuel Vicente (1983–84)

Plano Director de urbanização da cidade de Cotai, arquitecto Lima Soares (1996, não executado)

Plano do Aeroporto e Porto de Águas Profundas de Coloane (antes de 1999)

Chen Tao, Diana Gabão, Diogo Melo, Hugo Brito, Mónica Cardoso

Distância e Reflexão

Macau: o Pensamento de Manuel Vicente

O Vassalo Rosa (...) um dia disse-me: «Olha, o meu primo escreveu-me e perguntou-me se eu não queria ir, que há imensas coisas para fazer lá, que precisava lá de arquitectos e se eu não poderia levar algum colega comigo. Eu, por mim, sozinho se calhar não vou, mas se tu quisesses ir...» (...) no dia seguinte estava às oito horas da manhã a telefonar para o Vassalo Rosa e a dizer «Eh pá! Eu vou, eu vou».[1]

Assim surgiu a oportunidade que viria a definir todo o percurso de vida de Manuel Vicente. Vida, que para Manuel Vicente era indissociável da arquitectura.

Nascido em Lisboa em 1934, o arquitecto completa o curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1962, durante o qual já estava envolvido na prática no Gabinete de Fomento da Construção do Estado Português da Índia e, posteriormente, no atelier de Conceição e Silva. Manuel Vicente prezava bastante o trabalho em equipa, pelo que todo o processo de concepção de um projecto era um momento de entusiasmo.

Em 1962, cansado do contexto socio-económico português[2], é em Macau que encontra a oportunidade de meditação sobre o vulgar. Descendente da sua geração, não estava imune ao fascínio pela complexidade e pela ambiguidade do mundano.[3] O seu olhar desprovido de preconceito, agora exposto à cultura oriental, vai reflectir-se nas suas obras, que se tornarão o produto desta equação de circunstâncias. Este processo de recolha e metabolização (inconsciente?) da informação traduzir-se-á nos seus desenhos – cuja geometria é a linguagem própria do arquitecto, através da qual expressa as suas referências, memórias, e as características do que está em redor. E é também esta propagação da essência dos edifícios – no fundo, banal – que se torna num ponto-chave do seu pensamento arquitectónico.

Com obras na Índia, Goa, Macau, Lisboa e Funchal, os planos habitacionais de Manuel Vicente nunca pretendem constituir tipologias diferenciadas, pelo facto de as pessoas serem suficientemente complexas para se apropriarem dos seus espaços e torná-los únicos; em vez disso, a sua prioridade é dar alojamentos de qualidade às pessoas, com o intuito de lhes provocar estímulos para uma vivência mais rica e poética. No caso do seu edifício STDM, o

1. VICENTE, Manuel - Arquitetura Falada: O Exercício da Palavra. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. pg. 64

2. DIAS, Manuel Graça - Entrevista Manuel Vicente, de Carlos Duarte e J. Manuel Fernandes. In Ao volante, pela cidade: Dez entrevistas de arquitectura. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.

3. VICENTE, Manuel *Op cit.* pg. 93

encantamento que nutre ao observar a ocupação espontânea dos seus espaços é evidente; porém, é também visível que, apesar desta acumulação de objectos, a geometria original das suas obras permanece bastante clara, revelando mais uma vez o seu lado dominante.

Ser Arquitecto

1. "De facto, eu penso que um projecto, numa grande empresa, seja onde for, é sempre feito por um pequeno grupo, que terá sempre que ter uma organização como a de atelier. É onde efectivamente se constitui um grupo de trabalho em volta de um projecto, de um objecto que à partida ninguém sabe muito bem o que vai ser e que será ele próprio a ir exigindo o diário das fantasias postas em comum."[4]

2. "Eu penso que nós só deveríamos ter pena de uma coisa, era de não sermos arquitectos. E o que é que será isso de ser arquitecto? (...) há o senso comum: este agenciamento, este juízo, esta qualificação, mas a qualificação dos espaços onde teremos que funcionar, onde se desenvolvem as nossas multipluri-actividades; quer dizer, esta aposta, esta capacidade de tirar do caos, da insignificância, um espaço, um arranjo, um objecto praticável, onde as pessoas se possam reconhecer, (...) que nos constitui, sem a qual nem somos, nem seremos, nem poderíamos ser."[5]

3. "Eu vivo descobrindo e inventando, mas não saberia inventar se não encontrasse nada; pode dizer-se que o que encontro também já é invenção minha..."[6]

4. "há uma grande felicidade quando o modo de vida e o modo de viver são coincidentes,(...) os arquitectos têm essa sorte, porque divertem-se imenso com o que fazem(...) porque o que fazem é tão gratificante que não há whisky que compare"[7]

5. "(...)o arquitecto trata de duas coisas, do estar e do ser"[8]

6. "Eu nunca discuto o que o aluno quer fazer, eu discuto quão bem o aluno faz aquilo que quer fazer. Portanto, eu nunca oponho ao arbitrário do aluno o meu arbitrário."[9]

7. "Não me sinto ao serviço de ninguém. Não sinto, sequer, a prática da nossa profissão como um serviço prestado à comunidade. (...) Não, eu realizo na arquitectura, na produção arquitectónica, uma paixão privada!"[10]

Arquitectura

8. "Quando eu falo de reflexão Beaux Arts (belas artes) (...) o Eisenman no Instituto dos Estudos Urbanos e Arquitectónicos; o Rossi há que tempos (...) a Bauhaus e temos que pensar (...) Deixa lá os outros desenvolverem aquilo que lhes diz respeito, nós arquitectos vamos ver se refletimos sobre a nossa formação, sobre o ensino, sobre um ensino crítico e sobre um ensino que tenha mesmo uma reflexão e uma investigação. (...) a situação em que nós estamos, de crise, de decadência, (...) cada vez me aparece como o quadro mais propício, mais favorável, mais fecundo de exercício de reflexão relativamente à Arquitectura."[11]

9. "Os meus projectos têm sempre uma base geométrica muito forte, não é para as pessoas verem e gostarem dele porque tem uma grelha, mas todas as relações que eu estabeleço, entre as coisas e a sua localização e a sua proporção e a sua forma, estão inter-relacionadas por todo esse traçado geométrico que eu lá tenho e que no fim quando já está a coisa construída pode-se deitar fora como a pedra da sopa da pedra."[12]

10. "Quando decidimos a estrutura, decidimos a luz. Nos edifícios antigos, as colunas eram uma expressão: luz, sem luz, luz, sem luz, luz."[13]

11. "(...) há dois momentos na invenção de arquitectura: a criação e depois a descoberta"[14]

12. "É evidente que a estas intenções não corresponde qualquer pretensão de determinar a priori uma única forma possível de habitar estes fogos. Há, no entanto e em qualquer momento da história, para o homem que pensa as casas para os outros, uma obrigação de procurar interpretar as aspirações mais válidas do seu precioso tempo. (...) num habitar mais

4. DIAS, Manuel Graça - *Op cit*.
5. Idem.
6. MILHEIRO, Ana Vaz (coord.) - Manuel Vicente - 15 Edifícios na Rota do Oriente. Lisboa: DAU ISCTE-IUL, CIAAM, 2010. pg 64
7. Documentário RTP 25/04/12 – A Macau de Manuel Vicente. 2012. [Consult. 02.04.2015]. Disponível em WWW: <URL: https://www.youtube.com/watch?v=uNP81sKdmS8> min.
8. Conferência no ISCTE- IUL - Conferência do Arquitecto Manuel Vicente (1/18). 2009. [Consult. 09.04.2015]. Disponível em WWW:<URL: https://www.youtube.com/watch?v=GcEd4O-qmtvA> min
9. VICENTE, *Op cit.* pg 92
10. Idem. pg 93
11. Idem.
12. MILHEIRO, Ana Vaz (coord.) - *Op cit.* pg. 17
13. Idem. pg 141
14. Conferência no ISCTE-IUL - Conferência do Arquitecto Manuel Vicente (1/18). 2009. [Consult. 09.04.2015]. Disponível em WWW:<URL: https://www.youtube.com/watch?v=GcEd4O-qmtvA> min

verdadeiro e mais rico de valores poéticos."[15]

13. "Consideramos, para já, permitir-nos ela a reivindicação de um papel mais vasto para a disciplina Arquitectura, começando por libertá-la do confinamento, cada vez mais redutor, à mera transcrição de programas quantificantes, restaurando-a na sua plenitude enquanto facto de Cultura."[16]

14. "(...) a regra da nossa composição: organização «corrente» das tipologias indicadas no programa, recusando considerar as casas dos «pobres» como lugares de experimentação de arranjos espaciais «diferentes»; ocupação global do «sítio», integrando as plurais funções do habitar, desde o público ao privado, compreendendo os espaços livres (exteriores e encerrados), as áreas para equipamentos (a programar) e o sistema de acessos viários: um organismo urbano referenciável, face à cidade que o compreende."[17]

Macau

15. "Macau é, de facto, essa fantasia romântica de um sítio de reflexão e meditação que depois efetivamente não é, (...) É um sítio cheio de vida, onde acontecem coisas, onde eu pratico a minha profissão mais intensamente do que nunca, por ter clientes (...) Macau tem todos os defeitos dos portugueses e todas as suas qualidades."[18]

16. "É uma cidade onde a história, o acumular da história, é tão veloz que nos podemos ver sempre pela primeira vez a descobri-la, a conhecê-la.

17. (...)um imenso terreno rectangular encaixado entre ilhas, voragem plana atravessada de vias rápidas entre os enormes hotéis e casinos (...)"[19]

18. "É violento.

Ser violento é positivo ou negativo, dependendo da adjectivação, do ponto de vista, do retorno encontrado no final.

Neste caso, é violento. Nenhuma intencionalidade que não a estritamente utilitária e comercial comandou o desenho destes aterros; os hotéis e casinos nascem em espaços vazios entre auto-estradas aos volteios, em macro pinceladas frágeis num olhar próximo, disputado a atenção; água, quase só a dos canais do "maior Venice do mundo" que já não está em Las Vegas."[20]

19. "O encontro português com a China logrou constituir o ponto extremo de tensão entre as culturas da humanidade, ali onde elas acusariam a mais remota separação."[21]

20. "Macau é o ponto de encontro entre as duas formidáveis e estranhas culturas do nosso universo: a extremo-ocidental e a extremo-oriental."[22]

21. "Aos portugueses restava-lhes aflorar o desconhecido sem o provocar, suscitar-lhe a benignidade, evoluindo na orla dos conteúdos e recebendo-lhes o bafo, o perfume, os panos ou a porcelana..."[23]

22. "Pode dizer-se que, em Macau, a procura (ou a necessidade) de habitação não tem encontrado, de há muito, a oferta adequada: a produção imobiliária local parece orientar-se muito mais pelas solicitações do mercado de especulação, do que pelas reais necessidades de habitação da população local. (...) o que parece urgir, é a formulação de uma política para Macau"[24]

23. "O Vassalo Rosa, como o nome indica, era familiar do governador da Índia, e um dia disse-me: «Olha, o meu primo escreveu-me e perguntou-me se eu não queria ir, que há imensas coisas para fazer lá, que precisava lá de arquitectos e se eu não poderia levar algum colega comigo. Eu, por mim, sozinho se calhar não vou, mas se tu quisesses ir...» (...) no dia seguinte estava às oito horas da manhã a telefonar para o Vassalo Rosa e a dizer «Eh pá! Eu vou, eu vou, quando é que é, etc...»"[25]

24. "Fui para Macau muito fascinado; porque eu dizia muitas vezes em Lisboa: eu adorava ter um «pato bravo», trabalhar no ordinário, no grosseiro, no vulgar, no corrente, no banal e ainda aí, entrar e dizer como dizia a criatura que eu estimo muito, a Denise Scott-Brown: «Está quase bem.»"[26]

25. "É um pouco aquela história que eu te contava no outro dia sobre Macau: «Repara,

15. VICENTE, Manuel - *Op cit.* pg 16-17
16. Idem. pg 35
17. Idem. pg. 51
18. Idem.
19. AFONSO, João - Manuel Vicente - Trama e Emoção. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 40
20. Idem.
21. VICENTE, Manuel - *Op cit.* pg. 45
22. Idem.
23. Idem. pg. 47
24. Idem. pg. 50
25. Idem. pg 64-65
26. Idem. pg 71

nenhuma destas coisas é uma arquitectura excelente em si mesmo, mas a colecção que fazem é excitante."[27]

26. "Macau apareceu como esse lugar distante de que, na época, achava necessitar. Na prática, não veio a sê-lo; se calhar, também não há lugares de meditação e de reflexão senão miticamente, na nossa imaginação: esses lugares não existem, estamos sempre envolvidos em conflitos, em solicitações, em coisas variadíssimas, que são, digamos, a substância da vida. Mas Macau, para mim, era isso: a distância e a reflexão."[28]

27. Idem. pg 100

28. Idem. pg 69

Índice Sistemático

	memória descritiva	reflexão/ensaio	entrevista/ depoimento	percurso de vida	obra
1930				Nasceu (1934)	
1940					
1950				Frequenta o curso na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.	
1960	Torre-Tipo do Plano de Urbanização do Porto Exterior	Uma casa na Serra de Sintra A comunicação como contestação Encontro Nacional de Arquitetos,dezembro 1969		Frequenta o curso na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, (1953-1960) Regressa a Portugal e termina o curso, (1962) Primeira fase de Macau, (1962–1966) Estudou e trabalhou com Louis Kahn na Universidade da Pensilvânia, (1968–1969)	Remodelou a casa de família na Parede e trabalhou no Gabinete de Fomento da Construção do Estado Português da Índia (e assiste ao fim do "Império Português"), CASCAIS (1961) 18 Apartamentos para empregados dos CTT, MACAU (1962/1966) Edifício Residencial Pacapiu, MACAU (1962/1966) Orfanato Helen Liang (1963) Torre-tipo do Plano de Urbanização do Porto Exterior, MACAU (1964) Edifício Teledifusão, MACAU (1964/1988) Edifício de escritórios, FUNCHAL (1968/1971)
1970	Uma casa em Cascais JFP - Junta de Freguesia da Parede Habitação social no Plano de Urbanização de Chelas zona N2 Habitações para funcionários na Barra Habitações na Rua do Chunambeiro, 6 e 8 Hotel Mandarim Muralha Habitação social no Fai Chi Kei	1948/ 1961 Esperança defraudadas e turbilhões culturias Descurso de um objetivo. No percurso de um objeto. O exercício da cidade	Conversa à roda de uma casa, (1974)	Lecciona na ESBAL, (1976) Segunda fase de Macau, (1977) Deu aulas na Universidade de Hong Kong (1977-1987) Exposição "O exercício da cidade: Arquitectura em Macau", (1979)	Casa Weinstein, CASCAIS (1970) JFP – Junta de Freguesia da Parede, CASCAIS (1972) Plano de Urbanização de Chelas Zona N2 (1973) Quinta do Bacalhau (1975/ 1977) Torres da Barra, MACAU (1976/1987) Casa das Ondas, MACAU (1976/1980) Fábrica Vermelha, MACAU (1977/1982) Hotel Mandarim Muralha, MACAU (1979) Habitação Social Fai Chi Kei, MACAU (1977/1982) Habitações na Rua do Chunambeiro 6 e 8 MACAU (1977/1982)
1980	BHR - Bloco de Habitações para Realojamento Plano da Baía da Praia Grande Edifício de Teledifusão de Macau	Macau: a arquitetura da cidade ... prender todo o tempo ocupado o espaço Amigos 7, Arquitetos Um Bombeiro numa Abóbora	Entrevista a Manuel Vicente por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes "Quando se escolhe, toda a criatividade cessou"	Exposição "Depois do Modernismo", (1983) Exposição "Tendências da Arquitectura Portuguesa", (1987)	Habitação STDM, Realojamento da Socieade de Turismo e Diverção de Macau, MACAU (1982/1983) Plano da Baía da Praia Grande, MACAU (1982) Casa dos Bicos, LISBOA (1983) Arquivo Histórico de Macau, MACAU (1983/1985) World Trade Center (1985/1988)

Índice Sistemático (continuação)

	memória descritiva	reflexão/ensaio	entrevista/ depoimento	percurso de vida	obra
1990	A poética do sistema Posto Operacional dos Bombeiros da Areia Preta Passagem pedonal Canídromo Pavilhão de Macau na Expo'98 Um sítio para a memória	Um prefácio para um livro, ambos feitos por arquitetos O improvável lugar da obscura claridade Selecta Pars p. arquitetura No limiar A profissionalização do observador complusivo Investir de esplendor o corpo O suor de Wittgenstein Macau Glória, a Glória do Vulgar	Entrevista a Manuel Vicente por Manuel Graça Dias Almar "A nós a carne, a gordura das Maddonas" A sociedade civil na transição em Macau	Palestras: Universidade de Nova Deli, Instituto de Tecnologia de Shibaura (Tóquio), Instituto de Pratt (Nova Iorque), Universidade Hispânica-Americana Santa Marie de la Rabida(Huelva/ Espanha), Universidade British Columbia (Canadá), Escola de Arquitectura e Planeamento Buffalo/SUNY (Nova Iorque), Escola de Arquitectura de Hong Kong, Universidade de Hong-Kong (H.K.U) Deu aulas no Instituto Superior Técnico, (1999 – 2004)	Posto Operacional dos Bombeiros da Areia Preta, MACAU (1993) Passagem Pedonal Canídromo (1996) Pavilhão de Macau na Expo '98 (Concurso), LISBOA (1997) Piscinas de Outurela, OEIRAS (1998/2002)
2000	"Os cavalos a correr, as meninas a saltar (...)"	A preto e branco, Malangatana e Eu O que é a fotografia? A descoberta parcelar	O campo é o sítio onde paro para mijar quando viajo entre duas cidades As dificuldades da prática profissional à luz de Diderot... "Oh, si ma mère me voyait!" Querido Zé Daniel	Eleito Vice-Presidente da Ordem dos Arquitectos em Portugal, (2001) Ganhou a medalha de ouro da ARCASIA (com o Fai Chi Kei), (2006) Consultor no projecto de investigação "The Colonial Urbanization Offices: Architectural Culture and Practice", (2008)	Praça Nam Van (2001 / 2003)
2010		Arquitectura Falada, o exercício da palavra Manuel Vicente, Trama e Emoção	Nunca senti falta de uma liberdade "libertina" "Arquitectura é criar um lugar onde o inesperado possa acontecer", entrevista por Ana Magalhães A minha visão do essencial	Conferência no ISCTE sobre o projecto de investigação "The Colonial Urbanization Offices: Architectural Culture and Practice", (2010) Exposição "Trama e Emoção", (2011)	

Joana Teixeira, João Alves, Rúben Carreiro, Rui Areias, Soraia Cardoso

Macau e Habitação

Tipologias em banda e em torre na obra de Manuel Vicente

Nas décadas de 1970 e 1980, Macau depara-se com uma crescente expansão demográfica, com o correspondente aumento de construção residencial. A artificialidade, a luz, os hotéis e o jogo trouxeram outros fluxos que contribuíram para que esta cidade vivesse em estado de permanente metamorfose. Manuel Vicente foi um dos arquitectos portugueses que, a trabalhar em Macau, mais contribuiu para o estabelecimento de uma série de tipologias habitacionais que foram compondo a paisagem urbana da cidade. Neste contexto de constante mutação, Manuel Vicente utiliza a superficialidade e a efemeridade como elementos transformadores da sua arquitetura, ao mesmo tempo que lhes oferece identidade e substância.

A formação de Manuel Vicente nos Estados Unidos da América teve grande impacto no seu trabalho, nomeadamente através do contacto marcante com Robert Venturi. Admirando a obra construída de Le Corbusier e interessado pela obra teórica de Louis Kahn, é no entanto Frank Lloyd Wright o seu "mestre de fascínio". Para além disso, emociona-se com o complexo residencial Gallaratese, em Milão, de Aldo Rossi, sendo clara a sua influência no Complexo Habitacional Fai Chi Kei (1977-1982, com Paulo Sanmarful), em Macau (Milheiro, 2010: 20).

A participação de Manuel Vicente no Serviço Ambulatório de Apoio Local, com o projecto da Quinta do Bacalhau (1975-1977, com José Caldeira e Nuno Matos Silva) foi fundamental para a contribuição de um processo tipológico que deve ser entendido como experimental e não como o amadurecimento de uma opção tipológica. Este adveio primeiramente de um primeiro desenho feito para o Bloco de Habitação para Realojamento, para Macau em 1963 (Vicente, 1963: sp). A solução proposta fundamenta-se numa tipologia de habitação em banda e em duas realidades distintas, uma interior e outra exterior, formalmente desenhada por edifícios em "U" que configuram pátios semi-abertos, criando, assim uma realidade autónoma e reforçando o seu carácter de uma unidade de vizinhança.

Em Macau, este "virar de costas" à cidade é atenuado no Fai Chi Kei, através da delimitação de um espaço arborizado que se relaciona com os espaços comerciais. Neste edifício os acessos verticais são dissimulados pelo seu recuo em relação à fachada e marcados por um ritmo de vazios no bloco. Por outro lado, na Quinta do Bacalhau, o uso da cor nas galerias e escadas colectivas reforça uma leitura espacial e formal, recordando a passagem de Manuel Vicente pelo *atelier* de Louis Kahn e o gosto "Pop" que adquiriu com Robert Venturi (Toussaint, 1994: 346).

Na Quinta do Bacalhau, verifica-se o recurso a uma tipologia-base que enquadra a sala como espaço de confluência comum para o resto das divisões. As tipologias variam consoante a ampliação do espaço da sala e a adição de mais quartos em seu redor, ou o uso do duplex. A cozinha e a casa de banho são apoiadas por uma marquise, protegida por uma grelha para ventilação e entrada controlada de luz. Esta mesma parede em grelha inflecte para o interior, criando uma antecâmara de acesso aberta para o passadiço das galerias. Actualmente, este espaço encontra-se fechado, formando um vestíbulo com caixilhos posteriormente implementados pelos moradores. Na subtracção das camadas, é possível identificar uma tipologia simples com o espaço comum da sala alongado. As zonas húmidas e o quarto formam outro módulo com uma largura ligeiramente maior em relação ao módulo da sala, enquanto que na adição do quarto o comprimento se alonga mais do que a sala, ganhando um vão. Estas tipologias acopladas fundem-se nas extremidades do bloco com a tipologia C, originando um gesto de inflexão a partir das escadas públicas que une com a estrutura das galerias. Assim sendo, foi possível dar domesticidade e identidade ao conjunto através do controlo de espaço por camadas entre a estrutura e a habitação. A leitura da estrutura é reforçada pelo destacamento da cor e plasticidade nos acessos verticais e horizontais, oferecendo, assim, uma singularidade hiper-realista da arquitectura nos seus elementos.

Em Macau, a necessidade de abertura do edifício para a cidade e do aumento do número de fogos ditou outras soluções na configuração dos edifícios em banda, assim como a implementação do edifício em torre, sendo que o complexo habitacional STDM (1984-1985), projectado por Manuel Vicente com colaboração de Vicente Bravo e Paulo Sanmarful, apresenta uma fusão destas duas tipologias.

Aqui, a distribuição para os fogos faz-se através de uma galeria, interior e centralizada longitudinalmente em relação ao edifício, que forma uma rua interior à semelhança da projectada por Le Corbusier na Unité d'Habitation de Marselha (1947-1952). As comunicações verticais são feitas através de um núcleo de escadas e elevador que tomam uma posição central na torre, onde por sua vez fazem a distribuição dos fogos. Contrariamente ao racionalismo do pensamento moderno, Manuel Vicente cria uma lógica experimental tipológica que procura uma singularidade na relação da tipologia com o habitante. O desenho destas diferentes tipologias não se evidenciam na fachada, caracterizada pela ordem geométrica, protagonizada pelos elementos em betão à vista.

A repartição simples da célula possibilita a adição e subtracção de espaços de forma modular. A partir da sala gera-se toda a circulação entre cozinha e espaços privados. A apropriação do espaço de varanda é estimulada, uma vez que em algumas tipologias se trata de um espaço de transição da sala para a casa de banho. Desta forma, Manuel Vicente dá um carácter de sobreposição à fachada – «*estas propostas referem-se fundamentalmente, a partir de uma distinção entre fachada pública e privada, à organização da primeira das duas como instrumento de relação com a cidade imediatamente envolvente*» (Afonso, 2011: 97). Esta sobreposição das duas fachadas reflecte o uso privado através de elementos de apropriação horizontal como marquises nas varandas recuadas ou máquinas de ar condicionado, e as cores primárias usadas nas grelhas das varandas esbatem-se pela sua transparência e criam uma tensão com o caos. Se é certo que o habitante gera o seu próprio espaço identificando-o como seu, também é verdade que essa apropriação vai sendo gradualmente mais exposta. Esta imagem contrasta com a simplicidade dos volumes verticais despidos de betão à vista formados pelo avanço dos quartos em relação à fachada. Mais uma vez Manuel Vicente dá aos quartos uma importância acrescida pela área e pela luz, consciente da importância destes espaços nos modos de vida contemporâneos.

À semelhança da Quinta do Bacalhau, a área dos quartos é alongada relativamente à fachada, mas, desta vez, através de um módulo mais estreito em relação à sala, que torna mais visível a relação deste espaço comum da casa com o espaço urbano. Se na Quinta do Bacalhau os espaços comuns se viravam para dentro, no STDM viram-se para fora numa simbiose da cidade com o espaço comum do habitante. O uso da cultura popularizada encontra, deste modo, uma coerência própria e comunicante com a cidade, através da contaminação dos modos de vida na ordem geométrica, permeabilizada pela materialidade. Daí deriva uma significação mais profunda que evoca o tempo e a capacidade de variação do significado na própria forma do edifício. Se Aldo Rossi evoca o *genius loci* dando um caráter de memória ao lugar que permanece na história, aqui Manuel Vicente inverte parcialmente esta tendência através da criação do espaço em constante transformação integrado num conjunto que comunica com a cidade através da memória coletiva.

No edifício Ouvidor d'Arriaga (Manuel Vicente, 1979), existe uma vez mais a fusão entre torre e banda, num complexo marcado pela presença de um pódio com dois pisos. Desta vez o conjunto habitacional destinava-se a um público-alvo de classe média/alta, sendo que a dimensão dos fogos é alargada, implementando serviços como comércio, piscina ou estacionamento privado. A maleabilidade na concepção das tipologias por parte de Manuel Vicente, na maior parte dos casos, parte de um núcleo formado pelo espaço comum, enquanto os espaços contíguos são fragmentados, criando configurações diversas. Neste edifício, existe uma desconstrução de quatro tipologias que se relacionam entre si, com um maior foco nos apartamentos em duplex, como conjunto que articula uma dualidade de geometrias presentes noutras tipologias. A adição de volumes varia, verificando-se que o posicionamento de quartos e áreas de serviço determina o uso do corredor ou, no caso dos duplex, a inclusão de uma escada que divide o espaço comum da entrada.

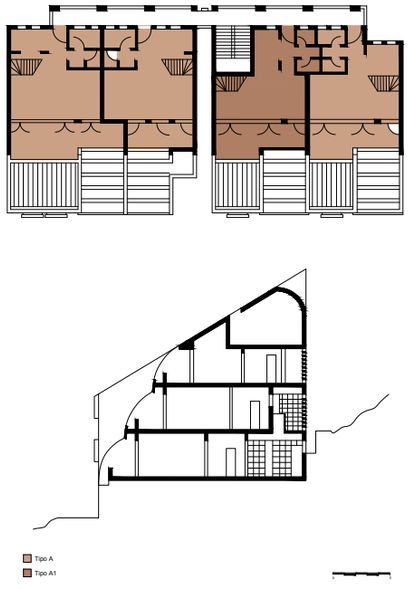
Já «*a distinção entre fachada "principal" e "secundária" são notações mais fortes que a distribuição dos compartimentos nas habitações*» (Vicente, 1979). As geometrias em esquina que se desenvolvem no edifício determinam a criação de áreas e elementos-extra reflectidos na habitação, tanto na geometria dos vãos como na das varandas ou mesmo na forma geral das tipologias habitacionais, originando avanços e recuos na fachada, que permitem aberturas diversificadas na interacção do habitante com o exterior.

A tipologia em torre, modelo usado com frequência a partir dos anos 1950, com inclusão de um embasamento, era a preferida pelos clientes num contexto de maior rentabilidade e autonomia. Nos casos de estudo em torre, o embasamento estabelece uma conexão com a rua através de galerias no piso térreo com comércio e acessos verticais ao centro, como é o caso das Torres da Barra (1976-1987, Manuel Vicente com Natália Gomes, Manuel Graça Dias e Vicente Bravo) e das Habitações na Areia Preta (1977).

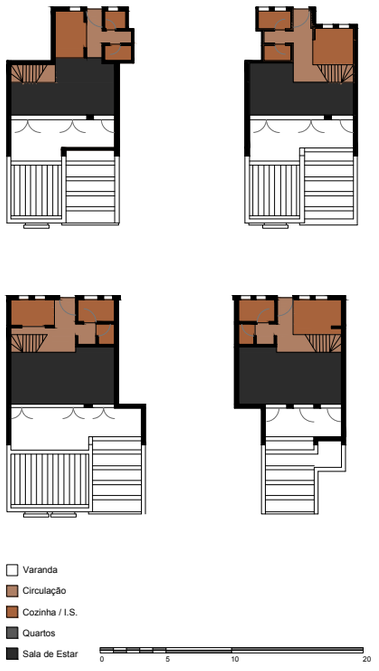
Na Barra, o embasamento dissolve-se na paisagem, e a verticalidade dos blocos é acentuada pela grelha contínua sobre as varandas no alçado Sul. Geralmente, a tipologia é alvo de alguma pormenorização na geometria dos espaços para aproveitamento de vãos, retirando alguma fluidez e hierarquizando mais os espaços. As varandas são elementos repetitivos que servem dois de três espaços privados e a sala. Na outra tipologia, no lado oposto (Poente), as varandas servem a sala e os dois quartos existentes, notando-se que, nesta tipologia, existe um *hall* que separa a cozinha da sala. O *hall* foi um elemento necessário na adaptação das divisões da tipologia ao objetivo determinado pelo cliente e público-alvo. Nas habitações Lobo d'Ávila (1979, com João Santa-Rita e Adalberto Tenreiro), o *hall* e o corredor foram implementados com o objectivo de maximizar o espaço e as vistas dos quartos e da sala. Nos alçados Este e Oeste, é implementada uma *curtain wall* redonda que amplia a vista para a cidade, enquanto que as zonas de serviço se encontram mais resguardadas, com um corredor/*hall* que as interliga. Esta habitação privilegia a privacidade, reduzindo a flexibilidade e a modularidade na articulação dos espaços. A integração da cultura local é dada pelo ornamento que acentua a verticalidade através das janelas salientes e da cultura popularizada macaense, seja pela geometrização das varandas redondas, seja pelo contorno dos blocos verticais a amarelo que sugerem o espaço interior. Desta forma, criou-se um objecto visual que se destaca através da memória num determinado espaço urbano, tanto pela sobreposição da cultura, como também por elementos que moldam a abertura da tipologia habitacional para a cidade.

Em suma, podemos encontrar um fio condutor na obra de Manuel Vicente pela maneira como consegue adaptar os seus edifícios ao contexto e às circunstâncias em favor de uma melhor acomodação de diferentes maneiras de habitar. A relação da tipologia com a cidade evidencia-se gradualmente em Macau nas suas construções em banda como é exemplo o Fai Chi Kei (6 pisos) ou o STDM (12 pisos e 27 pisos em torre), em comparação com o contexto na Quinta do Bacalhau. Na passagem para edifícios em torre, a relação com a cidade vai sendo mais afastada pela sua desconexão com a rua, sendo que os espaços interiores são mais controlados pelo arquitecto, com o intuito de maximizar a qualidade de vida nas habitações desta tipologia. A possibilidade dada ao arquitecto na experimentação da tipologia habitacional permitiu criar edifícios adaptados a culturas distintas. No STDM, é feita uma conjugação de duas ideias distintas – por um lado, evoca a memória do sítio ao enaltecer o contexto urbano no edifício e, por outro lado, recorre a Venturi para forçar a leitura de elementos singulares do edifício. Desta forma, a sua capacidade de reinvenção da tipologia comunica na maneira como lida com a envolvente em todas as suas obras, remontando a procura de uma cultura universal que estabelece o equilíbrio entre a cidade e a identidade do edifício.

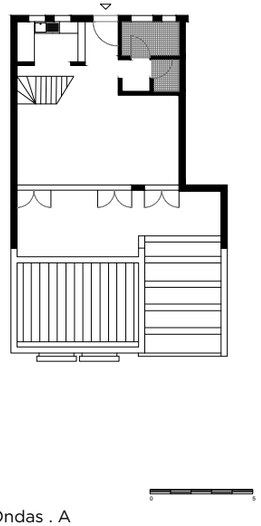
Casa das Ondas



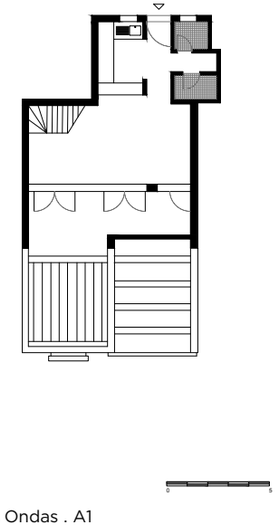
Casa das Ondas . Geral



Casa das Ondas . Tipologias

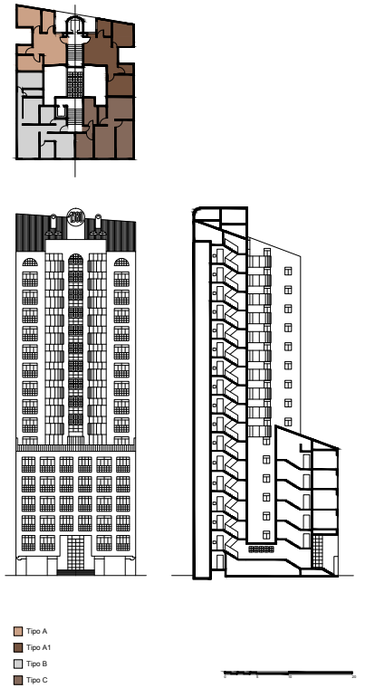


Casa das Ondas . A

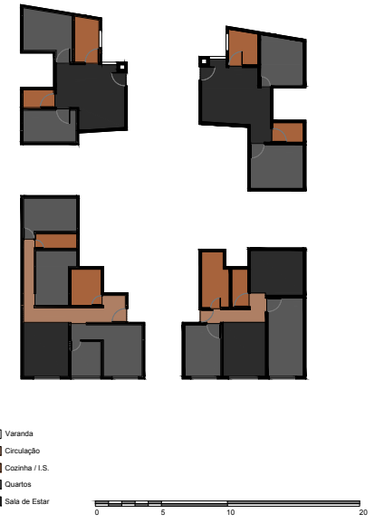


Casa das Ondas . A1

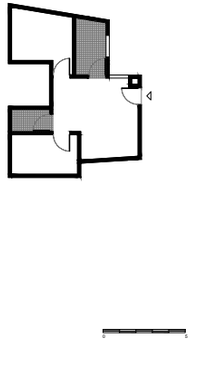
Edifício 1980



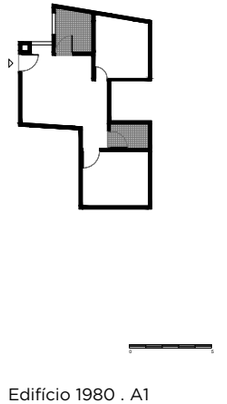
Edifício 1980 . Geral



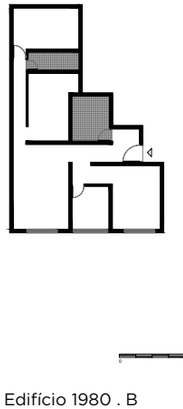
Edifício 1980 . Tipologias



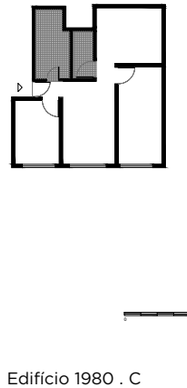
Edifício 1980 . A



Edifício 1980 . A1

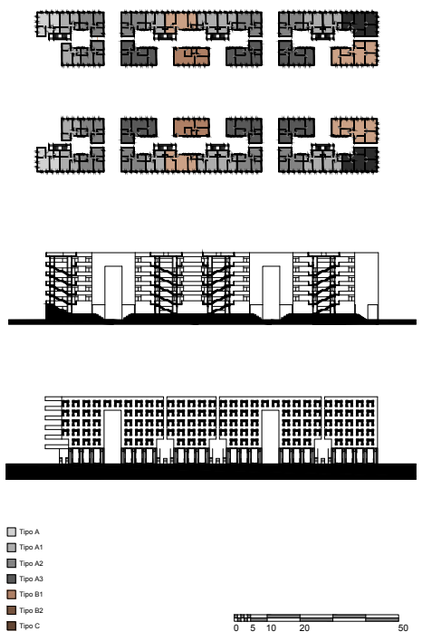


Edifício 1980 . B

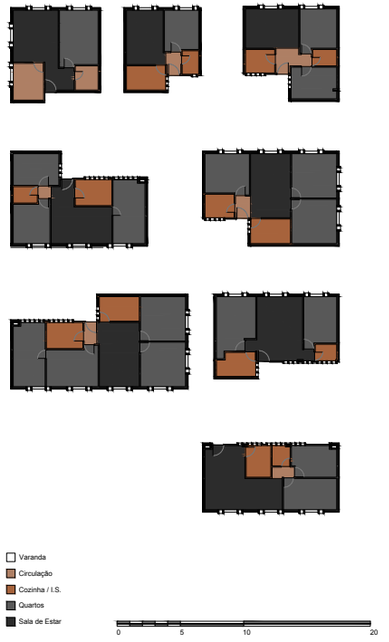


Edifício 1980 . C

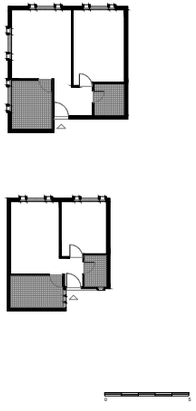
Fai chi kei



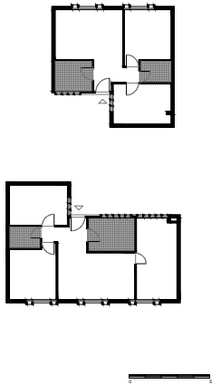
Fai chi kei . Geral



Fai chi kei . Tipologias



Fai chi kei . A.A1

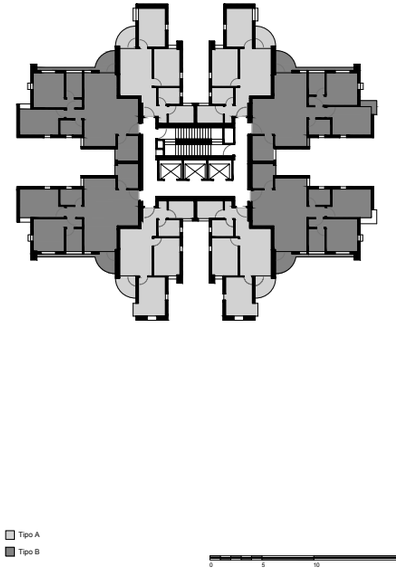


Fai chi kei . A2.A3

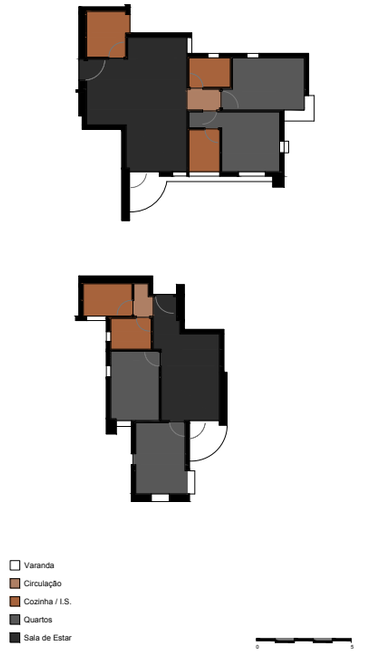
Fai chi kei . A4.A5

Fai chi kei . B.C

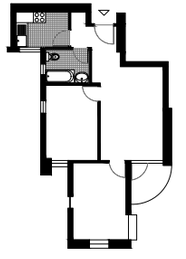
Habitações da Areia Preta



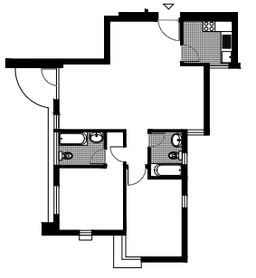
Habitações da Areia Preta . Geral



Habitações da Areia Preta . Tipologias

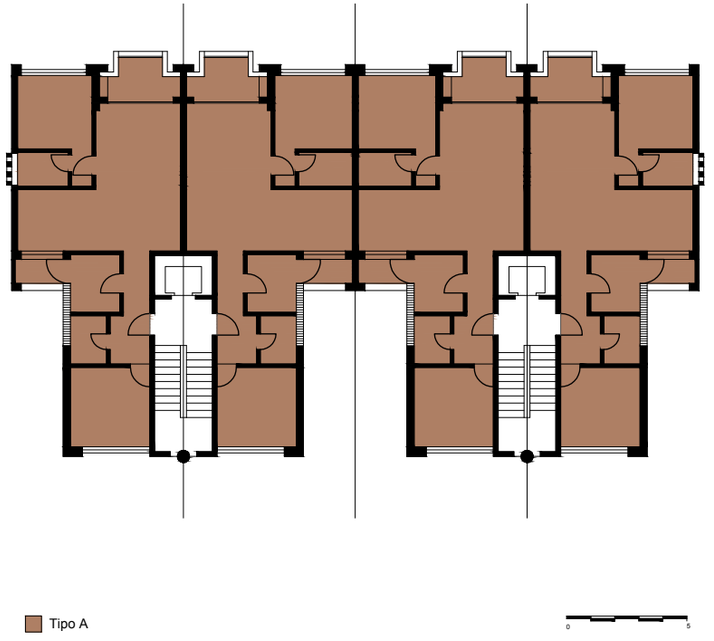


Habitações da Areia Preta . A

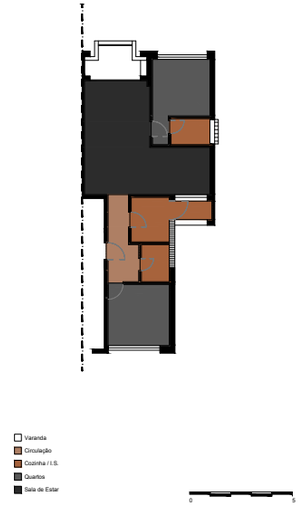


Habitações da Areia Preta . B

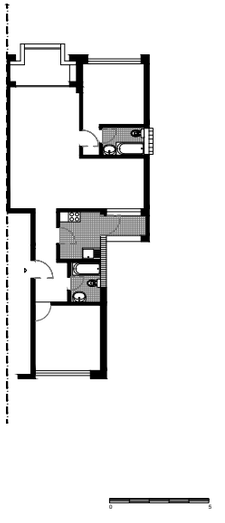
Habitações na Estrada de Cacilhas



Estrada de Cacilhas . Geral

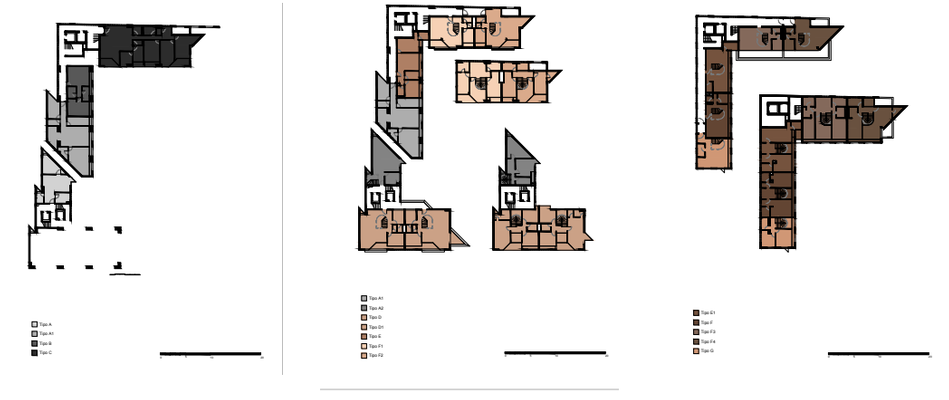


Estrada de Cacilhas . Tipologias



Estrada de Cacilhas . A

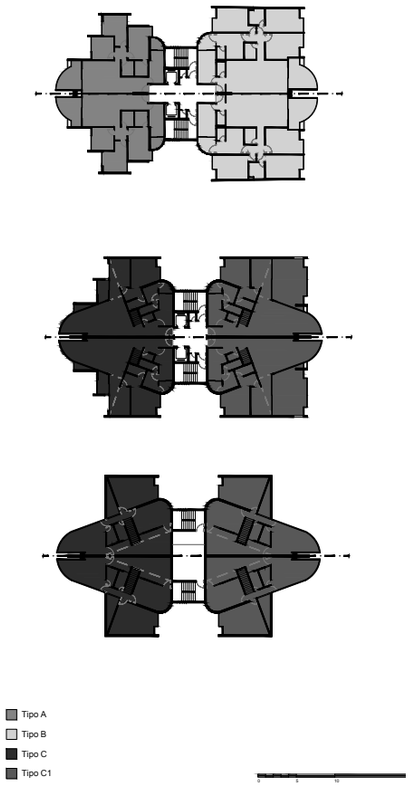
Habitações Ouvidor Arriaga



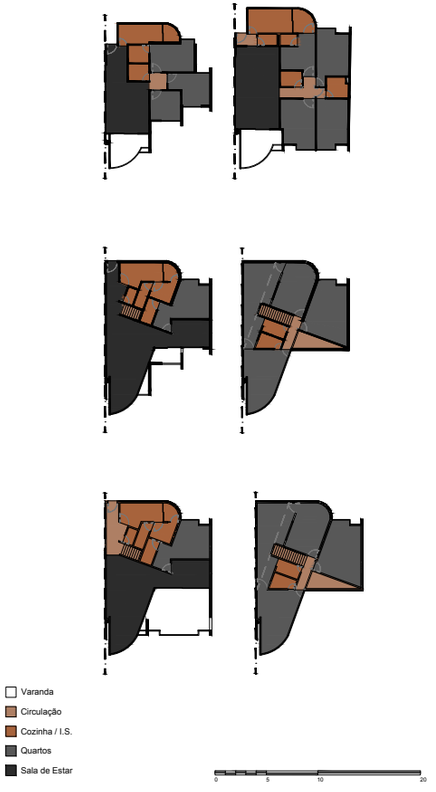
Habitações Ouvidor Arriaga . Geral (1, 2 e 3)

Habitações Ouvidor Arriaga . Tipologias (1 e 2)

Habitações Praça Lobo d'Ávila

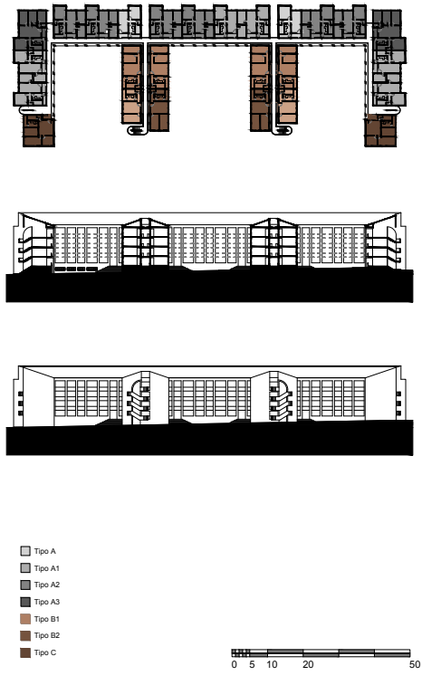


Praça Lobo d´Ávila . Geral

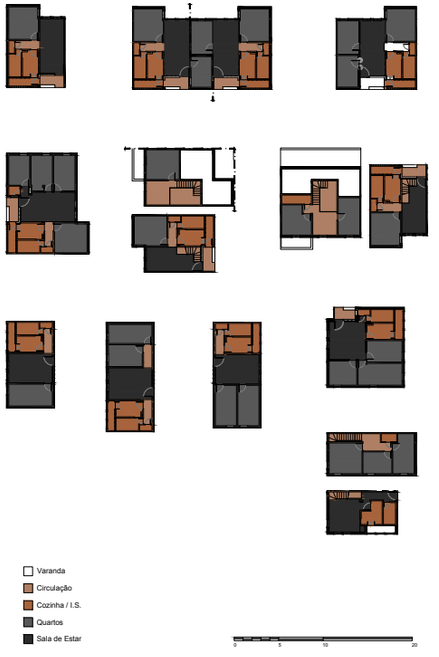


Praça Lobo d´Ávila . Tipologias

Quinta do Bacalhau

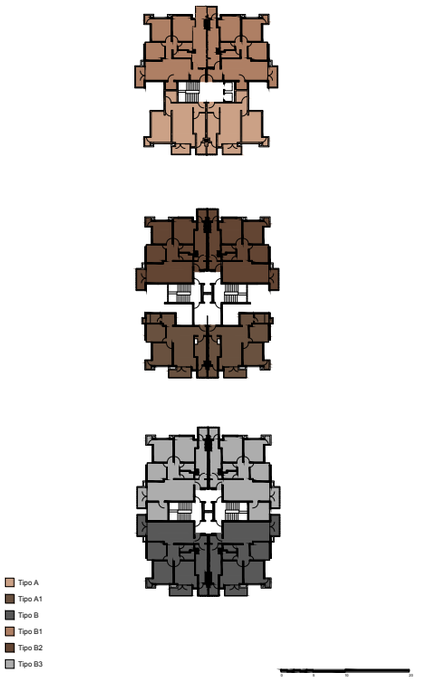


Quinta do Bacalhau . Geral

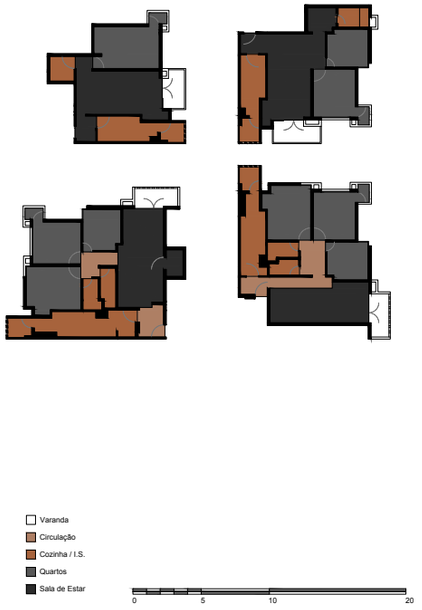


Quinta do Bacalhau . Tipologias

Torres da Barra

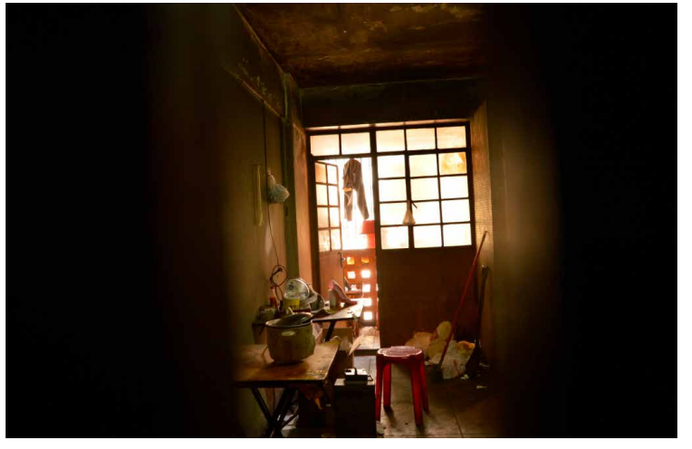


Torres da Barra . Geral



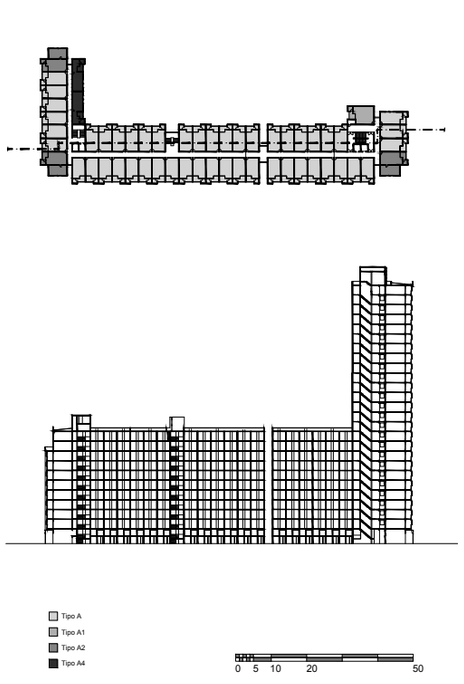
Torres da Barra . Tipologias

Apartamentos STDM . Tipologia A

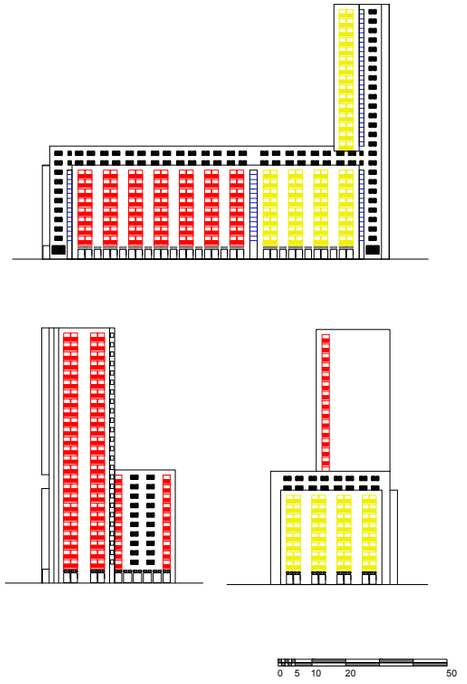


© Nuno Assis . PTDC/ATP-AQI/3707/2012

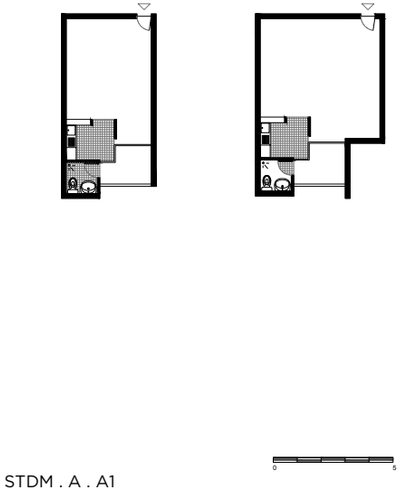
Apartamentos STDM



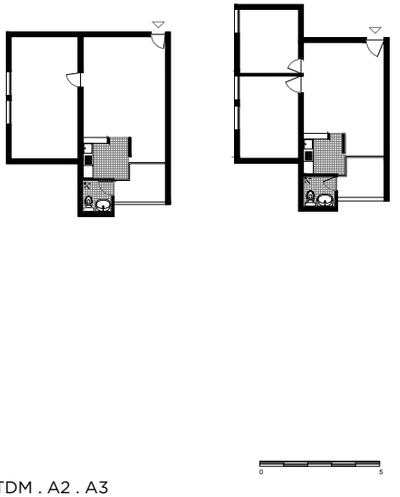
STDM . Geral 1



STDM . Geral 2

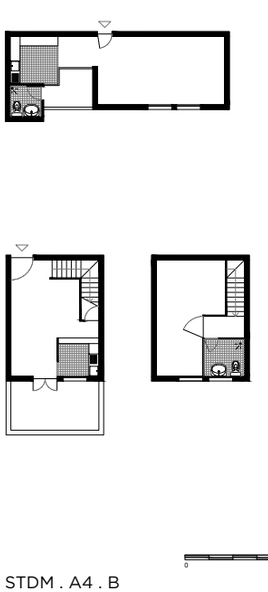


STDM . A . A1

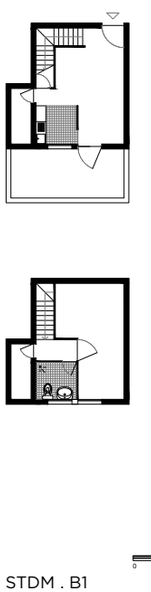


STDM . A2 . A3

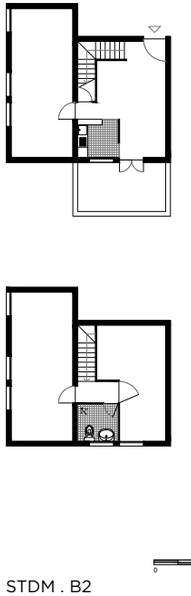
STDM . Tipologias



STDM . A4 . B



STDM . B1



STDM . B2

© Ana Vaz Milheiro . PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Sandra Marques Pereira, Investigadora e Professora Auxiliar convidada

SOCIEDADE E ARQUITECTURA

ano lectivo 2013/14

A Unidade Curricular de Sociedade e Arquitectura estreou-se no MIA do ISCTE no ano lectivo de 2011-12. Os seus conteúdos programáticos foram concebidos com o objectivo de explorar as relações entre estas duas áreas disciplinares. Em simultâneo, investe-se em competências de investigação, centrando-se a avaliação num trabalho desenvolvido ao longo do semestre, entendido como um pequeno projeto de pesquisa.

No segundo ano, 2012-13, optou-se por realizar esse trabalho em grupo, dado o crescente número de alunos, não obstante se tratar de uma optativa. Nesse ano, deu-se início a uma prática de trabalho partilhado entre esta disciplina e Sociologia Urbana, através da exploração do mesmo objecto/caso de estudo.

Em 2013-14 o trabalho desenvolvido nas duas UC realizou-se em articulação com o Projeto "Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau". Foram propostos três temas sobre o caso da **Urbanização da Portela de Sacavém.** Apresentam-se três resumos de trabalhos relativos a cada um desses temas.

1. Modos de Habitar / História de Vida dos Edifícios

Este trabalho centrou-se na reconstituição da história de vida de um fogo, fazendo a correlação entre a evolução da família e as respectivas transformações nos usos do espaço doméstico ao longo do tempo. A entrevista e a projecção dos respectivos conteúdos num cronograma evolutivo da planta da casa são a base da metodologia.

2. Cartografias e Percepções do Bairro de Moradores/Utilizadores

Este tema, relacionado com a questão da subjetividade cognitiva e avaliativa do espaço urbano, explorou a imagem que os moradores/utilizadores têm do bairro e de Lisboa. As entrevistas, centradas na exploração das imagens sobre o bairro, e os mapas mentais de Lisboa e da Portela são a base da metodologia.

3. Imagens Públicas/Exteriores do Bairro

Este tema explorou o outro lado do tema anterior, a imagem do exterior relativamente à Portela. O resumo apresentado é relativo a um trabalho sobre o confronto entre as imagens de arquitectos, e ex-moradores. Se os primeiros têm uma imagem marcada por uma certa cultura disciplinar, com grande familiaridade face aos temas da arquitectura moderna, os ex-moradores têm uma relação mais afectiva que condiciona a sua visão.

Débora Reis, Tiago Vasconcelos, Barbora Babocká, Maria Theodorou

O lote 33

Metodologia

O nosso objectivo foi o de traçar o perfil social de um grupo de pessoas que vivem num edifício – o lote 33 – no bairro da Portela. A intenção era analisar os modos de vida destes habitantes, perceber o grau de satisfação deste grupo relativamente às premissas iniciais do movimento moderno português, perceber as vantagens deste modelo urbano e arquitectónico, e o seu grau de sucesso.

Este estudo foi feito com base em observações reais e fotográficas, assim como em análises de cartografia da época de construção e de plantas actuais. Foram também efectuadas entrevistas e conversas informais com os moradores que foram fundamentais para atingir as nossas conclusões.

História do lote

As primeiras pessoas que se mudaram para a Portela em 1975 organizaram reuniões com todos os proprietários. Este facto foi essencial para a tomada de algumas decisões relativas a aspectos finais do interior do edifício.

A partir das informações dadas pelas pessoas entrevistadas encontramos vários pontos comuns que nos ajudaram a traçar um perfil social das familias que vivem no lote 33 da Portela de Sacavém. As idades dos entrevistados situa-se entre 65 e 83 anos de idade. Todos eles são actualmente reformados e exerceram profissões que exigem um nível elevado de educação ou competências. Três delas vivem na Portela desde 1975 e planeiam lá viver até o fim das suas vidas.

É notável que há uma escolha consciente comum a todos os habitantes da Portela e uma satisfação natural relativa a essa escolha. As expectativas iniciais dos habitantes que vivem lá desde 1975 (quando o bairro ainda não estava terminado e precisava das infra-estruturas previstas) não foi desapontante. A perspectiva sobre a Portela permanece ao longo do tempo muito positiva devido a razões como a densidade populacional e morfológica, acessos a serviços, as condições dos espaços públicos e as relações de proximidade criadas. Todos os entrevistados revelam uma opinião muito positiva em relação ao bairro, valorizando muito as amizades e os relacionamentos que lá criaram. São grupos de reformados com experiências comuns e cujas famílias cresceram lado a lado. Reúnem-se quase diariamente, nos espaços públicos destinados para o efeito, criando na Portela fortes laços de amizade. Passam a maioria do seu tempo no bairro, sentindo que vivem na periferia, mas sem a necessidade de ir ao centro da cidade. Referem-se à Portela como uma "aldeia independente", que vive por si própria.

Dentro de suas casas, estas famílias expressam valores muito tradicionais, apresentando salões e salas de estar com muita importância expositiva e social, representada pela acumulação de objetos de valor ao longo dos anos que expressam uma intensa apreciação artística e histórica, a maioria com peças de origem africana e portuguesa que representam as suas raízes e memórias.

No geral, todos os moradores consideram que os apartamentos têm boas condições higrotérmicas, de ventilação, de iluminação e de manutenção.

História da Família do 8º piso

O historial dos ocupantes do apartamento reflecte com bastante precisão a história e alterações familiares dos habitantes do último andar do lote 33.

A família mudou-se de Lourenço Marques para Portugal devido a problemas de saúde da filha mais velha, Maria. Naquele tempo, a mãe e os dois filhos mudaram-se temporariamente para o Algarve até a construção estar concluída. O pai - João Pinto – já se encontrava a habitar o apartamento.

Em 1979, o terceiro filho - Ricardo - nasce, seguido três anos mais tarde por Miguel, em 1982. O uso da casa na época era consideravelmente confuso, centrando-se na união familiar. Em 1994, quando o pai de Manuela Pinto faleceu, a sua esposa passou a integrar a composição interna da casa, e algumas mudanças foram feitas em função do evento. O apartamento adquiriu um pequeno quarto extra para a avó, que foi construído reduzindo a área do WC e de um dos quartos. Aproveitou-se também a oportunidade para restruturar a cozinha e alterar o seu piso.

Em 1999, a avó morreu e no ano seguinte Maria - a irmã – teve um filho. A casa teve que sofrer algumas adaptações à presença frequente da criança. Desde o ano de 2002 os irmãos mais velhos saíram de casa e apenas o mais novo - Miguel - se manteve.

2008 foi o ano em que o apartamento sofreu mudanças significativas. Sendo um dos irmãos arquitecto, houve uma intervenção directa da intervenção por parte de um dos membros da família.

A parede anteriormente adicionada é demolida estendendo o espaço do actual salão, para que os pais agora reformados pudessem usufruir de um espaço mais adequado às suas necessidades. Assim, o espaço social troca completamente de orientação no plano do apartamento. Dessa forma, a divisão fica orientada a nascente e eles poderiam fruir da iluminação vinda da varanda. Foi também aberto um vão em vidro na parede que separa o corredor da sala de estar para criar uma ligação visual entre os mesmos.

O apartamento tem uma área de 142 m2 e uma varanda de 13 m2. Inclui uma cozinha (14,48 m2), duas casas de banho (5,13 m2 e 3,53 m2), uma grande sala (31,90 m2), um espaço de entrada (18,57 m2) e três outros quartos (15,5 m2, 13,9 m2 e 15,9 m2).

Actualidade

A família veio viver para Portela há quase 40 anos, mas as suas raízes estão em Moçambique como muitos outros que vieram para Portugal após a revolução. As origens familiares fazem-se notar logo à entrada. No hall de entrada situa-se frontalmente à porta um elemento muito interessante de exposição de várias máscaras africanas e fotografias de família, funcionando quase como um 'altar' monumental e bem iluminado. A casa está repleta de objetos ligados à história de Moçambique. O pai da família era um advogado com um profundo interesse em história e arte, especialmente portuguesa e moçambicana, como tal possui uma grande quantidade de objetos valiosos vindas do seu país de origem. Há duas pinturas e algumas pequenas esculturas feitas por de um dos mais famosos artistas moçambicanos Malangatana Valente Ngwenya. A mãe da família era professora de língua portuguesa interessando-se igualmente por arte e cultura.

Sala de Estar

Uma das principais alterações planimétricas que foram feitas é a mudança do espaço comum. Sala de estar e sala de jantar foram transferidas para o lado do sul de apartamento. Agora com ligação com a varanda e respectiva vista, o espaço social – aberto e iluminado - reflecte a reunião de pessoas, com elevação de colecções religiosas e artísticas – como pinturas de Almada Negreiros.

Cozinha

A cozinha é grande o suficiente para satisfazer as necessidades da família. É a divisão mais confusa e como na maioria das famílias, existem desenhos infantis expostos no frigorífico e fotografias de família no micro-ondas.

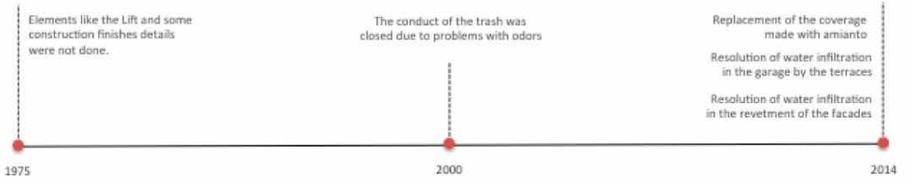
Quartos

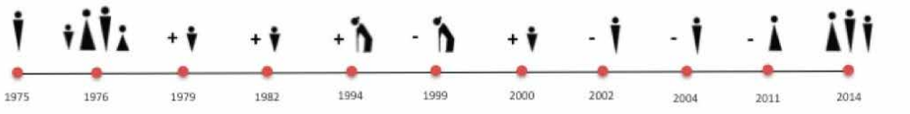
A família possui uma grande coleção de livros especialmente relacionados com arte, história e cultura. Eles ocupam lugar em quase todos os quartos.

A maioria dos móveis parece estar no apartamento desde a primeira ocupação, misturando-se com elementos mais recentes.

A varanda é como uma zona de descanso, preenchida com muita vegetação e com uma belíssima vista sobre o Parque das Nações.

História da família do 8º piso





INTERIOR

Family has very big collection of books, dedicated mostly to history of the world, history of art, history of portugal. But also many book of various genres.

Books are collected mostly by father during all the years. They are in every room.

There is also big book of decorations which means that family cares about how to decorate the home, and also one of sons is architect. We can say that our family is very conscious in terms of aesthetics and value of home it's decorations and function.
They live in Portela as family almost all life and they are pretty satisfied with life here.

INTERIOR

First thing which appears right when you enter the flat is collection of african masks, which has very big importance for family and really reminds them of Mozambique. It is supported by light and acompanied by books.
In hall we can also find various objects which came with family from Africa.

In living room there is paintng from Malangatana Valente Ngwenya, who was a Mozambican painter and poet.In 1997 he was named a UNESCO Artist for Peace. He was friend of father of family. That is why the own also several sculptures made by this artist. There is also painting made by Almada Negreiros very famous portuguese painter. Both artists were also writers.

INTERIOR

Flat is situated on the top floor it has really nice view over the Oriente and Parque das Nações. The balcony is like an oasis.

In connection is living room where we can find collection of orchids and paintings.

Family is religious they have big cross on the wall. In the rest of the flat we can find many places with photographs of family, also very old ones.

With good observing we noticed sewing mashine in the room of parents and canvas stand. All the children are very artistic, maybe because of the fakt that they were grown up in creative ambient which was given by parents - teacher and lawyer with passionate lover of art.

Margarida Mascarenhas de Carvalho, João Ricardo Martins, Ina Emina Frunza, Tiago Baptista, Cristina Onita

Percepções Endógenas

No âmbito da unidade curricular Sociedade e Arquitectura da docente Sandra Marques Pereira, do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL, no 2º Semestre do ano lectivo 2013-2014, foi proposto um exercício de análise dos grandes conjuntos residenciais inseridos na Área Metropolitana de Lisboa através do estudo da Urbanização da Portela.

A abordagem iniciou-se com o estudo da origem e evolução da Área Metropolitana de Lisboa e os factores que influenciaram essa transformação, tais como: densidades populacionais, deslocação e assentamentos urbanos. Tendo como caso de estudo a Urbanização da Portela, foram feitas entrevistas a moradores, trabalhadores e utilizadores da Portela para serem interpretados os principais aspectos sociais da urbanização. O cruzamento da informação retirada das entrevistas possibilitará desenhar uma percepção da realidade vivida nesta comunidade. O estudo é concluído através da análise fundamentada em argumentos e mapeamentos feitos pelos elementos da amostra.

A primeira fase incidiu sobre uma análise à Urbanização da Portela tendo em conta os princípios que levaram à construção da mesma e às várias fases da sua construção e apropriação. Relativamente ao trabalho prático, foram feitas entrevistas a dez pessoas que vivenciam a Urbanização da Portela de diferentes maneiras. Cada entrevista visa fazer o retrato actual da Portela de Sacavém bem como analisar as principais formas de uso do espaço e da vivência da população.

Dos dez inquiridos, seis são do sexo feminino e quatro do sexo masculino; três elementos são jovens até aos 25 anos; um elemento tem 42 anos e seis elementos têm idade superior a 55 anos. Assim, denota-se uma predominância de uma faixa etária envelhecida. Oito são moradores, um é comerciante e o último é utilizador (estudante da Escola Secundária da Portela).

Dos moradores, a maioria vive no bairro desde a sua génese. Relativamente aos dois jovens moradores, os mesmos habitam a Portela desde que nasceram, ou mudaram-se para lá enquanto crianças. Um dos entrevistados para além de ser morador, também trabalha na Junta de Freguesia da Portela. Apenas um dos entrevistados é comerciante, trabalhando na área da restauração no Centro Comercial da Portela.

Relativamente ao nível de instrução, dois elementos completaram o ensino básico, três elementos completaram o ensino secundário (todos frequentam neste momento o ensino superior) e cinco completaram o ensino superior. É possível retirar daqui que a população da

Urbanização da Portela tem um elevado nível de instrução.

Ao perguntar qual seria a primeira ideia que detêm da Portela, a maioria dos entrevistados alega que é um óptimo local de residência.

"Freguesia onde resido, é um bairro organizado e pacato. Cidade dentro da cidade, óptimo sítio para viver e conviver." – Estudante de curso superior, 20 anos.

"Zona agradável e onde gosto imenso de viver." – Reformada, 61 anos.

"Local de residência com comodidade, amigos e resposta às necessidades diárias mais comuns." – Professora aposentada, 67 anos.

Apenas uma entrevistada alega que a Urbanização da Portela é apenas um local de residência como outro qualquer, sem encontrar qualidades específicas para o Bairro.

"A Portela é um dormitório. Não tem nada. É apenas o bairro onde vivo." – Socióloga, 64 anos.

Relativamente ao ex-aluno da Escola Secundária da Portela, por nunca ter morado no Bairro, encara que o mesmo não passa de:

"Uma escola entre torres altas" – Ex-aluno da Escola Secundária da Portela, 22 anos.

Para o comerciante de 42 anos, a Portela resume-se ao Centro Comercial.

Todos os entrevistados afirmam deter uma percepção visual da Urbanização. Descrevendo fisicamente a Portela, a imagem mais comum é afirmar:

"Urbanização de prédios altos com verdes propícios a lazer. Centro comercial, igreja, jardim e piscinas." – Estudante de curso superior, 20 anos.

"Bem estruturado, jardins bem arranjados e limpos. Tem tudo o que é necessário para viver com qualidade." – Costureira, 63 anos.

Quem utiliza os transportes públicos também refere a paragem de autocarros como um ponto fulcral na deslocação entre a Urbanização e a cidade de Lisboa. Todos os entrevistados afirmam que a Portela é um local de fácil deslocação e que através da sua estrutura urbana é fácil encontrar pontos de referência para a orientação dentro do bairro.

Afirmam, também que vivem na Portela de livre e espontânea vontade. Mesmo os jovens que lá moram devido ao facto de ainda não terem saído de casa dos pais, manifestam o interesse em permanecer na Urbanização.

"Tenho aqui todos os meus amigos. A Portela dá-me tudo aquilo que eu preciso e enquanto os meus amigos morarem na Portela, não vejo motivo para sair." – Estudante de curso superior, 22 anos.

A grande maioria diz também que a Urbanização satisfaz plenamente as suas necessidades, à excepção de dois entrevistados com idade acima dos 55 anos, que afirmam ausentar-se da Portela em busca de oportunidades culturais e comerciais que a mesma não oferece.

"(...) Saio frequentemente para compras e entretenimento." – Professora aposentada, 67 anos.

Todos os inquiridos afirmam que a localização da Urbanização da Portela a torna bastante acessível ao centro da cidade de Lisboa. Tanto de transportes públicos como com transporte privado e que apesar da grande proximidade com a Capital, está suficientemente distante para evitar a "confusão" existente na mesma.

"Muito próximo de Lisboa e onde não existe a confusão da Capital, dado que é um local sossegado" – Reformada, 61 anos.

Alguns evocam o espírito de entreajuda da comunidade.

"Todos se conhecem. É uma pequena terra de província onde «todos» se ajudam." – Reformada, 68 anos.

Apenas uma entrevistada é da opinião de que a Urbanização da Portela, deveria ter o nome de "Bairro da Portela", uma vez que o termo "urbanização" é elevar aquele conjunto residencial a um nível que o mesmo já não atinge.

"A Portela é um bairro periférico à Capital, embora tenha «pretensões» a ser um bairro, «chique» e «elitista», mas não o é!!" – Socióloga, 64 anos.

A segunda parte da entrevista foi dividida em três fases, sendo que a primeira consistia em que os entrevistados desenhassem mentalmente o mapa de Lisboa; na segunda parte deveriam desenhar mentalmente o mapa da Urbanização

da Portela e por último, foi-lhes dado um mapa actual da Portela, sendo pedido que identificassem alguns pontos de referência pessoais.

Na primeira fase, a grande maioria dos entrevistados revela ter como referência a Praça do Comércio com o arco da Rua Augusta.

"Quando vou passear a Lisboa começo sempre pela Baixa e pela Praça do Comércio." – Reformada, 61 anos.

Professora aposentada, 67 anos

Em relação aos estudantes, apresentam ter outra visão sobre Lisboa, conseguindo identificar claramente da Praça do Comércio ao Parque Eduardo VII e às Avenidas Novas, sendo que um dos estudantes consegue identificar claramente algumas vias importantes, como a 2ª Circular; a maior parte dos bairros adjacentes à Portela; o aeroporto e os estádios de futebol. Alguns monumentos também são referenciados, como a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e as duas pontes de ligação à Margem Sul.

Estudante universitário, 20 anos

O engenheiro de 67 anos representa Lisboa de uma forma estruturada em função da localização geográfica da Portela, começando por desenhar a Urbanização e acrescentando-lhe apenas os bairros adjacentes e o aeroporto.

"Não vale a pena sair da Portela, e se for para sair, que seja para um dos bairros aqui perto e nunca para o centro da cidade de Lisboa." – Engenheiro, 67 anos.

Apenas dois entrevistados representam a Margem Sul. Um deles por ser a vista que tem de Lisboa a partir da Urbanização e o outro por ser o seu local de residência.

"Só saio da Portela quando é estritamente necessário. Para mim, Lisboa é paisagem." – Reformada, 68 anos.

Reformada, 68 anos

Já o lojista que trabalha no Centro Comercial, uma vez que vive no Barreiro, desenha o rio Tejo, as duas pontes, o aeroporto e o barco que corresponde ao seu meio de transporte.

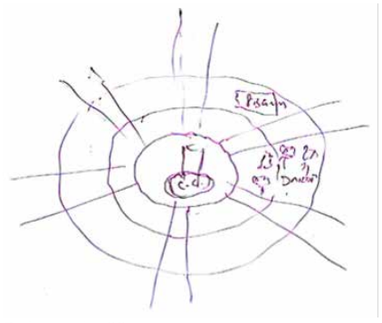
Lojista, 42 anos

Desta fase, retiram-se algumas conclusões. Os entrevistados, saindo da Portela, frequentam essencialmente a zona da Baixa, por motivos de lazer. Isto deve-se ao facto de a maioria ser reformada e frequentar a cidade de Lisboa apenas por motivos culturais. Contrapondo, os estudantes são claramente os que mais se deslocam por toda a cidade. Por isso, é possível verificar uma maior abrangência da área lisboeta representada.

Na segunda fase foi pedido aos entrevistados que desenhassem mentalmente o mapa da Urbanização da Portela.

É possível verificar que quase todos têm como principal ponto de referência o Centro Comercial. Depois surgem alguns pontos de referência como a Igreja do Cristo Rei, o jardim, as piscinas e a associação de moradores.

O ponto central dos desenhos é, como já foi referido, o Centro Comercial, sendo que todos os desenhos se desenvolvem à volta do mesmo. A radialidade e ortogonalidade das vias de circulação surgem de forma natural no modo de representação do mapa da Portela.



Reformada, 68 anos

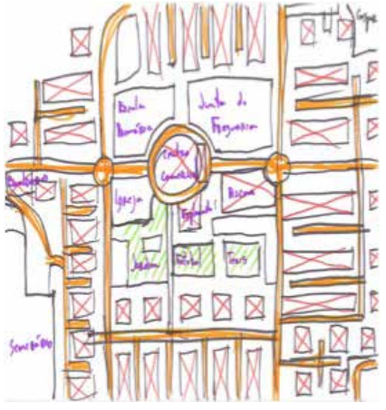
Professora aposentada, 67 anos

Excepcionalmente, uma das entrevistadas representa a Portela apenas pelas suas torres.

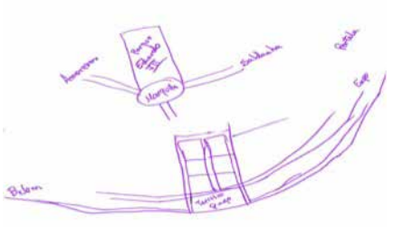
"As pessoas acham que a Portela é um mundo... A Portela não é nada. As pessoas só vêm cá dormir." – Socióloga, 64 anos.

Socióloga, 64 anos

Os estudantes representam um mapa mais completo, atingindo os limites da Urbanização. Revelam ser importantes as principais vias de acesso à grande cidade, uma vez que as utilizam diariamente. Também evidenciam as principais áreas de lazer jovem. Enquanto os entrevistados acima de 55 anos, representam a associação de moradores e a igreja como o principal ponto depois do centro comercial, os jovens representam as piscinas, os campos de ténis/futebol e as escolas onde estudaram.



Estudante universitário, 20 anos



Estudante universitária, 22 anos

"A Portela tem tudo o que eu preciso para me divertir." – Estudante, 22 anos.

Também o lojista, apesar de não residir na Urbanização, revela ter um bom conhecimento da estrutura organizacional da Portela. Representa o Centro Comercial com um coração, tanto por ser o coração do Bairro, como por ser o local onde reencontra amigos/clientes.

"Gosto de trabalhar aqui. Os clientes são sempre os mesmos, o que acaba por criar uma relação." – Lojista, 42 anos.

Relativamente à terceira fase, em que se apresentou o mapa da Portela, foi pedido aos

entrevistados que identificassem a encarnado o seu local de residência, a verde os locais que frequentam regularmente, a cor de laranja o local onde apanham transportes públicos, a roxo o trajecto que fariam para apresentar a Portela a pessoas estranhas à Urbanização e a preto as zonas a evitar no mesmo.

Depois de terem sido recolhidos os mapas e após uma análise dos mesmos, foi elaborado um mapa síntese contendo a sobreposição de informação com o cruzamento de dados.

A amostra recolhida revela que os oito moradores entrevistados habitam em diferentes pontos da Portela. Apesar de uns morarem relativamente centrais e outros nas zonas de limite, isso não influencia (na grande maioria dos casos) a percepção que têm da Urbanização e os locais que frequentam.

Os locais mais frequentados são as zonas ajardinadas e de lazer. Ainda que alguns moradores frequentem os jardins no limite Este da Urbanização, a grande maioria dos sítios de frequência são os jardins centrais, o centro comercial, a Igreja do Cristo Rei, a Associação de Moradores e o complexo desportivo. É importante referir que à excepção dos jardins localizados no limite Este da Portela, todos os outros espaços de grande frequência se localizam no centro da mesma. Já o plano original de Frenando Silva manifestava a vontade de que o bairro funcionasse todo em função de um centro e que todos os serviços e actividades comunitárias chamassem as pessoas para um núcleo central.

Existem diversas paragens de autocarro por toda a Urbanização, distribuídas em torno do núcleo central. Os entrevistados revelam que apanham transportes públicos nas diversas paragens, consoante a conveniência de percurso e horários dos autocarros.

É de realçar que todos os entrevistados referiram as zonas limite da Urbanização como os locais que evitam. Alguns referem que evitam estes limites periféricos não por representarem perigo, mas apenas por se afastarem do centro.

Relativamente aos percursos mais recorrentes a maioria passa pela zona do centro comercial e dos jardins periféricos. Apenas um dos entrevistados aponta o Seminário dos Olivais como um ponto de referência.

Conclui-se que pessoas de uma faixa etária mais elevada são as que permanecem mais tempo na urbanização e que não mostram razões para se ausentar da mesma. Já os mais jovens, apesar de saírem muitas vezes da urbanização, também mostram a vontade de permanecer na mesma porque todas as necessidades básicas têm resposta. Até mesmo quem não reside na área, vê na Portela um núcleo de satisfação habitacional de serviços de lazer que é raro existir noutro ponto da cidade.

Todos os entrevistados usufruem dos espaços verdes e dos equipamentos recreativos existentes no núcleo central tais como outros jardins periféricos. Também é notório o facto de os limites da urbanização serem locais a evitar pois estes são os mais afastados do núcleo central que por sua vez é considerado o local mais seguro.

Mapa síntese – Espaços que frequentam mais (verde), Local onde moram (encarnado), Paragens de autocarro (cor de laranja), Locais que evitam (preto)

Mapa síntese – Percursos mais frequentes

Tiago Sá Gomes, João Maria Costa, Soraya Gonzalez, Anca Jipa

Visões sobre a Portela

Enquadramento e metodologia

"Visões sobre a Portela" foi um dos temas desenvolvidos na cadeira de Sociedade e Arquitectura, leccionada pela Prof.ª Sandra Marques Pereira, que visa informar a investigação feita no âmbito do laboratório do 5º ano de Cultura Arquitectónica coordenado pela Prof.ª Ana Vaz Milheiro. Esta breve investigação pretende desenvolver uma perspectiva mais abrangente sobre o Bairro da Portela através de métodos directamente relacionados com os conteúdos leccionados no âmbito da cadeira. Fortemente ligado à matéria sociológica da Arquitetura, procurámos o contacto directo com os intervenientes neste processo de percepção de uma determinada arquitectura.

Este trabalho procura compreender a visão que o exterior tem do Bairro da Portela. Essa imagem é construída através do testemunho de sete arquitectos e sete ex-moradores, num diálogo informal que pretende confrontar a teoria e a prática. Este contraponto surge como forma de compreender a distância entre a arquitectura pretendida, desenhada ou interpretada, da arquitectura experienciada, vivida no local e recordada por ex-moradores, também detentores, até certo ponto, de um distanciamento crítico em relação ao bairro.

Entrevista aos arquitectos

Carlos Lameiro: «[A Portela foi] uma operação especulativa, [e] neste caso o tipo de retalhamento e uma certa racionalização favoreceu o interesse do promotor. (...) Acho que o Fernando Silva era um bom arquitecto, tem projetos notáveis como o Alto das Amoreiras, que é um projecto excelente. Penso que este desenho é um desenho menos justificado, ele também estava mais velho, julgo que era das últimas obras dele».

João Pedro Falcão de Campos: «Tenho ideia de que esta urbanização era para uma classe média, feita no final da ditadura e já na democracia. O automóvel está no seu auge, há uma grande via que culmina numa grande rotunda, centro comercial, rodeado de uma zona automóvel. Portanto tudo isto era o advento do automóvel, mesmo os impasses que existem, presumo que estejam sempre cheios de automóveis porque apesar de existirem garagens existe também muito estacionamento à superfície. E não deve haver propriamente muitas zonas verdes ou árvores nestes espaços intersticiais. Portanto tudo isto acaba por ser uma espécie de gavetas, de dormitório arrumado, em que os apartamentos têm qualidade mas o advento do automóvel está bem presente aqui».

Carlos Lameiro: «O apelativo destas zonas novas da cidade, nos anos 60/70 [como Olivais Norte e Olivais Sul], não era tanto o tipo de exposição dos edifícios no terreno ou a liberdade

das tipologias, as torres, as bandas, as formas orgânicas (...), mas no fundo duas coisas: separação do tráfico do peão e os espaços verdes, que é uma característica, quando olhamos para as plantas, muito marcante».

Rosália Guerreiro: «Porque é que a Portela é um urbanismo Modernista? E o que é uma arquitectura e urbanismo modernista? Isto é uma coisa muito diferente dos Olivais Norte ou de outros grandes conjuntos que se fizeram dentro desse período do modernismo. O que eu reconheço aí, enquanto urbanismo modernista, é eventualmente a relação indirecta das portas de entrada para o espaço público, (...) que é constituído por entradas numa cidade tradicional, e isso não acontece no modernismo em que normalmente as entradas são reservadas. Relativamente ao traçado eu diria que há aí quase uma recuperação do traçado tradicional, não temos o quarteirão mas temos as bandas que de alguma de associam de dois em dois, quase como um sistema de quarteirão. Mas acho que há muito deste traçado que é muito diferente dos outros conjuntos urbanos que se fizeram nesta mesma época. Daí o interesse deste caso».

Carlos Lameiro: «Penso que o problema do crescimento urbano está relacionado sobretudo com a posse do solo. Se o solo é detido pelos privados, os quais estão sujeitos às leis da oferta e da procura e dos valores do mercado, se o valor do mercado especula, o preço aumenta, e se o preço aumenta, a única forma de rentabilizá-lo é aumentar o índice de construção, o volume de construção (...) Este mass-housing tem a ver com a tradição europeia. Eu defendo uma cidade densa, a maneira como ela se faz e como depois se desenvolve e que é muito problemática».

João Pedro Falcão de Campos: «Não tenho nada contra a construção em altura, mas cada caso é um caso e deve ser analisado como tal. Não tenho este problema da altura, para mim é mais uma dimensão, um comprimento, uma altura. Por exemplo, como quando o arquitecto Siza propunha em Alcântara uma relação muito directa e de complementaridade daquela torre com o pilar da Ponte 25 de Abril. Não tenho nada contra edifícios em altura, mas [sim contra] a monofuncionalidade em que tudo se dividia em zonas para recreio, zonas para transitar, zonas para estar...».

Rosália Guerreiro: «Eu acho que a densidade é um conceito relativo, pode ser bom ou pode ser mau, depende de muitos outros factores, de morfologia e configuração dos espaços (...) Eu vejo a densidade como uma coisa boa, não sei qual a densidade deste espaço comparado, por exemplo, com um troço da cidade antiga, não me parece que seja assim tão mais elevado, parece-nos que sim mas talvez não (...) Há aqui uma certa contradição, há um certo traçado à romana que permitia a expansão mas essa expansão foi um pouco má, penso que houve poucos alargamentos face ao plano, penso que há essa contradição de um sistema que aguentava muito mais e se podia expandir (...) mas que depois ficou pelas barreiras. Mas ainda assim estão presentes princípios que sabemos que funcionam bem, a hierarquia do centro... A legibilidade é muito grande».

Carlos Lameiro: «A centralização dos equipamentos é também uma forma deste bairro ganhar alguma identidade, juntamente com o aspecto listado das fachadas, que dá uma leitura de conjunto, mas essa quadrícula e esse desenho não estabelecem qualquer tipo de relação com a envolvente. O próprio centro é mais ou menos o centro geográfico exclusivo da intervenção, isto é apenas o produto de uma pura racionalidade para as pessoas demorarem menos tempo para ali chegar».

João Pedro Falcão de Campos: «Essa questão da separação das funções é que me parece que é fatal, inclusive as questões da separação do automóvel e do peão, sobre a qual também tenho muitas dúvidas. Parece-me que deve haver uma relação de mais afinidade e de menor escala, com um tecido mais fino. Obviamente que estas operações são feitas num curto período de tempo e é muito difícil criar essas relações de proximidade e deixar algumas coisas, ao nível do planeamento, não fechadas de imediato, e penso que isso foi um erro deste planeamento, desta centralização».

Rosália Guerreiro: «A hierarquia também se reflecte no sítio onde as pessoas se podem concentrar mais ou menos, sítios com maior ou menor acessibilidade. Este é claramente, pelo desenho que tem, um sítio com maior acessibilidade e consequentemente, face à disposição de caminhos estabelecidos nessa malha, a probabilidade das pessoas passarem nesse centro é muito maior. Então se a localização das funções reforçar esse movimento natural que já tem, parece-me que a conjugação é perfeita (...) [e] isto reforça as relações sociais entre as pessoas, a ideia de comunidade (...)»

João Pedro Falcão de Campos: «Primeiro tem que se perceber o plano original e perceber que muitas vezes os propósitos do planeador, neste caso o arquitecto Fernando Silva, não foram cumpridos e por vezes algumas

correcções marcam completamente a diferença. Depois penso que [se podiam tomar] algumas medidas como a arborização, a subtracção do automóvel ou eventualmente a disciplina do automóvel, ou o dimensionamento/calibrar das próprias vias, que se calhar para um trânsito local foram sobredimensionadas. Portanto era possível reduzir a zona asfaltada e arranjar o estacionamento, mas arborizar muitíssimo (...) e inclusive haver uma continuidade de espaços verdes, haver uma estrutura ecológica que de alguma maneira tentasse agarrar e desse alguma continuidade e conferisse qualidade a todo este bairro que peca por ser esta espécie de "gueto" com espaços que não são contínuos. Há sempre impasses e depois presumo que também o equipamento é extremamente murado. Portanto tudo isto é de difícil acesso e difícil atravessamento».

Rosália Guerreiro: «(...) a inteligibilidade desta zona como um todo tem muito a ver com este sistema de espaços contínuos e espaços abertos, mesmo que seja a arquitectura que defina isso. Olhar para os vazios, perceber a sua forma e as suas ligações, qual é a sua identidade e como é que funcionam. Uma das questões fundamentais: o que é que constitui esse vazio? Isso é dado pelo número de entradas que são oferecidos para estes sítios. Quais os vazios que precisam de vir a ter vida? (...) A portela é um caso em que a constituição do espaço é muito fraca porque a relação entre as portas de entrada e o espaço é muito fraca e não reproduz o desenho, há uma grande contradição, um paradoxo. Por mais que o desenho nos pareça interessante, é uma característica do movimento moderno a falta de constituição de espaço que sobra nos edifícios, os espaços de entrada e os interstícios».

Carlos Lameiro: «Isto é o limite Norte da cidade, muito perto da 2ª Circular e da saída para o Norte. Independentemente da estrutura intrínseca do bairro e da sua localização em relação a Lisboa, tinha algumas vantagens: ainda era na cidade, estava próximo de um eixo de penetração de saída para o Norte e de acesso à cidade central. E, de facto, parece-me que pensaram na Portela como um microcosmo, como uma coisa mais ou menos fechada, muito polarizada nos equipamentos, na escola (...) e no centro comercial».

João Pedro Falcão de Campos: «Penso que há zonas periféricas da cidade com muito pior desenho. Acho que era possível regenerar este bairro porque à partida tem uma estrutura muito clara e um belo desenho e era uma questão de inversão de dois ou três parâmetros (...). Clarificar aqui coisas que não estão claras».

Rosália Guerreiro: «Sempre me fascina quando lá passo, porque aquele peso, a densidade é uma coisa que me agrada. Em termos de massa e de unidade não me choca, muito pelo contrário, acho que até é um aspecto positivo. Os aspectos negativos da Portela não serão esses, talvez sejam de iluminação, ventilação, etc.. Olhando logo em termos de geometria solar, do ponto de visto urbano está errado, do ponto de vista do edifício poderá ser interessante».

Entrevista aos ex-moradores:

Luís Frederico Soares Ferreira: «Moscavide era um ambiente um bocado mais pesado, nos éramos classe média-alta, Moscavide era uma classe média-baixa, portanto era uma classe mais trabalhadora, no sentido de haver (...) pessoal com um nível de formação diferente do nosso. Quanto a nós, aqui na Portela, andávamos todos em colégios particulares (...). O poder económico de Moscavide era completamente diferente do do pessoal que morava na Portela».

Miguel Matias: «Tal como eu, muitas pessoas que vieram para a Portela vieram de África. Eu vim de Angola, tinha uns tios que moravam aqui, os meus pais acabaram por vir aqui ver uma casa, e acabámos por escolher viver aqui. Eu estudei na Gaspar Correia, logo no primeiro ano que abriu a escola, depois fui estudar na escola onde é agora a Junta de Freguesia, e por último fui para o Dom Dinis, em Chelas. Lembro-me perfeitamente de sair de casa quando ouvia o primeiro toque, ouvia perfeitamente o toque da minha casa. São estas as minhas primeiras memórias (...) A Portela acabava por ser muito envolvente, está rodeada pela Encarnação, Sacavém e Moscavide, e apesar de estar muito rodeada sempre viveu muito isolada. As pessoas acabavam por ser algo fechadas e algo diferentes do resto da população que nos rodeava devido a algumas circunstâncias. A maior parte das pessoas que vieram para aqui eram vindas de África, outras não, mas a Portela sempre teve um nível sociocultural relativamente médio-alto e por isso mesmo acabou por se fechar um pouco».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Quem foi para lá viver eram pessoas da idade dos meus pais, também com filhos, portanto éramos todos mais ou menos da mesma geração e portanto era fácil conviver».

Miguel Matias: «E as pessoas que se juntavam aqui mais ou menos com a mesma idade, com afinidades por virem de África ou por afinidade desportiva, acabavam por viver muito ligados uns aos outros. Como não existia insegurança eu acabava de almoçar nas férias

e ia para a rua, ia para o centro, ou ia a jogar a bola. Esta foi a minha segunda juventude, a primeira foi Angola, a segunda foi aqui. Vivi em Angola até aos onze e lá andava sempre na rua da mesma maneira que andei aqui e por isso não senti tanta diferença».

Nuno Domingos: «As memórias que tenho da Portela são muito boas, muito relacionadas com as minhas amizades, com estar no pátio, com jogar futebol. Estão muito relacionadas com estar na rua. Nós não ficávamos condicionados ao pátio do nosso prédio, andávamos sempre a saltar de uns para outros. Íamos ao pátio das porteiras que eram mais simpáticas. Os meus pais não estavam muito preocupados (...). Eu acho que um dos aspectos mais fortes da vida na Portela foi na vida de rua».

Francisco Pólvora: «Eu estudava no Restelo e, também por isso, penso que o grande problema era o próprio isolamento da Portela perante a cidade. Para algumas pessoas não porque viviam ali uma situação quase de "aldeia" onde se encontravam e iam buscar tudo ao centro comercial».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Eu pessoalmente gostava muito de viver lá. Por ser num prédio relativamente pequenino era fácil convivermos todos no prédio. Era como viver em comunidade, era uma grande família».

Marta Marçal: «Tinha uma boa relação com os meus vizinhos e conhecia outros moradores (...). Quando precisávamos de alguma coisa para cozinhar pedíamos aos vizinhos. Ainda tenho lá amigos. Todas as memórias que trago são muito boas porque andei lá na escola. Fiz muitos amigos e os meus amigos são praticamente todos da Portela, e até hoje mantemos o contacto».

Miguel Temudo: «Uma coisa que eu acho importante é existir espaço verde perto do centro, é central, esta ali a reunir a toda a gente. As pessoas velhas iam para lá todas à conversa, acho que aquilo também é importante».

Nuno Domingos: «Vivia-se muito no centro, não havia lojas sem ser ali. O meu percurso habitual era ir à escola a pé, depois ia para o centro, também visitar amigos que tinha noutros prédios. Havia mobilidade mas a Portela também não é muito grande, ia andar de bicicleta para o Seminário dos Olivais. Como cresci lá, para mim aquilo era normal, só quando de lá sai é que percebi que o padrão parecia de uma coisa nova. As relações que se estabelecem na Portela são diferentes das que se estabelecem fora. É uma escala muito grande. O carro, as garagens... É realmente muito moderna. Não consigo dar uma opinião sobre as riscas dos prédios, para mim era normal».

Miguel Temudo: «Uma coisa que eu sempre gostei da Portela é não haver muita discrepância entre os diferentes prédios. Há muitas urbanizações que há prédios de cada cor, na Portela não, eram todos prédios de dez andares, todos na mesma altura, tudo às risquinhas, e acho que esse era um ponto a favor do Bairro da Portela».

Miguel Matias: «Do ponto de vista arquitectónico não acho bonito nem feio, é curioso porque é da sua altura. É um bairro muito igual, não há aqui grandes diferenças. Não existem diferenças arquitectónicas que nos permitam ver discrepâncias socio-económicas. Como muitos de nós fomos desenraizados de onde estávamos, acabamos por criar aqui uma relação».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Havia também uma comunidade importante de indianos na Portela, uns que moravam nesta parte do bairro assim mais degradada que entretanto foi limpa, existiam lá umas barracas. Depois começou-se a limpar esta zona toda e começaram-se a construir estas torres para alugar ao pessoal das barracas. Eu com este pessoal das barracas nunca tive problemas, nós nunca tivemos. Eu acho que eram todos indianos e goenses nunca nos criaram problemas. Eu tive um amigo na escola que era indiano e nós andávamos perfeitamente bem, quero dizer, não houve problema nenhum, nem exclusão social».

Miguel Matias: «Os meus pais não sentiram a necessidade de alterar a estrutura da casa. Nós somos três filhos, três rapazes. Tínhamos ao todo quatro quartos, embora um fosse mais pequenino que estava junto a cozinha e tínhamos excelentes áreas e por isso não foi necessário alterar nada».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Os meus pais mantiveram a casa como estava, a única coisa que fizeram, como 99% dos andares acho eu, foi fechar a marquise, estava tudo fechado porque se ganhava espaço, e os que têm miúdos tem um bocado mais medo de ter aquela varanda onde os miúdos se podem empoleirar e saltar. Por isso vemos as fachadas dos prédios todas fechadas. Os meus pais ainda mantiveram aqueles "alvéolos" que havia na varanda da cozinha, mas houve alguns que ainda fecharam isso tudo. Aquilo era enorme, a casa que ainda pertence aos meus pais, tinha uma cozinha que tinha uma varanda independente, tinha uma pequena arrecadação na cozinha, depois tinha um *hall* de entrada bastante grande, tínhamos sala de jantar,

tínhamos sala de estar, tínhamos uma varanda contínua que dava para a sala de estar e para o quarto, que era o quarto dos rapazes. Depois havia duas casas de banho, havia o quarto dos meus pais, havia o quarto das raparigas e ainda havia uma pequena arrecadação».

Miguel Temudo: «Sempre gostei muito daquela casa, principalmente da sala, que é uma coisa que as casas da Portela têm de bom, são muito grandes, são mesmo espaçosas. Por exemplo agora na casa onde eu estou, eu agora moro num T4 mas na portela morava num T3, que não tem nada a ver. A minha sala agora é metade daquela que eu tinha, e a minha cozinha tem mais ou menos um terço. Eu morava no décimo andar. Habituei-me a crescer lá. Bastava meter a cabeça de fora e via o Vasco da Gama, ia para a sala e via os meus vizinhos todos, sempre gostei muito de lá estar. Agora moro no primeiro andar e a diferença é um bocado grande».

Francisco Pólvora: «Tinha vivido em Portalegre e entretanto mudámos para Lisboa. Tenho boas memórias, um pouco relacionadas com uma geração de muita gente nova e portante havia muitos grupos de rapazes e raparigas e até pela própria estrutura do bairro que de certa forma potenciava um bocado esse relacionamento».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Em relação à arquitectura, geometricamente acho muito interessante porque ninguém se perdia lá na Portela. Eu fui habituado a viver naquela linguagem, uma pessoa até estranha quando sai de lá porque aquilo era tudo uniforme, aquilo fazia tudo nexo, os prédios baixinhos todos juntos, os prédios maiores todos juntos, o centro comercial circular, depois fizeram aquela torre grande simbólica, o edifício concórdia».

Miguel Temudo: «Não tenho aspetos negativos a apontar, sempre gostei de lá de estar, para mim tudo era impecável. Quando passei para a escola da Portela e andava mais por lá foi quando percebi que aquilo estava um bocado "contaminado", começou a haver muitos assaltos. De vez em quando vou lá à escola e reparo que o ambiente está diferente, está mais pesado. Há muitos ciganos na zona e gente com mau aspecto».

Nuno Domingos: «Nos dias em que voltei à Portela encontrei isto tudo um bocado decadente, com muitas zonas e lojas fechadas, perdeu um bocado aquela imagem que eu tinha. Penso que perdeu aquela vivência de bairro muito livre, agora há espaços muito fechados, também há menos pessoas na rua. Eu raramente vou à Portela. No caso da mudança da Portela para a Amadora, senti uma diferença espacial, a nível de espaço público. A Portela oferecia maior possibilidade de encontro».

Miguel Matias: «Hoje em dia, as crianças tem a vida muito ocupada (...) tem pouco tempo para brincar, só para brincar, ficar sem fazer nada e nós tínhamos muito esse tempo, como não existia esta oferta havia mais tempo para brincarmos».

Luís Frederico Soares Ferreira: «Quando me casei, obviamente, saí da casa dos meus pais, e fui viver para a zona de Sintra, porque era exatamente um valor mais baixo, eram habitações novas e mais baratas do que as da Portela, houve um *boom* de construção. Porque nas casas da Portela houve um tempo que tinham um preço astronómico, para nós não dava».

Miguel Matias: «Quando casei saí da Portela e fui morar para um bairro de habitação da cooperativa da Coplar. Depois vendi esta casa e fui morar para o Prior Velho, andei sempre à volta da Portela e não descansei enquanto não comprei casa lá, era uma casa muito grande».

Marta Marçal: «Actualmente vivo na Expo, deixámos a Portela porque precisámos de nos afastar dali um bocadinho. Deixamos para ver se tínhamos uma casa melhor, um espaço diferente, numa zona também diferente. Na Portela morávamos num prédio e hoje em dia vivemos num condomínio o que acaba também por ser diferente. A minha vida melhorou em termos de espaço porque a minha casa é melhor e aqui tenho outras condições de acesso a outros lados, vivo perto do metro, vivo também perto do Vasco da Gama, tenho autocarros e comboios porque estou perto do Gare do Oriente. Vou lá ainda muitas vezes, normalmente para ir às compras ou à loja do meu pai, e mesmo para ir ter com os meus amigos. Agora não troco onde estou mas voltaria lá a viver sem dúvida e aconselho a Portela, criam-se boas amizades, as casas são ótimas, bem estruturadas e espaçosas».

Miguel Matias: «Voltaria a viver lá de bom grado, as casas são boas, o espaço é bom, do ponto de vista de segurança também é boa, a nível de ligações afectivas temos muitas, o próprio Centro Comercial da Portela é diferente de todos os outros, já foi em tempos o maior do país, tem tudo. Muita gente da minha idade foi na altura a fazer a sua vida fora e agora estão a voltar, já com outra estabilidade e com filhos pequeninos. Há uma grande relação afectiva com este espaço».

Paulo Tormenta Pinto, Coordenador
Ana Vaz Milheiro, Helena Botelho, Mónica Pacheco e Sandra Marques Pereira

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA

anos lectivos 2009/10 e 2013/14

Paulo Tormenta Pinto, Professor Auxiliar com Agregação

Tangências entre o Ensino de Projecto de Arquitectura e a Investigação

O caso de Projecto Final de Arquitectura do ISCTE-IUL (2009-2014)

1. Introdução

O processo de Bolonha veio trazer novos desafios aos cursos de arquitectura, implicando o reforço da interligação entre o ensino e a investigação. A adequação ao processo de Bolonha ocorreu, no ISCTE-IUL em 2007, iniciando-se a partir dessa altura um acerto com as práticas europeias de ensino de arquitectura através da implementação de mestrado integrado.

Extraído do trabalho colectivo realizado a nível europeu pelos Descritores de Dublin[1], o paradigma base que enquadra o processo de Bolonha consiste na passagem de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um ensino baseado na aquisição de competências. A mudança inerente à aplicação deste novo pressuposto, veio sublinhar a influência dos projectos de investigação na orientação científica e pedagógica dos mestrados integrados.

No caso do ISCTE-IUL, foi construído um longo caminho, envolvendo estudantes e docentes, na procura de linhas de investigação capazes de gerar contributos para produzir, consolidar e sedimentar conhecimento relevante no contexto da área de arquitectura.

A unidade curricular de Projecto Final de Arquitectura (PFA), enquanto disciplina de conclusão do mestrado integrado foi, entre os anos 2009 a 2014, uma plataforma de ensaio para a aplicação dos novos paradigmas subjacentes à aplicação do processo de Bolonha. Para tal, foram aplicadas medidas no sentido da promoção de cenários capazes de potenciar novas frentes de investigação. A partir de temas específicos, foram articuladas, junto dos estudantes, experimentações projectuais, conjugadas com a definição de áreas de estudo devidamente enquadradas para a sedimentação de conteúdos relevantes e originais. Deste modo, o programa da unidade curricular foi desenvolvido entre a percepção dos fenómenos através de uma vertente projectual, em conjugação com a pesquisa de conteúdos pela via de uma vertente teórica. Com base nos conteúdos congregados na vertente teórica, devidamente filtrados pelo crivo analítico do ensaio projectual, foi possível desenvolver, ou configurar novas linhas de investigação orientadas para a obtenção de financiamento junto das entidades competentes, designadamente a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

1. Descritores de Dublin (2000) é o momento em que um conjunto de universidades elaborou, já com base nos pressupostos da Declaração de Bolonha, de Junho de 1999, um projecto piloto denominado Tuning - Educational Structures in Europe, com o objectivo de sintonizar o projecto europeu com a diversidade existente em cada um dos estados da União.

Neste sentido, e após um período experimental de dois anos (entre 2007 e 2008), assistiu-se em PFA, a partir de 2009, à passagem de uma metodologia de investigação assente num modelo de linearidade, para uma metodologia baseada num pressuposto de complementaridade. Enquanto num primeiro momento se procurava um encadeamento entre as investigações de índole projectual e teórica, num segundo momento passou a preconizar-se um complemento dos vários trabalhos produzidos na unidade curricular, em relação ao debate estimulado junto dos estudantes face a um tema específico lançado em cada ano lectivo. Esteve também na base desta alteração a especificidade metodológica de PFA, evitando-se, por exemplo, que o trabalho desenvolvido na vertente teórica fosse tratado como ilustrativo dos projectos de arquitectura realizados na vertente projectual, ou vice-versa.

As pesquisas teóricas desenvolvidas no âmbito da vertente teórica da unidade curricular foram enquadradas em núcleos colectivos de pesquisa, os quais contribuíram para um aprofundamento discursivo no âmbito de cada uma das áreas científicas envolvidas, ao mesmo tempo que permitiram a criação de bases para o desenvolvimento de competências por parte dos alunos, nomeadamente ao nível de metodologias específicas de investigação.

2. *Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau*

O projecto de investigação, denominado: *Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau* (PTDC/ATP-AQI/3707/2012)[2], começou a ser preparado quando o tema "Transformação das Áreas Urbanas da Periferia da Cidade de Lisboa" foi lançado como central no ano lectivo 2009/2010, em PFA. A compreensão dos territórios resultantes da expansão urbana levou-nos ao estudo da actual Freguesia das Águas Livres[3] no concelho da Amadora. O crescimento exponencial daquele território, nomeadamente a partir da década de 1970, deixou, até aos dias de hoje, em aberto o núcleo de casas precárias e clandestinas da Cova da Moura, habitado por uma população de origem africana (em particular oriunda de Cabo Verde). O trabalho de fundo desenvolvido com os estudantes pressupunha a criação de permeabilidades entre o assentamento espontâneo e orgânico da Cova da Moura e o tecido urbano existente no seu redor, constituído na maioria por edifícios de habitação implantados de acordo com processos de planeamento urbano baseados em modelos de especulação imobiliária. Este contraponto entre cidade formal e informal foi trabalhado no sentido da diluição de barreiras de segregação entre ambas. O modo como problema foi colocado pressupôs um trabalho sobre a capacidade de densificação da cidade formal, por oposição à desafectação de áreas edificadas no seio da cidade informal. Através desta procura de equilíbrio territorial, foi possível desenvolver uma consciência sobre as dinâmicas relativas ao desenvolvimento dos tecidos urbanos dos concelhos da área metropolitana de Lisboa.

Em paralelo com esta abordagem projectual, os estudantes foram confrontados com leituras críticas relativas à dicotomia urbana entre centro e periferia, tendo como base metodológica a pedagogia inerente às várias áreas científicas que compõem o mestrado integrado, as quais foram versadas em núcleos especializados de pesquisa em urbanismo, tecnologias da arquitectura e cultura arquitectónica.

No âmbito do núcleo de urbanismo, a pesquisa foi lançada a partir do Plano da Costa do Sol, traçado em 1933 por Alfred Agache. No núcleo de tecnologias da arquitectura foram abordados sistemas correctivos para o melhoramento energético do edificado contemporâneo, permitindo consciencializar os estudantes para optimização física das construções. No âmbito do núcleo de cultura arquitectónica foi definido o processo de expansão da área metropolitana de Lisboa, na segunda metade do século XX, tendo como base os casos da Portela de Fernando Silva, de Nova Oeiras de Cristino da Silva e de Alfragide de Conceição Silva.

Foi a partir dos conteúdos congregados no núcleo de cultura arquitectónica que se processou uma primeira candidatura a financiamento da FCT, em 2010, a qual, apesar da boa classificação, não logrou apoio financeiro. Uma revisão desta candidatura, ampliando os casos estudo a Luanda e a Macau, através do caso do Bairro Prenda de Simões de Carvalho e do bloco habitacional STDM de Manuel Vicente, veio posteriormente a ser submetida em 2012, obtendo sucesso após a avaliação por parte de um júri internacional. Em traços gerais, o projecto de investigação que acabou por ser aprovado, com título: *Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau*, assenta no reconhecimento e possibilidade de regeneração de conjuntos habitacionais de grande dimensão, promovidos pela iniciativa privada, construídos na malha periférica das cidades de Lisboa, Luanda e Macau num período temporal, em torno da Revolução Portuguesa de 1974, abrangendo essencialmente as décadas de 1960 a 1980.

3. Tangências entre o Ensino de Projecto de Arquitectura e a Investigação

A questão central que se levanta em torno do procedimento metodológico de PFA reside na extensão disciplinar do trabalho desenvolvido em torno dos projectos de arquitectura, procurando aferir-se se o processo inerente a essa prática pode, ou não, ser considerado de investigação.

Daquilo que se pôde concluir ao longo dos anos em que se procurou implementar um modelo de tangência entre o ensino de projecto de arquitectura e a investigação, em PFA, concluiu-se que os instrumentos projectuais se afirmam como ferramenta de análise com grande relevância ao longo do processo de investigação no campo da área científica da arquitectura.

Através do projecto de arquitectura é possível tornar os territórios (físicos e conceptuais) em matéria operativa, elevando-se o real a uma base abstracta e mensurável, entendendo-se a prática projectual como processo analítico, com capacidade acrescida para gerar ângulos de leitura originais. A especificidade de um discurso interpretativo, oriundo do campo da arquitectura, está dependente de uma experimentação no seio do próprio campo.

No momento em que foi abordado o tema "Transformação das Áreas Urbanas da Periferia da Cidade de Lisboa" (ano lectivo de 2009-2010), foi possível verificar as potencialidades de uma metodologia de alinhamento da prática de projecto com a investigação. Os casos de **Bruno Macedo Ferreira** e **Débora Félix** são, entre outros, exemplos dos benefícios desta articulação entre projecto de arquitectura e investigação. Tendo ambos desenvolvido projectos sobre a área envolvente ao Bairro da Cova da Moura, puderam apreender o impacto da repetição de modelos urbanos habitacionais, bem como a expressão da paisagem urbana concebida a partir da repetição desses mesmos modelos. O território que foi dado como base de projecto de arquitectura evidencia, de modo concentrado, as questões inerentes ao crescimento exponencial da construção nas áreas periféricas da cidade de Lisboa, revelando ainda hoje em dia, através do Bairro da Cova da Moura, o motivo fundamental desse mesmo crescimento – a necessidade de construção de casas para "o maior número" de pessoas.

O confronto com a precariedade construtiva do núcleo da Cova da Moura apresentou-se como fundamental para a tomada de consciência dos estudantes em relação aos problemas que, com maior evidência, se colocavam diante dos decisores públicos e dos arquitectos no período que envolveu a revolução de 25 de Abril de 1974 – carência e insalubridade habitacional, e dificuldade de integração social.

Esta percepção contribuiu para que os estudantes construíssem uma posição crítica sobre a expansão urbana ocorrida na segunda metade de século XX na área metropolitana de Lisboa, posição esta que se demonstrou descontaminada em relação às leituras mais comuns sobre o tema. O exercício projectual arrancou naquele território com um ensaio sobre a possibilidade de densificação das áreas envolventes do núcleo da Cova da Moura, permitindo entender, na senda das reflexões de Jane Jacobs[4], as possibilidades de "morte e vida" daqueles troços urbanos. Neste contexto estudaram-se as tipologias dos edifícios habitacionais, procurando integrá-los com novas estruturas capazes de redefinir o espaço público, ou interferir na própria organização das habitações dos edifícios existentes verificando a sua capacidade de reciclagem e actualização. O exercício de projecto continuou com intervenções nas franjas do núcleo da Cova da Moura, sob o pretexto da realização de um mercado multicultural. O trabalho de **Bruno Macedo Ferreira** incidiu sobre o espaço público e sobre unidades de construção de pequena escala ajustadas à expressão fragmentária daquela envolvente. Trabalhando sobre a precisão do traço arquitectónico e compreendendo que a mudança pode ocorrer na continuidade do tempo, o projecto de Bruno Ferreira incorpo-

2. Projecto "**Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau" (PTDC/ATP-AQI/3707/2012).** Investigadora Responsável: Ana Vaz Milheiro; Investigadores: Paulo Tormenta Pinto, José Luís Saldanha, Sandra Marques Pereira, Isabel Guerra, Jorge Figueira, João Santos Vieira, Mónica Pacheco, Luís Urbano, Rui Leão, Bruno Macedo Ferreira (antigo aluno), Débora Félix (antiga aluna); Hugo Coelho (antigo aluno), João Cardim (antigo aluno); Bolseiros: Rogério Vieira de Almeida, Filipa Fiúza (antiga aluna); Consultores: Fernão Lopes Simões de Carvalho, José António Bandeirinha e Monique Eleb.

3. Projecto "Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau" (PTDC/ATP-AQI/3707/2012). Responsável: Ana Vaz Milheiro; Investigadores: Bruno Macedo Ferreira (antigo aluno), Débora Félix (antiga aluna), Hugo Coelho (antigo aluno), Isabel Guerra, Isabel Martins, João Cardim (antigo aluno), João Santos Vieira, Jorge Figueira, José Luís Saldanha, Juliana Guedes, Luís Urbano, Mónica Pacheco, Paulo Tormenta Pinto, Rui Leão, Sandra Marques Pereira; Bolseiros: Rogério Vieira de Almeida, Filipa Fiúza (antiga aluna); Consultores: Ângela Mingas, Fernão Lopes Simões de Carvalho, José António Bandeirinha e Monique Eleb.

4. JACOBS, Jane (2007) *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes.

rou a envolvente numa lógica dialogante. O projecto de mercado de **Débora Félix** partiu de uma procura da compreensão das lógicas arquitectónicas dos edifícios desqualificados existentes na Cova da Moura, permitindo que os mesmos fossem posteriormente incorporados no equipamento projectado, criando uma tensão com a reformulação do espaço público envolvente.

Foi a partir desta consciência que tanto Bruno Ferreira como **Débora Félix** descortinaram oportunidades de pesquisa. Partindo, em ambos os casos, da figura de Fernando Silva procuraram entender o modo como a habitação de promoção privada foi abordada pelos arquitectos no período inicial da expansão metropolitana da cidade de Lisboa. Bruno Ferreira extraiu os traços expressivos e tipológicos dos modelos urbanos de Fernando Silva, abordando a sua reprodução por outros arquitectos e estudando sobretudo os momentos de degeneração desses mesmos modelos. **Débora Félix** ocupou-se do levantamento das tipologias habitacionais de Fernando Silva, fixando, a partir da organização das casas, exigências e expectativas dos promotores e habitantes relativas à organização do espaço doméstico das habitações.

Mais tarde no ano lectivo 2013-2014, em paralelo com o desenvolvimento da pesquisa por parte dos investigadores, em torno de fontes primárias, o campo de pesquisa definido por este projecto de investigação *Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau*, foi estendido aos enunciados lançados aos estudantes de PFA. A temática de base foi versada no texto: "Arquitectura ou Revolução – *Learning from the satellite*"[5] através do qual, se lançava uma reflexão sobre o conceito de "cidade satélite", ligando os princípios do movimento moderno aos conceitos urbanos desenvolvidos no limiar do último quartel do século XX. Os modelos urbanos tardo-modernos foram trazidos para cima da mesa, debatendo-se o espírito ético dessas propostas urbanas e sociais, assim como a sua capacidade de regeneração no período actual. A Portela de Sacavém foi usada como caso de estudo fundamental, servindo como área de experimentação projectual por parte dos estudantes, que responderam ao desafio de analisarem e definirem estratégias para articular este conjunto urbano com os territórios urbanos que entretanto se consolidaram na sua envolvente – Olivais Norte, Prior Velho, Sacavém e Moscavide. Como ponto de partida para a abordagem do projecto foi lançada a hipótese ficcional de que o centro da Portela havia ruído devido a uma catástrofe, abrindo-se deste modo espaço para repensar e reinterpretar o modelo urbano daquele bairro satélite, desenhado, no final da década de 1960, para um universo populacional de 18.500 habitantes. Tendo em conta que as condições daquele território são hoje sobejamente diferentes daquelas que existiam na época em que Manuel da Mota lançou o investimento para edificar o conjunto da Portela, os estudantes organizados em grupos definiram propostas de planeamento e arquitectura, tendo em vista a reconstituição dos edifícios desaparecidos e dos respectivos programas - escolas, centro comercial, torre de habitação e escritórios, a junta de freguesia, piscina e igreja. A definição de um novo conceito para o centro do Bairro, foi trabalhado em conjugação com a distribuição dos equipamentos em áreas sobrantes existentes nas franjas daquele conjunto edificado, possibilitando a relação da Portela com as áreas urbanas existentes ao seu redor.

Neste contexto o trabalho de **Rui del Pino Fernandes** pode ser referido como exemplo das contaminações entre projecto de arquitectura e investigação. **Rui Fernandes** desenvolveu de início um trabalho colectivo com Andreson Colombo, Ivo Gomes, Patrícia Almeida e Telma Ribeiro, definindo uma estratégia urbana para a Portela suportada na definição de uma nova centralidade a partir da previsão da expansão da linha de metro de Lisboa até ao bairro. Esta base serviu para o lançamento de um projecto individual de uma nova igreja, pensada para um terreno sobrante no lado Norte da Portela, limitado pela presença da auto-estrada de ligação à Ponte Vasco da Gama. A igreja dialoga com a infraestrutura rodoviária e estabelece relações com as torres habitacionais existentes naquele local. O projecto consiste num jogo volumétrico, que articula o corpo longo e inclinado da igreja, com a imponência vertical dos volumes do baptistério e capela mortuária. O realismo da proposta arquitectónica de **Rui Fernandes** é visível no modo como aceita a expressão austera da envolvente, caracterizada por edifícios pouco qualificados arquitectonicamente.

Esta consciência é consolidada através da investigação que realizou, em paralelo, sobre a arquitectura habitacional de Macau, projectada por Manuel Vicente, Vicente Bravo, Bruno Soares e Lima Soares. A densidade edificada da antiga colónia portuguesa expressa-se pela grandiosidade dos edifícios habitacionais,

5. PINTO, Paulo Tormenta (2013) "Arquitectura ou Revolução – *Learning from the satellite*", texto base do trabalho PFA em 2013-2014 (não publicado).

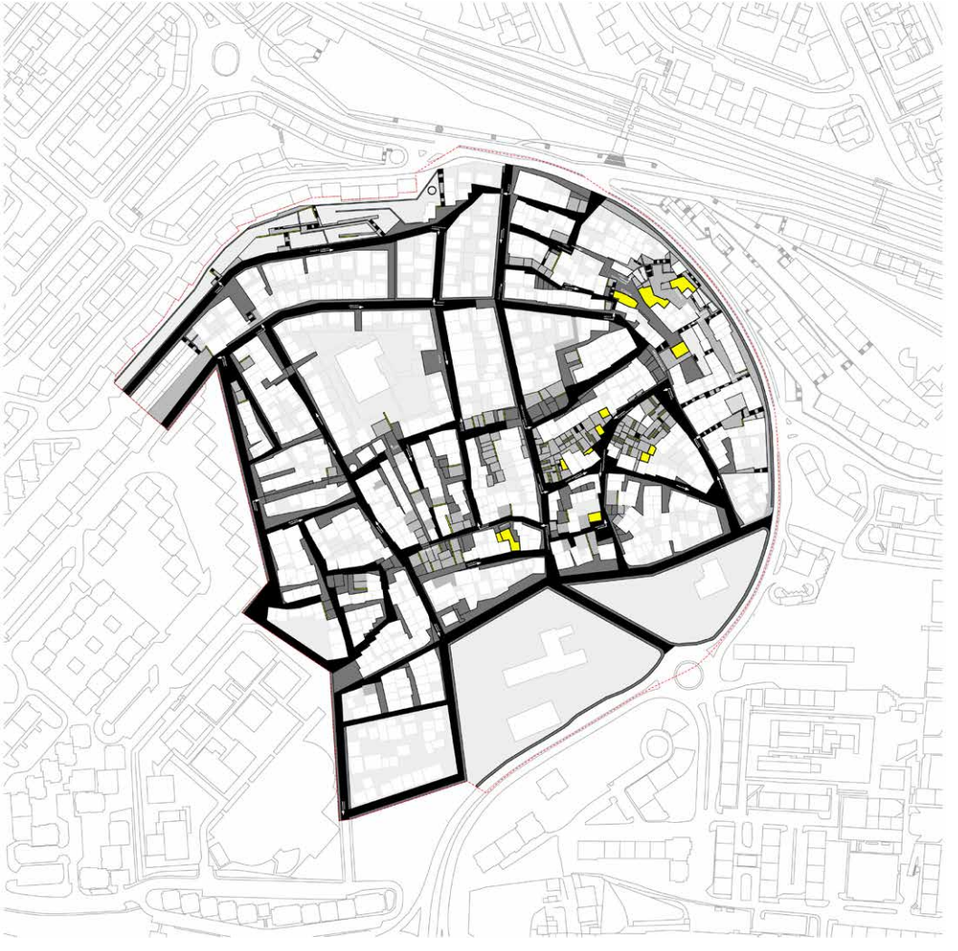
muito apropriados pelos seus habitantes, em contraste com o avanço dos recintos temáticos de casinos. Rui Fernandes elege a cidade quotidiana como foco de investigação, descortinando o modo como os arquitectos lidam com a realidade macaense e como eles próprios assumem, igualmente, a impotência dos seus próprios projectos, no que toca à inversão daquela realidade.

4. Conclusão

A investigação em arquitectura está intimamente relacionada com uma percepção das coisas a partir da disciplina, percepção esta que é ganha em grande medida através de uma exposição ao exercício do projecto. Esta modelação mental é incorporada pelos arquitectos, servindo-lhes de alicerce para formulações críticas em relação aos assuntos em geral.

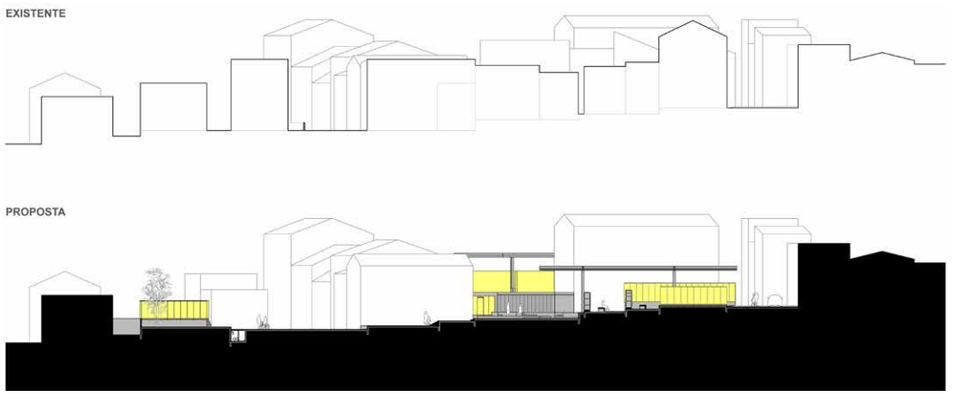
A formação em arquitectura corresponde à aquisição de ferramentas para o desenvolvimento de um modo de pensar, representar e transformar o real. O trabalho partilhado entre a investigação e o projecto, que foi conseguido no ISCTE-IUL entre os anos de 2009 e 2014 permitiu-nos consolidar o campo disciplinar da arquitectura, respondendo não só aos desígnios do processo de Bolonha, mas edificando um conhecimento mais amplo sobre os temas que a sociedade contemporânea traz para cima da mesa, tornando os novos arquitectos agentes intervenientes no espaço público, com capacidade de traduzir a linguagem específica da arquitectura, em algo mais passível de ser partilhado à luz da cidadania.

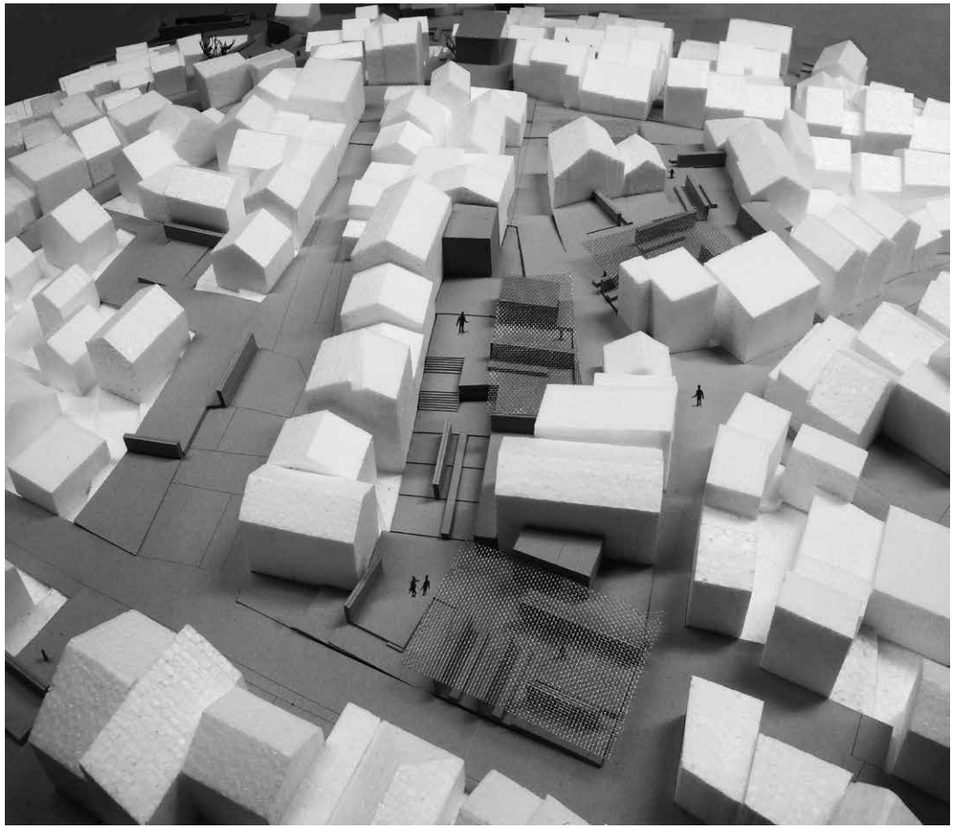
Bruno Macedo Ferreira



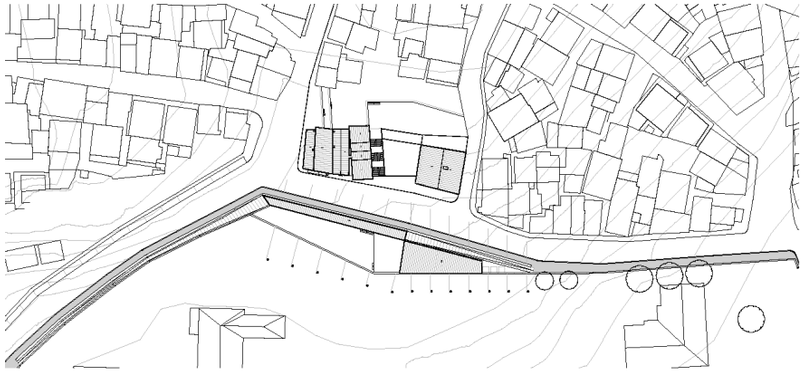
REFEITÓRIO
ARMAZÉM
BALNEÁRIOS
I.S. PÚBLICAS
ADMINISTRAÇÃO
ATELIER DE MÚSICA
ATELIER DE ARTES PLÁSTICAS
ATELIER DE DANÇA
CAFETARIA
BALNEÁRIOS
SALA POLIVALENTE

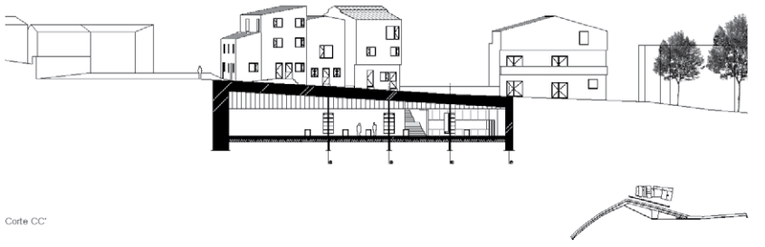
ARTES PLÁSTICAS


EXISTENTE
PROPOSTA



Débora Félix

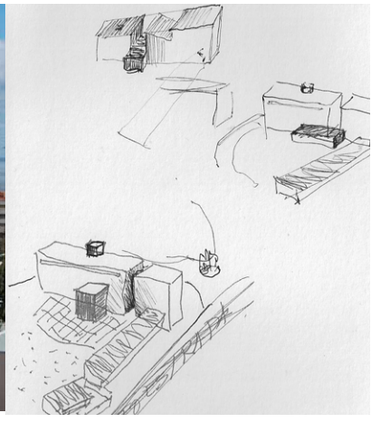




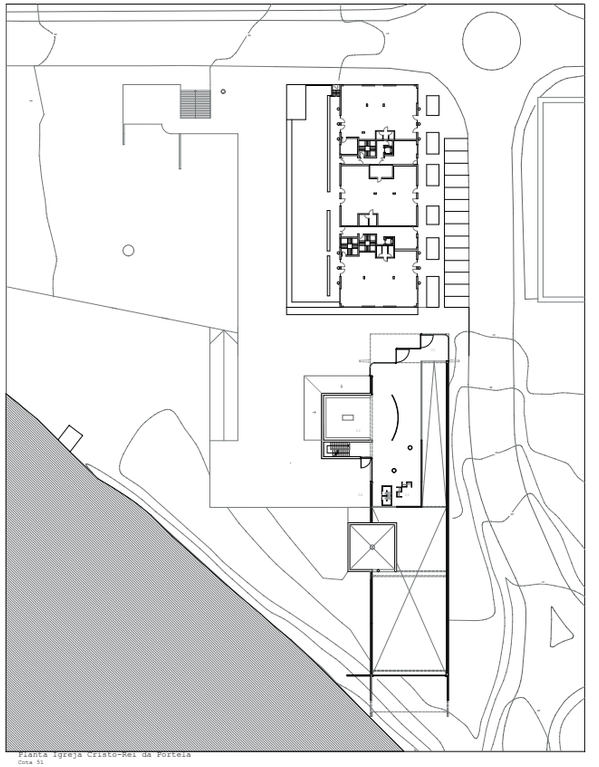
Corte CC'

Corte DD'

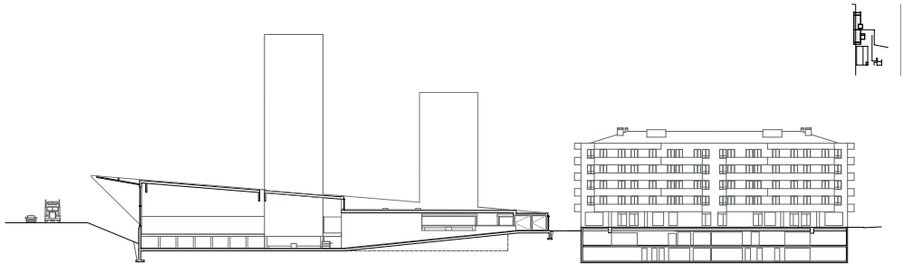
Rui del Pino Fernandes



Conceito



Conjunto C51



Igreja

Sandra Marques Pereira, Investigadora e Professora Auxiliar convidada

LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA

Projecto Final de Arquitectura
Ano lectivo 2013/14

O resumo de Isadora Costa relativo ao trabalho desenvolvido no Laboratório de Sociologia de PFA em 2013-2014 centrou-se no estudo da Portela, resultando da articulação com o Projeto "Habitações para o Maior Número: Lisboa, Luanda, Macau". Sabendo-se, à partida, que se tratara de uma urbanização desenhada por um arquitecto, fomentada por um promotor e executada por vários construtores, o trabalho tinha como objectivo confrontar o projectado e o construído, ou seja: perceber as transformações introduzidas por esta multiplicidade de construtores nos projectos iniciais de Fernando Silva, explorando-se sobretudo a componente do fogo.

Neste sentido, e ao longo de todo o ano lectivo, a aluna desenvolveu um trabalho de pesquisa no Arquivo da Câmara Municipal de Loures pautado pela exaustividade e sistematicidade, tendo analisado os processos de todos os edifícios (196) com especial atenção: na memória descritiva; na identificação do construtor; no confronto entre as plantas originais e as telas finais; nas datas de início e conclusão da construção.

Depois de recolhidos todos os elementos, uma tarefa apenas possibilitada pelo apoio incomensurável do Arquivo da CML, a Isadora procedeu à sistematização e análise da informação, tendo identificado:

1. O número de construtores e respectivos lotes (mapeamento)

2. As épocas de construção/ conclusão (mapeamento)

3. As variantes concluídas comparativamente ao original e identificação de lógicas de transformação dos fogos, tendo concluído que a esmagadora maioria dos lotes sofreu alterações significativas e muito diversas.

Este é seguramente um trabalho de fôlego que, tendo sido o ponto de chegada para a sua autora, poderá ser o ponto de partida para muitas e promissoras investigações. É ainda um trabalho demonstrativo do *modus operandi* do sector da construção numa fase ainda marcada por um profissionalismo relativamente insipiente.

Isadora Miguel

Portela, entre o projectado e o construído

Estudo das alterações introduzidas pelos construtores aos projectos do arquitecto Fernando Silva

O trabalho tem como objectivo o estudo das transformações introduzidas pelos construtores nos edifícios de habitação da urbanização da Portela de Sacavém, originalmente projectados por Fernando Silva.

O estudo visou responder a diversas questões: que transformações existiram aos tipos inicialmente projectados?; se sim quais foram?; que lotes sofreram transformações?; quantos lotes não sofreram transformações?; quantas variantes foram criadas a partir de cada tipo?; em que fases foram construídos os lotes?; e quantos construtores intervieram?

A partir do levantamento e análise dos processos de obra existentes no Arquivo Municipal de Loures, relativos aos cento e noventa e nove lotes construí-dos na Portela de Sacavém, designadamente as plantas finais correspondentes à construção, efectuou-se a comparação caso a caso com as plantas do projecto original apresentadas na dissertação de Débora Félix.

A análise incidiu sobre os aspectos morfológico e tipológico, e, também, sobre os construtores, e sobre as datas de inicio e de conclusão de obras.

O plano proposto para a Portela de Sacavém por Fernando Silva incluía um regulamento cujas normas visavam garantir a uniformidade do conjunto. No entanto, a existência deste não impediu as diversas alterações realizadas nos lotes. O projecto inicial previa 196 lotes distribuídos por sete tipos (dois em torre e cinco em banda). Posteriormente foram adicionados três lotes, perfazendo 199 lotes, que, na sua esmagadora maioria, sofreram transformações ao nível das habitações.

De todos os equipamentos propostos para a Portela, apenas as zonas de comércio, e de serviço, foram construidas de acordo com projecto inicial.

O promotor Manuel da Mota vendeu os 199 lotes a 134 construtores, sendo estes a promoverem as diversas alterações, desde as mais simples às mais complexas.

As primeiras construções iniciaram-se em 1970, com sete lotes em obra. Este número aumentou, no ano seguinte, para 54 lotes, sendo este o ano com maior número de lotes em construção até 1990.

Verifica-se também a existência de quatro momentos distintos no início de obras. O primeiro momento decorreu em 1970 (período fraco), o segundo entre 1971 e 1973 (período forte), o terceiro decorido em 1974 e 1975, e por fim o último momento que decorreu entre

1977 e 1984 (planta 4). Em 1990, após seis anos, inicia-se construção do último lote (lote 144).

Através da data de conclusão dos lotes verifica-se, também, que existiram três momentos principais. O primeiro decorrido entre 1972 e 1973, período antes da revolução de 1974. O segundo após a revolução de Abril, entre 1975 e 1979 onde se destaca uma maior construção em 1975 e 1976. O último decorrido nos anos 80, onde se verifica um menor número de construções (gráfico 9 e planta 6). Os dois primeiros corresponderam a alturas de maior procura.

Como se referiu o projecto inicial previa sete tipos de habitações:

1. Tipo I: 17
2. Tipo II: 11
3. Tipo III: 33
4. Tipo IV: 14
5. Tipo V: 12
6. Tipo Va): 2
7. Tipo VI: 14

As diversas transformações, tanto morfológicas como tipológicas, acabaram por criar cerca de 104 variantes aos tipos iniciais que foram agrupadas, para efeitos de análise, em seis sub-grupos de acordo com o maior ou menor grau de intensidade das alterações:

8. Lotes sem alterações;
9. Lotes com algumas transformações;
10. Lotes com muitas transformações mantendo a simetria dos fogos;
11. Lotes com muitas transformações alterando a simetria dos fogos;
12. Transformação total dos lotes com introdução de um fogo;
13. Transformação total dos lotes com redução do número de fogos;

Após dividir as transformações em seis níveis de intensidade, verifica-se que apenas seis lotes (3,01%) não sofreram alterações enquanto os outros cento e noventa e três (96,99%) foram distribuídos pelos cinco restantes níveis.

O sub-grupo de alterações 3 "muitas alterações mantendo a simetria dos fogos" é claramente predominante, com 156 lotes (78,4%) a terem este tipo de transformação.

As transformações mais frequentes nos fogos foram:

- Simplificação da área de serviços;
- Um dos quartos deixa de ter casa de banho privativa;
- Ampliação do hall de entrada;
- Alteração da localização das casas de banho (deixam de estar na zona de serviços para estarem na zona íntima);
- Alteração da localização de escadas e elevadores;

Os sete tipos iniciais foram projectados segundo a separação das três áreas (área social, área íntima e área de serviços), no qual as áreas social e de serviços se localizavam na mesma extremidade do lote, e a área íntima ocupava a extremidade oposta.

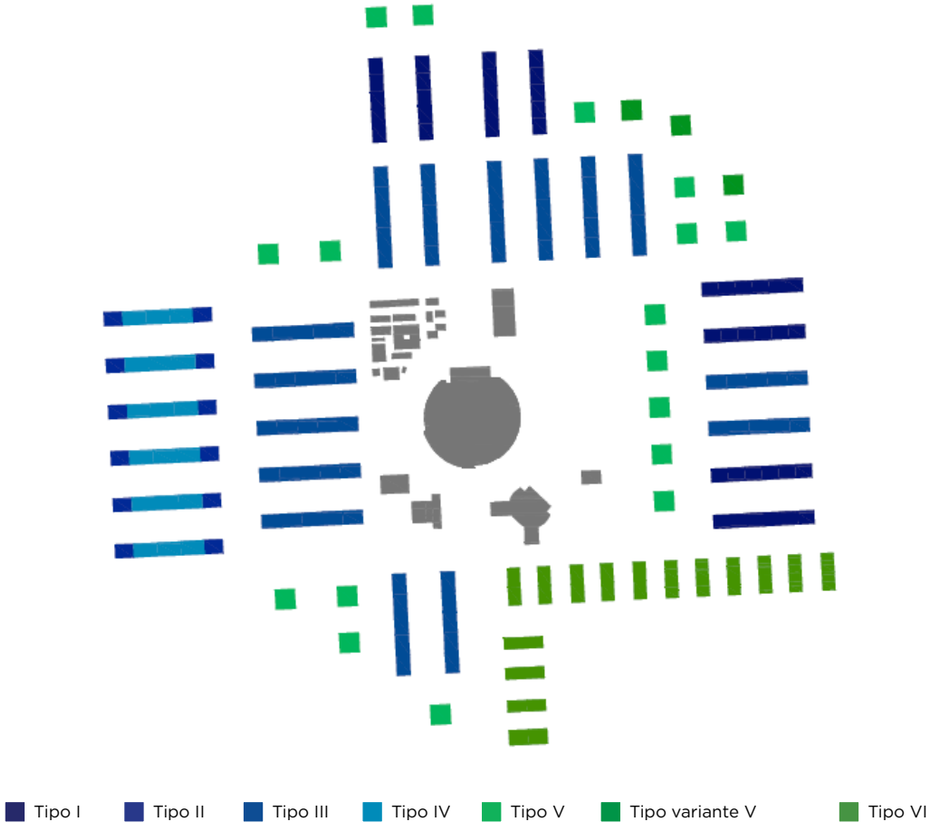
Através da comparação entre plantas iniciais e plantas finais conclui-se que existiram quatro tipos de alterações:

14. Troca de localização entre a área social e a área íntima;
15. A área social ocupa o fogo na diagonal separando a área íntima da área de serviços;
16. Uma ou duas áreas ocupam as duas extremidades do fogo (em alguns casos, a área social, noutros a área íntima e noutros ocupam as duas);
17. Eliminação da separação das três áreas.

Tabela 1. Seis níveis de alterações

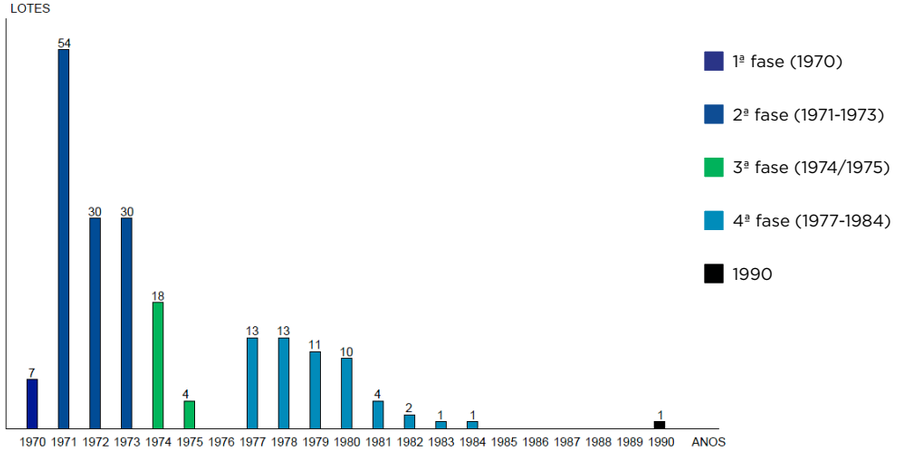
Tipo	Sem alterações	Algumas alterações	Muitas alterações (mantendo a simetria dos fogos)	Muitas alterações (alterando a simetria dos fogos)	Alteração total do lote com introdução de um novo apartamento	Alteração total do lote com redução do número de apartamentos	Nº lotes
I	1 (0,5%)	4 (2,01%)	37 (18,59%)	2 (1,01%)	0	0	44 (22,11%)
II	0	0	11 (5,53%)	0	1 (0,50%)	0	12 (6,03%)
III	3 (1,51%)	5 (2,51%)	61 (30,65%)	3 (1,51%)	3 (1,51%)	0	75 (37,69%)
IV	0	0	16 (8,05%)	0	2 (1%)	0	18 (9,05%)
V	1 (0,5%)	9 (4,53%)	1 (0.5%)	5 (2,51%)	0	1 (0,5%)	17 (8,54%)
Va)	1 (0,5%)	0	2 (1%)	0	0	0	3 (1,5%)
VI	0	0	28 (14,08%)	2 (1%)	0	0	30 (15,08%)
Total	6 (3,01%)	18 (9,05%)	156 (78,4%)	12 (6,03%)	6 (3,01%)	1 (0,5%)	199 (100%)

Planta 1. Tipos do plano inicial (Fernando Silva)

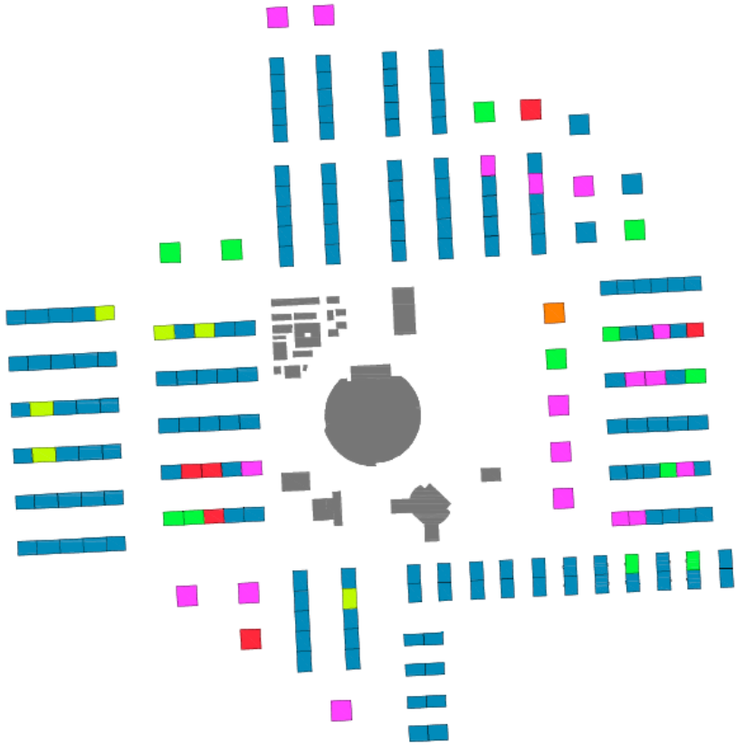


Fonte: Débora Félix (2010)

Gráfico 1. Fases de início de obras das habitações da Portela de Sacavém



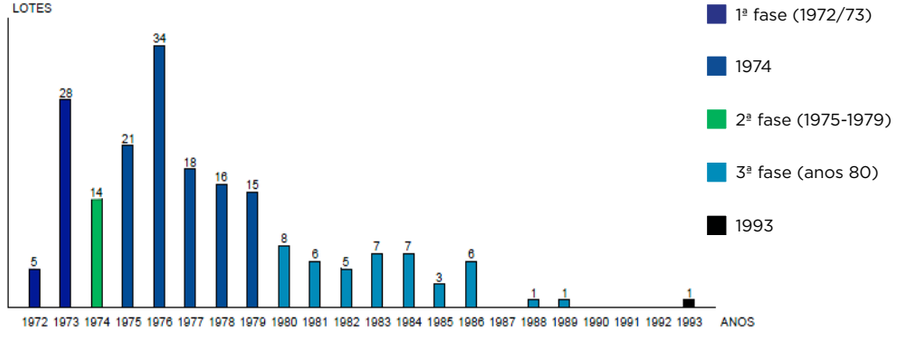
Planta 2. Seis níveis de alterações



Sem alterações
Algumas alterações
Muitas alterações mantendo a simetria dos fogos
Muitas alterações alterando a simetria dos fogos
Introdução de um fogo
Redução do número de fogos

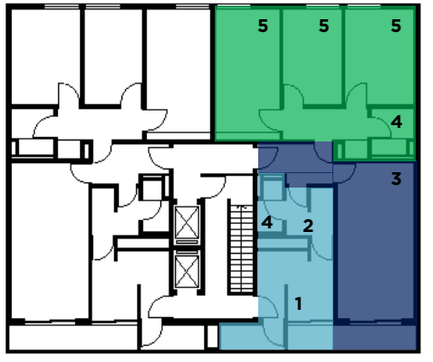
Fonte: Débora Félix (2010)

Gráfico 2. Fases de conclusão das habitações da Portela de Sacavém



Alterações ao Tipo I-Variante 1 (2 lotes: lote 100 e 101)

Planta original-T3



1-Cozinha, 2-Área de serviços,
3-Sala de estar, 4-I.S., 5-Quarto

área íntima

área social

área de serviços

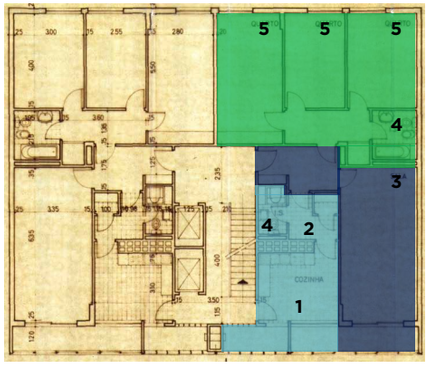
Alterações
Lotes com algumas alterações
Área íntima e área social mantem-se iguais ao tipo original

Área comum aos fogos:
-Ampliação do hall comum dos fogos (retirado parede);

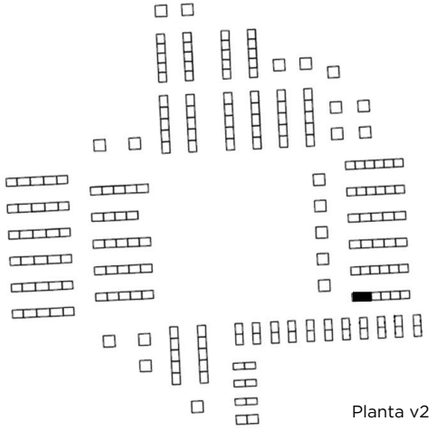
Área de serviços:
-Retirado hall de entrada;

-Mantém-se a separação das três áreas

Planta final-T3



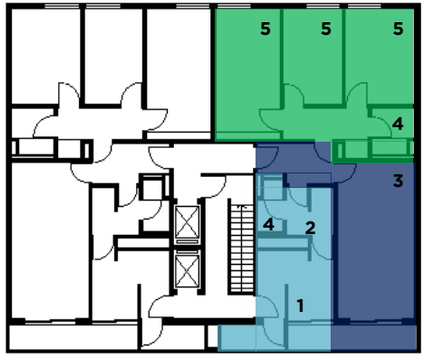
Planta 1. Lote 101
Fonte: Arquivo Municipal de Loures
1-Cozinha, 2-Área de serviços,
3-Sala de estar, 4-I.S., 5-Quarto§



Planta v2

Alterações ao Tipo I-Variante 2 (20 lotes:102, 103, 104, 105, 128, 129, 130, 176, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194)

Planta original-T3



1-Cozinha, 2-Área de serviços,
3-Sala de estar, 4-I.S., 5-Quarto

área íntima

área social

área de serviços

Alterações:
Lotes com muitas alterações mantendo a simetria dos fogos

Área comum aos fogos:
-Há uma alteração radical lógica na localização dos elevadores:
no tipo original,os elevadores seguem uma localização mais tradicional (zona social e zona de serviços) e no tipo final perde-se, pois estes estão no centro;
-Deixa de haver entrada de serviços;

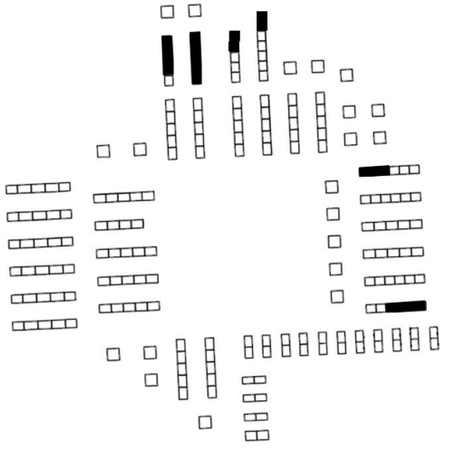
Área social:
-Ampliação do hall de entrada;
-Ampliação da área social com demarcação das áreas de jantar e áreas de estar;

Área de serviços:
-Simplificação da área de serviços;
-Retirado casa de banho

Área íntima:
-Ampliação da área íntima com introdução de uma casa de banho;
-Alteração da localização das portas dos quartos
-Ampliação da casa de banho;
-Mantém-se a separação das três áreas;

Planta final-T3

Planta 3. Lote 104
Fonte: Arquivo Municipal de Loures
1-Cozinha, 2-Sala comum, 3-I.S., 4-Quarto



Planta 4

Tipo I-Variante 15 (2 lotes: 181 e 182)

Planta original-T3

1-Cozinha, 2-Área de serviços,
3-Sala de estar, 4-I.S., 5-Quarto

área íntima

área social

área de serviços

Alterações:
Lotes com muitas alterações mantendo a simetria dos fogos

Área comum aos fogos:
-Há uma alteração radical lógica na localização dos elevadores: no tipo original,os elevadores seguem uma localização mais tradicional (zona social e zona de serviços) e no tipo final perde-se, pois estes estão no centro;
-Deixa de haver entrada de serviços;

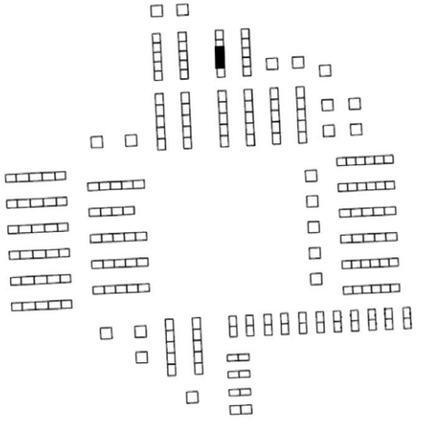
Área social:
-Ampliação do hall de entrada;
-Ampliação da área social com demarcação das áreas de jantar e áreas de estar;
-Troca de localização entre sala comum e dois quartos;

Área de serviços:
-Simplificação da área de serviços;
-Retirada casa de banho;

Área íntima:
-Ampliação da área íntima (quartos tornam-se maiores e introdução de uma nova casa de banho);
-Alteração da abertura das portas dos quartos;
-Mantém-se a separação das três áreas;

Planta final-T3

Planta 29. Lote 181
Fonte: Arquivo Municipal de Loures
1-Cozinha, 2-Sala comum, 3-I.S., 4-Quarto



Planta 30

Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar com Agregação (Coordenação)
Mónica Pacheco, Professora Auxiliar
Helena Botelho, Professora Auxiliar convidada

LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA

Projecto Final de Arquitectura
Ano lectivo 2013/14

Introdução

O tema "Arquitectura ou Revolução – Learning from the Satellite", lançado em Projecto Final de Arquitectura no ano lectivo de 2013/14, evocava dois autores, Le Corbusier e Robert Venturi, e em particular duas obras, *Vers une Architecture* (1923) e *Learning From Las Vegas* (1972). O enquadramento revelou-se ideal para envolver os estudantes do Laboratório no projecto de investigação: "Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau". Procurava-se assim destacar momentos em que a visão utópica dos arquitectos, aliada à capacidade de decisão pública e privada, acelerou os processos de construção da cidade contemporânea.

Metodologia

Os trabalhos decorreram em duas fases. A primeira privilegiou uma metodologia de trabalho em equipa. Desse trabalho colectivo resultou a matéria que informou o documento final que se apresentou como a "vertente teórica" do Trabalho Final.

1º semestre: Os estudantes organizaram-se em três grupos de trabalho. Cada grupo foi encarregue do estudo e descrição das três cidades (Lisboa, Luanda e Macau) em que se localizam os casos de estudo do projecto de investigação (Urbanização da Portela de Sacavém, Unidade de Vizinhança n.1 do bairro Prenda, STDM – Sociedade de Turismo e Diversão de Macau).

Deu-se início à análise de fontes primárias e secundárias, consulta de arquivos e documentação (cartografia, iconografia e processos de obra), pesquisa bibliográfica, realização de entrevistas, etc. Parte deste material foi facultado pelos investigadores do projecto de investigação. Outra resultou directamente da pesquisa dos estudantes. Os diferentes grupos realizaram, então, uma primeira abordagem a potenciais casos de estudo, que pudessem ser, depois, desenvolvidos nas dissertações individuais. Como resultado, deste trabalho colectivo, foi produzido um "Atlas", que conjugou a informação gráfica e escrita.

2º semestre: Cada estudante encontrou a sua linha de pesquisa, dentro do tema geral. A abordagem tornou-se mais especializada, exigindo uma análise mais

específica do Estado da Arte. Seleccionaram-se as fontes primárias e secundárias, tendo por finalidade uma clarificação do objecto individual de estudo. A análise produzida foi integrada no projecto de investigação, enquanto matéria original e inovadora, completando as perspectivas em estudo pelos diferentes investigadores.

Como resultado final, cada estudante elaborou um documento escrito e ilustrado que reflectiu a sua investigação, reforçando a metodologia e apostando na identificação de casos de estudo ainda não abordados pelo Estado da Arte. Como exemplo, destacam-se aqui os trabalhos sobre Macau, realizados por Rui del Pino Fernandes e de Ana Rodrigues, orientados respectivamente por Ana Vaz Milheiro e Mónica Pacheco.

Mónica Pacheco, Professora Auxiliar

Investigação em arquitectura sob a forma de atlas

Bairros da liberdade

Num ano em que se comemoram os 40 anos sobre a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) torna-se extremamente pertinente reflectir sobre as suas consequências no território português, bem como nos territórios que desde a abolição do Ato Colonial em 1951 — consequência da adaptação à Carta das Nações Unidas — passaram a denominar-se províncias ultramarinas, ou seja, oficialmente integrantes de Portugal. Como todas as revoluções, este foi um processo lento e para o qual contribui, de forma determinante, a instabilidade que se começa a sentir nesses territórios a partir de meados da década de 50 com a fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e no início da década de 60 com a criação da FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência de Angola), apoiados pelas posições anticolonialistas da Assembleia Geral da ONU. Este clima político que culminaria no começo da guerra colonial em 1961 e consequente descolonização entre o «25 Abril» e o 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência.

O caso de Macau difere substancialmente do africano. Apesar do processo de colonização remontar ao séc. XVI, somente em 1887 é que a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa de Macau, através do "Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português". 1967 ficou para a história como o ano da revolta dos residentes chineses pró-comunistas de Macau, e no ano seguinte (3 de Dezembro de 1966) Portugal renunciou à ocupação perpétua de Macau e reconheceu o poder e controlo dos chineses, o que marcou o princípio do fim do período colonial desta cidade. Contudo, contrariamente ao que se passou com a libertação das colónias portuguesas em África, a China rejeitou a transferência imediata da soberania de Macau, tendo apelado ao estabelecimento de negociações que permitissem uma transferência harmoniosa (em 1987, após intensas negociações entre Portugal e a República Popular da China, os dois países acordaram que Macau voltaria para a soberania chinesa no dia 20 de Dezembro de 1999).

Com estas premissas, definiu-se Lisboa, Luanda e Macau, no período compreendido entre 1960 e 2010, como caso de estudo, com o objectivo de investigar que repercussões é que se verificaram – consumada a descolonização em Angola e o consequente afluxo que se verificou de população etnicamente portuguesa proveniente das ex-colónias à capital (os chamados "retornados"), somado o gradual processo de desertificação rural e consequente expansão dos subúrbios de Lisboa, vulgarmente apelidada de desordenada – em termos urbanísticos e habitacionais nestas capitais.

Efectivamente, estes factores contribuíram significativamente para o desenvolvimento de territórios periféricos que representaram oportunidades de experimentação de novas tipologias urbanas, onde se instalaram essas populações em construções muitas vezes informais, e as quais marcam, até hoje, a imagem dessas transformações das paisagens periféricas, com conotações negativas que retomaram o significado original da palavra latina *suburbia*, e que os séculos XIX e XX tinham resgatado como lugares do desejo.

O país, ou pelo menos a elite cultural, ansiava mostrar uma modernidade oprimida por mais de quatro décadas, ainda que a décalage temporal fosse inevitável. Contudo, apesar de imbuída de um espírito de responsabilidade social, as ambições morais dos arquitectos portugueses defrontaram-se com a expansão do sector privado de construção, com a liberalização do mercado, com a crescente facilidade de atribuição de créditos bancários para aquisição de casa própria para uma classe média em franca expansão (em 1974 calculava-se uma carência de cerca de 600 000 habitações). Se nos anos que se seguiram à revolução se verificou uma forte política intervencionista, particularmente no que se refere às famílias mais carenciadas, nos anos que se seguiram à entrada do país na CEE (1986-1991) as políticas habitacionais mudaram drasticamente, promovendo o recurso a créditos para a aquisição de casa própria.

A classe média encontrava-se, assim, por sua conta, assediada pelos grandes construtores que aproveitavam também a boleia dos fundos estruturais que entraram no país nessa altura aplicados ao desenvolvimento de infra-estruturas, em torno das quais muitas das novas e prometedoras urbanizações cresceram, dando corpo ao sonho português de ser proprietário de terra, adaptado agora às novas "propriedades horizontais". Muitos investiram na compra de imóveis para rentabilização, o que nas décadas seguintes resultou na gradual especulação imobiliária que quase levou os bancos e, consequentemente, o país à beira da falência e à necessidade de intervenção do FMI.

Atlas da Liberdade

Muitos estudos foram elaborados em torno destes temas, por áreas científicas tão distintas quanto a arquitectura, a sociologia ou a economia. Contudo, a classe média foi quase sempre esquecida, sendo que foi ela a grande responsável pelas maiores transformações espaciais que se verificaram. Deste modo, para além da circunscrição geográfica das três cidades referidas, pretendia-se igualmente confinar o estudo aos conjuntos construídos para a classe média, e por iniciativa privada, fora dos limites estabelecidos da cidade e responsáveis pela actual forma daquilo que foi em tempos a periferia e que hoje em dia veem sendo engolidos pelo gradual preenchimento dos seus interstícios. Apelidados de Bairros da Liberdade, através do seu mapeamento, esperávamos encontrar a espacialização de novas questões que poderiam estar ainda por descortinar.

Efectivamente este era um tema relativamente novo e com pouca informação: como é que a classe média configurou o subúrbio das cidades e de que modo é que a iniciativa privada condicionou as transformações dos últimos 40 anos. O subúrbio, em si, é já um tema em permanente confronto: o pitoresco versus o realismo, o centro versus a periferia, o *status quo* versus o marginal. E também o nome, em si, transporta já a representação mental de uma tensão simultaneamente social, cultural e espacial. Tradicionalmente a primeira visão procura a beleza na cidade tradicional, ao passo que a segunda, talvez mais acolhida pelas ciências sociais, procurava uma aproximação às problemáticas humanas.

A temática sugeria uma investigação através da imagem, nomeadamente da cartografia e fotografia aérea como ferramentas de investigação que privilegiavam os formatos gráficos como fontes primárias que, através da sua (re)representação, permitiriam uma sistematização analítica por décadas do período compreendido entre 1960 e 2010 em cada um destes territórios: em Lisboa uma gradual homogeneização do território alterando as lógicas de relação entre centro e periferia, nomeadamente a um processo de "sobreposição" dos 18 municípios que constituem, desde 2008, a AML, desenvolvimento de infra-estruturas e construção de novos conjuntos urbanos; em Luanda, o modo como a construção informal "engoliu" a dita formal; e, em Macau, a necessidade de expansão urbana traduzida na construção de aterros.

A investigação desenvolvida em grupo pretendia constituir-se como base de suporte para a definição de propostas individuais para as dissertações de mestrado individuais no segundo semestre. Partindo das imagens analíticas produzidas pelos próprios alunos, e que constituirão o referido Atlas, seria possível proceder a uma identificação de objectos de estudo mais específicos e com um enfoque mais pessoal sob o mote "Os Bairros da Liberdade".

Investigação em Arquitectura

A escolha de uma investigação em formato de Atlas não foi contudo ingénua. Foi também o pretexto para abordar duas outras questões, uma de ordem pedagógica, e a outra sobre a natureza disciplinar da arquitectura. Ou seja, para além do subtema do Laboratório de Cultura Arquitectónica e da sua relação com o tema geral de Projecto Final de arquitectura, esta era a derradeira oportunidade de testar como é que uma determinada temática podia simultaneamente produzir um projecto de arquitectura e uma dissertação, já que era o último ano do modelo em vigor. Usualmente entende-se por dissertação uma investigação escrita e não é pouco usual na academia, nem tão pouco fora referirmo-nos 'à teoria e à prática da arquitectura' como se de duas coisas distintas se tratasse. Urgia portanto utilizar este pretexto para reflectir sobre aquilo que se convencionou apelidar de vertente prática (um projecto de arquitectura), e de vertente teórica (uma dissertação).

De um ponto de vista pedagógico a oportunidade do aluno reflectir sobre a mesma problemática/temática através de dois formatos distintos, tal como o fizeram ao longo da História os grandes arquitectos afigurava-se perfeita. Mas levantava outra questão, muito na ordem do dia, sobre "o que é uma investigação em arquitectura" e se a natureza dessa "investigação é científica ou não". A razão por trás desta discussão prende-se com uma generalização muito alargada, e de todo não consensual, mesmo entre arquitectos, de que a arquitectura é uma disciplina prática e que aquilo que produz só merece o nome de arquitectura quando finalmente se constitui enquanto algo fisicamente construído, caso contrário é apenas um projecto, algo que não foi concluído, uma espécie de missão abortada.

De acordo com Robin Evans, a grande desvantagem do arquitecto em relação às outras artes, incluindo pintores e escultores, é que aquele apenas trabalha com os meios intermédios de produção arquitectónica, em especial com o desenho. No mesmo sentido, Walter Benjamin define a arquitectura como sendo um caso marginal relativamente às restantes artes, dada a falta de contacto do artista, em termos de produção, com a sua obra propiamente dita – a obra construída – pois até agora têm produzido desenhos, maquetas e textos, e nunca os seus edifícios. Esta é, para Anthony Vidler, uma separação paradoxal entre o artista e o seu trabalho. Estes argumentos têm subjacente uma visão totalmente subalterna do desenho de arquitectura, uma visão completamente contrária à promovida em *Cinquecento*, com a elevação do desenho à categoria de arte liberal, particularmente devido a Francesco Dori, que relacionou *disegno* com especulação divina, descrevendo-o como o primeiro acto de Deus ao criar o universo; a Brunelleschi, para quem a aproximação alternativa à perspectiva linear definiu uma gradual mas complexa transição de uma teoria da visão para uma racionalização geométrica e matemática da imagem; e a Giogio Vasari que através da sua Academia del Disegno em Florença promoveu a modernização das artes relativamente às tradições medievais, e o desenho como transcendente ao seu papel puramente instrumental ou documental.

A lenta transição da arquitectura para as artes liberais prende-se com a elevação do desenho, juntamente com a pintura e a escultura, a uma categoria intermédia, entre arte e ofício, aproximando-se da ciência, da matemática e da literatura, como forma apriorística de definir um edifício, como ferramenta de pensamento, de desenvolvimento e investigação de ideias e intenções, e como processo operativo. A interpretação renascentista subjacente ao termo *disegno* aproxima-se da noção de ideia, ou conceito abstracto, não significando tanto o desenho propriamente dito, ou o projecto especificamente, mas mais a ideia intelectual do artista, passível de ser representada em termos gráficos, e nesse sentido o processo intelectual tornava-se mais importante do que o próprio resultado. Pode dizer-se que, no Renascimento, o desenho arquitectónico é pela primeira vez entendido enquanto criação individual do artista, ao reivindicar o seu poder autónomo e ao adquirir um significado sem precedentes enquanto ferramenta conceptual. Ao passo que a ideia platónica tem uma essência transcendental, e a sua representação corresponde apenas a uma imitação imperfeita desta, a ideia renascentista adquire a sua própria identidade e conceptualização através da representação. Isto significa que o desenho adquire um potencial duplo. Por um lado constitui-se gradualmente como ferramenta imprescindível de mediação entre o projecto e a sua concretização, por outro passa a ser um instrumento de concepção.

O desenho, a invenção da perspectiva, e o aparecimento de construções tridimensionais (maquetas), contribuíram decisivamente para que os arquitectos ganhassem controlo sobre a produção dos edifícios. A arquitectura libertou-se dos mestres construtores e a figura do arquitecto adquiriu uma relativa autonomia em relação à construção propriamente dita,

contrariamente à Idade Média em que arquitectura e construção civil tinham o mesmo significado e, à excepção de alguns clérigos de renome, era realizada por mestres pedreiros talentosos. Deste modo pode afirmar-se que se verificou, pela primeira vez, a separação entre desenho, projecto e construção do edifício. O resultado foi a elevação do *status* do arquitecto, anteriormente conotado com uma actividade eminentemente manual e da sua crescente responsabilização perante as obras projectadas, dada a natureza cada vez mais inequívoca dos seus desenhos.

Alberti representou igualmente um papel fundamental através de *De re aedificatoria* onde, apesar de não fixar uma "clara separação entre o momento intelectual de idealização e o momento mecânico da execução", estava mais interessado em discutir a génese da arquitectura do que a arquitectura propriamente dita. O desenho, até então de pouca importância, tornou-se essencial à prática arquitectónica dada a nova divisão do trabalho que ocorreu nos séculos XV e XVI, com a separação do arquitecto do local da obra, que distanciaram o acto de projectar da construção e do local de construção. Philibert Delorme, por seu turno, esboçou finalmente a ideia de uma profissão autónoma de especialistas com padrões específicos de formação, responsabilidades claramente definidas e privilégios. Definiu as esferas apropriadas para o patrono, o arquitecto, e o trabalhador e as directrizes para a sua relação laboral. Aquilo que é de destacar do enfoque que Philibert dá à profissão, é a oposição que estabelece entre arquitecto e aqueles que projectam edifícios, não sendo, na sua opinião, arquitectos. Em virtude disso, aconselha os patronos a empregar arquitectos em vez de recorrer a pedreiros, mestres carpinteiros, pintores ou outras pessoas com alguma notoriedade. O verdadeiro arquitecto era diferente: um homem que combinava a experiência prática do mestre pedreiro com o conhecimento de um homem educado, não só dos livros, mas de uma longa experiência. Ao separá-lo do pedreiro e do carpinteiro, Philibert procedia a uma distinção social que apresentava o arquitecto como um praticante de uma arte liberal.

Contudo, apesar dos esforços de Alberti, e mais tarde de Delorme para definir a arquitectura enquanto actividade intelectual, o desenho e as maquetas começaram a ser usadas gradualmente no sentido grego de *techne*, com o seu apogeu no século XIX e, novamente, com as recentes simulações hiper-realistas baseadas em procedimentos matemáticos e científicos. Adriaan Snodgrass elucida-nos a este propósito:

The word [practice] comes from the Greek praxis*, but for the Greeks this term did not refer to what we now call 'practice', that is, the application in action of rules and principles provided by theory. This latter meaning of the word corresponds to what the Greeks termed* techne*, which is the making of something in accordance with episteme, 'knowledge', and more specifically knowledge that is consciously known, and can be directly communicated to others.*

A representação enquanto locus de produção do conhecimento

Só assim se explica que desenhos, como por exemplo os de Boullée, sejam não só considerados como arquitectura apesar de não terem sido construídos e, mais importante ainda, representarem um papel fundamental na história da disciplina e na sua própria definição. Palladio no seu tratado *I Quattro Libri dell'Architettura* (1570), por exemplo, redesenhou e sistematizou as suas *villas*, eliminando as irregularidades e fazendo com que muitos deles não correspondessem exactamente às *villas* construídas, principalmente em termos métricos, dando-lhes uma expressão e noção mais abstracta, a de ideia subjacente ao edifício. Além disso, a sua expressão gráfica, com o mínimo de informação possível, procura apresentar e clarificar a essência da ideia arquitectónica distinta da sua aparência real e mais próxima da sua natureza conceptual. Ou seja, apenas os desenhos permitiam que esta aproximação fosse de facto mais efectiva e, por isso, mais arquitectónica. Exemplos mais recentes, como os de Lebbeous Hoods, contribuem igualmente para a valorização daquilo que usualmente se apelidam de meios intermédios e que, no seu caso, são o objecto em si.

Isto conduz-nos ao papel da representação na nossa área disciplinar, nomeadamente à confusão generalizada entre representação, reprodução e apresentação. Relativamente ao conceito de reprodução nada pode ser mais elucidativo do que a fábula de Borges sobre os cartógrafos daquele distante império chinês. Quanto ao conceito de apresentação, nada seria mais retrógrado do que a sua confusão com representação. Este último conceito vem já sendo problematizado, pelo menos de forma mais explícita, desde *Las Meninas* de Velazquez. Esta auto-problematização da representação prende-se com a ambiguidade da construção pictórica: apesar de vermos o que está pintado, não vemos o que próprio Velazquez, representado na pintura, se encontra a pintar. Este fita um ponto invisível no espaço que atravessa a tela real na direcção do espectador, privando-o da sua própria condição de observador e tornando-o no modelo observado. Apesar de fora dos limites de representação, o espectador torna-se o objecto. Muitas gerações foram influenciadas por esta questão da representação, de tal forma que Picasso, cerca de trezentos anos mais tarde, no seu atelier de Cannes, devotou dez anos da sua vida a re(pintar) Las Meninas, que resultou numa série de 58 interpretações que procuravam também explorar esta relação entre o artista, o objecto e a sua representação, mas, fundamentalmente, como é que a própria representação pode estruturar activamente o significado da pintura, bem como a subjectividade inerente a diferentes formas de ver e entender o mundo.

A representação enquanto suporte de processos críticos

Estes dois exemplos servem para suportar a ideia de que a representação tem uma autonomia própria, retomando a questão central neste texto. Se questionarmos como é que a arquitectura pode produzir conhecimento, e se entendermos arquitectura em pé de igualdade com o desenho de arquitectura, torna-se fundamental compreender como é que o desenho o pode fazer. Biólogos, arqueólogos e até escritores, como refere Calvino no seu texto "Writers who draw", a propósito da exposição na Maison the Balzac "Drawings by French Nineteenth Century Writers", consideram que estes reflectem a sua urgência em representar visualmente algo".

Efectivamente, esta é uma experiência que dá luz a outros fenómenos, pois como diria Pierre Francastel "o artista inventa à medida que desenha e [...] a técnica particular que utiliza impõe-lhe, sempre, uma certa ordem discriminatória".

A proposta subjacente ao Atlas, era a de inverter o famoso ensaio de Robin Evans "Translations from drawing to building" para "Translations from building to drawing". A ideia obrigava a um suporte metodológico que recuperava a ideia de cartografia, por um lado, e o sentido mais profundo do conceito de mapeamento.

Para o caso resgatámos o trabalho do professor Gunther Von Hagens e a sua técnica de isolamento sem distorções dos diversos aparelhos do corpo humano, e a forma como o passamos a ver depois de percorrer a exposição "La fascination de l'authentique".

A representação enquanto artefacto

Foi precisamente isso que os alunos fizeram durante o primeiro semestre do Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea, através de 3 grupos, cada um com uma cidade. Partindo essencialmente de imagens (cartografia, mapas, fotografias aéreas, etc.), uma primeira "decomposição" das várias *layers* que compõem o espaço, separando e isolando em desenhos diferentes elementos urbanos de naturezas distintas. Após este primeiro processo, cada uma das *layers* tinha de ser por sua vez decomposta por décadas, entre 1960 e 2010.

Para os estudar de forma analítica, estes elementos tiveram de ser realizados sempre à mesma escala e com um sistema de referência sempre igual que foi o limite da cidade. O material em si tornou-se, assim, uma espécie de colecção, ou colecções, à espera de serem propriamente registadas (agora de forma intencional), seleccionadas e organizadas em novos grupos de forma dialéctica, a partir dos quais os desenhos deixavam de ser apenas analíticos para passarem a ser argumentativos através da descoberta de espaços relacionais e relações espaciais entre, por exemplo, construção habitacional e desenvolvimento de infra-estruturas, colocando em evidência tensões e conflitos.

Depois de identificados espacialmente e cronologicamente, os conjuntos habitacionais, cada grupo tinha de elaborar uma ficha sobre os mesmos, evidenciando o protagonismo de alguns arquitectos ou construtores, por exemplo.

O trabalho resultou num Atlas de onde os alunos poderiam extrair um sem número de questões às quais dariam seguimento no desenvolvimento da sua dissertação. Enquanto experiência pedagógica provou a possibilidade de produção de conhecimento através do desenho e o entendimento da ferramenta de mapear de modo mais profundo do que é usual: mapas bidimensionais onde o recurso a diferentes cores pretende ilustrar diferentes usos, estados de conservação, etc., não acrescentando nada de novo àquilo que já é conhecido e, consequentemente, não tendo qualquer utilidade.

"When we map, the objective is not to explore, the objective is to discover something new that our eyes cannot see yet. And our vehicle to discovery is the work we're trying to create (intention behind exploration). Writing, drawing, painting, etc. lead us to find what is previously unknown to us, it is a

way of learning. "The articulation becomes the knowing; the knowing comes out of the process, and it refuels a further effort at articulation. A sense of ecstatic fruitfulness, of rich discoveries, of voyaging, comes to us in the exhilarating moments of being-in-our-work-in--process" (Turchi: 2004,17)

O próximo passo, em termos pedagógicos, seria a espacialização de elementos não visuais, através das nossas próprias ferramentas, para descobrir de que modo podemos, os arquitectos, contribuir para a construção de conhecimento.

Luanda
Fabiana Melo
Hernâni Sousa
João Pedro Braga

Lisboa
Ana Sofia Gaudêncio
Fátima Barreto
Micael Abreu
Pedro Amaro
Urbino Santos

Macau
Ana Rodrigues
Andreia Caldeira
Patrícia Almeida
Rui del Pino Fernandes
Sofia Cascais
Telma Ribeiro

com Helena Botelho, Professora Auxiliar convidada

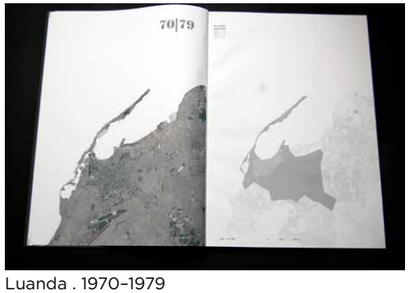
Atlas da Liberdade

Luanda, Lisboa, Macau

Luanda

Geral

Luanda . 1960–1969



Luanda . 1970–1979

Luanda . 1980–1989

Luanda . 1990–1999

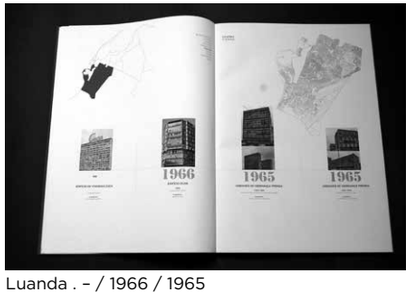
Luanda . 2000–2010

Luanda . Ingombota . 1960–2012

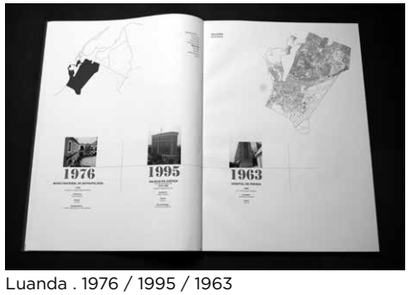
Luanda . Ingombota . 1964–2008

Luanda . Ingombota . 1965–1969

Luanda . Maianga . 1963–2000 / 1964 / 1962



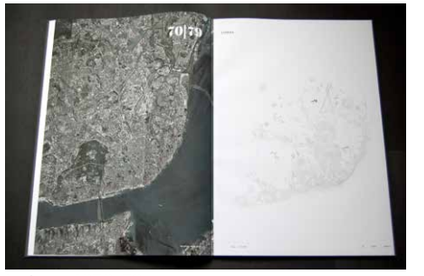
Luanda . – / 1966 / 1965



Luanda . 1976 / 1995 / 1963

Lisboa

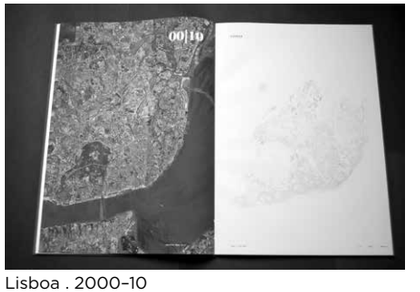
Lisboa . 1960–69



Lisboa . 1970–79

Lisboa . 1980–89

Lisboa . 1990–99



Lisboa . 2000–10

Lisboa . Ajuda / Benfica . 1970–2001

Lisboa . Alvalade / Carnide / Lumiar . 1972–1993

Lisboa . Alvalade / Carnide / Lumiar . 1998–1999

Lisboa . Alvalade / Carnide / Lumiar . 2000–2002

Lisboa . Areeiro / Beato / V. Novas / Penha de França . 1976–2001

Lisboa . Belém / Parque das Nações . 1972–1998

Lisboa . C. de Ourique / Campolide / S. D. de Benfica . 1987–2010

Lisboa . Marvila / Parque das Nações . 1964–1997

Lisboa . Fichas: Olivais / Santa Clara . 1961–2010

Macau

Macau . 1960–1969

Macau . 1970–1979

Macau . 1980–1989

Macau . 1990–1999

Macau . 2000–2010

Macau . N. Senhora de Fátima . 1985 / 1982

Macau . N. Sra. de Fátima . 1982 / 1984 / 1991 / 1985

Macau . N. Sra. de Fátima . 1990 / 1985 ; S. Lourenço . 1985 / 1992

Macau . S. Lourenço . 1976–1983

Macau . Santo António . 1963–1985

Macau . Santo António . 1986–1990

Macau . São Lázaro . 1985 / 1982 / 1986 / 1988

Macau . São Lázaro . 1989 / 1993 / 1991

Macau . Sé . 1960–1991

Rui del Pino Fernandes

Passagem ou a Meio do Caminho

No seu ensaio sobre Charles Fourier, Roland Barthes afirma o seguinte: “Fourierist pleasure is the end of the tablecloth: pull the slightest futile incident, provided it concerns your happiness, and all the rest of the world will follow: its organization, its limits, its values; this sequence, this fatal induction which ties the most tenuous infection of our desire to the broadest sociality, this unique space in which fantasy and the social combinative are trapped, this is very precisely systematics (...); with Fourier, impossible to relax without constructing a theory about it. And this: in Fourier’s day none of the Fourierist system had been achieved, but today? Caravans, crowds, the collective search for fine climate, pleasure trips, exist: in a derisory and rather atrocious form, the organized tour, the planting of a vacation club (with its classed population, its planned pleasures) is there in some fairy-tale site; in the Fourierist utopia there is a twofold reality, realized as a farce by mass society: tourism – the just ransom of a fantasmatic system which has “forgotten” politics, whereas politics pays it back by “fogetting” no less systematically to “calculate” for our pleasure. It is in the grip of these two forgettings, whose confrontation determines total futility, insupportable emptiness, that we are still floundering.”

É possível descrever Macau através destas palavras. A articulação entre prazer e sociedade, que existia em Fourier e acima sintetizada por Barthes, é hoje uma realidade deturpada. A complexa e frágil identidade de Macau não está em vias de evoluir num sentido de consolidação e de solidificação a partir de bases culturais e sociais sólidas. Este espaço único de que Barthes fala entre a fantasia e a sociedade é também aquilo que muitos arquitectos portugueses ensaiaram no seu trabalho em Macau, sobretudo a partir da década de 1960. É o que acontece com vários projectos urbanísticos, desde Vicente Bravo a Álvaro Siza, e também com edifícios propriamente ditos, com Manuel Vicente, Vicente Bravo, Bruno Soares e Lima Soares. O entusiasmo por uma cultura tão diferente da portuguesa, onde confluem influências chinesas e lusas, abre espaço a uma arquitectura a que o devaneio não é estranho e que as insere, sem sombra de dúvida, na discussão pós-moderna. Os modelos arquitectónicos validados pela História são reinterpretados no confronto com a cultura local. Há uma noção de lugar, uma atitude em que o edifício procura reinventar o espírito colectivo nos moldes da Arquitectura tal como idealizada, não só mas também, pelo Modernismo. É no intervalo entre uma cultura arquitectónica intelectualizada e uma cultura complexa e em transformação que a arquitectura construída em Macau ganha a sua especificidade. Importante será referir que, conquanto todo este exercício imaginoso, crítico e cultural, se desenvolvesse com

considerável liberdade, estes arquitectos não perderam nunca a noção de que era necessário, naquele território tão marcado pela ruína e pelo recomeço, fazer cidade, fixar uma identidade urbana, melhorar as condições de vida através de gestos simples e claros, que tivessem um impacto directo na vida dos habitantes.

Seria possível, com estas experiências, ter a esperança de que, no período que se segue à transferência de soberania, estivessem lançadas as primeiras pedras para que Macau continuasse a crescer no sentido da conquista de uma identidade própria, estável e saudável. Mas o cenário que encontramos hoje está muito longe de confirmar essa ideia. De facto, Macau evoluiu precisamente no sentido irrisório e atroz (para usar as palavras de Barthes) em que, no espaço da cidade, há um abismo entre aquilo que serve o prazer e a fantasia e aquilo que serve um propósito social específico.

Projectos urbanísticos e arquitectónicos que se centrem na resolução de problemas sociais são pontuais e insuficientes para terem um impacto alargado sobre o território macaense em geral. A ênfase é colocada quase inteiramente na construção de estruturas que sustentem o turismo e o lazer – estando aliás estes dois umbilicalmente ligados, pois, dado o nível de vida em Macau, dificilmente o cidadão comum poderia usufruir dos espaços de jogo que alastram a grande velocidade no território.

Esta enfatização quase exclusiva nas actividades lúdicas, que evidentemente é contraposta por uma total parcimónia com os problemas da habitação, existe no urbanismo e na arquitectura, e traduz, afinal, toda uma estrutura política.

O "esquecimento" da política de que Barthes fala é precisamente um dos problemas centrais para Macau e a atitude da maioria dos arquitectos a trabalhar no território, como podemos facilmente concluir pelos projectos que construíram ou vão construir proximamente, tem sido essencialmente de assumir também esse "esquecimento". Esta subserviência, conquanto sirva com bastante eficácia todo o projecto económico de Macau, contribui com igual força para o adiamento de uma nova política de construção e de uma nova política social, de que Macau precisa urgentemente. Para encontrar soluções de qualidade do pontos de vista arquitectónico e social, somos obrigados, quase invariavelmente, a olhar para o passado, raramente para o presente e menos ainda para o futuro.

Que futuro podemos esperar para Macau? O mais provável é, lamentavelmente, um futuro na continuidade. Não na continuidade do trabalho de arquitectos como Manuel Vicente ou Vicente Bravo, mas uma continuidade do descontrolo da construção de casinos e da ignorância das necessidades da população. Tudo leva a crer que o futuro de Macau será de uma cada vez maior alienação face aos cidadãos habitantes, aos problemas da habitação propriamente dita, e a uma identidade arquitectónica que foi apenas começada e nunca desenvolvida até ao seu potencial máximo.

Pensar sobre a situação de Macau é um exercício interessante, no sentido em que nos fornece algumas pistas sobre a relação dos arquitectos com as necessidades da habitação, e também sobre o papel que o poder político e o poder económico devem desempenhar nesta relação. Macau ensina-nos, essencialmente, que uma atitude crítica é indispensável ao

arquitecto quando a sua intenção é projectar edifícios que respondam perante as exigências programáticas mas que respodam igualmente perante as suas próprias exigências de uma qualidade arquitectónica. Por outro lado, Macau deixa bastante claro que uma atitude de subserviência face ao poder apenas pode beneficiar o arquitecto do ponto de vista económico: concretamente, o alinhamento com um sistema como o de Macau pode ter dado alguma estabilidade económica pessoal ao arquitecto, mas, por outro lado, com a passagem do tempo, de um ponto de vista crítico, os seus trabalhos são indefensáveis, pois não só se apresentam como edifícios com várias fragilidades propriamente arquitectónicas, como sabemos que recusaram relacionar-se com as populações e com os habitantes, o que é um dos pontos de partida de qualquer arquitectura saudável.

O trabalho de alguns arquitectos, e nomeadamente do arquitecto Manuel Vicente, prova-nos no entanto que é possível em arquitectura trabalhar o problema do prazer, da fantasia e da imaginação, construindo edifícios qualificados e que proporcionem uma habitação digna. O seu trabalho é excepcional precisamente pela sua capacidade de combinar uma abordagem popular ou mesmo pop da cultura local, com um respeito pelas regras impostas e mantendo sempre no projecto as exigências tradicionais de um projecto de arquitectura.

Como vemos com Barthes, fantasia e sociedade não têm que ser antagonistas nem que se impedir uma à outra. A tendência para o facilitismo levará sempre à preferência de um (invariavelmente o prazer) sobre o outro. Macau vive actualmente essa preferência. As desigualdades sociais e a inequidade económica funcionam como provas perfeitas da grande fragilidade de um sistema político que, ganhando autonomia em relação a Portugal, a usou no sentido de precisamente "despersonalizar" o território, transformando-a numa cópia amadora de modelos pré-existentes, nomeadamente de Las Vegas. A pergunta essencial é: quando poderemos, verdadeiramente, esperar uma realidade diferente para Macau? Quantos anos de miséria para uma população são necessários para que se construam menos casinos e mais cidade, menos hóteis e mais habitação?

Cotai Strip como tentativa de síntese identitária

Metáfora para a o futuro de Macau

Ana Rodrigues

A Expansão Territorial Através de Aterros

O caso de Macau

Macau, uma pequena cidade portuária que nasceu e cresceu sob a influência externa de uma comunidade portuguesa e luso-asiática, sofreu, ao longo dos anos, diversas mutações urbanas no território quer pela sua expansão territorial por aterro, quer pela expansão da sua malha urbana.

As lutas pela supremacia dos mares no séc. XVI, levaram à procura de novos portos. Macau, com a presença portuguesa remontando a 1553, foi, durante vários anos, um porto de abrigo para diversos navios. Os portugueses viram em Macau um ponto estratégico: quer geograficamente pela sua localização no Delta do Rio das Pérolas e com relevo acidentado, ideal para a defesa militar da época, quer política e economicamente, permitindo as relações com a Ásia e a expansão da rota comercial a Cantão.

A instalação Portuguesa no território tem inicialmente um carácter provisório, sem fronteiras nem dimensões definidas devido às hesitações quanto à permanência no território. A sua instalação fez-se junto ao porto, entre as duas aldeias chinesas já existentes. A urbanização primitiva obedeceu aos padrões de duas civilizações, a oriental e a ocidental, que ao longo dos tempos se foram influenciando mutuamente, privilegiando o acesso directo ao mar, a protecção natural dos ventos e a troca directa de produtos com a população local.

A partir de 1557, com a autorização de permanência portuguesa no território e de construção dos equipamentos necessários ao seu modo de vida, concedida pelo Imperador Kio Tsing, inicia-se a organização urbana de Macau com o erguer das primeiras igrejas em locais mais elevados, que com os seus adros ajudaram a organizar a cidade através de uma estrutura linear que se vai expandindo para os lados. A rua Direita era a via principal, integrando-se no relevo natural do terreno e constituindo o eixo ordenador da cidade.

Este desenvolvimento rápido da cidade levou à desconfiança chinesa sendo construídas as Portas do Cerco e erguida uma muralha com pontos de defesa em torno da cidade portuguesa, resguardando-se assim das ingerências das autoridades chinesas. A cidade desenvolve-se então dentro de muralhas, com um traçado irregular, sendo os núcleos chineses existentes absorvidos e integrados na área urbana portuguesa ao longo dos anos.

O séc. XVII é marcado por um grande crescimento económico devido ao comércio com o Japão, sendo os portugueses os principais intermediários, com o monopólio do transporte marítimo nas ligações entre China, Japão e Europa. Este florescimento atrai a atenção de outras potências comerciais, originando

vários ataques à cidade. A cidade entra em declínio no final do séc. XVII estagnando durante o séc. XVIII. Vários factores contribuem para esta situação entre eles, a expulsão dos portugueses do Japão, as más relações com a China, a abertura dos portos chineses aos comércio estrangeiro e as relações entre leigos e religiosos.

Com a abertura dos portos chineses, vários comerciantes estrangeiros estabelecem-se no território. Com a presença estrangeira, a vida urbana e a economia alteram-se, provindo em grande parte os rendimentos da cidade da cobrança de direitos e autorizações residenciais, tributos alfandegários e sobre a ancoragem no porto.

O séc. XIX é marcado pela Guerra do Ópio desencadeada pelos ingleses contra os chineses. Os ingleses saem vitoriosos do conflito, tomando Hong Kong como porto franco, acentuando ainda mais o declínio de Macau.

Na sequência deste enfraquecimento chinês, várias áreas da China foram ocupadas. Contudo, Portugal manteve o seu interesse na região de Macau e, para assegurar a sua manutenção e posse, definiu os limites do território. A implantação do constitucionalismo liberal em Portugal e as transformações estruturais do regime político-administrativo e comercial refletiu-se também nas colónias. A afirmação da soberania através da ocupação militar efectiva faz com que os governantes passem a ser militares.

A expansão da cidade é então retomada, na sequência das medidas tomadas pelo Governador Ferreira do Amaral. O fim do pagamento de impostos à China e o estabelecimento de um plano de melhoramentos para a cidade levou à recuperação económica de Macau e a que o núcleo intramuros, densamente povoado, extravasasse, ocupando toda a península com novas áreas residenciais e respectivos serviços. A afirmação da soberania portuguesa voltou a provocar tensões entre Portugal e China e em 1887 é estabelecido o Estatuto de Macau onde é reconhecida a legítima ocupação de Macau pelos portugueses, sendo prevista a consulta à China de qualquer situação que afectasse directa ou indirectamente a região.

Embora o desenvolvimento de Macau esteja intimamente ligado ao incremento da sua área através de conquista de terreno ao mar/rio, por aterro, é no séc XX que a sua morfologia e linha de costa é fortemente alterada. A solução de expansão por aterro é utilizada como recurso em várias situações. No caso de Macau torna-se a sua validade é mais pertinente ainda pela sua localização no Delta do Rio das Pérolas com um elevado depósito de sedimentos e com necessidade constante de assoreamentos para manter a circulação marítima dos navios.

É então que nos finais do séc. XIX, com o surto de desenvolvimento industrial e com o estabelecimento no território do Serviço de Obras Públicas no Ultramar Português em 1869, que surgem as primeiras conquistas sistemáticas de terrenos ao mar.

Os ideais higienistas vigentes na época trazem a elaboração de vários planos tanto habitacionais como para o litoral, visando o melhoramento da cidade. Os bairros e áreas consideradas insalubres são substituídos por novos bairros e quarteirões organizados numa malha ortogonal provida de saneamento, passando as construções a obedecer às novas regras urbanas estabelecidas no Decreto de 1864. São exemplo disso o traçado dos novos Bairros de São Lázaro e Tomás Rosa, e a zona de Tap-Seac.

No litoral fazem-se notar os aterros ao longo da Praia Grande prolongando a Avenida Arborizada, Avenida da República, até a Fortaleza da Barra. No lado oposto, Porto Interior, é realizado um aterro ao longo de toda a linha de costa regularizando-a, realizando ainda o istmo de ligação à Ilha Verde.

Estes planos para o litoral são o início do desenvolvimento das obras de melhoramento no porto de Macau para a qual foram realizados vários planos, mas a indefinição das fronteiras territoriais geravam divergências entre os dois países. É sob a orientação do Engº Hugo de Lacerda que as obras se iniciam, com os seus planos a delinearem já as obras que seriam realizados até 1990.

Na planta de 1927 é visível a maior conquista de terrenos ao rio, sendo a expansão feita tanto no Porto Interior como, a nascente, no Porto Exterior. Os pressupostos para a expansão do Porto de Macau não se verificam, sendo este desvalorizado face ao de Hong Kong. Os aterros passam a sustentar as necessidades de ampliação funcional do território, desenvolvendo-se para isso uma série de planos parcelares. Concomitantemente abrem-se novas vias de comunicação com novas áreas de habitação, fruto de um plano de melhoramento geral da cidade. São ainda traçadas duas das principais Avenidas da cidade, a Avenida Horta e Costa e sua malha envolvente, e a

Avenida Almeida Ribeiro estabelecendo-se a ligação desta avenida com a Praia Grande. Nesta época a cidade quase duplica, com esta expansão a ser acompanhada da publicação do 1º Regulamento dos Serviços das Obras Particulares e de Salubridade das Edificações Urbanas da Cidade de Macau.

Após este período seguiu-se um período de estagnação de aproximadamente 30 anos, caracterizado pela falta de apoio do regime em vigência, o Estado Novo, a conjuntura local e mundial, a guerra Sino-Japonesa, e a II Guerra Mundial. Período de evolução lenta, onde se desenvolvem apenas projectos já autorizados anteriormente e de crescimento por justaposição ou substituição de edifícios antigos e devolutos. A sua posição neutra face aos conflitos faz de Macau um local de refúgio, resultando na ocupação dos terrenos dos aterros por aglomerados informais e hortas.

Os anos 60 do séc. XX impõem um novo ritmo à cidade. Para isso contribui o fim da II Guerra Mundial, a revolução chinesa e o desenvolvimento de Hong Kong como pólo económico a nível Mundial. Há ainda um crescimento da actividade terciária, comércio e industrias, bem como do turismo e exploração do jogo, actividade que constituiu uma fonte volumosa de receitas para o território.Com este desenvolvimento faz-se sentir a falta de um plano director que abrangesse toda a península, interligando as diversas zonas. Em 1962 são lançadas as premissas para a elaboração do plano director, surgindo o primeiro Plano Geral que pretendia a protecção das áreas antigas, o aproveitamento dos espaços livres, a definição de um traçado viário adequado e a criação de um novo aterro destinado a comércio de luxo, hotéis e serviços importantes. Diversos planos, propondo diversas soluções foram apresentados mas não homologados.

Nos anos 70 três factores alteram o paradigma da re/construção urbana de Macau: o reconhecimento da função do arquitecto na construção da cidade, o recenseamento geral da população juntamente com o 1º Recenseamento da habitação que revelam os aspectos da sobrelotação das habitações, a falta de instalações sanitárias e a sua degradação. É também implementado o Regulamento Geral da Construção Urbana, uma adaptação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas português.

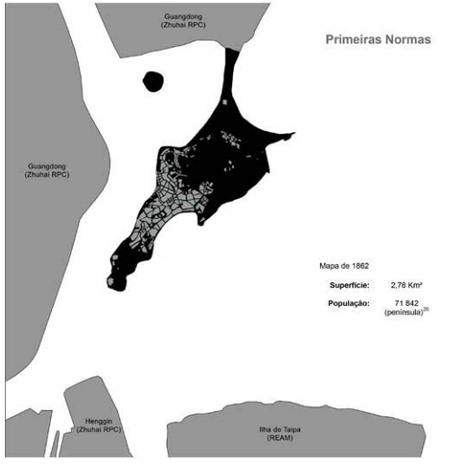
A estes factores juntam-se ainda as consequências do 25 de Abril de 1974, em que Portugal abdica das suas pretensões de soberania no território chinês sendo assinado um acordo de transferência entre os dois países. Inicia-se assim um período de grande expansão no território, com a construção de novas infra-estruturas e equipamentos, a ocupação dos aterros e na substituição dos tecidos urbanos antigos, onde pequenos edifícios de dois pisos deram origem a outros com maior desenvolvimento em altura. Estas novas tipologias eram compostas por serviços nos pisos térreos sendo a habitação distribuída nos pisos superiores. Este desenvolvimento urbano fez-se acompanhar de uma geração de arquitectos portugueses, responsáveis por diversas obras tanto públicas como privadas, destacando-se a construção de edifícios de habitação social, económica e temporária.

São exemplo desta expansão essencialmente em áreas de aterros vários conjuntos e planos como o conjunto de habitação social Fai Chi Kei, o bloco de habitacional STDM, o bairro social Iao Hon e do Hipódromo. Paralelamente eram desenvolvidos planos para as Zonas de Aterro do Porto Exterior, Praia Grande, Novos Aterros da Praia Grande e mais tarde para o Fecho da Baia da Praia Grande. Estes planos traçavam novas artérias que faziam a ligação entre a cidade antiga e os aterros, enquanto procuravam, simultaneamente, preservar a importância do local, a sua morfologia, história e património, tentando ainda antever um futuro, ainda incerto, no desenvolvimento urbano.

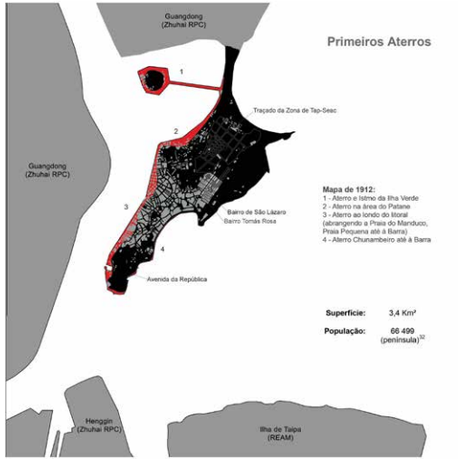
A transferência de Macau para a soberania da República Popular da China em 1999, trouxe alterações profundas ao território transformando a imagem da cidade. A liberalização do jogo, a falta de vigência dos planos urbanísticos bem como de um plano director deram azo a que as construções nos terrenos vagos subvertessem as normas preconizadas nos planos. A escala estabelecida pelas novas construções modifica por completo a sua frente de água e fecha a cidade antiga ao rio. Ao longo desta última década a liberalização do jogo e o reconhecimento como Património Mundial da UNESCO foram decisivos para tornar Macau numa cidade turística.

A cidade de Macau actualmente deixou de ser constituída por um conjunto de ilhas. É um território consolidado e em contínua expansão por conquista de terrenos à água, que visa, agora, a integração numa visão estratégica global a nível da República Popular da China, de que é exemplo o plano, actualmente em curso, para a ligação entre Macau, Hong Kong e Guangzhou tirando partido das vantagens de cada uma das áreas.

Evolução nos aterros de Macau

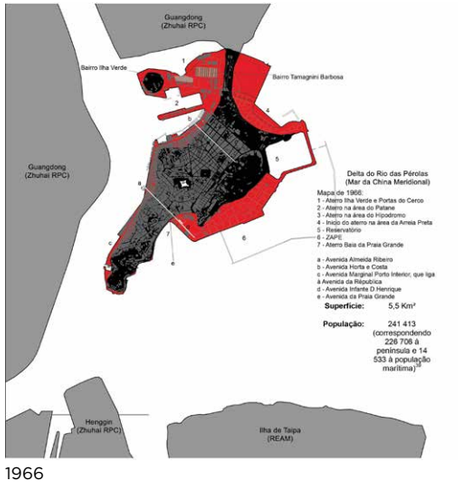


1862

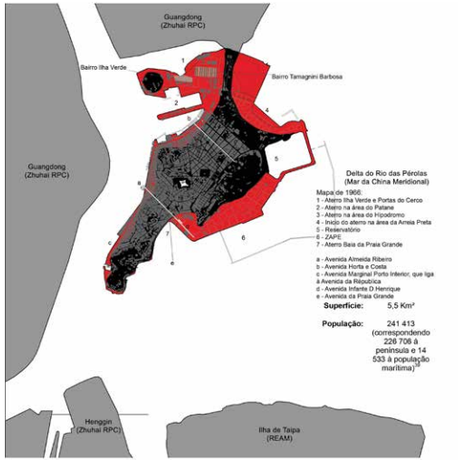


1912

1927

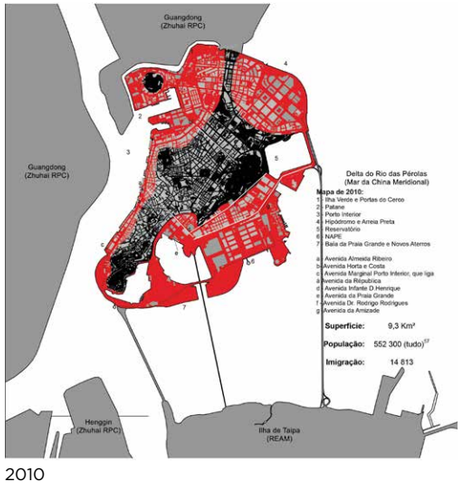


1966



1986

1995



2010

Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar com Agregação

LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA

Projecto Final de Arquitectura
Ano lectivo 2009/10

Introdução

No ano lectivo de 2009/2010, parte da UC de Projecto Final de Arquitectura repartiu-se em diferentes Laboratórios que distribuíram entre si as diversas áreas científicas do curso. Pretendia-se que apoiassem o tema central, criando dinâmicas próprias de investigação. No nosso Laboratório, partindo de "Transformação das Áreas Urbanas da Periferia da Cidade de Lisboa", propôs-se "Optimistic Suburbia", uma investigação em torno de três casos de estudo localizados na Área Metropolitana da cidade: Nova Oeiras de Luís Cristino da Silva; as torres de Alfragide do atelier Conceição Silva; e a Urbanização da Portela de Sacavém de Fernando Silva. A análise foi realizada em grupo. Os casos de estudo foram seleccionados tendo em atenção o seu Estado da Arte: sobre Nova Oeiras e Alfragide existia já algum conhecimento consolidado, enquanto a Portela representava um assunto praticamente não abordado pela historiografia.

Os estudantes do Laboratório dividiram-se em três grupos e, durante o 1º semestre, realizaram um trabalho colectivo, construindo uma descrição para cada um dos casos. No 2º semestre, cada estudante tratou, individualmente, de um tema extraído do trabalho de grupo. O objectivo foi compor um "livro colectivo". Cada caso de estudo foi tratado colectivamente, constituindo-se, depois, os temas mais específicos como o território particular de cada investigação individual. Pretendeu-se assim ampliar o Estado da Arte através de interpelações menos óbvias.

Metodologia e Tarefas

(a) Reconhecimento dos casos de estudo com recolha de imagens actuais sobre os conjuntos;
(b) Recolha bibliográfica: fontes primárias (iconografia, artigos e outros documentos produzidos na época), e fontes secundárias (ensaios e trabalhos académicos, livros, teses de doutoramento e dissertações de mestrado);
(c) Recolha documental: cartografia, desenhos e memórias descritivas (arquivos municipais, institucionais e privados);
(d) Recolha de testemunhos orais: entrevistas;
(e) Análise dos elementos recolhidos e início do trabalho de escrita e composição.

Resultados

Os estudantes desenvolveram um conjunto de trabalhos de investigação que tocaram assuntos tão diversos como a integração das três artes, o paisagismo, o desenho total, a densidade urbana, a habitação massificada ou a conservação e renovação urbana. O trabalho sobre a Urbanização da Portela de Sacavém envolveu um grupo de quatro estudantes: Salvador Menezes, Hugo Coelho, Débora Félix e Bruno Macedo Ferreira. Os dois últimos são os autores das sínteses agora apresentadas. Os trabalhos serviram para uma primeira candidatura à FCT, intitulada "Crescer no Subúrbio" que não seria financiada. O actual projecto de investigação, resultado de uma bem sucedida candidatura, submetida em 2012, integra como investigadores e bolseiros parte do grupo desse ano.

Bruno Macedo Ferreira

A Configuração Urbano-Arquitectónica da Periferia Norte da Cidade de Lisboa

Leitura a partir da obra do arquiteto Fernando Silva e da Urbanização da Portela.

A Intriga

"É lá, nas margens da periferia, que devemos observar como as coisas tomam forma. A cidade contemporânea, aquela que é constituída por essas periferias, deveria gerar uma espécie de manifesto, uma homenagem prematura a uma forma de modernidade que, confrontada com as cidades do passado, talvez parecesse desprovida de qualidades, mas na qual um dia haveremos de reconhecer ao mesmo tempo vantagens e desvantagens (...).

[Parece-me que] devemo-nos perguntar para que direção apontam as forças que contribuem para a definição do espaço. São elas direcionadas para o lado do urbano ou para o seu justo oposto? Elas pedem ordem ou desordem? Elas convergem para a continuidade ou para a descontinuidade? Sejam quais forem as respostas, há um movimento e uma dinâmica que precisamos conhecer, pois são a matéria do projeto". (KOOLHAS, 1989 in NESBITT, 2008, p. 358-9)

Introdução

Este artigo é parte integrante da investigação que se está a desenvolver sobre o território contemporâneo da Área Metropolitana de Lisboa. Concretamente, através do levantamento de um conjunto alargado de casos de estudo, pretende-se compreender o fenómeno da ocupação habitacional da coroa periférica norte da cidade de Lisboa. Cronologicamente centra-se a análise entre 1959, ano em que é publicada a Lei nº2099 e se iniciam os trabalhos de preparação do Plano Diretor da Região de Lisboa e 1986, quando Portugal adere à Comunidade Económica Europeia.

Urbanização Torres da Bela Vista, Loures.

Interpela-se a evolução do território construída no subúrbio (arquitetónica e urbanisticamente) quando, a partir de finais da década de 1950, os ideais do liberalismo, o aparecimento de grandes promotores imobiliários e uma forte pressão demográfica reformulam o processo de crescimento urbano e as lógicas de relações metropolitanas – da tradicional construção lote a lote, pela produção de grandes pacotes urbanos.

A construção do território urbano da AML foi o resultado do conflito entre diferentes agentes. A parte inicial da pesquisa passou por identificar essas "forças" que realizaram esse fenómeno de crescimento urbano, desde as públicas, políticas, económico-comerciais, socioculturais, humanas ou artísticas, investidoras ou trabalhadoras. Evidenciou-se assim uma rede de conexões que constituiu a oportunidade para a desmistificação de um território sobre o qual recai um grande número de ideias generalistas pré-concebidas e que raras vezes têm fundamentação.

Este processo, de notável criatividade para escapar às regras urbanísticas conduziu a um inevitável deslocamento do centro de gravidade da dinâmica urbana, do centro da cidade para a periferia. Desfez-se o monopólio do poder habitacional até então associado à cidade histórica[1].

O início da ocupação dos territórios suburbanos

Até meados do século XX, a agricultura ocupava em Portugal quase metade da população ativa e dela provinha cerca de um terço da riqueza nacional. Porém entre os anos 50 e 70 do século XX a importância do sector agrícola decaiu gradualmente[2]. Assistiu-se a uma política de crédito aos melhoramentos agrícolas que favoreceu a modernização do sector com a compra de maquinaria e com investimentos em explorações maiores. Porém, esta modernização teve um efeito reverso, a redução de mão-de-obra humana e o consequente êxodo rural. Grandes massas de gentes abandonaram assim as suas terras de origem, muitas determinadas pela fome, outras com naturais expectativas de promoção social e de melhoria das condições de vida.

A década de 50 do século XX é também marcada pelo fenómeno da desurbanização do centro da cidade de Lisboa. A expansão do sector terciário levou ao aumento do consumo de espaço por estas atividades. Nas avenidas com melhores condições para a implantação do sector terciário, assiste-se à demolição de imóveis habitacionais e à sua substituição por edifícios mais altos, destinados a hotéis, escritórios, comércio. Por seu lado, as grandes indústrias, devido aos elevados preços dos terrenos no interior da cidade, também são expulsas para zonas periféricas – é neste período que surgem as zonas industriais de Frielas, Odivelas, Venda Nova, Alfragide, Queluz, Carnaxide, entre outras.

Fruto destes dois fatores inicia-se o processo de suburbanização que irá alterar radicalmente a configuração das áreas limítrofes da cidade de Lisboa.

Em 1959, os problemas postos pelo crescimento urbano desordenado e pela multiplicação dos intervenientes no processo de configuração territorial tornaram clara a necessidade de se criar um instrumento de planeamento que ultrapassasse a escala dos limites administrativos concelhios e que regulamentasse as inter-relações entre a vida económica, social e o meio físico.

"À falta de um plano diretor do desenvolvimento da área de influência da Capital, não tem sofrido praticamente limitações a instalação de indústrias nos seus arredores, nem tem sido possível impedir o crescimento desordenado das povoações suburbanas e a criação de novos núcleos populacionais, ao sabor das iniciativas particulares. Estas são movidas na maioria dos casos por simples propósitos de especulação de terrenos ou com o intuito de se evadirem da disciplina dos planos de urbanização a que estão sujeitos os centros populacionais mais importantes, incluindo a Capital, reduzindo assim gravemente a eficiência desses planos e comprometendo até em muitos aspetos a sua utilidade.

É assim que os subúrbios de Lisboa têm sido progressivamente invadidos por uma intensa atividade de construção que, tão depressa destrói a expressão tradicional e a beleza peculiar das povoações arrabaldinas, como faz nascer múltiplos povoados amorfos e incaracterísticos que tendem a rodear a cidade por uma cintura asfixiante – cada vez mais profunda, à medida que aumentam as facilidades de transporte que eles próprios reclamam – de meros amontoados de construções inestéticas, desprovidos de personalidade e de vida própria, verdadeiros dormitórios de massas populacionais muito importantes que diariamente afluem à Capital para exercerem nela a sua atividade" (MOP, 1960, p.14).

1. Note-se que é a partir da década de 1970, que a população residente nos concelhos limítrofes a norte da cidade de Lisboa ultrapassa significativamente o número de habitantes do limite administrativo de Lisboa.

2. A perda de peso na agricultura e na economia pode avaliar-se pela evolução da parte da população ativa que trabalha na agricultura e da contribuição para ao PIB. Assim, enquanto até meados do século um em cada dois portugueses trabalhava na agricultura (1930-49%; 1940-51%; 1950-48%), esta percentagem decresceu nas décadas seguintes: 1960-32%; 1970-32%. Regista-se também a evolução da contribuição da agricultura para o PIB: 1938-32%; 1950-32%; 1960-24%; 1970-17%.

Implantação de indústrias e de loteamentos clandestinos ao longo da Estrada Militar em Camarate.

Plano Diretor da Região De Lisboa

O PDRL apresentado em 1964, na sua versão de anteplano, e com um horizonte de 20 anos, propunha reorganizar todo o processo de crescimento urbano visando o descongestionamento do tecido urbano central da cidade de Lisboa. Este objetivo viria a consubstanciar-se no estabelecimento de limitações criteriosas para a expansão populacional da cidade e dos núcleos suburbanos. É portanto um plano de conteúdo essencialmente programático que tinha como objetivo coordenar racionalmente, mas sem intenção de rigidez, todas as atividades públicas e privadas.

Apoiado numa rede infraestrutural de autoestradas e no desenvolvimento das ligações ferroviárias sugeria-se o fomento de cinco aglomerados independentes, que já evidenciavam um claro dinamismo urbano, organizados em volta de Lisboa– Sacavém, Loures, Amadora, Algés e Almada. Em 1985 previa-se que viessem a residir na cidade de Lisboa e nestes cinco núcleos, 1.370.000 habitantes, por isso havia que implantar neles o equipamento de interesse coletivo que possibilitasse o descongestionamento das atividades de Lisboa e lhes proporcionasse um crescimento independente, lógico e harmonioso. Sugeria-se também a expansão dos aglomerados existentes ao longo das três principais vias de comunicação convergentes na cidade de Lisboa e na margem sul do estuário do Tejo.

Estes propósitos revelam uma clara proximidade ao *Greater London Plan* de 1944 de Patrick Abercrombie e às ideias das *new-towns* inglesas.

"Entende-se, como princípio geral, que a boa reorganização espacial dos aglomerados regionais de Lisboa se deve obter pelo fomento, nalguns deles, da maior autonomia possível da vida local, através: da implantação de novas atividades industriais junto dos dormitórios de empregados; e da implantação de novas atividades terciárias nas zonas de carácter preponderantemente industrial e nos dormitórios. Combater-se-á, deste modo, a segregação social, no espaço, pela mistura de camadas sociais diversas, ao mesmo tempo que se enquadrará, devidamente, a população residente na Região" (MOP, 1964, p.106).

Os dados gerais do plano são claramente reveladores da sua ambição. Previa-se para o ano de 1985 uma população de 2.300.000 habitantes para os quais havia a necessidade de se construírem 352.000 novas habitações.

Embora nunca tenha sido aprovado, nem tivesse uma implementação efetiva, este Plano simboliza o "novo espírito" dessa "nova época" e representa o lançamento da "primeira pedra" das grandes operações de urbanização que a partir desse momento surgiram alicerçadas numa rede infraestrutural viária incompleta. No entanto, a medida de gestão e planeamento mais decisiva seria a criação do Gabinete do PDRL.

Este Gabinete criado especialmente para a elaboração deste plano foi inicialmente dirigido pelo Engenheiro Miguel Resende que, até à aprovação do plano (que nunca viria a acontecer), seria responsável pela aprovação de todas as operações urbanísticas que ocorressem nesse território.

Dinâmicas de expansão da Área Metropolitana de Lisboa

Depois das experiências urbanísticas que se assistiram em Lisboa, no quarto quartel do século XIX, em que as grandes operações de expansão eram planeadas pelo Governo Central, a partir das últimas três décadas do século XX, estas operações aparecem dominadas pelas ideias do liberalismo económico e da reduzida intervenção estatal.

A atividade de urbanização é considerada uma atividade económica normal e assim dependente das leis do mercado, não estando sujeita a qualquer especificidade de obrigações ou contributos para a coletividade. Fruto da insignificante capacidade demonstrada pelo Estado em responder à procura de nova habitação, são os agentes privados que assumem a responsabilidade pela sua construção e, como consequência, pelo crescimento da malha urbana – 91% dos fogos construídos entre 1971 e 1980 são da sua responsabilidade. As autarquias, devido à necessidade de oferecer habitação às populações que procuravam residir nos seus concelhos, remetem-se a uma atitude passiva de aprovação ou reprovação daqueles, depois de consultado o GPRL.

Através de progressivas ondas de urbanização, alteram-se profundamente as paisagens, os usos do solo e as atividades da população, bem como os tipos de alojamento e de povoamento. Assiste-se a uma acelerada colonização de antigos núcleos rurais que progressivamente se viram cercados de novos edifícios que alojavam as populações estranhas provenientes quer do êxodo rural, quer do interior da cidade de Lisboa – casos de Oeiras, Linda-a-Velha, Carnaxide, Queluz, Odivelas, entre outros. É nestes territórios que irão a começar a operar os especuladores imobiliários.

Em busca de maximizar o proveito das suas propriedades, muitos burgueses do século XIX, ou os seus herdeiros, que possuíam quintas nos concelhos de Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira, transformam-nas em frentes de urbanização. Com este processo conseguem realizar importantes mais-valias que já não seriam possíveis com o continuar da atividade agrícola. Surgem assim

Núcleo antigo de Carnaxide rodeado pela Urbanização de Novo Carnaxide.

as Urbanizações da Quinta da Piedade na Póvoa de Santa Iria, Portela, Santo António dos Cavaleiros, Cidade Nova (Quinta da Caldeira) em Loures, Alfornelos, Reboleira na Amadora, Sassoeiros (Quinta do Marques) e Nova Oeiras em Oeiras, entre tantas outras.

É nestes territórios, devido à "especialização" exigida para a promoção de Urbanizações com esta envergadura, que irão atuar os grandes promotores imobiliários - J. PIMENTA, Manuel da Mota, SOLÁTIA, José Maria Duarte Júnior, SOGIN, SOGEL, ICESA, ESTIL, HABITAT, SPOC, entre outros.

Estas grandes promoções imobiliárias revelam-se grandes êxitos comerciais – da totalidade de fogos concluídos entre 1975 e 1979, em 1981, apenas 5,4% ainda restavam no mercado. Este sucesso está intimamente ligado com as alterações que se procederam ao nível da titularidade dos imóveis. A aplicação do estatuto da propriedade horizontal[3] permitiu captar as pequenas poupanças ampliando de forma considerável os estratos de investidores. Deste modo, o investimento dos particulares, com dinheiro ganho na emigração ou até proveniente de empréstimos obtidos na banca, deixa de se fazer por prédio e passa a ser canalizado para a compra de frações autónomas de menor dimensão. Os fogos adquiridos segundo esta nova modalidade destinam-se quase exclusivamente a habitação própria[4]. O sector bancário constitui-se igualmente como um forte interveniente no negócio imobiliário, quer através do financiamento das empresas promotoras e construtoras, quer através do financiamento ao investidor particular (comprador).

Os promotores imobiliários ao comandarem a respetiva oferta legal vedam o acesso à propriedade de solo e à construção de casa própria. É igualmente neste período, paralelamente à progressão da construção de grandes Urbanizações, que se assiste ao início do loteamento ilegal. Grandes áreas da periferia urbana, áreas com poucas expectativas de urbanização, devido à sua fraca acessibilidade, más condições topográficas, de exposição solar ou confinadas por diversos impedimentos urbanísticos são entregues á "lei de cada um".

3. Decreto-Lei n.º 40333, de 14 de Outubro de 1955, que, em 1967, viria a ser revogado e substituído pelo capítulo VI do título II do livro III do Código Civil.

4. Durante a década de 1970, e especialmente depois do 25 de Abril de 1974 acentua-se a compra de fogos para habitação própria – entre 1971 e 1975, 49,6% e entre 1976 e 1981, 71.7% dos fogos construídos são propriedade dos seus residentes.

Estas estratégias de bloqueio e acentuada especulação no mercado habitacional, conjugadas com o forte crescimento demográfico e a insignificância da promoção pública e cooperativa levam a um aumento da procura de alojamento de promoção marginal. (FERREIRA, 1984)

Encontrando pouca disponibilidade de solo na cidade de Lisboa, abre-se caminho para um novo agente urbano: o loteador ilegal de solo rústico e os pequenos construtores, que não tinham acesso às grandes Urbanizações e atuavam no mercado clandestino. É assim grande o número de famílias que autoconstroem total ou parcialmente a sua habitação ou procuram a valorização de pequenas poupanças através da compra de lotes de terrenos deixados vazios em redor das Urbanizações legais. Os bairros clandestinos acompanham assim o movimento centrífugo de expansão urbana.

"As quintinhas da região de Lisboa são anunciadas nos jornais e nos locais de passagem de forasteiros de fim de semana, até num automóvel parado na via-rápida da Caparica, no qual se podia iniciar o negócio, para além das tabuletas no próprio local ou em alguma taberna das proximidades". (SALGUEIRO, 1992, p. 205)

O legado moderno e a arquitectura do arquitecto Fernando Silva.

Em meados dos anos 60 do século XX, a AML era seguramente um território em ebulição que clamava urgentemente por uma nova metodologia urbanístico-arquitetónica que fosse capaz de responder eficazmente às novas exigências impostas, quer pelos promotores imobiliários, quer pelas populações. Os arquitetos, genericamente desconhecidos no panorama arquitetónico, mais do que uma solução estilística, responderam com uma perspetiva urbana – uma visão que, para além da resolução do problema da falta de habitação, continha uma componente ideológica que remonta aos ideais iniciais do Movimento Moderno. Para estes autores era clara a necessidade responderem com uma "nova arquitetura" que fosse racional, prática, limpa, "social" e funcional.

Uma das formulações mais desenvolvidas desse novo urbanismo racional e progressista foi a Carta de Atenas - documento doutrinal dos CIAM. Sob os seus pressupostos básicos encontrava-se a herança dos ideais comunitários e sociais da cidade-jardim como reação à cidade industrial. Propunha-se uma nova conceção arquitetónica capaz de ordenar e responder às novas exigências de um novo

homem – uma resposta racional para além das subjetividades. À ideia de modernidade e do novo urbanismo progressista estava subjacente um "novo espírito", um homem-tipo e desejos-tipo. Formulava-se uma ideia de espaço perfeito, onde o homem encontrasse as suas necessidades cumpridas e estivesse em plena harmonia com o meio, a natureza e a sociedade.

A obra do arquiteto Fernando Silva (1914-83) surge na sequência daquilo que foram as várias apropriações que a obra Moderna foi sofrendo por todo o mundo, desde os anos 20 do século XX até ao advento e posterior consolidação dos valores Pós-Modernos.

Toda a sua obra, aponta para uma posição de adaptação às reais possibilidades de concretização do projeto Moderno. Assentando numa crença urbana e escapando à radicalidade abstrata das propostas dos anos 1920, a sua obra expressa-se com um grande pragmatismo. É esse pragmatismo que vai levar à incorporação dos valores da Modernidade nas lógicas urbanas quotidianas. A sua obra, quando inserida no contexto da cidade consolidada, embora localizada nas principais avenidas terciárias de Lisboa, é normalmente encarada como mais um elemento anónimo participante no quotidiano da cidade.

O fascínio inerente ao tema da cidade-ideal é, no entanto, evidente, mas as reais condições do contexto resumiram esse ideal à realização de Urbanizações-satélite, participantes no crescimento suburbano da AML – a utopia possível.

Nas Urbanizações da Portela, Sassoeiros, Alto da Barra e Quinta dos Condes de Carnide (Quinta da Luz), a opção urbana atinge os momentos de maior intensidade.

Urbanização da Portela

Ao longo desta investigação tem-se encarado a Urbanização da Portela como um exemplo paradigmático e que permite ilustrar todo o processo que conduziu à transformação do território da AML desde meados do século XX até finais dos anos 80.

O processo inaugurou-se em Julho de 1958 e começou com o estudo de urbanização das Quintas do Ferro e Casquilho da autoria do arquiteto Fernando Silva promovido pelos proprietários das referidas propriedades[5]. Em 1960 foi a vez dos proprietários das Quintas da Vitória, Carmo e Alegria submeterem à apreciação da Autarquia um estudo de urbanização das suas quintas da responsabilidade do arquiteto João Andrade e Sousa[6]. Este processo viria a ter seguimento em Maio de 1964 com a submissão do anteplano de Urbanização da Portela[7] que englobava já os terrenos das cinco Quintas atrás referidas e que viria a ser aprovado pelo GPDRL em 1965.

Já depois do promotor Manuel da Mota ter adquirido os terrenos é submetido em 1969 à apreciação da Autarquia o Plano de Urbanização da Portela tendo sido introduzidas

5. Processo nº 9096.
6. Processo nº 11446.
7. Processo nº 20722.

Fotografia da Urbanização da Portela, 2014.

alterações de desenho urbano que tornaram todo o conjunto mais uniforme e racional e permitiram aumentar a densidade construtiva que tinha sido inicialmente aprovada. Já depois da aprovação, cada lote foi vendido a diversos construtores que assumiram a responsabilidade pela sua construção, introduzindo alterações de cariz tipológico conforme consideravam mais conveniente.

Apesar dessa simplificação, o conjunto continua a manter vivos alguns dos princípios inspirados na Carta de Atenas: resolução hierárquica do sistema urbano com distinção funcional de setores; demarcação de amplas áreas verdes para uso comunitário; separação hierárquica do sistema de circulações; implantação do edificado, perpendicularmente à rua, tendencialmente separado do terreno e seguindo os princípios da clareza e repetição tipológica; e crença na construção de uma imagem urbana unitária potenciada pelo conceito da *tabula rasa*.

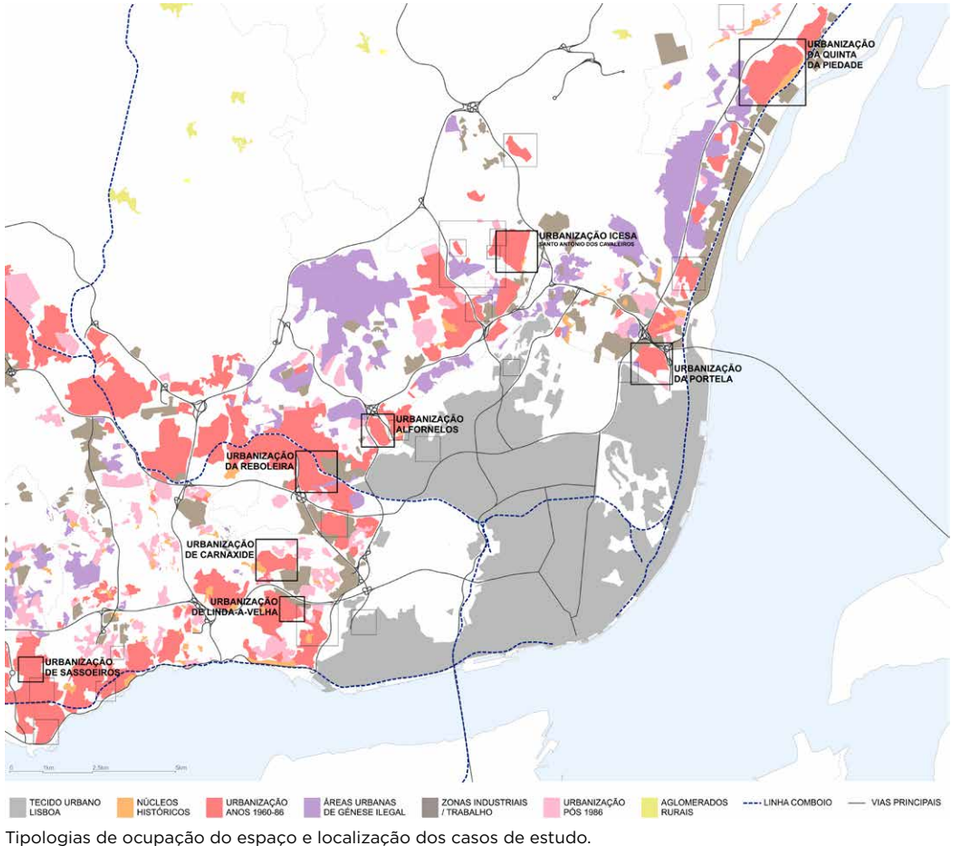
Ao nível da morfologia urbana do edificado é notória a estabilização de três tipologias: o edifício isolado, tipo torre; o grande bloco em banda e o centro comercial.

Estes princípios, ao serem exemplarmente aplicados na sua obra mais paradigmática – a Urbanização da Portela – permitiu-nos traçar um modelo genérico, uma "imagem arquitetónica" e identificar os princípios instaladores que serão constantemente repetidos ao longo do processo de crescimento da AML.

Casos de estudo

A análise da Urbanização da Portela tornou-se profícua para o desenrolar da investigação e permitiu-nos identificar um conjunto alargado de casos de estudo que compõem o território que designamos por periferia norte da cidade de Lisboa.

Estes casos de estudo tiveram início formal com o despacho ministerial emitido pelo MOP,



Tipologias de ocupação do espaço e localização dos casos de estudo.

mais especificamente pelo GPDRL[8], onde se estabelece o número máximo de habitantes admitido para cada aglomerado, a densidade máxima admissível, um índice de ocupação, e uma série de áreas que deveriam ser cedidas às entidades públicas para a construção de equipamentos ou habitações de renda económica.

Identificamos assim como casos mais relevantes: Urbanização de Sassoeiros (Quinta dos Marquês) da iniciativa da SOGIN e da URBACO, com plano inicial datado de 1961 gizado pelo arquiteto Fernando Silva; Urbanização de Linda-a-Velha com projeto inicial dos arquitetos António Portela e Fernando Ramalho de 1967, revisto em 1970 já sob promoção da COTAI, SENTEMPE e ESTIMULO e com projeto coordenado pelo engenheiro Valentim Fernandes dos Santos; Urbanização Novo Carnaxide aprovada em 1966, promovida pela SOLÁTIA e com projeto inicial do arquiteto Rui d'Athouguia (urbanização), António Salvação Barreto e Ponce Dentinho (arranjo paisagístico); Urbanização da Reboleira Sul com Plano de Urbanização promovido pela J. PIMENTA, aprovado em 1966 e da autoria do arquiteto António Sarrico dos Santos; Urbanização de Alfornelos com plano de Urbanização do arquiteto Mário de Menezes apresentado em 1969 promovida pela Alves Ribeiro e Cruz & Cruz; Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros com Plano de Urbanização da responsabilidade do arquiteto Fernando Ressano Garcia (urbanização) e Gonçalo Ribeiro Teles (paisagismo) datado de 1964, posteriormente ajustado pela construtora ICESA sob a responsabilidade do arquiteto Alberto Reaes Pinto; Urbanização da Quinta da Piedade, promovido por José Maria Duarte Júnior e com projeto inicial do arquiteto João Matos Ferreira datado de 1974, depois totalmente revisto em várias fases de urbanização.

Traçando um panorama mais abrangente, será útil incluir as Urbanizações do Alto da Barra, Nova Oeiras, Espargal, Póvoa de Santo Adrião (Quinta da Barroca), Quinta Grande de Alfragide, ICESA em Vialonga e Quinta do Morgado, Quinta da Coidiceira, Quinta da Caldeira, Quinta do Infantado, Algés/Miraflores, entre outros.

8. Este Gabinete, ao mesmo tempo que estava a elaborar o PDRL ia aprovando as várias iniciativas de urbanização. Através desta prática entregavam aos promotores privados a responsabilidade pela construção das tais 352.000 novas habitações identificadas como necessárias para responder à procura verificada na região.

Urbanização da Quinta da Piedade, Póvoa de Santa Iria.

Débora Félix

Promoção Privada

A Habitação Colectiva na Área Metropolitana de Lisboa: o caso do arquiteto Fernando Silva

Nos finais da década de 50 do século XX assistiu-se a uma transformação rápida da cidade de Lisboa que caracterizou um momento único da história da cidade e da arquitectura portuguesa. Na paisagem rural em torno da cidade ergue-se uma nova lógica de crescimento urbano onde a presença do lote é substituído por grandes urbanizações que vão compondo uma paisagem que outrora se encontrava desprovida de construções.

Nesta paisagem rural, arquitectos e promotores privados, vêem um palco ideal, onde a lógica da tabula rasa é a solução encontrada para a construção de um território novo. Ocupam-se áreas de cultivo e respectivos casarios para a construção de uma nova cidade moderna, em que, devido ao seu afastamento da cidade tradicional, a construção de equipamentos, vias, escolas e espaço público são essenciais. No entanto a habitação – onde se privilegia a tipologia multifamiliar – é a componente principal para a definição dos novos bairros de expansão da cidade.

Urbanizações como a Portela (1960-1979), Sassoeiros (1961-1975), Alto da Barra (1961-1975), e a Quinta dos Condes de Carnide (1961-1975), do arquitecto Fernando Silva marcam esta alteração do paradigma ao nível do desenho urbano e arquitectónico. Estas fazem parte de uma aproximação, tanto do arquitecto como dos promotores privados, aos preceitos do Movimento Moderno, definidos em 1933, na Carta de Atenas.

A expansão da cidade só terá sido possível com a liberalização das políticas de habitação em Portugal que se verifica a partir do final dos anos 50. Até então as políticas desenvolvidas terão sido sempre mais direccionadas para a habitação social ou de rendimento, que pretendiam garantir o direito à habitação para todos.

Na 1ª metade dos anos 1960, a competência de urbanizar terá sido maioritariamente da responsabilidade do Estado mas isso viria alterar-se em 1965, com a publicação do Decreto-Lei 46673, onde surge a primeira legislação em que o loteamento urbano era liberalizado, dando aos privados o direito de adquirir, infraestruturar e lotear.

Nos anos seguintes, com a queda do Estado Novo, a revolução de 1974 e a intervenção do estado diminuída, coube aos promotores privados a possiblidade para a expansão do mercado habitacional.

No entanto os regulamentos existentes sobre a habitação eram escassos e pouco direccionados para a importância do homem-tipo e a sua relação com o espaço habitável, estando a avaliação dos projectos finais

dependentes da sujectividade e dos interesses dos serviços camarários. Sendo omissos em vários aspectos relativos os regulamentos limitavam-se a estabelecer regras de salubridade[1] e alguns limites mínimos dos pés-direitos, vãos, volumes de compartimentos, áreas de pátios ou ainda regulamentos que permitissem retirar o poder à subjectividade dos promotores e dos construtores na cidade de Lisboa, com o R.G.C.U.[2], ou ainda o R.G.E.U.[3], onde se definiam as dimensões minimas da habitação que por sua vez tenderiam a diminuir em 1975 com o decreto-lei nº 650/75[4].

Medidante este cenário a partir dos anos 60, na periferia da AML, o programa habitacional é sujeito a sucessivas experimentações. O desafio passou por desenvolver uma nova tipologia de habitação, que reflectisse as reais necessidades, optimizando os recursos ao mesmo tempo que se resolvia o problema da escassez da habitação. Não se tratava apenas de produzir habitação para classes mais desfavorecidas, pois a abertura ao sector bancário da concessão de crédito à habitação aliada à liberalização da urbanização provocou um "boom" de investimento no sector privado que vê na periferia de Lisboa o local ideal para a construção de habitações que respondessem às novas expectativas da classe média e alta.

«O conhecimento, embora superficial, do Ðestilo internacionalÐ que Fernando Silva possuía era suficiente para projectar com grande à vontade espaços amplos, construídos com qualidade e a neutralidade ambientais então exigidas»[5].

Sempre associado aos clientes privados, a obra de Fernando Silva FS definiu-se em dois momentos, a intervenção no interior da cidade e na periferia.

Entre os anos 60 e 80 do século XX verifica-se, na sua obra, a estabilização de um modelo, de uma tipologia de habitação, que foi sendo ensaiada no interior da cidade para uma população mais abastada e, mais tarde, adaptada para a periferia. A linguagem arquitectónica altera-se e é perceptível no tipo de implantação, quando se construiu no interior da cidade – estando-se condicionado aos lotes – a forma em "L" no edifício no gaveto da Av. da República e da Av. Miguel Bombarda (1956-1961), ou no Complexo do Entreposto, no cruzamento da Av. das Amoreiras e Av. Duarte Pacheco (1960-1969), ou ainda em forma de ÐYÐ, no conjunto de Alvalade em colaboração com Ruy d'Athouguia (1966-1979). Na periferia, por seu turno, a forma paralelepipédica "solta" permite uma abordagem linguística claramente purista e abstracta, contida e sem influências da envolvente.

Nas obras de habitação colectiva realizadas a partir de 1950 encontraram-se características comuns, que lhe conferem coerência interna e uma maturidade conseguida pela sucessiva experimentação de diversas soluções. Exemplo disso é o complexo do Entreposto, onde o arquitecto introduz uma dimensão urbana totalmente nova, dando à cidade um novo conceito de monumentalidade projectando dois conjuntos habitacionais para o Gaveto da Av. Engenheiro Duarte Pacheco e a Rua das Amoreiras[6] compostos pelo edificios Tecnical, S.I.E e S.I.A. que caracterizou como sendo edificio de "grande vulto e de categoria acima da mediana"[7].

A solução apresentada em 1959 satisfaz todos os condicionamentos estabelecidos, quer no que respeita ao volume, às proporções, à utilização e acesso aos logradouros e estacionamentos quer ainda no que respeita à composição geral dos alçados, compatíveis com a importância do local e com o valor que o edificio adquiria. Opta-se pela distribuição de três habitações por piso, – ao invés das quatro previstas no ante-plano de 1957, que ocupam todo o lote. Relativamente à organização programática das habitações verifica-se, não se verificam inovações sensíveis, com um esquema impeditivo de futuras alterações que não prejudicassem a concepção estética e funcional do conjunto.[8]

1. R.S.E.U – Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas, que foi substituido pelo "Condições higiénicas a adoptar na construção dos prédios" vigente entre 1903 e 1951

2. R.G.C.U. – Regulamento Geral da Construção Urbana para a cidade de Lisboa

3. R.G.E.U. – Regulamento Geral Edificações Urbanas, de 1951.

4. Decreto-lei nº650/75 constitui uma alteração ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei 38382, de 7 de Agosto de 1951, no sentido de ter em conta a evolução das exigências de habitabilidade e dos métodos disponíveis para as assegurar. Na prática, algumas das disposições do mesmo Regulamento vinham sendo afastadas por imperativos de economia ou da adopção de novos processos de construção e algumas das disposições em causa estavam exceptuadas para a habitação económica de produção pública, estabelecendo critérios de discriminação em relação populações de menores recursos.

5. Rogério Gonçalves. In. *Fernando Silva, Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*, D.A., Documentos de Arquitectura nº1, Fevereiro de1996

6. Imagem 1 – Cruzamento Av Duarte Pacheco e a Rua das Amoreiras

7. Fernando Silva, In. Memória Descritiva Porjecto do edificio de Regime de propriedade horizontal, a contruir no Gaveto da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e Futura Rua das Amoreiras, Proc. nº 27274, 1959.

8. Imagem 2 – (1) Solução 1957_redesenho do Processo

Em 1960 é apresentado um projecto totalmente novo que substitui na íntegra o processo anterior. Nele, devido à avaliação dos serviços camarários, procedeu-se ao recuo do plano marginal implicando a alteração de todo o empreendimento. Com esta alteração referente ao plano inicial todo o local iria beneficiar substancialmente, pela amplitude que os novos limites da zona de elevação proporcionavam e ainda pelo aumento da largura da artéria projectada, trazendo à cidade uma nova escala, pensada no conjunto.

O edificio organiza-se segundo um esquema tradicional de esquerdo/direito, com dois apartamentos por piso, numa forma em L. Relativamente à organização dos apartamentos, embora os princípios de tripartição da casa sejam visíveis, - áreas de serviço, de estar e de dormir –, nota-se a procura de um percurso e usufruto da habitação assente nas novas exigências de saneamento, como a conduta de lixos e detritos, ou a utilização de portas de correr para confinar ou interligar os espaços, o recorrer à utilização de elementos que permitam a transformação dos espaços utilizando armários para separar os quartos das zonas de circulação ou entre quartos contíguos. Outro factor inovador é o princípio da separação hierarquizada das funções, quase que poderiamos traçar uma linha imaginária e dividir a forma em L em duas partes distintas, os compartimentos virados ao interior do quarteirão destinados aos serviços e os situados na fachada principal aos habitantes. No entanto a pressão dos promotores é clara quando em 1967 mediante a entrega das telas finais é apresentada uma planta mais compartimentada recorrendo à introdução da porta dupla a separar as salas, para dar lugar ao escritório[9] quebrando a fluidez do espaço proposto anteriormente, passando-se de uma estrutura de cariz apenas habitacional para uma estrutura mista tendo reservado um piso para escritórios. Ao nível das fachadas à semelhança do que irá acontecer na periferia a imagem geral mantêm-se a através de uma volumetria e fachadas abtractas que tendem a afastar-se da envolvente.

Curiosamente o arquitecto no interior da cidade tem mais controlo sobre o projecto, desde a parte conceptual à construção conseguindo manter os principios gerais e garantindo que as alterações introduzidas não colocam a generalidade do projecto em causa, apesar da versão final acabar por introduzir alguns preceitos mais reconhecíveis pelos seus clientes.

Num outro contexto e numa outra escala urbana surge a Urbanização da Portela projectado em 1965 para um total de 18 500 habitantes. O plano cobria uma área de 50 hectares, com 196 lotes reservados para a construção de 4 503 apartamentos tendo da versão de 1969 resultando no projecto de 199 lotes com 179 blocos e 20 torres.

Tanto o plano urbanístico como as tipologias residenciais foram projectadas por Fernando Silva reflectindo uma arquitectura assente na resolução hierárquica dos programas funcionais e a reformulação formal e esquemática dos sectores habitacionais. Perante as novas formas de habitar assentes numa vida moderna, a zona de estar, dormir e serviços ganham igual importância. Como tal a diferenciação passa a estar assente numa distinção prática, onde o número de horas a que estão sujeitas definem a sua posição.

No projecto inicial de 1970[10] foram desenhadas seis tipologias habitacionais, cinco a serem incluídas em blocos (I, II, III, IV e VI) e uma – com uma variante – (Tipo V e V variante) em torre. Todos apartamentos refletem uma clara modernização do espaço habitável da casa, os conceitos gerais comuns em todo o projecto são os acessos feitos através de um bloco de escadas organizados num esquema tradicional de esquerdo/direito, dois apartamentos por piso, com ventilação transversal, e a separação interna entre zonas de dormir e estar – diurno e nocturno – resultando na hierarquização das funções em fachadas opostas.

A diversidade de tipologias apresentadas podem ser entendidas como um processo de ensaio, resultado da procura da tipologia-tipo para um cliente-tipo, o que noutras urbanizações tenderia a ser simplificado ficando-se por uma tipologia em bloco e outra em torre. É notória a resposta do arquitecto às exigências do mercado, apresentando um programa funcional diversificado com uma lógica comercial que pretende servir vários agregados familiares em detrimento da modernização do espaço da casa recorrendo a introdução de costumes tradicionais próprios da classe média traduzindo-se na existência de quarto da empregada (apartamento Tipo II), contíguo à zona da cozinha,

CML nº27274/959; (2) Solução 1960_redesenho do Processo CML nº 55004/960; (3/4) Telas Finais, 1967_redesenho do Processo CML nº 16354/967

9. Introdução do espaço de trabalho no interior da habitação que terá surgido mediante as alterações em obra.

10. Imagem 3 – Esquema das tipologias habitacionais desenhadas pelo arquitecto Fernando Silva em 1970 Ð Distribuição programática

ou no acesso ainda mais reservado a cada apartamento (Tipo III), situação semelhante ao experimentado no Complexo do Entreposto.

No entanto, na tipologia de torre a abordagem do arquitecto é claramente distinta do experimentado anteriormente. Aqui encontra-se a estabilização de um layout, repetido em todos os pisos. A organização do apartamento é reduzida ao essencial optando pela abolição do tradicional hall de entrada sendo a separação da entrada e da sala feita através de um móvel, a cozinha é diminuída ao minimo (quase como um corredor, podendo-se fazer uma alusão clara aos preceitos do movimento moderno, a "máquina de habitar"), no entanto a presença do hall permanece na distribuição para os quartos. Em 1973, com a pressão dos promotores imobiliários, Fernando Silva desenha uma variante do Tipo V, procurando dar uma resposta mais flexível aos diversos tipos de famílias, os dois apartamentos iguais e simétricos são susbtituidos por dois tipos de apartamentos com tipologias diferentes (T2+T3) por piso. A organização interna clara e minimal conseguida anteriormente é substituída por um esquema mais compartimentado.

Das sete tipologias habitacionais desenhadas inicialmente poucas foram construídas, sendo substituídas por plantas com maior compartimentação, resultado de alterações promovidas pelos promotores que procuravam esquemas mais convencionais e reconhecíveis pelo público-alvo.

Tanto na cidade como na periferia, a organização mais progressista tenderia a ser substituída pelos esquemas mais compartimentados. Será precisamente o carácter aberto e flexível das plantas iniciais que facilitavam a alteração por parte dos promotores ainda antes da construção. Embora o apartamento que apresentava uma organização mais progressista (Tipo III)[11], e com uma articulação espacial mais homogénea e aberta, não ter sido construído, é interessante perceber as diferentes leituras desse mesmo esquema onde existe uma clara tentativa de manter a articulação espacial aberta e abolir a hierarquização das funcões resultando numa alteração profunda dos conceitos do projecto inicial.

Perante a obra do arquitecto comprova-se uma simplificação eficiente da habitação de classe média no centro de Lisboa, para uma abordagem mais esquemática onde o superdimensionamento das áreas habitacionais próprias de uma classe mais alta – a sala de jantar, sala de estar, a biblioteca-escritório – foram reduzidos para uma divisão básica entre noite e dia. Na periferia a habitação é dividida em duas metades, com quartos de um lado, e as zonas estar e cozinha do outro, o que na cidade era totalmente diferente, onde a divisão é feita entre os serviços e as zonas de estar e dormir interligadas pelo elemento de separação, o corredor.

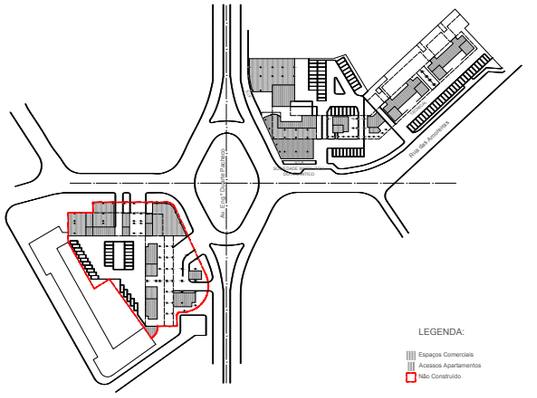
Quando se analisam as alterações feitas nos apartamentos "mais convencionais" desenhados na cidade tradicional, percebe-se que é a estrutura hierarquizada aliada à diferenciação das fachadas que permitem o sucesso da solução. As alterações introduzidas[12] são essencialmente ao nível dos materiais, da abolição do quarto da empregada, da reconfiguração das zonas da cozinha ou mesmo na transformação do uso, passando de um escritório para uma habitação. Em ambos os casos, as transformações resultam na compartimentação ou recompartimentação mas não alteram consideravelmente a organização do apartamento. Na periferia, as alterações introduzidas pelos promotores seriam mais profundas.

Os dois casos habitacionais apresentados mostram a forma como um esquema habitacional foi sendo ensaiado pela mão do mesmo arquitecto e com a intervenção de um ou vários promotores.

De certa forma, na cidade tradicional ao trabalhar em escalas menores - normalmente um edifício isolado – o arquitecto adquiriria um maior controle do desenho e de todo o processo. Nos conjuntos de maior escala, como é o caso da Portela, o arquitecto perderia o poder de decisão implicando a modificação quase total das tipologias habitacionais.

11. Imagem 4 – Transformação dos apartamento Tipo III Đ pelo Arq.to Jorge Jesus Costa Maia 1976 – Processo _ 37260_1969

12. Imagem 5 – Transformação dos apartamento do Complexo do Entreposto - Processo _ Comunicação Prévia 2004 - Processo 58/EDI/2004, CMLisboa e Mudança de Utilização 2009 - Processo 722POL2009, CMLisboa

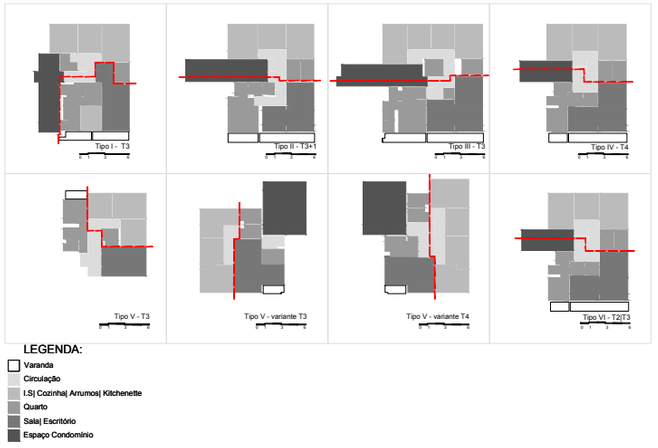


[1]. Cruzamento Av. Duarte Pacheco e Rua das Amoreiras . 1957
© Débora Félix

[2]. Edifício "Angola" – S.I.A. Complexo do Entreposto, Gaveto da Av. Duarte Pacheco e Rua das Amoreiras . 1959
© Débora Félix

Edifício "Angola" – S.I.A. Complexo do Entreposto, Gaveto da Av. Duarte Pacheco e Rua das Amoreiras . 1960
© Débora Félix

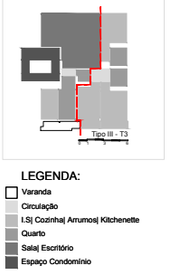
Edifício "Angola" – S.I.A. Complexo do Entreposto, Gaveto da Av. Duarte Pacheco e Rua das Amoreiras . Telas Finais . 1967
© Débora Félix



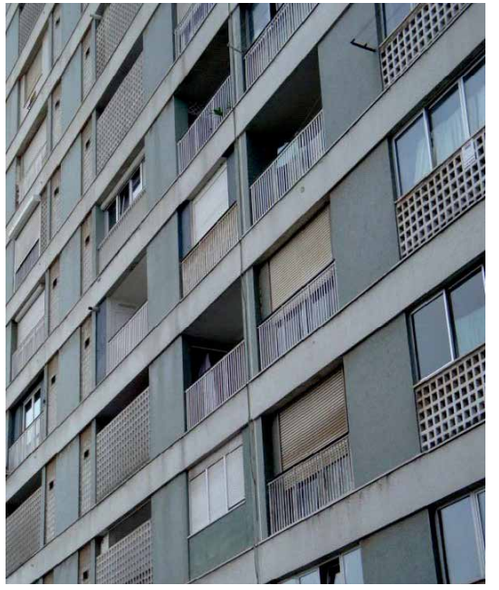
[3]. Portela de Sacavém
Quadro Apartamentos-Tipo
1960-1979
© Débora Félix

[4]. Edifício "Angola" – S.I.A.
Complexo do Entreposto
Comunicação Prévia 2004
© Débora Félix

Edifício "Angola" – S.I.A.
Complexo do Entreposto
Alteração de Utilização 2009
© Débora Félix



[5]. Portela de Sacavém
Esquema de distribuição
Apartamento-Tipo III
Lote 116 . 1979
©Débora Félix



[6]. Complexo do Entreposto vs Portela de Sacavém, 2011
©Débora Félix

Juliana Guedes, Chefe do Departamento de Ensino e Investigação em Arquitectura e Urbanismo - DEIAU, Faculdade de Engenharias - FAE - UTANGA
Anabela Miranda, Professora Assistente
Dinis Laranjeira, Professor Assistente
Osvaldo da Fonseca, Professor Auxiliar

TRABALHO DE FIM DE CURSO

Universidade Técnica de Angola
Ano lectivo 2014/15

Juliana Guedes, Chefe do Departamento de Ensino e Investigação em Arquitectura e Urbanismo - DEIAU, Faculdade de Engenharias - FAE - UTANGA

Experiências Pedagógicas no âmbito do Projecto de Pesquisa “Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau”

UTANGA

Introdução

A **Universidade Técnica de Angola** - (UTANGA) é uma universidade angolana com sede em Luanda. Sua missão é de produzir, aplicar, e difundir conhecimentos, actuando como centro dinâmico de progresso, comprometido com formação Superior de Qualidade formando profissionais engajados na transformação do país.

Inaugurada no ano de 2007 já iniciou, entre outros, com o Curso de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias - FAE. Esses 8 anos de existência constituiram um processo de evolução, desenvolvimento e sobretudo aprendizado em todas as áreas académicas: desde sua gestão, passando pela metodologia e didática, até sua estrutura conceitual.

O Departamento de Ensino e Investigação de Arquitetura e Urbanismo – DEIAU coordena cerca de 200 alunos distribuídos entre os 5 anos de duração do curso. A primeira turma de finalistas se graduou no ano de 2011/2012 e neste momento estamos trabalhando com o 4º grupo de formandos que devem defender seus trabalhos de fim de curso até junho de 2015.

Ao longo das 4 edições do TFC - Trabalho de Fim de Curso, percebeu-se a necessidade de algumas mudanças e adaptações no processo que culminou com a eleboração do novo Regulamento Específico para os Trabalhos de Fim do Curso de Arquitectura e Urbanismo. O grande objetivo deste documento foi garantir a regulametação de algumas especificidades inerentes aos processos de ensino e aprendizado em Arquitectura e Urbanismo.

Este direcionamento pretende vincular os trabalhos finais de caráter histórico, teórico e científico, que fazem parte do campo de atuação do profissional, à reflexão do espaço construído, através da prática projectual, específica desta atividade.

Entendendo que o processo de ensino e aprendizado não é completo sem a componente da investigação científica, trabalhamos para a criação de um núcleo que pudesse orientar e desenvolver em conjunto atividades didáticas e de pesquisa, produzindo assim resultados mais abrangentes. Assim, em 2014 começaram as actividades do *Kikala - Núcleo de Pesquisa em Arquitectura e Urbanismo da Utanga*, que tem como principal objetivo promover e orientar trabalhos de pesquisa inserindo-os no cotidianos das actividades pedagógicas e académicas.

Para alavancar os trabalhos de investigação científica contamos com uma parceria entre o ISCTE-IUL e a Utanga, envolvendo o *KIKALA*, no âmbito do Projecto de Pesquisa

"Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau", em que uma das áreas de pesquisa é região compreendida pelo bairro da **Unidade de Vizinhança do Prenda** em Luanda. Passamos então, a orientar os trabalhos do TFC do ano 2014/2015 de forma que as intervenções propostas fossem inseridas dentro deste contexto.

TFC - Trabalho de Fim do Curso

Objetivos

O TFC tem por principais objetivos dotar o estudante da capacidade de síntese e de integração dos conhecimentos teóricos, práticos e metodológicos adquiridos ao longo do período escolar e avaliar as condições de qualificação do estudante para o acesso ao exercício profissional.

Descrição

É componente curricular obrigatória exigida para obtenção do grau de Licenciado e se realiza ao longo do segundo semestre do último ano de graduação. Se caracteriza como atividade de síntese e de integração do conhecimento e das técnicas de pesquisa em que o estudante deve evidenciar o domínio de conceitos e ferramentas de trabalho e ser capaz de aplicá-los na prática sob o espectro do tema proposto dentro da sua área de atuação. Implica na elaboração de uma intervenção arquitetónica e/ou urbanística em um espaço físico delimitado indicado anualmente pelo Conselho Científico do DEIAU. O trabalho se desenvolve em duas etapas: o Pré-projecto (Fundamentação), de base teórico-conceitual e o Projecto (Proposta de Intervenção), de base eminentemente prática. Deve apresentar um resultado coerente e contínuo, produto da integração entre a Fundamentação (teoria-conceitual) e a Proposta de Intervenção (prática) e estar bem estruturado segundo os seguintes critérios: abrangência e consistência da Fundamentação; abrangência e consistência da Proposta de Intervenção; Integração e continuidade entre a Fundamentação e a Proposta de Intervenção; parâmetros arquitetónicos e urbanísticos; parâmetros normativos e legislativos da área de intervenção e do tema proposto; precisão e rigor técnico; estética formal; inovação tecnológica e domínio de materiais; representação gráfica e apresentação e defesa.

Enunciado aplicado para o ano 2014/2015

O estudante deverá apresentar uma proposta de intervenção arquitetónica e/ou urbanística compreendida na região delimitada pelo bairro do Prenda em Luanda.

Por tratar-se de uma área urbana consolidada, eminentemente habitacional, em sua maior parte, de grande densidade, exige da proposta a capacidade de integração entre os espaços existentes e uma nova perspectiva de utilização.

Deve-se levar em conta a história de ocupação e desenvolvimento do solo e o conceito de lugar a fim de propor equipamentos, reabilitações ou modificações que garantam a manutenção da identidade urbana e a relação entre o ambiente construído e seus ocupantes.

Trabalhos realizados para TFC 2014/2015 no âmbito do Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau

1. Aula Introdutória: Arquiteta Ana Vaz Milheiro
   O Projecto Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau
   Fernão Lopes Simões de Carvalho e o Bairro do Prenda

2. Orientações Metodológicas: Professora Isabel Guerra
   A pesquisa qualitativa no contexto dos grandes conjuntos habitacionais

3. Saída de campo: estudantes e professores da Utanga, equipa do Projeto
   Reconhecimento da área de trabalho, contextualização histórica do bairro e orientações para escolha do espaço de inserção das propostas

4. Entrevistas: Professora Isabel Guerra, entrevistadores, estudantes e professores da Utanga
   Compreensão da história de vida das habitações e levantamento de plantas (uso, transformações e ocupações)

5. Análise dos conteúdos: professores orientadores e estudantes do 5º ano
   Compilação das informações relevantes para o apoio no desenvolvimento do TFC

6. Desenvolvimento do TFC: professores orientadores e estudantes do 5º ano

Considerações Finais

Ainda em andamento, os trabalhos devem ser concluídos até junho de 2015.

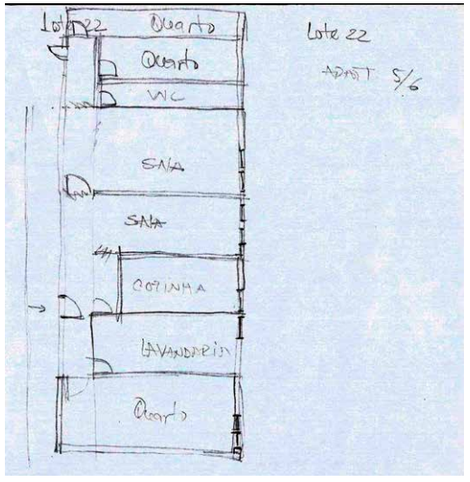
Como resultado direto esperamos que os finalistas sejam capazes de identificar a influência concreta do trabalho teórico - científico na qualidade do exercício prático de projetar e com isso, promover o gosto e a curiosidade pela pesquisa.

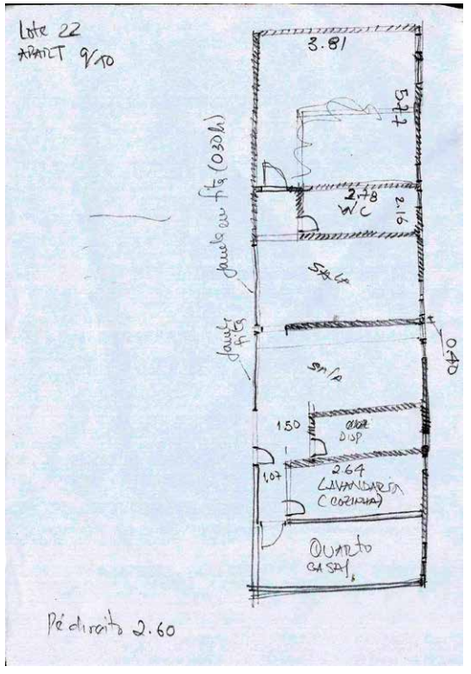
Esperamos ainda, incentivar a capacidade de crítica e análise na busca por modificações na paisagem urbana e arquitetônica que se reflitam concretamente no desenvolvimento do país e que levem em conta a história e a identidade da lugar e da população.

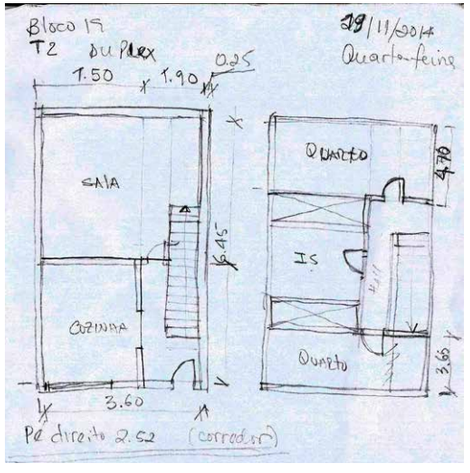
Embora ainda com poucos anos de existência, estamos trabalhando para alcançar uma maturidade acadêmica que pretendemos se expressar exatamente nas áreas da pesquisa científica e pós graduação e esta experiência de parceria com o ISCTE - IUL tem se apresentado um grande avanço para alcançarmos este grande objetivo.

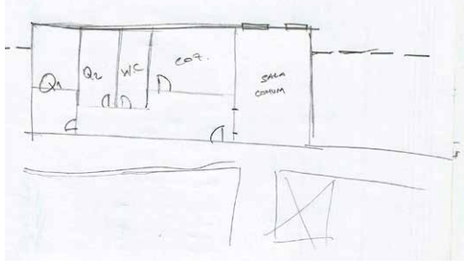
Deixamos aqui então o compromisso de em uma próxima edição apresentar os resultados deste trabalho tão rico e engrandecedor para os alunos e professores da Universidade Técnica de Angola.

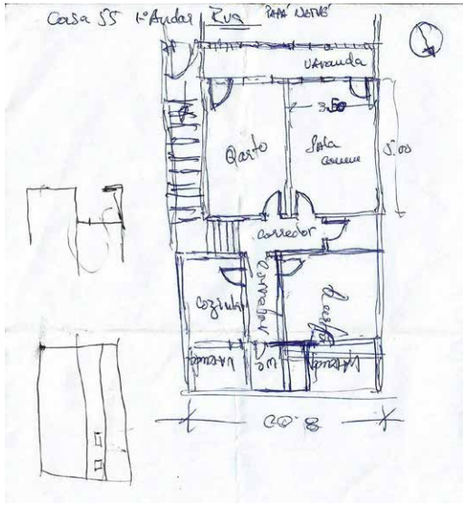
Levantamento dos Fogos da Unidade de Vizinhança do Prenda (14-21 Novembro 2014)
Isabel Guerra, Professora Catedrática Aposentada (Coordenação)
Wilma Maló, Júlio Chaves, Isaac Chuindumbu, Lídio Luamba, Yanick Viegas

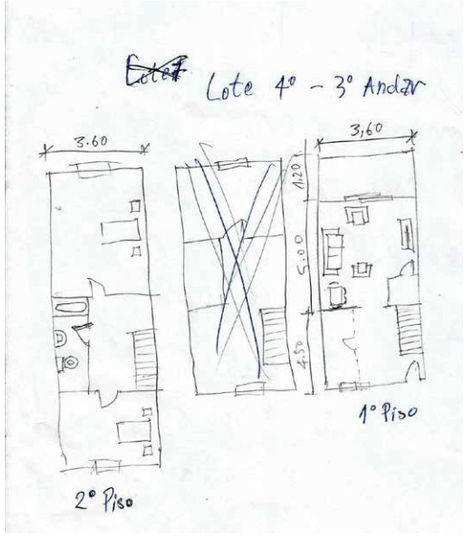


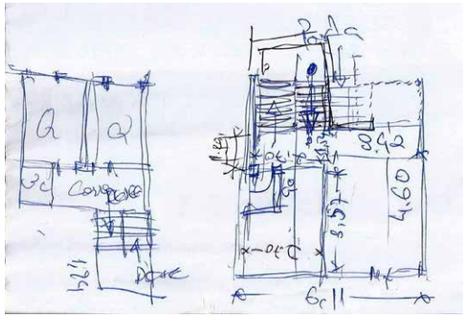


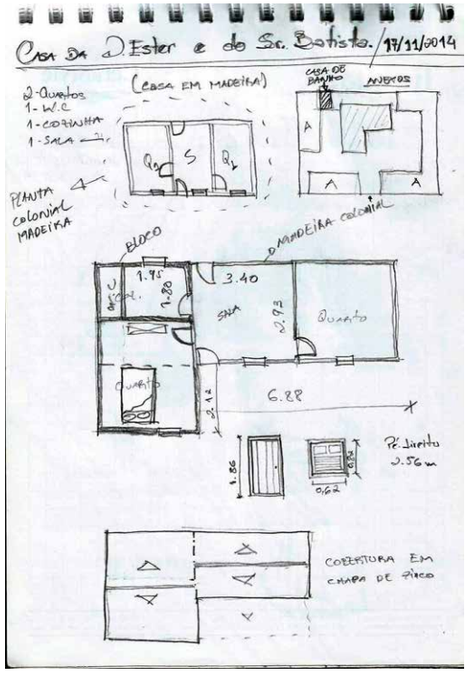


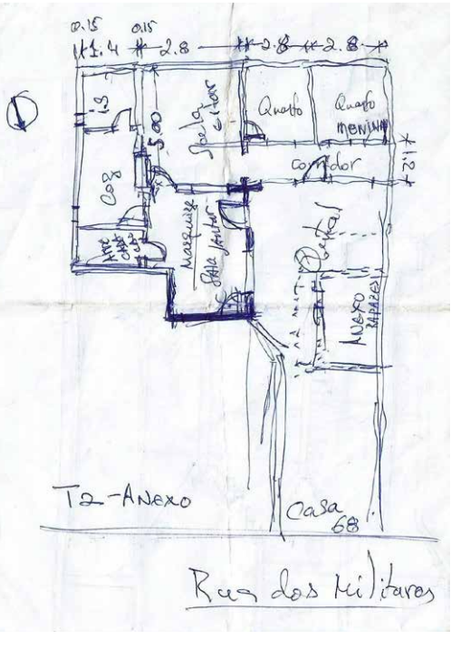


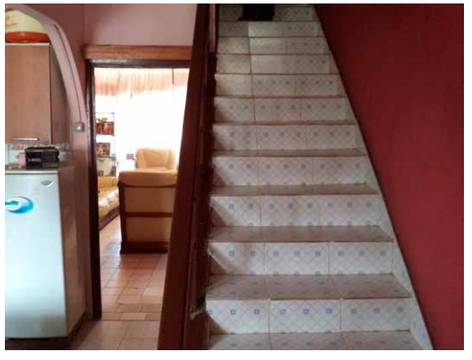






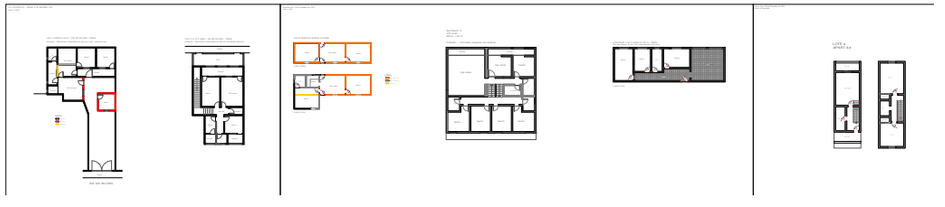


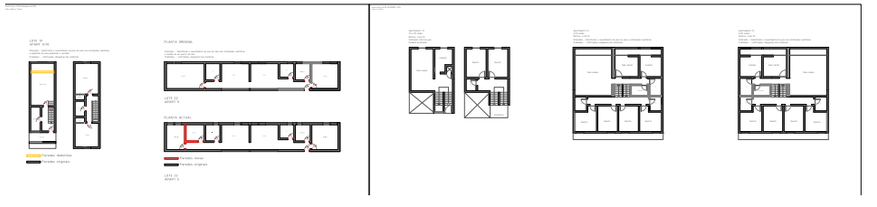




© FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Levantamento das actuais tipologias de habitação da Unidade de Vizinhança nº1 do Bairro Prenda, com marcação das alterações (das casas dos musseques, aos blocos e torres).





Visita de estudo e levantamento da Unidade de Vizinhança nº 1 do Bairro Prenda, 14-21 Novembro 2014

© FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar com Agregação

PROJECTO FINAL DE MESTRADO / DISSERTAÇÃO

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Enquadramento

Não é frequente, no âmbito da realização da dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, sermos procurados por estudantes de outras escolas. Contudo, a Beatriz Serrazina, estudante finalista da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, desafiou-me, em Setembro de 2014, a ser sua orientadora no âmbito de uma tese que pretendia realizar sobre o confronto entre a cidade formal e a cidade informal. Luanda era o cenário sobre o qual desejava trabalhar.

O tema

Como então me contou, a "intriga" foi desencadeada a partir de uma dissertação de um antigo aluno meu, Henrique Gama, que fora debatida na sala de aula, no *campus* da Ajuda. Esta dissertação foi realizada no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea, no ano lectivo 2012-2013, como vertente teórica de Projecto Final de Arquitectura.

Intitulava-se "Ser Arquitecto, Urbanista: Urbanista-Arquitecto " (ISCTE-IUL, 2013), e referia-se ao trabalho desenvolvido por Fernão Lopes Simões de Carvalho. Henrique Gama procurou elaborar uma primeira identificação do que foi realmente construído em Luanda, do conjunto de Unidades de Vizinhança projectadas pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal da cidade, dirigido por este arquitecto entre 1961 e 1966. Tratou-se de um levantamento que nunca fora executado antes.

Work in progress

A partir do primeiro esquema que a Beatriz Serrazina me trouxe para a sua investigação, propus-lhe então que partisse da Unidade de Vizinhança nº1 do bairro Prenda, enquanto caso de estudo. Argumentei que o projecto de Simões de Carvalho reflectia sobre a ancestral presença do musseque na cidade e o modo como essa mesma presença poderia ser integrada numa nova utopia que construísse a Luanda do Futuro.

Hoje o bairro Prenda é uma dupla realidade, onde a ideia de cidade formal, manifesta no conjunto dos seus edifícios modernos, se esbate face à situação calamitosa em que muitos dos seus habitantes vivem: sem água canalizada, sem saneamento básico, sem electricidade. No bairro, ao nível do solo, prolifera a construção de génese espontânea, um labirinto que reconfigura e desafia a urbanidade projectada na década de 1960. A informalidade parece ter contaminado a formalidade.

Pareceu-nos então, a ambas, um excelente território para reflectir sobre os limites da Arquitectura e um óptimo pretexto para continuar a interpelar o Prenda. O trabalho está em progresso.

Beatriz Serrazina

Bairro Prenda na Luanda Global: os percursos paralelos da geração africana

Em meados do século XX, uma geração de arquitectos portugueses produziu nas colónias africanas uma vasta obra, de reconhecida qualidade e imenso valor, que tem vindo a ser estudada e documentada como arquitectura moderna tropical. No entanto, um olhar atento sugere, afinal, uma produção não-linear, pontuada por percursos paralelos, mas distintos.

Deste modo, no âmbito do Projecto Final de Mestrado / Dissertação, o projecto, ainda em curso, pretende evidenciar o importante papel do Bairro Prenda (Luanda, 1963), da autoria de Fernão Lopes Simões de Carvalho, como *charneira* entre dois momentos de produção da *geração africana*.

Os primeiros profissionais viajados até África, em 1950 – de entre os quais se destaca Vasco Vieira da Costa – levaram na bagagem a arquitectura moderna que não puderam explorar na Metrópole (rompendo com a estética *portuguesa ultramarina* até então vigente). Ainda assim, a aplicação destas novas premissas nos trópicos, apesar de perpetuada através de edifícios notáveis, não reconheceu as especificidades do modo de vida nativo (Fernandes, 2002; Milheiro, 2012).

Todavia, na década de 1960 – e é neste ponto que se pretende reflectir –, inicia-se uma nova etapa, que já não se enquadra naquele cenário. A criação de gabinetes municipais, sediados além-mar, foi talvez o passo mais visível de ruptura com o trabalho centralizado do Gabinete de Urbanização Colonial; porém, este distanciamento (bem assinalado pela falta de referências à arquitectura em África nas revistas da especialidade nacionais daquela época) já vinha sendo construindo e consolidado por inúmeros factores. Entre o I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, e a edição do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, em 1961, que acentua a importância das especificidades de cada território para o exercício de projecto, um *outro* conjunto de arquitectos começa o seu trabalho nas colónias (Milheiro, 2012).

É neste contexto que Simões de Carvalho inaugura o que poderá ser considerada uma segunda linha de pensamento, da qual o Prenda é a maior demonstração. Baseando-se numa perspectiva inovadora de *integração* racial (até então ignorada) e influenciado pelo urbanismo de Robert Auzelle (que se opunha à lógica corbusiana da *tabula rasa*), o arquitecto desenha a unidade de vizinhança e aposta na sua construção. Com esta, tenta provar a sua validade enquanto modelo de crescimento da cidade, que considera também sua.

Não obstante, alterações profundas na história de Angola vão impedir a confirmação da legitimidade desta proposta, apesar de

evidenciarem a sua enorme resiliência. Por isso, o Bairro Prenda – testemunha do duplo movimento originado pela guerra civil, que mudou radicalmente a fisionomia de Luanda (a fuga dos portugueses e o êxodo intenso do campo africano para a capital) -, poderá ainda concorrer para uma estratégia de futuro (Amaral, 1968).

Desta forma, tendo em conta a referida base teórica, o projecto procura também desenvolver o suporte para uma hipotética intervenção no Prenda, que hoje se encontra ocupado pelo *musseque* luandense. Projectado como uma *mega estrutura*, o Bairro é agora um esqueleto de uma máquina sem alimento (entenda-se água, energia e elevadores), tendo-se tornado obsoleto. Neste sentido, pensa-se numa grande infra-estrutura efémera, que, interagindo com os edifícios existentes, e respeitando a sua reconhecida qualidade e a apropriação feita por micro-estratégias espontâneas, poderá servi-los destas redes básicas e contribuir para uma plena reintegração na vida da urbe.

Sendo um exercício de carácter (talvez) ficcional, remete de igual modo para uma reflexão mais abrangente sobre as utopias que pontuaram o urbanismo do século XX (Choay, 2005). Numa lógica de *processo e não projecto*, definida por Koolhaas, é portanto uma possível ilustração para a *Luanda do Futuro*, que, afinal, já é presente (Carvalho, 1963). Porque entre a cidade indígena e rural extinta (Redinha, 1968) e a cidade tradicional portuguesa fugitiva, Luanda emergiu como um fenómeno urbano global ainda indefinido.

ENTREVISTAS

Davide Trevisan, Joaquim Satori, Tarsis Soma, Tiago Andrade, Vanessa Fortunato

Luanda
Fernão Lopes Simões de Carvalho

31 de Março de 2015

O nosso trabalho aborda o pensamento de Robert Auzelle e o ensino do urbanismo na Sorbonne, em Paris, quando o arquitecto a frequentou, durante a década de 1950. Porque que é que escolheu o Institut d'Urbanisme da Universidade de Paris para estudar urbanismo?

Nasci em Luanda. Sempre senti que a cidade precisava de uma intervenção urbanística, sobretudo devido à separação entre a cidade "branca" e os musseques. Esta separação era um problema que eu não via com bons olhos.

Decidi estudar fora de Portugal, optando por França, onde acreditava que iria ter uma melhor aprendizagem sobre o urbanismo. Quando estava a estudar em Paris, no Instituto de Urbanismo, trabalhei também no atelier André Wogenscky, colaborador de Le Corbusier, de 1956 até 1959. Essa experiência acabou por ser também determinante.

Que influência teve Robert Auzelle no modo do arquitecto pensar o urbanismo?

Influência, exactamente, não sei. Mas quando estive em Paris, no Instituto de Urbanismo, acabaria por ser um conjunto de conhecimentos que me formaram.

E que influência reconhece que Le Corbusier teve no seu trabalho?

Possivelmente, sente-se a influência de Le Corbusier, nas unidades de vizinhanças que projectei em Luanda. É possível que essa influência decorresse da necessidade de ventilação transversal. Na Unidade de Habitação de Marselha, que Le Corbusier projectou, os apartamentos são em duplex. Já as que eu projectei para o bairro Prenda são semi-duplex. Mas em apartamentos semi-duplex este sistema de ventilação funciona melhor do que nos apartamentos duplex.

A ventilação transversal é necessária por causa do calor que faz em Angola, contribuindo para dar uma maior sensação de conforto às pessoas. Todos os fogos dos edifícios habitacionais que projectei para o Prenda eram semi-duplex, mas alguns acabaram por ser transformados em apartamentos normais.

Quais foram os planos urbanos que fez para Luanda?

Estava ainda em Paris, a acabar o curso de urbanismo, quando concorri para o concurso da Câmara Municipal de Luanda para fazer o plano de renovação da Baixa da cidade, mas não tive nenhuma resposta. Já em Luanda, acabei por ser professor de liceu. Entretanto, a Câmara foi pressionada a chamar-me pelo Ministério do Ultramar. E, num andar arrendado, na Baixa, organizei o Gabinete (de Urbanização

da Câmara Municipal de Luanda) em apenas um mês, com um grupo de colaboradores.

Foi assim que comecei a trabalhar. Mas não comecei logo a fazer o plano da Baixa, porque percebi que Luanda precisava de um plano geral. Sem comunicar à Câmara, comecei a fazer levantamentos, inquéritos, e estudos preliminares, que duraram um ano, com auxílio de funcionários e alunos. Comecei assim pelos inquéritos, para preparar o Plano Director da cidade, e só depois comecei a trabalhar no plano da Baixa. Mas acabei por fazer o plano da cidade toda.

Uma das coisas que fiz, que tem a ver com o que aprendi no Instituto de Urbanismo em Paris, foi propor unidades de vizinhança. Organizei a cidade toda, quer a cidade velha quer a cidade nova, a partir de unidades de vizinhança. Foi assim que surgiu o projecto da Unidade de Vizinhança n.1 do bairro Prenda.

Qual foi a sua preocupação para a elaboração do plano do Prenda n.1?

Cada Unidade de Vizinhança tinha de possuir vários tipos de habitação, conforme os habitantes, se eram ricos, pobres, brancos, não brancos... Desenhava-se consoante o nível económico e social. A primeira finalidade do projecto urbano era que não deveria existir segregação e, portanto, o objectivo em cada Unidade de Vizinhança era a integração total. Pretendia-se que toda a cidade fosse constituída por unidades de vizinhança, compostas por habitação diferenciada, destinada a diferentes tipos sociais e económicos. Inclusivamente, aplicou-se o mesmo principio à zona história, que também tinha muitos espaços vazios de construção, apesar de, depois, não ter existido aí qualquer intervenção.

No plano do Prenda, os edifícios de habitação foram construídos, mas os equipamentos não. Porquê?

Durante a construção, eu já vivia em Portugal. A Câmara acabou por ter maior autonomia para decidir. Construíram-se só os edifícios habitacionais. Mas até esses edifícios, a Precol (Predial Económica Ultramarina) transformou, e o bairro acabou por não ser construído como eu pretendia.

Joana Teixeira, João Alves, Rúben Carreiro, Rui Areias, Soraia Cardoso

Macau
Manuel Graça Dias
Abril 2015

O nosso trabalho aborda a influência das tipologias em torre e em banda no crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Macau. Estamos a estudar especificamente o STDM, desenhado pelo arquitecto Manuel Vicente, e gostávamos de falar consigo porque sabemos que participou em algumas das suas obras em Macau. Primeiro, contudo, gostávamos que descrevesse a sua experiência de trabalho em Macau com Manuel Vicente.

A melhor experiência, mais do que trabalhar em Macau, foi trabalhar com o arquitecto Manuel Vicente pela primeira vez.

Terminei o curso, em Lisboa, em 1977. Tinha sido aluno do arquitecto Manuel Vicente em 76 e tínhamos ficado razoavelmente amigos. Ainda havia uma certa distância, quando, pouco depois, lhe pedi para ir para Macau. Manuel Vicente arranjou logo uma maneira. Tinha sugerido fazer, à Fundação Calouste Gulbenkian, uma espécie de levantamento da arquitectura de Macau, um trabalho impressionista, com desenhos, fotografias, imagens... que ainda não sabia bem como seria. Como sabia que eu fotografava, desenhava e gostava destas coisas, achou que era a pessoa com o perfil indicado para o ajudar. Portanto, fui durante oito meses. Da parte da manhã tratava do levantamento. Andava pelas ruas a desenhar, fotografar e a tirar apontamentos. À tarde trabalhava no atelier como arquitecto, coisa que eu nunca tinha feito.

Desde 73 que trabalhava, mas a dar aulas no ciclo preparatório, e continuei a fazê-lo até ao fim do curso.

Fui para Macau sem nunca ter trabalhado em atelier e a experiência foi singular. Foi muito motivante, pois se trabalhar com um arquitecto, pela primeira vez, era completamente diferente de ensinar, o trabalho mais impressionista do levantamento, envolvendo desenho e fotografia, era também muito diferente de estar permanentemente a trabalhar num projecto.

Depois, voltei para Lisboa. Mais tarde, Manuel Vicente pediu-me para voltar para Macau. Nessa altura, a minha ida foi mais estruturada. Fiquei um ano e meio. Arranjei casa (da primeira vez tinha ficado em casa do Manuel, com a sua família).

Na altura havia bastante trabalho em Macau. Havia sempre novas encomendas a surgir. Algumas não passavam do estudo prévio; ou os serviços que licenciavam os projectos punham algum tipo de restrição, ou os clientes queriam mais área, etc... Era uma situação que estava mal regulamentada e, portanto, "furava-se por um lado ou por outro", e os "senhores promotores" eram muito "chatos", exigiam que

os arquitectos pusessem mais área, alterassem isto, ou aquilo. Mas alguns projectos iam tendo consequências, e passavam por diversas fases, mesmo que não se construíssem.

Trabalhei numa das torres que o Manuel tinha desenhado – o pretexto para eu voltar para Macau foi precisamente o projecto das três Torres da Barra –, e acabei por trabalhar na última, que supostamente era diferente, mais larga e mais alta. Mas depois, o Governador da altura, acabou por proibir que a torre fosse mais alta, mesmo que dois ou três pisos. Ser mais alta, era uma questão de equilíbrio e, em termos compositivos, era mais interessante, de maneira que acabou por ficar um pouco atarracada. Ficaram as três da mesma altura, mas sendo uma mais "gorda", tinha as tipologias maiores. Trabalhei imenso, colaborei até ao projecto de execução, acabando por aprender muito com esse projecto e com o arquitecto Manuel Vicente.

O projecto das Torres da Barra foi então o primeiro em que participou?

Aquele que tenha visto a luz do dia, sim, foi o primeiro. Mas participei em muitos outros, pontualmente.

Quando cheguei, estavam a começar a ser construídos uns edifícios pequenos, junto à praia em Coloane (Casa das Ondas). Eu ajudei a terminar a maqueta, e fiz umas outras pequenas coisas, tirei umas fotografias, etc. Quando começou a construção, ia várias vezes à obra com o arquitecto Manuel Vicente. Era sempre preciso fazer alguma coisa, e eu fui dando este tipo de apoio.

Na altura, não havia computadores e o atelier tinha uma série de desenhadores muito bons. Tinha um desenhador-chefe que tinha vindo de Portugal e que já trabalhava com o arquitecto Manuel Vicente há muitos anos. Tinha também uma série de desenhadores chineses que tinham começado a aprender com esse tal desenhador português. Felizmente, eu não necessitava de desenhar as peças rigorosas. Ia dimensionando, desenhando e testando, e os desenhadores passavam para o papel. Portanto, tive pequenas participações em trabalhos que estavam a decorrer.

Antes disso, fiz um outro pequeno edifício, cujo contexto urbano impedia que crescesse muito. Tinha quatro ou cinco pisos e preenchia o gaveto de um quarteirão. Há pouco tempo, quando lá estive, descobri-o por acaso num passeio pela cidade, pois já não me recordava da sua localização. Estava bastante transformado e desfigurado pelas gaiolas.

Em relação ao Edifício 1980, como foi a colaboração do arquitecto neste projecto?

Nada. A minha participação é nula. O edifício já estava projectado quando fui para Macau pela segunda vez. O arquitecto Manuel Vicente disse-me que tinha feito aquela caixa de água e que estava a pensar meter lá um dístico a dizer "1980". Perguntou-me o que é que eu achava. Respondi que me parecia uma boa ideia, e foi aí que me pediu para desenhar o dístico.

Mas o que lá está, não corresponde exactamente ao que fizemos. Quando pensámos naquilo, fizemo-lo com uma espessura pequena, o fundo em azul e as letras amarelas. Mas não o fizeram assim. Fizeram-no "esborrachado" e no mesmo plano, o que empobrece um bocado o objecto.

Em Macau, a actividade da construção civil era muito agressiva, os promotores eram muito "pato-bravo", e era necessário um grande controle para as coisas acontecerem. Depois, construía-se muito depressa. Quando chegávamos à obra, já metade tinha sido construída. Com os factos consumados, e sendo os próprios proprietários a construir, não tínhamos ninguém a quem recorrer.

Quando o cliente e o empreiteiro são o mesmo, é muito raro que as coisas corram bem. Podem correr, mas geralmente a tendência durante a obra, é para haver muitos percalços, e a consequência é o trabalho não ficar tal como o imaginámos.

Lemos que o Edifício 1980 é composto por duas torres, com diferentes alturas, e que a mais pequena respeita a cércea da rua. Pergunto se essa cércea estava regulamentada ou se existia a intenção em criar uma memória colectiva do que existia antes.

Mais simples do que isso. Era o resultado de uma regra das Obras Públicas. Naquele terreno, uma parcela teria que respeitar a cércea de rua e, a outra, o monte que se encontrava atrás. Isso permitiu criar o tal embasamento com cinco pisos e, depois, recuar e construir edifício mais alto.

Assistimos ao documentário que fez com o Manuel Vicente. Há uma cena em que o Manuel Graça Dias faz uma piada. Diz que foram a Macau para ver as obras do Manuel, mas estas, ou não foram construídas, ou já foram demolidas. E há um grande silêncio. Nós sabemos que Macau é uma cidade que se rege pela especulação imobiliária e está em constante transformação. Com isto, queremos perguntar, qual a sua opinião sobre o futuro dos edifícios de Manuel Vicente em Macau?

A obra mais emblemática do Manuel Vicente era o conjunto habitacional Fai Chi Kei.

Foi bastante distinguida e premiada internacionalmente e foi demolida sem lhe dizerem absolutamente nada. Nem o convidaram para fazer a segunda versão, pois no fundo, era isso que iam fazer, uma versão mais volumosa daquilo.

Provavelmente, muitas delas irão desaparecer. A única que não irá desaparecer é a Baía da Praia Grande, porque é estrutural. Mesmo que os edifícios se renovem (os edifícios da envolvente são desenhados pelo Manuel) e mesmo que se aterre aquela zona onde actualmente estão os lagos, há uma memória, e isso com certeza ficará.

A arquitectura é sempre mais frágil, principalmente num território como Macau. Embora se vá chegar a um ponto em que Macau tem que parar de crescer.

Quando se constrói em torre ou em banda, a escolha entre uma e outra, é uma vontade que parte do cliente ou um simples respeito aos regulamentos que existem?

Podem existir diversas situações. Mas penso que devia decorrer da sensibilidade do arquitecto, não só do desejo do promotor, justificando o tipo de escolha. Mas o que acontece é que, na maioria dos casos, os serviços municipais e os seus directores é que acabam por definir o tipo de construção. E depende também de muitas outras coisas. A construção em torre, por exemplo, exige uma parte de terreno livre à volta, acessos centrais e que disponha de quatro frentes. Portanto, depende muito das características que encontramos, e das tipologias que nos encomendam.

Comparando a Casa das Ondas e as Torres da Barra, percebemos que as diferentes tipologias (banda e torre) acabam por gerar diferentes soluções habitacionais. Quais foram os princípios em que se basearam?

As Torres da Barra destinavam-se a funcionários públicos. Eram tipologias habitacionais que se aproximavam muito mais do modelo que nós conhecíamos, em Portugal, do que dos modelos chineses. Por exemplo, as cozinhas, para os chineses, são mesmo muito pequenas e, nas Torres da Barra, isso não acontece. Embora a regulamentação o permitisse, tivemos o cuidado de fazer cozinhas maiores (dado o perfil dos residentes).

A Casa das Ondas destinava-se a local de férias. Aí, as cozinhas são mais pequenas, pois dispensavam-se grandes áreas e a ênfase era dada aos terraços virados ao mar, para as pessoas poderem contemplar a vista.

No STDM, as habitações destinavam-se ao realojamento, e por isso eram tipologias mais pequenas, pois eram habitações provisórias. As pessoas mudavam-se para o STDM, vindas de barracas ou de casas muito pobres, enquanto esperavam que, no mesmo sítio onde viviam, fossem construídas casas decentes. Inicialmente, o projecto partiu com esta intenção, mas provavelmente, existem pessoas que ficaram lá em definitivo.

Sei que os fogos eram muito pequenos e o arquitecto Manuel Vicente orgulhava-se de ter criado um degrau, um desnível, para conseguir marcar o espaço de estar.

Posteriormente, Manuel Vicente desenvolveu a mesma tipologia, mas sem o degrau, pois dizia que já não fazia sentido, uma vez que as pessoas não se apropriavam do espaço da melhor forma...

O degrau conseguia dar complexidade à casa. Mais tarde, o arquitecto percebeu que isso não funcionava e retirou-o, embora as tipologias continuassem a ser iguais.

No edifício STDM, a banda tem 15 pisos, e a torre tem 26, sendo composto por nove tipologias, que vão desde o T0 ao T4. O arquitecto fez várias variantes a partir das mesmas tipologias. Pensando neste projecto, ao fazer várias tipologias, Manuel Vicente consegue incutir singularidade a cada uma delas. Mas, se era para realojamento provisório, porquê essa preocupação?

Um arquitecto tenta sempre fazer o melhor possível. Se Manuel Vicente teve a oportunidade e espaço para o fazer, conseguiu passar essa ideia. Com essas variações, embora não conheça bem esse projecto, Manuel Vicente reportava-se sempre para um outro realojamento que tinha feito em 1976, embora pedissem novas tipologias.

Não conheço o projecto para dizer o porquê das variações, mas acredito que fosse por causa de circulações, caixas de escadas, e com isso surgia a oportunidade de abrir um vão, ou criar um novo quarto, etc.

Já nas Habitações Lobo d'Avila, o Manuel Vicente desenhou apenas quatro tipologias diferentes, apesar de ser já para habitantes com um perfil tipo Classe Média...

O projecto foi desenhado para uma imobiliária e de certeza que existiram certas exigências por parte dos promotores.

Joana Teixeira, João Alves, Rúben Carreiro, Rui Areias, Soraia Cardoso

Macau
Pedro Ravara
Abril 2015

O arquitecto Pedro Ravara viveu e trabalhou em Macau, entre 1988 e 1991, onde colaborou com Manuel Vicente. Como descreveria a sua experiência em Macau como arquitecto recém-formado e a sua passagem pelo atelier de Manuel Vicente?

Acabei o curso em Junho e fui para Macau em Outubro. Foram três anos de uma experiência muito intensa. Costumo dizer que não foram três anos, foram mais "treze" anos. Foram três anos no espaço temporal medido no calendário, mas digo o equivalente a treze anos de trabalho, um pouco para enfatizar a densidade da experiência.

Manuel Vicente acreditava muito nas equipas que tinha e, principalmente, quando confiava numa pessoa, confiava de facto. E houve uma relação bastante boa entre nós. Eventualmente, confiou-me mais coisas do que deveria. Durante esses três anos, fiz um papel que ia desde gestor de projecto, a gestor de atelier, ou a arquitecto projectista. Enfim, todos aqueles papéis que uma pessoa pode imaginar: desenhador, maquetista, limpador de pó... fui envolvido, mais ou menos, em tudo. Também assinava contratos, preparava propostas de concursos... tudo isto obviamente em colaboração activa com Manuel Vicente, porque havia fax e telefones, não se fazia sozinho.

Até nas cerimónias oficiais do ano novo Chinês, quando o Manuel Vicente estava em Lisboa, eu representava-o, sentado no meio daquelas entidades todas, dos secretários--adjuntos... Foi uma experiência intensa que constituiu a minha formação enquanto arquitecto, e uma experiência profissional de que ainda hoje usufruo.

E o que achou de Macau? É uma cultura diferente?

Estive lá entre 88 e 91. A seguir à passagem para a administração chinesa, nunca mais voltei a Macau. Fui lá em 99, três ou quatro meses antes. Entre 91 e 99, fui lá umas cinco ou seis vezes. Estamos em 2015 e Macau mudou radicalmente. Portanto este Macau, de que eu vos falo, é um Macau de uma certa memória.

Penso que Macau era já completamente diferente de Lisboa. Era uma cidade intensa em termos de vida. Pulsava 24 horas por dia, e hoje será, eventualmente, ainda mais assim. Podia-se encontrar um restaurante, uma casa de massagens... aberto a qualquer hora da noite. Podia-se comer um *Dim Sum* às três, cinco, ou oito da manhã...

Era uma cidade cheia de gente... Lembro-me que quando vinha a Lisboa, por contraste,

achava que era um deserto, não havia ninguém nas ruas. Vínhamos a dormir no avião, abríamos os olhos, e Lisboa parecia uma cidade fantasma. Isso acontecia imensas vezes.

Em 1991, parte para Nova Iorque com uma Bolsa Fullbright de mestrado. Cerca de 20 anos antes, também Manuel Vicente partira para os Estados Unidos. Conhecendo bem a cultura norte-americana, diria que essa passagem pela América se revela nas obras de Manuel Vicente?

Acho muito honroso fazer-me esta comparação. Nunca me tinha passado pela cabeça que tinha ido para os Estados Unidos 20 anos depois de Manuel Vicente.

Manuel Vicente foi para a Pensilvânia, onde esteve com o Louis Kahn. Mas não trabalhou com ele. Quem terá pontualmente trabalhado com Kahn, foi a então mulher de Manuel Vicente.

Embora muitas pessoas considerem que Robert Venturi teve maior influência em Manuel Vicente, do que Louis Kahn, eu por acaso discordo. A forma de Kahn olhar para o projecto e para a arquitectura influenciou imenso Manuel Vicente. Kahn trespassava do mundo do arquitecto para outros mundos, da experiência, da sensibilidade, de uma coisa mais perceptível do dia-dia. Para nós, que trabalhávamos com o Manuel, que o víamos desenhar e pensar, parecia-nos que existia uma enorme afinidade. No entanto, o próprio Manuel dizia que tinha sido mais influenciado pelo Venturi e pela Denise Scott Brown. Também existia uma influência visual. Manuel Vicente era uma pessoa muito visual, absorvia as imagens. Dizia mesmo: "Tenho uns olhos que absorvem as imagens todas".

Um outro arquitecto, também norte-americano, que teve imensa influência, e que Manuel Vicente perseguia nos projectos, era Frank Lloyd Wright. Havia um imaginário que também vinha das obras que tinha visitado deste arquitecto.

Diria que o arquitecto Manuel Vicente teve influência na sua decisão de partir para estudar em Nova Iorque?

Manuel Vicente influenciou-me, como influenciou toda a gente que passou pelo atelier. O Manuel estabelecia uma relação de pai/filho com as pessoas que trabalhavam com ele. Tinha uma certa ternura. Mas esta ternura, às vezes, podia ser muito violenta.

Como sente então que se manifesta a influência de Manuel Vicente no seu percurso de arquitecto?

Era uma personagem muito forte, e não era possível passar por ela sem se ser

influenciado. Mas como me influenciou, isso não sei. O próprio Manuel reconhecia, não de uma maneira formal, que as pessoas que trabalhavam consigo, pelo menos, herdavam uma sensualidade diferente que se reflectia na forma como faziam arquitectura.

Conheço bem as pessoas que trabalharam no atelier: o Diogo Burnay, o Francisco Teixeira Bastos, o Pedro Machado Costa... Todos fazem coisas diferentes uns dos outros; não há propriamente uma linha que se possa dizer que este vem dali ou daqui... mas, observando bem, percebe-se que devem ter passado por uma coisa que sai fora do eixo normal. Creio que isso se nota.

Em que obras de Manuel Vicente participou, quais as dificuldades maiores, e como foi o processo de trabalho na execução de um projecto?

Participei em muitos projectos, não vos sei dizer quantos: desde os planos da Praia Grande, a projectos de habitação – caso do conjunto Horta e Costa –, passando pelo World Trade Center, os Bombeiros da Areia Preta (cujo concurso e estudo prévio foram feitos quando eu estava em Macau), até ao Fai Chi Kei, fase 2, que infelizmente nunca foi construído. Tivemos as dificuldades que todos os projectos têm. No caso do Horta e Costa, por exemplo, uma das dificuldades foi a da língua, porque os clientes eram chineses e havia um intérprete. A certa altura o intérprete sumiu. Foi uma situação um bocado complicada, mas acabou por se resolver, e foi uma dificuldade de processo.

E quanto a projectos de habitação?

Fizemos muitos estudos preliminares para projectos de habitação. O conjunto Horta e Costa correspondeu a uma negociação extremamente difícil com o Instituto Cultural de Macau, que queria manter um edifício que lá estava. O edifício era baixo, de expressão colonial, e ocupava uma área muito considerável. Manter aquele edifício era incompatível com a vontade do cliente. O Instituto permitiu a demolição, mantendo um pouco da fachada, construindo-se um novo edifício atrás, e fazendo-se uma espécie de pastiche à Venturi.

O novo Horta e Costa ficava dentro do quarteirão, mas comunicava com três ruas. Então adoptámos a estratégia de redesenhar essas fachadas e, assumindo que já tínhamos aquele pastiche da fachada do edifício protegido, fizemos a mesma coisa, mas agora a partir de uma arquitectura completamente banal ou de "pato bravo", replicando edifícios construídos para aí nos anos 80.

O Manuel dizia que esta arquitectura era banal, mas de uma forma que se conseguia extrair temas, numa relação com Venturi. E não

só desenhámos uma boa arquitectura a partir de elementos triviais, como demos sentido àqueles edifícios preexistentes, integrando-os no resto da cidade. Invertemos o processo: em vez de ser o nosso projecto a integrar-se, era o nosso edifício que integrava as preexistências na cidade. Acho que isso resultou. Claro que depois o Horta e Costa é muito denso e muito alto. Mas Macau é muito densa e muito alta e vive com isso.

O que nos pode dizer sobre o STDM?

Nunca entrei no edifício de habitação STDM. Passava na rua, andava pelas arcadas, mas não entrava, porque era privado. Não era propriamente como o Fai Chi Kei, que tinha umas galerias onde se podia entrar. O STDM era mais fechado, menos convidativo, menos aberto ao público.

Aquilo que era evidente no STDM, e que outros edifícios de Manuel Vicente têm, é assumirem-se como uma forte marca urbana, que lhes vem da expressão arquitectónica, condição resultante dos elementos que constituem a arquitectura: pilares, vigas, pórticos, janelas, vãos... um desenho muito forte, que resiste à ocupação que os chineses fazem destes elementos. Porque, quando ocupam os edifícios, os chineses constroem as gaiolas, colocam as máquinas de ar condicionado, etc., e estes ficam rapidamente descaracterizados.

Principalmente nestes edifícios de grande volumetria e presença urbana, o Manuel Vicente tinha quase uma obsessão pelas malhas e macroestruturas que contribuíam para ajudar a resistir à ocupação mais pontual dos habitantes. Por mais marquises, por mais máquinas de ar condicionado... o vermelho da quadrícula, o azul da pastilha e o cinzento que lhe passa por cima, desfasado só cinco centímetros, reconheciam-se na cidade: "Olha está ali o STDM". O STDM não era um monumento, mas era quase um monumento, na medida em que acabava por servir como referência urbana.

A propósito da demolição do Fai Chi Kei, qual acha que será o futuro das obras de Manuel Vicente em Macau?

Fizemos um baixo assinado para tentar que o Fai Chi Kei não fosse demolido, mas não foi possível. Estava num sítio onde a especulação é muito forte. Mas parece-me que muitos dos edifícios do Manuel Vicente até estão mais ou menos em vias de serem protegidos pela própria Associação dos Arquitectos de Macau. Neste momento vai haver uma exposição sobre a obra de Manuel Vicente, e talvez isso crie uma certa sensibilização para a manutenção de alguns, ou até de muitos, desses edifícios.

Talvez seja mais fácil os edifícios públicos resistirem que os residenciais, porque Macau é uma cidade de especulação imobiliária em constante transformação, uma máquina. Acha mesmo que estes edifícios vão resistir?

Quando foi feita a demolição do Fai Chi Kei, o Manuel ainda era vivo. Nós fizemos o abaixo assinado e fomos falar-lhe. A sua reacção foi: "Está bem, mas as coisas não podem durar para sempre, de que estão à espera? Não me faz impressão nenhuma, a vida continua". No fundo, era o menos apegado à sua própria obra. Provavelmente, nós somos mais pegados à obra de Manuel Vicente do que ele era. Não é que não gostasse do que fazia. O Manuel acreditava fortemente naquilo que fazia e que propunha para a cidade, mas também acreditava que a cidade também tinha de progredir. Nesse sentido é que acho que era um homem de fé, porque deixava sempre as coisas progredirem.

Acha que no STDM há uma maior fusão com a cidade, do que existia com o Fai Chi Kei?

Não sei se perceberam qual era o contexto original do Fai Chi Kei, porque, na maioria das fotografias mais recentes, há aterros ao lado. Mas o Fai Chi Kei ficava na margem do rio das Pérolas e, à semelhança dos edifícios de Veneza, a sua imagem reproduzia-se na água. Esse contexto durou pouco tempo, com a construção dos aterros. Mas uma das qualidades do Fai Chi Kei era propor a criação de espaço público entre os edifícios. Não conheço maior sentido urbanidade que este; era de facto um gesto urbano de enorme qualidade.

A situação do STDM é completamente diferente. É um quarteirão no meio de outros quarteirões, com imensa densidade, portanto tem essa virtude de ser reconhecível de longe.

O projecto do Fai Chi Kei tinha mais a ver com a criação de cidade ou de tecido urbano; era mais a ideia do espaço confinado e do espaço negativo. No interior era uma maravilha, com as galerias e a forma como se entrava para os fogos. Mas o centro da composição urbana era o espaço público que gerava. A grande aposta do Fai Chi Kei era portanto esse espaço público; ao passo que, no STDM apostou-se mais na sua presença na cidade. Em suma, são muito diferentes. Não acho que tenham alguma coisa a ver entre si, embora sejam os dois edifícios residenciais.

No STDM os pilares em betão são muitos sugestivos da arquitectura de Louis Kahn. Mas, como disse, Manuel Vicente também perseguia a arquitectura de Frank Lloyd Wright. Na sua opinião como é que as diferentes influências se reflectiam nos projectos?

Manuel Vicente, por exemplo, adorava ver televisão e ir ao cinema... Acho que era um homem que se deixava influenciar pelo mundo todo e não apenas por um autor ou uma arquitectura.

BIOGRAFIAS DOS DOCENTES

Biografias

Ana Vaz Milheiro

Ana Vaz Milheiro (Lisboa, 1968). Arquitecta (1991) e Mestre (1998) pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutoramento pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2004). Pós-doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2012). Autora de "A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa" (2005), "A minha casa é um avião" (2007), "Guiné-Bissau" (2012) e "Nos Trópicos sem Le Corbusier, arquitectura luso-africana no Estado Novo" (2012). Co-autora de "Cabo Verde: Cidades, Território e Arquitecturas" (2014), com JM Fernandes e ML Janeiro. Investigadora Responsável dos projectos de investigação apoiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: "Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica" (2010-2013), e "Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau" (2013-2015). Curadora principal da exposição "África – Visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)", Centro Cultural de Belém, Lisboa (2014).

José Luís Saldanha

José Luís Possolo de Saldanha (Lisboa, 1966) , concluiu a licenciatura em Arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo de 1988/1989. Em Junho de 1989, e em simultâneo com a execução do trabalho final de Projecto V na Faculdade de Arquitectura, foi admitido à frequência do curso de "Patologia, Reabilitação e Manutenção de Estruturas e Edifícios" pela Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, que concluiu com aproveitamento no final desse ano. Em Fevereiro de 1990, estagiou durante seis meses na Construtora Wysling Gomes Ltda., em São Paulo, associada em Portugal de Assumpção, Montefort e Wysling Lda. Foi, de Outubro de 1999 a Julho de 2002, bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian para a realização da Tese de Doutoramento, que desenvolveu sob orientação do Professor Doutor Arquitecto José Ramón Moreno Pérez, do Departamento de Teoria, História e Composição Arquitectónica da Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha (ETSA-US). A sua tese intitula-se "Arquitectura Habitacional Dispersa no Olival do Alentejo Interior. «Montes» com Lagar na Província Trastagana". Presidente do Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL entre 2013 e 2015.

Juliana Guedes

Juliana Guedes (Rio de Janeiro, 1979). Arquitecta, licenciada em Arquitectura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil (2004). Professora Auxiliar e Chefe do Departamento de Ensino e Investigação de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Técnica de Angola (Utanga). Membro fundador do Kikala - Núcleo de Pesquisa em Arquitectura e Urbanismo da Utanga. Actualmente, encontra-se a frequentar o 3º ano do Programa de Doutoramento em Arquitetura da Universidade do Porto, com o desenvolvimento da Tese "Luanda: 10 anos do pós guerra civil. Expansão e Organização do Espaço Urbano e Arquitetônico", sob orientação da Prof. Ana Vaz Milheiro.

Mónica Pacheco

Arquitecta pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em 2001, Mestre em Habitação e Urbanismo pela Architectural Association de Londres em 2004 (bolseira da FCT), doutorada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa com a tese "Genealogias da fundamentação em Arquitectura. Contributos para uma arqueologia da representação do conhecimento" (bolseira da FCT). Colaborou com diversos gabinetes de arquitectura em Portugal e na Holanda, nomeadamente no UnStudio e OMA, tendo participado em diversos projectos em Portugal, Espanha, Itália, Áustria, Suíça e EUA, entre os quais o Jardim do Tabaco em Lisboa; o Institutsgebaude für Oper und Orchester em Graz; a reconversão da orla ribeirinha Ponte Parodi em Genova; e a Casa da Música no Porto. Lecciona no Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL desde 2004, em particular as disciplinas de Projecto de Arquitectura. Lecciona na Università di Salerno desde 2013, foi Guest Professor na Artesis University College Antwerp em 2014 e 2015 no programa ADSL e tendo sido ainda convidada para workshops, júris, palestras e exposições em diversas universidades: University of Westmisnter; Bartlet, UCL; University of Hasselt. Em 2014 participou no programa Biennale Sessions da Bienalle di Venezia. Membro e investigadora dos centros de investigação CIAAM e DINÂMIA-CET, tem publicado no contexto de diversas conferências internacionais.

Paulo Tormenta Pinto

Paulo Tormenta Pinto (Lisboa, 1970) Arquitecto, doutorado pela Universidade Politécnica da Catalunha, em 2004, onde desenvolveu uma tese sobre a arquitectura de Cassiano Branco, posteriormente publicada pela Caleidoscópio. Professor do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL, investigador do DINÂMIA'CET-IUL e do CIAAM. Coordenador do programa de doutoramento "Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos" do ISCTE-IUL. Coordenador no ISCTE-IUL do projecto FCT "O Lugar do Discurso" (dirigido pela Prof. Margarida Acciaiuoli Brito). O seu trabalho enquanto arquitecto foi premiado várias vezes, destacando-se: prémio INH (Instituto Nacional da Habitação) em 2002 pelo conjunto de habitação social no Calhariz de Benfica (91 fogos e equipamentos sociais) e o prémio IHRU 2012 pela Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro no Porto (7ha). Foi até ao ano lectivo 2013/2014 coordenador da UC de Projecto Final de Arquitectura, tendo os trabalhos académicos dos seus alunos recebido diversos prémios, como o Prémio Secil Arquitectura ou o Archiprix.

Sandra Marques Pereira

Sandra Marques Pereira nasceu em 1969. Licenciada (1993) e Doutorada em Sociologia pelo ISCTE (2010). Para além de investigadora Pós-Doc (FCT), é Professora Auxiliar Convidada no ISCTE-IUL. Coordenadora do WG Southern European Housing da European Network for Housing Research. Coordenadora executiva de projetos de Investigação FCT ("Novos Modos de Habitar" e "Trajetórias Residenciais e Metropolização"). Investigadora convidada do Institut national d'études démographiques/ INED, PARIS (2012/13/14). Autora de "Casa e Mudança Social – Uma leitura das transformações da Sociedade Portuguesa através da casa" (2012) e "Visite o andar modelo – 30 anos de publicidade de imobiliário" (2014), ambos da Caleidoscópio, e do capítulo "Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar", da "História da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias" (in José Mattoso, dir., Ana Nunes de Almeida, coord. vol., 2011, Circulo de Leitores). Prémio IHRU 2011 e Prémio André Jordan 2012 para melhor tese de Doutoramento.

Bibliografia

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS

AFONSO, João (2012). **Manuel Vicente: Trama e Emoção**. Casal de Cambra: Caleidoscópio/ Atalho laboratório de arquitectura e urbanismo.

AGAREZ, Ricardo (2009). **O Moderno revisitado - Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950**. Lisboa: IHRU, Câmara Municipal de Lisboa.

AMARAL, Ilídio (1968). **Luanda: (estudo de geografia urbana)**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

AUZELLE, Robert (s.d.). **Documents D'Urbanisme: Présentés à la même échelle / Réunis et commentés**. Paris: Vicent, Fréal, &Cie.

BORGES, José (2010). **Eduardo Anahory, Percurso de um designer de Arquitectura**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

CAVACO, Cristina (2009). **Formas de habitat suburbano: tipologias e modelos residenciais na área metropolitana de Lisboa**. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa.

CHOAY, Françoise (2005). **O Urbanismo: utopias e realidades**. São Paulo: Perspectiva.

COELHO, Hugo (2010). **Portela um modelo na difusão da periferia: estudo do desenvolvimento da urbanização da Portela da autoria do arquiteto Fernando Silva**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

COSTA, João Pedro (2010). **Bairro de Alvalade. Um paradigma no Urbanismo Português.** Lisboa: Livros Horizonte.

FELIX, Débora (2010). **Apartamentos para a Classe Média - Habitação Colectiva de Fernando Silva**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

FERNANDES, José Manuel (2002). **Geração africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique: 1925-1975**. Lisboa: Livros Horizonte.

FERNANDES, Rui (2014). **Passagem ou a Meio do Caminho – Desenvolvimento Urbano e Habitação na Macau Pós-Transferência de Soberania**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

FERREIRA, Bruno Macedo (2010). **[in] formar a Cidade Contemporânea: a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

FERREIRA, Bruno Macedo (2013). **Optimist Suburbia: A Urbanização da Portela enquanto paradigma Moderno. Leitura crítica sobre a configuração urbano-arquitetónica da periferia norte da cidade de Lisboa**, in PINTO, Nuno Norte; ALMEIDA, Alexandre, *Actas do PNUM 2013 – Forma Urbana nos Territórios de Influência Portuguesa: Análise, Desenho, Quantificação*. 27 e 28 de Junho, 2013. Coimbra: Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, p.743-757. Disponível em: <http://www.dec.uc.pt/-pnum2013/Proceedings_PNUM2013.pdf>.

FIGUEIRA, **Jorge (2011). Reescrever o Pós-Moderno. Sete entrevistas.** Porto: Dafne Editora.

FONSECA, João (2005). **Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal**. Dissertação de Mestrado em Metodologias da Intervenção no Património Arquitectónico. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FONTE, Maria Manuela (2007). **Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução**. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

FONTE, Maria Manuela (2012). **Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução**. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

GAMA, Henrique (2013). **Ser arquitecto, urbanista: urbanista arquitecto**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

ITO, Toyo (1991). **Tarzans in the media forest**. London: Architectural Association.

JACOBS, Jane (2007). **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes.

JORGE, Cecíclia; COELHO, Rogério Beltrão (1999). **Viagem por Macau - Comentários, descrições e relatos de autores estrangeiros (séculos XVIII a XIX)**. Macau: Livros do Oriente.

KOOLHAAS, Rem. **Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan**. New York: The Monacelli Press, 1997.

L'INSTITUT D'URBANISME DE L'UNIVERSITE DE PARIS (1967). **Cours d'urbanisme**. Paris: Vicent, D.L.

LIMA, Inês (2010). **Quando a Habitação Colectiva era Moderna, Desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa 1940-1974**. Trabalho desenvolvido no âmbito da Tese de Doctorado, Departamento de Projectos Arquitectónicos. ESTAB - UPC.

LIMA, Inês (2011). **Quando a habitação colectiva fez cidade. O caso de Luanda moderna**, in PRADO, Roberto G.; MARTÍ, Paz N. (coord., 2011) *La Modernidad Ignorada – Arquitectura Moderna de Luanda*. Acalà de Henares: Universidad de Alcalà, p. 133-161.

LIMA, Inês (2014). **Cuando la Vivienda Colectiva era Moderna - Desde Portugal a otros países de expresión portuguesa, 1948-1974**. Dissertação de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya.

LIMA, Miguel. **Cidade: Os aterros como forma de construção do espaço urbano. Estudo de caso: Macau (China) e Lisboa (Portugal)**, in *Pluris 2010 - 4º Congresso luso-brasileiro para o planeamento urbano, regional, integrado, sustentável*. Universidade de Faro, 6-8 Outubro. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper372.pdf>.

LOBO, Margarida Sousa (1990). **O Plano Director Revisitado**, in *A Área Metropolitana de Lisboa e o Estuário do Tejo*. Lisboa: URBE, p. 13-20.

LYE, Eric K.C. (2006). **Manuel Vicente: Caressing Trivia**. Hong Kong: MCCM Creations.

MARTINS, Rita (2010). **João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça**. Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55698/2/TESEMESRITAMARTINSV1000126626.pdf>.

MATOS, Ana (2008). **Reabilitação de Edifícios no Chiado**. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137872464/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AnaBrand%C3%A3oMatos2008.pdf>.

MILHEIRO, Ana Vaz (2008). **As coisas não são o que parecem que são**. Opúsculo 15 – Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura. Porto: Dafne Editora.

MILHEIRO, Ana Vaz (coord., 2010). **Manuel Vicente - 15 Edifícios na Rota do Oriente**. Lisboa: DAU ISCTE-IUL, CIAAM.

MILHEIRO, Ana Vaz (2012). **Nos Trópicos sem Le Corbusier - Arquitetura Luso-africana no Estado Novo**. Lisboa: Relógio d'Água.

MILHEIRO, Ana Vaz; FIÚZA, Filipa (2013). **Uma experiência "brutalista" nos Trópicos: o bairro Prenda (Luanda, década de 1960)**, in *Anais do X Seminário Docomomo Brasil, Arquitetura Moderna e Internacional: Conexões Brutalistas 1955-75*. Curitiba, 15-18 Outubro. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS.

MONTEIRO, Isabel (2011). **A Obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"**. Edição de Autor, Lisboa.

NESBITT, Kate (org., 2008). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify.

NIETO, María Antonia Fernández (2006). **Las Colonias del Hogar delEmpleado. La Periferia como Ciudad**. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Madrid: Departamento de Proyectos Arquitectónicos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid. Disponível em: <http://oa.upm.es/4621/1/MARIA_ANTONIA_FERNANDEZ_NIETO_3.pdf>.

NUNES, João Pedro Silva (2011). **Florestas de Cimento Armado: Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

PINTO, Paulo Tormenta (2011). **Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projecto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**, in *V Projetar – Processos de Projeto: Teorias e Práticas*, Belo Horizonte, 25-28 Outubro.

PINTO, Paulo Tormenta (2013). **Representação e Cidadania - A Unidade Curricular de Projecto Final em Arquitectura no ISCTE-IUL**, in *Actas do 2º PNUM - Portuguese Network of Urban Morphology*, Coimbra, 27-28 Jun., Universidade de Coimbra.

PINTO, Paulo Tormenta (2013). "Arquitectura ou Revolução - Learning from the satellite", texto base do trabalho de Projecto Final de Arquitectura em 2013-2014 (não publicado).

PORTO, Cláudia (2007). **Transformações tipológicas das habitações das quadras 21 e 22 de Chandigarh, Índia**, in Anais do 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, Porto Alegre, 22-24. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/016.pdf>.

PRADO, Roberto G.; MARTÍ, Paz N. (coord., 2011) **La Modernidad Ignorada - Arquitectura Moderna de Luanda**. Acalà de Henares: Universidad de Alcalà.

PRESCOTT, Jon A. (1993). **Macaensis Momentum: A Fragment of Architecture. A Moment in the History of the development of Macau**. Hong Kong/Macau: Hewell Publications.

RAMOS, Rui J.G. (2001). *Pasteleira*, in **Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna**, Porto: Civilização Editora.

REDINHA, José (1973). **A Habitação Tradicional em Angola: aspectos da sua evolução**, 2.ª edição. Luanda: Fundo do Turismo e Publicidade de Angola.

REIS, Sofia (2007). **74 – 86 Arquitectura em Portugal: Uma leitura a partir da imprensa. Anexos**. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Território e Memória. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9975/2/Arquitectura%20e%20Imprensa_anexos.pdf>.

RODRIGUES, Ana (2014). **A expansão territorial através de aterro - o caso de Macau**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, ISCTE-IUL.

ROSSA, Walter (2002). **A cidade portuguesa, a urbe e o espaço- uma década de estudos sobre o urbanismo portugu**ês. Coimbra: Almedina.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992). **A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana**. Lisboa: Edições Afrontamento.

SILVA, Cristina Soares da (2011). **Arquitectura e Design, Articulação de Saberes da Unidade de Habitação de Marselha**. Dissertação de Mestrado em Design. Matosinhos: ESAD.

TIEBEN, Hendrick (2009). **Macau's Urban Image Production Before and After the Credit Crush**, in *4th International Conference of the International Forum on Urbanism* (IFoU), *The New Urban Question – Urbanism beyond Neo-Liberalism*, Amsterdam/Delft, p. 161-172.

TOSTÕES , Ana (ed., 2013). **Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique.** Lisboa: ICIST.

TOUSSAINT, Michel (1994). **Operação Bacalhau - Monte Coxo**, in BERGER, Francisco Gentil; TOUSSAINT, Michel; BISSAU, Luís (org.), *Guia da Arquitectura Lisboa 94*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

VENÂNCIO, Joana (2013). **O bairro Prenda em Luanda. Entre o formal e o informal.** Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Porto: FAUP.

VICENTE, Manuel (2012). **Arquitetura Falada: O Exercício da Palavra**. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

VICENTE, Manuel; DIAS, Manuel Graça Dias; REZENDE, Helena (1991). **Macau Glória: A Glória do Vulgar**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VICENTE, Manuel (1999). *Entrevista a Manuel Vicente, de Carlos Duarte e J. Manuel Fernandes*, in DIAS, Manuel Graça, **Ao volante, pela cidade: Dez entrevistas de arquitectura**. Lisboa: Relógio d'Água.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

[s.n.] (1963). **Cuba, Habana del Este, 1962: unidade residencial**, in *Arquitectura*, 77 (Jan.), p. 23-25.

[s.n.] (1972). **Thames Mead: nova cidade junto ao Tamisa**, in *Binário*, 156 (Set.), p. 446-451.

CANDILIS, Georges [et al.] (1962). **Concurso para uma cidade de 100.000 habitantes em Toulouse Le Mirail**, in *Arquitectura*, 76 (Out.), p. 45-46, 53.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões de (1963). **Luanda do Futuro**, in *Ronda pelo Ultramar - Angola Terra de Portugal*, 2 (Dez.). Lisboa: Edições Tapete Mágico, p. 27-29.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões de (2011). **Entrevista ao Arquiteto Simões de Carvalho**, por Cláudio Fortuna, in *Semanário Angolense*, (Jul.).

DIAS, Francisco Silva [et al.] (1973). **Plano de Urbanização de Chelas, Zona 1**, in *Arquitectura*, 127-128 (Abr.), p. 53-56.

DIAS, Francisco Silva [et al.] (1976). **Plano Integrado do Zambujal, Lisboa**, in *Binário*, 205-206 (Jan.-Fev.), p. 21-23.

DU-CROS, Hillary (2009). **Emerging Issues for Cultural Tourism in Macau**, in *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, p. 73-99.

E. EUGENE OROSS ASSOCIATES (1963). **Plano para uma comunidade em Marlboro, New Jersey**, in *Binário*, 52 (Jan.), p. 49-52.

FERREIRA, António Fonseca. **Crise do Alojamento e construção clandestina em Portugal**, in *Sociedade e Território*, 1 (Mar.), p. 29-35.

FERREIRA, Bruno Macedo (2013). **Urbanização da Portela: um paradigma Moderno no crescimento da periferia de Lisboa**, in *Passagens*, 1. Lisboa: Caleidoscópio, p. 226-235.

FORJAZ, José (1967). **Uma casa na Serra de Sintra**, in *Arquitectura*, 97 (Mai.-Jun.), p. 116-119.

GONÇALVES, Rogério (1996). **Fernando Silva - Arquitectura Desinteressante e Repetitiva**, in *Documentos de Arquitectura*, 1 (Fev.).

JUNCAL, Manuela (2012). **Robert Auzelle e o urbanismo francês dos meados do século XX no "Plano Diretor da Cidade do Porto" de 1962**, in *Cadernos, Curso De Doutoramento em Geografia* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 61-74. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9962.pdf>.

LAMAS, José (1987/88). À Procura de Macau, in *Arquitectura Portuguesa*, 12, (Dez. 1987-Jan. 1988), p. 44-61.

MENDES, Maria Clara (1987/88). **Macau: dinâmica económica e estrutura espacial**, in

Arquitectura Portuguesa, 12, (Dez. 1987-Jan. 1988), p. 32-41.

LE CORBUSIER (1961). **Unidade de Habitação: casa de habitação de 17 andares tipo Berlim**, in *Binário*, 37 (Out.), p. 595-596.

MIGUEL, António Marques (1986). **Amigos sete, arquitectos**, in *Arquitectura Portuguesa*, 6 (Mar.-Abr.), p. 65-68.

MILHEIRO, Ana Vaz (2009). **Experiências em concreto armado na África Portuguesa: Influências do Brasil**, in *PÓS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, 25. São Paulo: FAUUSP.

NIEMEYER, Oscar (1976). **Dois projectos de Oscar Niemeyer para Portugal**, in *Binário*, 208 (Mai.), p. 148-152.

PESSOA, Alberto José; Gandra, Hernâni; Manta, Abel (1958). **Avenida Infante Santo, troço entre a Rua de Santana à Lapa e o antigo aqueduto** in *Binário*, 2 (Mai.), p. 10-23

QUADROS, Tiago (2013). **Continua Macau**, in *Hoje Macau*, 2808 (11/03/2013), p. 14. Disponível em: <http://issuu.com/hojemacau/docs/hm-11-3-13/14>.

ROSMANINHO, A. (1960). **Pasteleira**, in *Binário*, 26 (Out.), p. 387.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1997). **Lisboa, Metrópole Policêntrica e Fragmentada**, in *Finisterra*, XXXII, 63, p. 179-190.

SANTA-RITA, João (2011). **Se me querem vivo dêem-me um projecto**, in *JA - Jornal Arquitectos, Ser Digital,* 244 (Jan. Fev. Mar.). Disponível em: <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/destaque%202/>.

SIMPSON, T. (2014). **Macau Metropolis and Mental Life: Interior Urbanism and the Chinese Imaginary**, in *International Journal of Urban and Regional Research*, 38, p. 823-842.

TIEBEN, Hendrick (2009b). **Urban Image Construction in Macau in The First Decade After de "Handover"**, in *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, p. 49-72.

TIEBEN, Hendrick (org., 2009). **World Architecture 234, "Macau: Architecture and urbanism in the first post-handover decade, 1999-2009"**, 12.

VICENTE, Manuel (1986). **Um bombeiro numa abóbora**, in *Arquitectura Portuguesa*, 7 (Mai.-Jun.), p. 27.

VICENTE, Manuel (2010). **A liberdade nunca me fez qualquer falta**, in *JA - Jornal Arquitectos, Ser Independente*, 240 (Jul. Ago. Set.). Disponível em: <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/240/depoimento/>.

WEBGRAFIA

[s.n.]. **Conjunto Habitacional na Avenida Infante Santo, 64-64G, 66-66G, 68-68O, 70-70P e 72-72D**. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/conjunto-habitacional-na-avenida-infante-santo-64-64g-66-66g-68-68o-70-70p-e-72-72d>.

[s.n.]. **História de Sacavém**, in *Memória Portuguesa*. Disponível em: <http://terrasdeportugal.wikidot.com/historia-de-sacavem>.

[s.n.]. **Nenotavaiconta**. Disponível em: <https://nenotavaiconta.wordpress.com/>.

[s.n.]. **Simpley Architecture**. Disponível em: <http://simpleyarchitecture.blogspot.pt/>.

[s.n.] (2008). **Maioria dos moradores do Bairro do Iao Hon deseja reordenamento dos bairros antigos**, in *Jornal Tribuna de Macau online*. Disponível em: <http://arquivo.jtm.com.mo/view.asp?dT=270703008>.

[s.n.] (2010). **Fai Chi Kei mobiliza pouco**, in *Ponto final. Macau*. Disponível em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2010/01/06/fai-chi-kei-mobiliza-pouco/>.

BOTAS, João. **Macau Antigo - a blog about old Macau**. Disponível em: <http://macauantigo.blogspot.pt/>.

COUDROY de LILLE, Laurent (1997). **Histoire de l'IUP - Eléments chronologiques**. Disponível em: <http://urbanisme.u-pec.fr/presentation/histoire/>.

DIAS, Manuel Graça (2011). **Trama e Emoção – Três Discursos**, in *Artecapital*. Disponível em: < http://www.artecapital.net/arq_des-78-trama-e-emocao-tres-discursos>.

FERREIRA, Bruno Macedo (2012). **Optimist Suburbia: uma visão para a Cidade Contemporânea. Leitura crítica sobre a configuração urbano-arquitetónica da periferia norte da cidade de Lisboa**, in *Estudo Prévio*.

Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/12/bruno-ferreira-.-optimist-suburbia>.

GUTIÉRREZ, Ramón (2007). **O princípio do Urbanismo na Argentina, Parte 1 - O aporte Francês**, in *Arquitextos*, (Ago.). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/216>.

LEOCARDO (2010). **Um olhar sobre a Av. Horta e Costa**, in *Bairro do Oriente*. Disponível em: <http://bairrodooriente.blogspot.pt/2010/05/um-olhar-sobre-av-horta-e-costa.html>.

LUZ, Rogério P.D. (2013). **Jorge Remédios recorda o Bairro Tamagnini Barbosa, em Macau**, in *Crónicas Macaenses*. Disponível em: <http://cronicas macaenses.com/2013/01/29/jorge-remedios-recorda-o-bairro-tamagnini--barbosa-em-macau/>.

MAIA, Célia (2014). **"Querer é Poder": dos musseques de Luanda a Paris**, in *P3*, 03/10/2014. Disponível em: <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/13881/querer-e-poder--dos-musseques-de-luanda-paris>.

MILHEIRO, Ana Vaz (org.). **Conferência Internacional Optimistic Suburbia**. Disponível em: <http://optimisticsuburbia.wix.com/portuguese>.

RF (2011). **Os Planos para o Porto: dos Almadas aos nossos dias 8 (IV parte 1)**, in *do Porto e não só...*. Disponível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/05/os-planos--para-o-portodos-almadas-aos.html>.

TABORDA, Pedro (2007). **Reposição da Casa-abrigo Eduardo Anahory: Arrábida, 1960**, in *Infohabitar, revista semanal sobre o habitat humano*, 168 (Nov.). Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/11/reposio-da-casa-abrigo-eduardo-anahory.html>.

TOSCANO, Susana (2008). **As piscinas da Portela - hip, hip, hurra!!**, in *4R - Quarta República*. Disponível em: <http://quartarepublica.blogspot.pt/2008/01/as-piscinas-da-portela--hip-hip-hurra.html>.

TOSTÕES, Ana (2012). **Conjunto Residencial Fai Chi Kei**, in *HPIP - Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*. Disponível em: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=507>.

TOSTÕES, Ana (2012). **Novas Áreas do Porto Exterior (NAPE)**, in *HPIP - Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*. Disponível em: <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=1601>.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões de (2011). Entrevistado por Jorge Spencer, Roberto Goycoolea Prado e Paz Núñez Martí. Disponível em: <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/Texto-120>.

AUDIOVISUAL

CABRAL, Rosa Coutinho (realização, 2012). **A Macau de Manuel Vicente**, RTP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uNP81sKdmS8&spfreload=10>.

LAMEIRÃO, Márcio (filmagem, 2009). **Conferência do Arquitecto Manuel Vicente (1/18)**, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GcEd4OqmtvA>.

MILHEIRO, Ana Vaz (prod., 2014). **Middle Class Housing - The Portela Development**, filme apresentado no workshop "Contemporary Living Patterns" OIKONET, 14-15 de julho 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2LLhFsfr-4>.

TELLES, António da Cunha (realização, 1974). **Continuar a viver (Índios da Meia-Praia)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pFeT4W0OaMg>.

DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS FONTES PRIMÁRIAS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO DE MACAU. **Plantas históricas de Macau**. Disponível em: <http://www.dscc.gov.mo/POR/knowledge/map_history.html>.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO DE MACAU. **Localização geográfica**. Disponível em: <http://www.dscc.gov.mo/POR/knowledge/geo_position.html>.

LUANDA, Câmara Municipal de (1958/57). **Cidade de Luanda: planta aero-fotogramétrica**, Escala 1:5000. Disponível em: <http://biblioteca.exercito.pt/plinkres.asp?Base=IGEOE&Form=ISBD&SearchTxt=%22DE+Planta+urbana%22+%2B+%22DE+Planta+urbana%24%22&StartRec=10&RecPag=5>.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1964). **Plano Director da Região de Lisboa: Anteplano**. vol. I – Memoria Descritiva e

Justificativa. [Lisboa?], MOP – DGSU; GPDRL.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1964). **Plano Director da Região de Lisboa: Anteplano**. vol. V – Memoria Descritiva e Justificativa. [Lisboa?], MOP – DGSU; GPDRL.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1960). **Plano Diretor do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa**. Lisboa: MOP.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões (1963). **Projecto de urbanização de Luanda**. Arquivo Histórico Ultramarino, Cota:[PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2036/17746].

CARVALHO, Fernão Lopes Simões (1950-52). **Projecto "Urbanização de Luanda - Elementos para a memória descritiva"**. Arquivo Histórico Ultramarino, Cota: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2036/04963].

SILVA, António Domingues; CARVALHO, Fernão Lopes Simões (1963). **Estudo relativo à construção de casas económicas no Musseque Prenda (Unidade de Vizinhança nº 3)**. Arquivo Histórico Ultramarino, Cota: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1973/01714].

SIMÕES DE CARVALHO, Fernão. **Curriculum Vitae**. Arquivo Fernão Lopes Simões de Carvalho.

VICENTE, Manuel (1980). STDM Bloco de Realojamento - Memória descritiva. Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Cota: MV049.

VICENTE, Manuel (1979). Habitações da Av. Ouvidor Arriaga - Memória descritiva. Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Cota: MV090.

SILVA, Fernando (1959). Projecto do edifício de Regime de propriedade horizontal, a construir no Gaveto da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e Futura Rua das Amoreiras - Memória Descritiva. Arquivo Municipal de Lisboa, Proc. nº 27274.

FONTES DIRECTAS

CARVALHO, Fernão Lopes Simões (2012). Entrevista realizada por Camila Mairos Lutas, João Fonseca, Jorge Silva, Henrique Gama, Márcio Bonifácio e Maria Pommrenke. Queijas, 22 de Dezembro.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões (2013). Entrevista realizada por Henrique Gama. Queijas, 9 de Maio.

CARVALHO, Fernão Lopes Simões (2015). Entrevista realizada por Davide Trevisan, Joaquim Satori, Tarsis Soma, Tiago Andrade, Vanessa Fortunato. Queijas, 31 de Março.

DIAS, Manuel Graça (2015). Entrevista realizada por Joana Teixeira, João Alves, Rúben Carreiro, Rui Areias, Soraia Cardoso. Lisboa, Abril.

RAVARA, Pedro (2015). por Joana Teixeira, João Alves, Rúben Carreiro, Rui Areias, Soraia Cardoso. Lisboa, Abril.

Optimistic Suburbia? The students' perspective. Luanda, Lisbon, Macao

Coordenação
Ana Vaz Milheiro

Docentes
Helena Botelho
José Luís Saldanha
Juliana Guedes
Mónica Pacheco
Paulo Tormenta Pinto
Sandra Marques Pereira

Trabalhos dos alunos
HISTÓRIA DA CIDADE PORTUGUESA
(ISCTE-IUL)
Afonso Carvalho
Ana Graça
André Coelho
Andreia Tavares
Bárbara Prudêncio
Beatriz de Matos
Carolina Botelho
Catarina Álvares
Catarina Mestre
Chen Tao
Davide Trevisan
Diana Gabão
Diogo Melo
Fernanda Di Paula
Francisco Alves
Frederico Pacheco
Hugo Brito
Isabel Ávila
Jéssica Almeida
Joana Rodrigues
Joana Roxo
Joana Sequeira
Joana Teixeira
João Alves
João Costa
João Pedro Francisco
João Pereira
João Teixeira
Joaquim Satori
Júlia Shtefura
Luís Santos
Maria Carreira
Mariana Neto
Micaela Raposo
Mónica Cardoso
Nuno Matos
Nuno Simas
Rafael Ferreira
Rita Ferreira
Rúben Almeida
Rúben Carreiro
Rui Areias
Sara Baião
Sofia Simões
Soraia Cardoso
Susana André
Susana Gonçalves
Tarsis Soma
Tiago Andrade
Vanessa Fortunato
Vítor Castro
Vítor Jardim

SOCIEDADE E ARQUITECTURA
(ISCTE-IUL)
Anca Jipa
Barbora Babocká
Cristina Onita
Débora Reis
Ina Emina Frunza
João Maria Costa
João Ricardo Martins
Maria Theodorou
Margarida Mascarenhas de Carvalho
Soraya Gonzalez
Tiago Baptista
Tiago Sá Gomes
Tiago Vasconcelos

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA
(ISCTE-IUL)
Ana Rodrigues
Ana Sofia Gaudêncio
Andreia Caldeira
Bruno Macedo Ferreira
Débora Félix
Fabiana Melo
Fátima Barreto
Hernâni Sousa
Isadora Miguel
João Pedro Braga
Micael Abreu
Patrícia Almeida
Pedro Amaro
Rui del Pino Fernandes
Sofia Cascais
Telma Ribeiro
Urbino Santos

TRABALHO DE FIM DE CURSO
(UTANGA - Universidade Técnica de Angola)
Isaac Chuindumbu
Júlio Chaves
Lídio Luamba
Wilma Maló
Yanick Viegas

PROJECTO FINAL DE MESTRADO/
DISSERTAÇÃO (FA-UL)
Beatriz Serrazina

INVESTIGADORES
Bruno Macedo Ferreira
Débora Félix
Filipa Fiúza
João Cardim

REVISÃO DE TEXTO
Filipa Fiúza e Ana Vaz Milheiro, com
João Cardim e Rogério Vieira de Almeida

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS
Ana Vaz Milheiro
Filipa Fiúza
João Cardim
Nuno Assis

As restantes imagens foram recolhidas / registadas pelos autores dos trabalhos publicados.

DESIGN GRÁFICO
vivóeusébio

IMPRESSÃO
Gráfica Maiadouro

2015

DEPÓSITO LEGAL
392929/15

ISBN
978-989-732-560-1

Homes for the biggest number: Lisbon, Luanda, Macao
PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Research Team

Principal Investigator
Ana Vaz Milheiro

Researchers
Bruno Macedo Ferreira
Débora Félix
Hugo Coelho
Isabel Guerra
Isabel Martins
João Cardim
João Santos Vieira
Jorge Figueira
José Luís Saldanha
Juliana Guedes
Luís Urbano
Mónica Pacheco
Paulo Tormenta Pinto
Rui Leão
Sandra Marques Pereira

Fellow Researchers
Filipa Fiúza
Rogério Vieira de Almeida

Consultants
Angela Mingas
Fernão Lopes Simões de Carvalho
José Bandeirinha
Monique Eleb

ÍNDICE

1 OPTIMISTIC SUBURBIA?
9 Optimistic Suburbia?
17 A propósito de “Optimistic Suburbia”

19 HISTÓRIA DA CIDADE PORTUGUESA
21 Paisagens Rurais
27 Robert Auzelle
33 Fernão Lopes Simões de Carvalho e Luanda
41 Luanda e as Unidades de Vizinhança
53 Antes da Urbanização Portela de Sacavém
61 Portela de Sacavém
67 Revistas Arquitectura e Binário, planos urbanos em Portugal
73 Revistas Arquitectura e Binário, planos urbanos fora de Portugal
91 Macau
97 Distância e Reflexão, Manuel Vicente
105 Macau e Habitação

123 SOCIEDADE E ARQUITECTURA
125 O lote 33
131 Percepções Endógenas
137 Visões sobre a Portela

143 PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA
145 Tangências entre o Ensino de Projecto de Arquitectura e a Investigação
159 Portela, entre o projectado e o construído

167 LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA
169 Investigação em arquitectura sob a forma de atlas
175 Atlas da Liberdade
181 Passagem ou a Meio do Caminho
185 A Expansão Territorial Através de Aterros

191 LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA
193 A Configuração Urbano-Arquitectónica da Periferia Norte da Cidade de Lisboa
201 Promoção Privada, Habitação Colectiva

209 TRABALHO DE FIM DE CURSO
211 Experiências Pedagógicas no âmbito do Projecto de Pesquisa “Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau”

221 PROJECTO FINAL DE MESTRADO / DISSERTAÇÃO
223 Bairro Prenda na Luanda Global: os percursos paralelos da geração africana

225 ENTREVISTAS
227 Luanda, Fernão Lopes Simões de Carvalho
229 Macau, Manuel Graça Dias
235 Macau, Pedro Ravara

241 BIOGRAFIAS DOS DOCENTES
243 Biografias

247 BIBLIOGRAFIA

Luanda, Unidade de Vizinhança do Bairro Prenda . © Ana Vaz Milheiro . FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Lisboa, Urbanização da Portela de Sacavém. © João Cardim . FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

Macau, Edifício STDM . © Ana Vaz Milheiro . FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012

HISTÓRIA DA CIDADE PORTUGUESA (ISCTE-IUL)
Afonso Carvalho
Ana Graça
André Coelho
Andreia Tavares
Bárbara Prudêncio
Beatriz de Matos
Carolina Botelho
Catarina Álvares
Catarina Mestre
Chen Tao
Davide Trevisan
Diana Gabão
Diogo Melo
Fernanda Di Paula
Francisco Alves
Frederico Pacheco
Hugo Brito
Isabel Ávila
Jéssica Almeida
Joana Rodrigues
Joana Roxo
Joana Sequeira
Joana Teixeira
João Alves
João Costa
João Pedro Francisco
João Pereira
João Teixeira
Joaquim Satori
Júlia Shtefura
Luís Santos
Maria Carreira
Mariana Neto
Micaela Raposo
Mónica Cardoso
Nuno Matos
Nuno Simas
Rafael Ferreira
Rita Ferreira
Rúben Almeida
Rúben Carreiro
Rui Areias
Sara Baião
Sofia Simões
Soraia Cardoso
Susana André
Susana Gonçalves
Tarsis Soma
Tiago Andrade
Vanessa Fortunato
Vítor Castro
Vítor Jardim

SOCIEDADE E ARQUITECTURA (ISCTE-IUL)
Anca Jipa
Barbora Babocká
Cristina Onita
Débora Reis
Ina Emina Frunza
João Maria Costa
João Ricardo Martins
Maria Theodorou
Margarida Mascarenhas de Carvalho
Soraya Gonzalez
Tiago Baptista
Tiago Sá Gomes
Tiago Vasconcelos

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA (ISCTE-IUL)
Ana Rodrigues
Ana Sofia Gaudêncio
Andreia Caldeira
Bruno Macedo Ferreira
Débora Félix
Fabiana Melo
Fátima Barreto
Hernâni Sousa
Isadora Miguel
João Pedro Braga
Micael Abreu
Patrícia Almeida
Pedro Amaro
Rui del Pino Fernandes
Sofia Cascais
Telma Ribeiro
Urbino Santos

TRABALHO DE FIM DE CURSO (UTANGA - Universidade Técnica de Angola)
Isaac Chuindumbu
Júlio Chaves
Lídio Luamba
Wilma Maló
Yanick Viegas

PROJECTO FINAL DE MESTRADO/ DISSERTAÇÃO (FA-UL)
Beatriz Serrazina

INVESTIGADORES
Filipa Fiúza
João Cardim

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
DINAMIA'CET
ISCTE Escola de Tecnologias e Arquitetura
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE ANGOLA UTANGA
CIAAM CENTRO INVESTIGAÇÃO ARQUITECTURA ÁREAS METROPOLITANAS
TORREENSE cerâmicas
ISBN 978-989-732-560-1